



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 035 – SÁBADO, 23 DE MARÇO DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
 "Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
 Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
 "Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
 ""Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
 ""Zngela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
 Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
 João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
 1º - Magno Malta - (PR-ES)
 2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
 3º - João Durval - (PDT-BA)
 4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,69) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89) Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88) Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12 Líder Gim - Bloco (56,59,60) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51) Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,67) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,73) Líder do PPL - 1 João Costa (82,83)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,94) Rodrigo Rollemberg (68,100) Inácio Arruda (90,101) Eduardo Lopes (37,44,65,102) Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,71,92) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,96) Aníbal Diniz (27,97) Paulo Paim (98) Eduardo Suplicy (99) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,94) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68,100) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84) Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (90,101) Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p>Governo Líder Eduardo Braga - Governo (38) Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16 Líder Mário Couto - Bloco (32,62) Vice-Líderes Wilder Morais (103) Ataídes Oliveira (104) Cyro Miranda (33,95) Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,78) PSOL - 1 Líder Randolfe Rodrigues - PSOL (18,77)</p>
--	---	---

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE MARÇO DE 2013	12329	
1.1 – ABERTURA	12329	
1.2 – EXPEDIENTE	12329	
1.2.1 – Comunicações		
Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em aditamento ao Ofício nº 17/2013, de término do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza (Ofício nº 25/2013)	12329	
De diversas Lideranças, de indicação de membros para integrarem a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofícios nºs 54/2013-Bloco Parlamentar União e Força/SF, 32/2013-PSOL/SF, 78/2013-PMDB/SF). Designação dos Senadores João Vicente Claudino, Sérgio Souza, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como titulares, e dos Senadores Vital do Rêgo e Romero Jucá, como suplentes, para comporem a referida Comissão.	12329	
1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado dos Transportes		
Nº 25/2013, na origem, informando não ser da competência do referido Ministério a matéria objeto do Requerimento nº 78, de 2013.....	12330	
1.2.3 – Leitura de requerimento		
Nº 190, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009.....	12330	
1.2.4 – Aviso do Tribunal de Contas da União		
Nº 215/2013, na origem, encaminhando cópia do Acórdão nº 526, de 2013, proferido nos autos do processo TC 028.129/2012-1, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.	12330	
1.2.5 – Pareceres		
Nºs 157 e 158, de 2013, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar.....	12330	
Nº 159, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011.		12334
Nº 160, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012.		12338
1.2.6 – Comunicações da Presidência		
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar, cujos pareceres foram lidos anteriormente.		12345
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 23/2013-CJ).		12346
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 41/2013-CAS).		12346
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003.....		12346
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 113 e 627, de 2011; 31 e 325, de 2012.....		12346
1.2.7 – Discursos do Expediente		
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Celebração pelo transcurso do Dia Mundial da Água; e outros assuntos.		12347
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Preocupação com a tragédia ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro; e outros assuntos.		12352
SENADOR ANIBAL DINIZ – Relato da agenda cumprida por S. Ex ^a no Rio de Janeiro ontem; e outro assunto.		12354
SENADOR JORGE VIANA – Considerações sobre o transcurso, hoje, do Dia Mundial da Água; e outro assunto.		12361

SENADOR PAULO PAIM – Congratulações ao Prefeito de Novo Hamburgo, Luis Lauermann; e outros assuntos.....	12366
1.2.8 – Discursos encaminhado à publicação	
SENADOR ALFREDO NASCIMENTO – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Mundial da Água.....	12379
SENADOR RENAN CALHEIROS – Homenagem à memória do Sr. Bráulio Leite Júnior, recentemente falecido.....	12380
1.3 – ENCERRAMENTO	12380
2 – RETIFICAÇÕES	
Ata da 1ª Sessão, Não Deliberativa, em 4 de fevereiro de 2013, publicada no Diário do Senado Federal nº 3 , do dia subsequente.....	12381
Ata da 2ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 5 de fevereiro de 2013, publicada no Diário do Senado Federal nº 4 , do dia subsequente.....	12385
Ata da 4ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 7 de fevereiro de 2013, publicada no Diário do Senado Federal nº 6 , do dia subsequente.....	12395
Ata da 12ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 21 de fevereiro de 2013, publicada no Diário do Senado Federal nº 14 , do dia subsequente....	12447
Ata da 16ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 26 de fevereiro de 2013, publicada no Diário do Senado Federal nº 17 , do dia subsequente....	12449
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	12451
SENADO FEDERAL	
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
Por Unidade da Federação	12452
Bancadas dos Partidos	12453
Por ordem alfabética	12454
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL.....	12455
6 – LIDERANÇAS	12456
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO.....	12460
8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS.....	12461
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	12473
CAS – Comissão de Assuntos Sociais	12480
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	12487
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	12493
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	12499
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	12509

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	12515
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	12524
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	12531
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	12538
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	12542
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	12545
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	12546
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	12547
Procuradoria da Mulher (Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)	12548
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	12548
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	12549
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	12551
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	12553
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	12555
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	12557
CONGRESSO NACIONAL	
11 – COMISSÕES MISTAS	
CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	12559
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008) ..	12568
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	12570
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	12571
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito	12572
Comissões Mistas Especiais	12574
12 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	12577
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	12578
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	12579

Ata da 35ª Sessão, Não Deliberativa, em 22 de Março de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jorge Viana e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 2 minutos e encerra-se às 11 horas e 43 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. N°. 025/12 – CDH

Brasília, 21 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo, informo a vossa Excelência, em aditamento ao Of. 017/13 – CDH, o fim do prazo da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, em 02/02/2013. A Subcomissão em comento foi instalada em 18/05/2011, pelo RDH nº 3/2011, de autoria do Senador Wellington Dias.

Isto posto, solicito a gentileza de retirar da ordem do dia a menção e composição da Subcomissão em apreço.

Atenciosamente, – Senador **Ana Rita**, Presidenta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 54, 32 e 78, de 2013**, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, e informa que estão ratificadas as indicações neles constantes.

São os seguintes os Ofícios:

OF. N°. 054/12 –BLUFOR

Brasília, 5 de março de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, o Senador **João Vicente Claudino**, como membro Titular, para integrar Comissão Mista Permanente Sobre Mudanças Climáticas – CMMC – do Congresso Nacional.

Informo a Vossa Excelência que indicarei posteriormente os nomes dos Senadores que ocuparão as vagas restantes de titular e suplente que são destinadas ao Bloco Parlamentar União e Força nesta Comissão.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

Ofício GSRR nº 00032/2013

Brasília, 6 de março de 2013

Assunto: indicação da vaga do PSOL para integrar a CMMC

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na oportunidade em que cumprimento Vossa Excelência, na condição de Líder do PSOL respondo ao expediente OF. nº 93/2013-CN e, tendo em visto que sou o único representante do Partido no Senado Federal, indico o meu nome para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Atenciosamente, – Senador **Randolfe Rodrigues**, Líder do PSOL.

OF. GLPMDB nº 078/2013

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente, nos termos regimentais e conforme solicitação OF. N° 88/2013-CN, comunico a Vossa Excelência a indicação dos Senadores abaixo para compor a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC.

Titulares	Suplentes
Sérgio Souza	Vital do Rêgo
Eduardo Braga	Romero Jucá
Ciro Nogueira	
Sérgio Petecão	

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração. – Senador **Eunício Oliveira**, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu o **Aviso nº 25, de 21 de março de 2013**, do Ministro de Estado dos Transportes, por meio do qual informa que o órgão competente para tratar da matéria objeto do Requerimento nº 78, de 2013, de informações, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, é o Ministério da Marinha.

O Aviso foi encaminhado, em cópia, à Senadora requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 190, DE 2013

Nos termos regimentais, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 525, de 2009, que “Institui as condições mínimas nacionais para a construção, adequação e equipamento pedagógico de estabelecimento escolares de educação básica”, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, de 2013. – Senador **Eduardo Braga**, Líder do Governo no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 215, de 2013**, na origem, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 526, de 2013, referente à realização de auditorias nos Departamentos Nacionais do Serviço Social da Indústria e do Serviço Nacional Aprendizagem Industrial, relativo ao Requerimento nº 1.058, de 2011 (TC 028.129/2012-1).

É o seguinte o Aviso:

Aviso nº 215-Seses-TCU-Plenário

Brasília, 13 de março de 2013.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, em atendimento ao Requerimento de Informações nº 1.058/2011, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 028.129/2012-1, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 13/3/2013, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente, – **Augusto Nardes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Aviso nº 215, de 2013, foi juntado ao processado do Requerimento nº 1.058, de 2011, e encaminhado, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 157 E 158, DE 2013

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar, do Senador Inácio Arruda, que dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).

PARECER Nº 157, DE 2013

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

De autoria parlamentar, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 122, de 2009-Complementar, que *dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA)*.

A proposição, em seu art. 1º, autoriza o Poder Executivo a criar a referida Região Integrada e, nos parágrafos desse dispositivo, elenca os Municípios dos Estados do Ceará, do Piauí, de Pernambuco e da Paraíba que a constituirão.

O art. 2º autoriza o Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da RICA.

No art. 4º, autoriza-se o Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe, enumerando, nos incisos, os instrumentos tributários e fiscais utilizáveis.

O art. 5º identifica as origens dos recursos dos programas e projetos, sendo esses de natureza orçamentária da União e dos Estados envolvidos.

O art. 6º, por fim, autoriza a União a firmar convênios com os Estados referidos.

Na justificação, é feita referência à possibilidade constitucional de a União articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, buscando o desenvolvimento regional (CF, art. 43, *caput*), sendo especialmente destacada a riqueza ecológica da região abrangida.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

Os objetivos constitucionais pretendidos pelo art. 43 da Carta Magna – de incremento do desenvol-

vimento e redução das desigualdades regionais – são especialmente necessários na área de abrangência da pretendida Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe.

Sem os instrumentos fiscais e creditícios franqueados a partir da dicção constitucional, e sem uma especial ação federal, em coordenação com os quatro Estados abrangidos, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental.

A técnica legislativa da proposição é satisfatória, e não encontramos óbices de ordem constitucional a opor.

III – Voto

Somos, pelo exposto, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 122-Complementar, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 7 de novembro de 2012. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente, Senador **Cícero Lucena**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 122 DE 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 07/11/2012, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Senador Cícero Lucena</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	<u>o Sáuva</u>
ANA RITA	<u>o Sáuva</u>
PEDRO TAQUES	<u>o Sáuva</u>
JORGE VIANA	<u>o Sáuva</u>
ANTONIO CARLOS VALADARES	<u>o Sáuva</u>
INÁCIO ARRUDA	<u>o Sáuva</u>
EDUARDO LOPES	<u>o Sáuva</u>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PV)	
RICARDO FERRAÇO	<u>o Sáuva</u>
EUNÍCIO OLIVEIRA	<u>o Sáuva</u>
PEDRO SIMON	<u>o Sáuva</u>
ROMERO JUCÁ	<u>o Sáuva</u>
VITAL DO RÉGO	<u>o Sáuva</u>
LUIZ HENRIQUE	<u>o Sáuva</u>
FRANCISCO DORNELLES	<u>o Sáuva</u>
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	<u>o Sáuva</u>
ALOYSIO NUNES FERREIRA	<u>o Sáuva</u>
ALVARO DIAS	<u>o Sáuva</u>
JOSÉ AGRIPINO	<u>o Sáuva</u>
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	<u>o Sáuva</u>
GIM ARGELLO	<u>o Sáuva</u>
MAGNO MALTA	<u>o Sáuva</u>
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	<u>o Sáuva</u>
PSD	
SÉRGIO PETECÃO	<u>o Sáuva</u>
1. MARCO ANTÔNIO COSTA	

PARECER Nº 158, DE 2013
 (Da Comissão de Desenvolvimento
 Regional e Turismo)

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

De autoria parlamentar, vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 122, de 2009-Complementar, que dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).

A proposição, em seu art. 1º, autoriza o Poder Executivo a criar a referida Região Integrada e, nos parágrafos desse dispositivo, elenca os Municípios dos Estados do Ceará, do Piauí, de Pernambuco e da Paraíba que a constituirão.

O art. 2º autoriza o Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da RICA.

No art. 4º, autoriza-se o Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe, enumerando, nos incisos, os instrumentos tributários e fiscais utilizáveis.

O art. 5º identifica as origens dos recursos dos programas e projetos, sendo esses de natureza orçamentária da União e dos Estados envolvidos.

O art. 6º, por fim, autoriza a União a firmar convênios com os Estados referidos.

Na justificação, é feita referência à possibilidade constitucional de a União articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, buscando o desenvolvimento regional (CF, art. 43, *caput*), sendo especialmente destacada a riqueza ecológica da região abrangida.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

Os objetivos constitucionais pretendidos pelo art. 43 da Carta Magna – de incremento do desenvolvimento e redução das desigualdades regionais – são especialmente necessários na área de abrangência da pretendida Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe.

Sem os instrumentos fiscais e creditícios franqueados a partir da dicção constitucional, e sem uma especial ação federal, em coordenação com os quatro Estados abrangidos, a região do Cariri-Araripe não conseguirá atingir seus ideais de prosperidade e desenvolvimento econômico, humano e ambiental.

A técnica legislativa da proposição é satisfatória, e não encontramos óbices de ordem constitucional a opor.

III – Voto

Somos, pelo exposto, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 122-Complementar, nesta Comissão.

Sala da Comissão, 20 de março de 2013. – Senador **Antônio Carlos Valadares**, Presidente, Senador **Cícero Lucena**, Relator,

SENADO FEDERAL
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, de 2009

ASSINAM O PARECER, NA 05ª REUNIÃO, DE 20/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Antônio Carlos Valadares

RELATOR: Senador Cícero Lucena

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. João Capiberibe (PSB)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	2. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	3. Walter Pinheiro (PT)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lidice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB)

Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Faria (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Ana Amélia (PP)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	4. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	5. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO

Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB)	2. Lúcia Vânia (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM)

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sodré Santoro (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Magno Malta (PR)
PSD PSOL	
	1. VAGO

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção IV
Das Regiões**

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

PARECER Nº , DE 2012

Da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar, do Senador Inácio Arruda, que dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).

Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin

I – Relatório

Vem a exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 122, de 2009-Complementar, de autoria do Senador Inácio Arruda, que dispõe sobre a criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Cariri-Araripe (RICA).

O art. 1º do PLS autoriza o Poder Executivo a criar a referida Região Integrada e, nos parágrafos desse dispositivo, elenca os Municípios dos Estados do Ceará, do Piauí, de Pernambuco e da Paraíba que a constituirão.

O art. 2º autoriza o Executivo a criar o Conselho Administrativo que coordenará as atividades da RICA.

O art. 3º estabelece que são consideradas de interesse comum da RICA as ações da União, dos Estados do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba, voltadas para o desenvolvimento econômico sustentável, a conservação do equilíbrio socioambiental, a geração de emprego e renda e a implantação de infraestrutura.

No art. 4º, autoriza-se o Executivo a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região do Cariri-Araripe, enumerando, nos incisos, os instrumentos tributários e fiscais utilizáveis.

O art. 5º identifica as origens dos recursos dos programas e projetos, sendo esses de natureza orçamentária da União e dos Estados envolvidos.

O art. 6º, por fim, autoriza a União a firmar convênios com os Estados referidos.

A cláusula de vigência foi estabelecida no art. 7º

A matéria foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde o Relatório do Senador Cícero Lucena foi aprovado em 7 de novembro de 2011, passando a constituir Parecer da CCJ favorável ao Projeto, e a esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Não foram oferecidas emendas à proposição no prazo regimental.

II – Análise

Nos termos do art. 104-A, incisos I e III do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios; bem assim a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional.

O PLS nº 122, de 2009-Complementar, está de acordo com os ditames da Constituição Federal, em especial com o parágrafo único do art. 23, cujo teor estabelece que “leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em “âmbito nacional”. Some-se a isso o disposto no art. 43 da Constituição Federal, determinando que, “para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais”.

Além disso, a proposta em análise não fere a ordem jurídica vigente, está em conformidade com o Regimento Interno do Senado Federal e sua técnica legislativa é satisfatória.

Com base nos dispositivos constitucionais citados, foram constituídas três regiões integradas de desenvolvimento no Brasil: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF; Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Petrolina-Juazeiro; e Região Integrada de Desenvolvimento – RIDE Grande Teresina.

As RIDEs são uma forma de construção de redes de cooperação que visam à articulação da ação dos entes federativos em um espaço geográfico contínuo, que abrange mais de um Estado da Federação, para melhorar as condições sociais e econômicas

da população local. Além disso, a preservação ambiental também pode ser um objetivo importante da ação articulada.

É justamente esse o caso da proposta de criação da RICA, que abrange 70 municípios do Ceará, Pernambuco, Piauí e Paraíba situados no complexo Cariri-Araripe, que abrangem uma área de 45.901,4 km² e abrigam uma população superior a um milhão e meio de habitantes. A área da RICA tem grande relevância ambiental, uma vez que nela estão incluídos os municípios integrantes da Área de Preservação Ambiental (APA) do Araripe, criada pelo Decreto do Executivo Federal de 4 de agosto de 1997.

Apesar de sua importância ambiental, os indicadores socioeconômicos dos municípios que comporão a RICA não são adequados e devem ser melhorados. Para isso, é fundamental a criação da RICA; já que ela será responsável por articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos Estados e dos Municípios para a promoção de projetos que visem a dinamização econômica da região e por receber recursos públicos destinados à promoção de iniciativas e investimentos que reduzam as desigualdades sociais e estejam de acordo com o interesse local, consensuado entre os entes participantes.

Em suma, a proposta é meritória e não encontra óbices de natureza constitucional ou legal.

III – Voto

Somos, pelo exposto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2009-Complementar, nesta Comissão.

Sala da Comissão, Senadora **Vanessa Grazziotin**, Relatora.

PARECER Nº 159, DE 2013

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que “acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil”.

Relator: Senador **Benedito de Lira**

I – Relatório

Submete-se à análise de natureza terminativa desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 257, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que tem por objetivo acrescentar art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de tornar gratuita para o cidadão a primeira emissão do documento de

identificação do assim chamado Registro de Identidade Civil. O projeto é composto de apenas dois artigos, descritos a seguir.

O art. 1º apresenta a redação do mencionado art. 6º-A, alvitrado para a Lei nº 9.454, de 1997, estipulando a mencionada gratuidade.

O art. 2º fixa a cláusula de vigência, ao definir que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto, lembra-se que, de acordo com a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, todo cidadão brasileiro terá em breve que substituir seu atual documento de identidade civil pelo Registro de Identidade Civil, expresso em um novo documento que será provavelmente confeccionado em cartão magnético e deverá conter microcircuito integrado (ou chip) para identificação digital. Embora se reconheça que essa medida proporcionará maior eficiência e segurança na identificação do cidadão, além de outras facilidades, ressalta-se que, segundo notícias veiculadas pela imprensa, ela terá um custo estimado em cerca de R\$ 40,00 (quarenta reais), de considerável monta para muitos brasileiros. Desse modo, busca-se, por meio desta proposição, fazer com que o Estado arque ao menos com a primeira emissão desse documento.

O PLS nº 257, de 2011, foi distribuído exclusivamente a esta Comissão, à qual cabe decisão terminativa. Ao projeto não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea I, do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade dos temas que lhe são submetidos, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, nesta hipótese, notadamente sobre registros públicos.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao PLS nº 257, de 2011, tendo em vista que i) compete privativamente à União legislar sobre registros públicos, a teor do disposto no art. 22, inciso XXV, da Constituição Federal (CF); ii) cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União (CF, art. 48, *caput*); iii) os termos da proposição no importam em violação de cláusula pétreia; e iv) não há vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, porquanto i) possui o atributo da generalidade; ii) e consentâneo com os princípios gerais do Direito; iii) se afigura dotado de potencial coercitividade; iv) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico; e v) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado.

Particularmente quanto a seu mérito, a proposição exprime sensatez digna de nota, pois institui, em favor do cidadão, direito que se revela proeminente diante do simples fato de que a adequada identificação civil é requisito exigido para o pleno exercício da cidadania nas mais diversas situações. Além disso, note-se que o PLS nº 257, de 2011, nada mais faz que tornar possível, no âmbito do sistema de Registro de Identidade Civil (ainda a ser implantado, nos moldes da mencionada Lei nº 9.454, de 1997), o exercício, pelo cidadão, de um direito já reconhecido tanto pelo Congresso Nacional, na tramitação do projeto que deu origem à recente Lei nº 12.687, de 18 de julho de 2012 (que altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no

caso que menciona), quanto pelo Governo Federal, que o sancionou sem vetos.

Por fim, registre-se que a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição sob exame é irretocável, seguindo a risca os parâmetros fixados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011.

Sala da Comissão, 20 de março de 2013. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente, Senador **Benedito de Lira**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 257 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 20/03/2013, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Senador <u>Vital do Rêgo</u> RELATOR: Senador <u>Benedito de Lira</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL	1. EDUARDO SUPILY
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LOPES	7. HUMBERTO COSTA
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÉGO	2. ROBERTO REQUIÃO
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
PAULO HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA	2. ATAÍDES DE OLIVEIRA
ALVARO DIAS	3. ALOYSIO NUNES FERREIRA
JOSÉ AGRIPIINO	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO	1. GIM
SODRÉ SANTORO	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 251, DE 2013.

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE PINHEIROL ANA RITA PEDRO TAQUES ANIRAL DINIZ ANTONIO CARLOS VALADARES INACIO ARUJDA EDUARDO LOPES		X			1 - EDUARDO SUPlicy 2 - LIDICE DA MATA 3 - JORGE VIANA 4 - ACR GURGACZ 5 - WALTER PINHEIRO 6 - RODRIGO ROLLEMBERG 7 - HUMBERTO COSTA				
TITULARES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PR, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PR, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA VITAL DO REGO (PLA/DEM)					1 - ROMERO JUCA 2 - ROBERTO REQUIÃO 3 - RICARDO FERRAZO 4 - CLESIO ANDRADE 5 - VALDIR RAUPP 6 - BENEDITO DELIRA (Reclamação)				
PEDRO SIMON SERGIO SOUZA LUIZ HENRIQUE EUNICIO OLIVEIRA	X	X			7 - WALDIMIR MOKA 8 - KATIA ABREU				
FRANCISCO DORNELLES SERGIO PETECÃO	X				SUPLENTES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1 - LUCIA VÂNIA 2 - ATAIDES DE OLIVEIRA 3 - ALOYSIO NUNES FERREIRA 4 - PAULO BAUER				
AECIO NEVES CASSIO CUNHA LIMA ALVARO DAS JOSE AGRIFFINO					SUPLENTES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
TITULARES - Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	1 - GIM 2 - EDUARDO AMORIM 3 - BLAIRO MAGGI 4 - ALFREDO NASCIMENTO				
ARMANDO MONTEIRO SODRE SANTORO MAGNO MALTA ANTONIO CARLOS RODRIGUES		X							

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE 1
SALA DAS REUNIÕES, EM 20 / 03 / 2013

Senador VITAL DO RÉGO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF).
(atualizado em 20/03/2013).

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XXV – registros públicos;

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

**Seção VIII
Do Processo Legislativo**

**Subseção I
Disposição Geral**

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

**Subseção III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

- I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;
- II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998*)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI

(*Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001*)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (*Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998*)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**LEI COMPLEMENTAR
Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade regula sua expedição e dá outras providências.

LEI N° 9.454, DE 7 DE ABRIL DE 1997

Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.

Art. 5º O Poder Executivo providenciará, no prazo de cento e oitenta dias, a regulamentação desta Lei e, no prazo de trezentos e sessenta dias, o início de sua implementação.

Art. 6º ~~No prazo máximo de cinco anos da promulgação desta Lei, perderão a validade todos os documentos de identificação que estiverem em desacordo com ela (Revogado pela Lei nº 12.058, de 2009)~~

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEI Nº 12.687, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona.

Ofício nº 23/2013-Presidência/CCJ

Brasília, 20 de março de 2013

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, que “Acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de Identidade Civil”, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 160, DE 2013

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, do Senador Paulo Bauer, que acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.

Relatora: Senadora Ana Amélia

I – Relatório

Vem a exame nesta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 176, de 2012, que tem por finalidade tornar obrigatória a

contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados.

Essa contratação de aprendizes deverá ser feita na seguinte proporção:

- a)** até duzentos empregados, 2% dos empregados não aprendizes;
- b)** até quinhentos empregados, 3% dos empregados não aprendizes;
- c)** acima de quinhentos empregados, 5% dos empregados não aprendizes;

É prevista, ainda, a possibilidade de redução ou a dispensa da contratação de aprendizes se não houver cursos profissionalizantes na área de atuação da empresa.

Ao justificar sua iniciativa, o autor afirma:

Sabemos que, mesmo em uma economia em expansão, o jovem trabalhador possui dificuldades de inserção no mercado de trabalho, dado que muitos empregadores não possuem disposição de efetuar o treinamento profissional que o trabalhador inexperiente demanda.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – Análise

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais deliberar, em caráter terminativo, sobre projetos de lei que versem sobre relações de trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional no projeto. A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, da Constituição Federal, da CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição. Não há, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

A matéria que se pretende regular está presente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que, hoje, determina serem os estabelecimentos de qualquer natureza obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SESI, SENAI, SENAC etc.) número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Como se sabe, expressiva parcela de jovens estão trabalhando de forma precária, mal remunera-

dos, não raras vezes, sem remuneração, e no mercado informal. As altas taxas de desemprego poderiam estar escondendo elevadas taxas de rotatividade, onde o tempo médio de vínculo é reduzido em razão de estarem os jovens trabalhando em atividades de baixa qualidade. Em consequência, nesses casos, é bastante pequena a possibilidade de ascensão profissional e de qualificação, inexistindo nenhum ou quase nenhum incentivo ao trabalhador para prolongar a relação de trabalho.

Em grande parte, os jovens têm problema de inserção no mercado de trabalho por causa da exigência de qualificação profissional.

Por outro lado, o jovem nem sempre consegue ingressar no mercado de trabalho formal sob alegada falta de experiência, já que, muitas vezes, sua primeira experiência de trabalho se deu na informalidade, a qual ao tem qualquer reconhecimento.

Não é demais enfatizar que o desemprego, bem como a inserção precária no mercado de trabalho, têm efeitos perversos na capacidade produtiva dos jovens. A vulnerabilidade social que advém desses fatores, entre outros, contribui para a elevação da criminalidade, da prostituição e da dependência de drogas entre os jovens. Quanto mais esse quadro se agravar, maior poderá ser o comprometimento da estabilidade social e do progresso econômico do Brasil.

O economista Márcio Pochmann traça um triste perfil sobre o desemprego de jovens, baseado nas estatísticas do IBGE, com números sobre a inatividade, apontando que parte da população economicamente ativa, por não procurar trabalho, está fora do índice de desemprego. O estudo mostrou que milhões de jovens brasileiros não trabalham, não estudam, nem procuram ocupação regular. São jovens que já desistiram de viver sob as normas da sociedade, perderam a capacidade de ir à luta, tornaram-se inválidos sociais. Em grande parte, não há dúvida, é daí que saem as manchetes da violência e do crime organizado.

De acordo com relatório sobre o desemprego entre jovens publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), publicado em setembro deste ano, a taxa, em 2012, situa-se em quatorze por cento.

Nesse contexto, o projeto procura implementar uma política mais abrangente de qualificação profissional do jovem, ampliando as vagas para a seu aprendizado no mercado de trabalho.

Políticas públicas voltadas ao trabalhador são efetivadas com medidas de cunho passivo, que objetivam assistir o trabalhador desempregado e, de cunho ativo, que se preocupam com a demanda de trabalho, buscando a criação de novos postos de trabalho e a qualificação da mão-de-obra. O estímulo à

aprendizagem se insere nas medidas ativas, como uma ação do Estado que não se preocupa apenas em amparar o jovem, mas, sobretudo, em contribuir para a sua formação profissional. Medidas como esta têm efeito bastante positivo sobre o desemprego, além de proporcionar ao aprendiz a formação para sua efetiva inserção no mercado de trabalho formal.

Assim é que, quanto ao mérito da proposta, não há reparos a fazer. É necessário que se cuide do aprendizado voltado para o trabalho técnico e de nível médio. Isso é mais viável no aprendizado do que nos estágios. Oferecendo oportunidade de aprendizagem, estaremos colocando um contraponto à crescente contratação de estagiários, sem qualquer vínculo de emprego. Todos os estímulos à empregabilidade são válidos, mas o bom senso recomenda o oferecimento de diversas alternativas para compatibilizá-las com as demandas das empresas e dos interessados no trabalho.

Da forma como está, entretanto, a redação do art. 433-A acrescenta percentuais àqueles já existentes e previstos no art. 429, ambos da CLT. Esse acréscimo, ademais, dificulta a compreensão e a eficácia da norma, pois a obrigatoriedade de contratação e percentuais rígidos conflita com a realidade diversificada.

Mais eficaz é, em nosso entendimento, a concessão de uma faculdade As empresas de contratação de aprendizes além dos percentuais previstos no *caput* do artigo 429 que, em compensação, poderá utilizar essa modalidade de contratação, com menos encargos trabalhistas. Estimula-se, assim, essa modalidade de contratação com a flexibilização dos limites numéricos de contratação imposto pelo dispositivo legal atual.

Por isso, propomos modificação no texto da proposta para permitir que as empresas possam se beneficiar da redução de encargos, prevista para a contratação de aprendizes, e, com isso, inserir um maior número de jovens no mercado de trabalho, com idade entre dezoito e vinte e quatro anos.

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à ementa do PLS nº 176, de 2012, a seguinte redação:

Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação de aprendizes.

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao artigo 1º do PLS nº 176, de 2012, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

‘Art. 429.

§ 3º Cumprida a contratação do percentual máximo de aprendizes fixado no *caput*, é facultada ao empregador a contratação de mais dez por cento do total de empregados do estabelecimento, na condição de aprendiz, com vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos’.” (NR)

Sala da Comissão, 20 de março de 2013. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente, – Senadora **Ana Amélia**, Relatora.

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, de 2012

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 20/03/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: *Senador Waldemir Moka*

RELATOR: *Senadora Ana Amélia*

Bloco da Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sergio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sodré Santoro (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 176, DE 2012

TITULARES						SUPLEMENTES			
Blöco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Blöco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO FAÍM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLÍCY (PT)	X			
ANGÉLA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLÍCY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)	X				3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)	X				4- ANA RITA (PT)				
JOÃO DURVAL (PDT)	X				5- LINDEBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBOERG (PSB)					6- CRISTOVAM Buarque (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Blöco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Blöco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X				1- SÉRGIO SOUZA				
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
CASILDO Maldaner (PMDB)					3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)					4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)					5- ROMERO JUCA (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PP)				
PAULO DAIVIM (PV)	X				7- SÉRGIO PETECÃO (PSD)				
Blöco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Blöco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)	X				1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)					2- CYRIO MIRANDA (PSDB)	X			
VAGO					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYMÉ CAMPOS (DEM)					4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Blöco Parlamentar União e Força (PTR, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Blöco Parlamentar União e Força (PTR, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SODRÉ SANTORO (PTB)					1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			
EDUARDO AMORIM (PSC)					2- JOÃO VICENTE CLAUDIO (PTB)				
JOÃO COSTA (PPL)					3- VAGO				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 20 / 03 / 2013
 OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Atualizada em 19/03/2013

Senador WALDEMAR MOKA

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - EMENDA N° 1-CAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 176, DE 2012

TITULARES						SUPLENTES					
						Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSE, PC do B, PRB)	PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X					1- EDUARDO SUPlicy (PT)		X			
ANGELA PONTELA (PT)	X					2- MARTA SUPlicy (PT)					
HUMBERTO COSTA (PT)	X					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)					
WELLINGTON DIAS (PT)	X					4- ANA RITA (PT)					
JOÃO DURVAL (PDT)	X					5- LINDBERGH FARIAS (PT)					
RODRIGO ROLLEMBERG (PSE)						6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)					
YANESSA GRAZZOTIN (PC do B)	X					7- LÍDICE DA MATA (PSE)					
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)						Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)					
WALDEMIRO MOKA (PMDB)	X					1- SÉRGIO SOUZA					
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)						2- PEDRO SIMON (PMDB)					
CASILDO MALDANER (PMDB)						3- EDUARDO BRAGA (PMDB)					
VITAL DO RÉGO (PMDB)						4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)					
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)						5- ROMERO JUÇA (PMDB)					
ANA AMELIA (PP)	X					6- BENEDITO DE LIRA (PP)					
PAULO DAVIM (PV)	X					7- SÉRGIO PETREÇAO (PSD)					
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)						Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)					
CICERO LUCENA (PSDB)	X					1- AÉCIO NEVES (PSDB)					
LÚCIA VÂNIA (PSDB)						2- CYRIO MIRANDA (PSDB)		X			
VAGO						3- PAULO BAUER (PSDB)					
JAYME CAMPOS (DEM)						4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)					
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)						Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)					
SODRÉ SANTORO (PTB)						1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)		X			
EDUARDO AMORIM (PSC)						2- JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)					
JOÃO COSTA (PPL)						3- VAGO					

TOTAL: 4 SIM: 2 NÃO: 0 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 20/03/2013.
 OBS: O VOTO DO VICE-DE-PROFESSOR NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 13, § 3º - RISF).

Atualizada em 19/03/2013

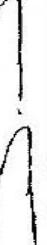

 Senador WALDEMIR MOKA
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - EMENDA N° 2-CASA AO PROJETO DE LEI DO SENADO N° 176, DE 2012

TITULARES					SUPLEMENTES					
bloco	titular	sim	não	autor	abstenção	bloco	sim	não	autor	abstenção
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSE, PC do B, PRB)	PAULO PAIM (PT)	X				Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSE, PC do B, PRB)	1- EDUARDO SUPlicy (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)	HUMBERTO COSTA (PT)	X					2- MARTA SUPlicy (PT)			
WELLINGTON DIAS (PT)	JOÃO DURVAL (PDT)	X					3- JOSÉ SEMENTEL (PT)			
RODRIGO ROJELIEMBERG (PSB)	VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B)	X					4- ANA RITA (PT)			
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PVI)	WALDEMIRO MOKA (PMDB)	X					5- LINDBERGH FARIA (PT)			
	ROBERTO REQUIÃO (PMDB)						6- CRISTOVAM Buarque (PDT)			
	CASILDO MALDANER (PMDB)						7- LÍDICE DA MATA (PSE)			
	VITAL DO RÉGO (PMDB)									
	JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)									
	ANA AMELIA (PP)	X								
	PAULO DAVIM (PV)	X								
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	CICERO LUCENA (PSDB)	X				Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)			
	LÚCIA VÂNIA (PSDB)						2- CYRIO MIRANDA (PSDB)			
	VAGO						3- PAULO BAUER (PSDB)			
	JAYME CAMPOS (DEM)						4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)			
	SODRE SANTORO (PTB)									
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	EDUARDO AMORIM (PSC)	X				Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)			
	JOÃO COSTA (PPL)						2- JOÃO VICENTE CLAUDIO (PTB)			
							3- VAGO			

TOTAL: 42 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: — SALA DA COMISSÃO, EM 20/03/2013.
 OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETIVO DE QUORUM (art. 122, § 3º, RSP)

Atualizada em 19/03/2013


 Senador WALDEMIRO MOKA
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

TEXTO FINAL**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2012**

Acrescenta § 3º ao art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a contratação de aprendizes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 429.

§ 3º Cumprida a contratação do percentual máximo de aprendizes fixado no *caput*, é facultada ao empregador a contratação de mais dez por cento do total de empregados do estabelecimento, na condição de aprendiz, com vagas destinadas a trabalhadores com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de março de 2013. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

II – desapropriação;

III – requisições civis e militares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra;

IV – Águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão;

V – serviço postal;

VI – sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais;

VII – política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores;

VIII – comércio exterior e interestadual;

IX – diretrizes da política nacional de transportes;

X – regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial;

XI – trânsito e transporte;

XII – jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia;

XIII – nacionalidade, cidadania e naturalização;

XIV – populações indígenas;

XV – emigração e imigração, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

XVI – organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

XVII – organização judiciária, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e da Defensoria Pública dos Territórios, bem como organização administrativa destes; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

XVIII – sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais;

XIX – sistemas de poupança, captação e garantia da poupança popular;

XX – sistemas de consórcios e sorteios;

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII – competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais;

XXIII – segurança social;

XXIV – diretrizes e bases da educação nacional;

XXV – registros públicos;

XXVI – atividades nucleares de qualquer natureza;

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

XXVIII – defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional;

XXIX – propaganda comercial.

Parágrafo único. Lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 429. Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional. (Redação dada pela Lei nº 10.097 de 19-12-2000)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º-A. O limite fixado neste artigo não se aplica quando o empregador for entidade sem fins lucrativos, que tenha por objetivo a educação profissional. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 1º As frações de unidade, no cálculo da percentagem de que trata o *caput*, darão lugar à admissão de um aprendiz. (Incluído pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o *caput* ofertarão vagas de aprendizes a adolescentes usuários do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) nas condições a serem dispostas em instrumentos de cooperação celebrados entre os estabelecimentos e os gestores dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo locais. (Incluído pela Lei nº 12.594, de 2012) (Vide)

Art. 433. O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar 24 (vinte e quatro) anos, ressalvada a hipótese prevista no § 5º do art. 428 desta Consolidação, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 11.180, de 2005)

a) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

b) revogada; (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

I – desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

II – falta disciplinar grave; (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097 de 19-12-2000)

III – ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

IV – a pedido do aprendiz. (AC) (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Parágrafo único. Revogado. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

§ 2º Não se aplica o disposto nos arts. 479 e 480 desta Consolidação às hipóteses de extinção do contrato mencionadas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.097, de 19-12-2000)

Seção V
Das Penalidades

Art. 434. Os infratores das disposições deste Capítulo ficam sujeitos à multa de valor igual a 1 (um) salário mínimo regional, aplicada tantas vezes quantos forem os menores empregados em desacordo com a lei, não podendo, todavia, a soma das multas exceder a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo, salvo no caso de reincidência em que esse total poderá ser elevado ao dobro. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

OFÍCIO Nº 41/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que *acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinquenta empregados, e as Emendas nºs 1-CAS e 2-CAS*.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 157 e 158, de 2013**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o **Projeto de Lei nº 122, de 2009-Complementar**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 23, de 2013**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011**.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 23 / 2013 – Presidência / CCJ

Brasília, 20 de março de 2013

Assunto: Decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, do Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011, que “Acrescenta o art. 6º -A à Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, a fim de estabelecer a gratuidade na primeira emissão do documento de identificação do Registro de identidade Civil”, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 23, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2011**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 41, de 2013**, do Presidente da Comissão Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012**.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 41/2013 – Presidência/CAS

Brasília, 20 de março de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012, de autoria do Senador Paulo Bauer, que *acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para tornar obrigatória a contratação de aprendizes maiores de 18 anos pelas empresas com mais de cinqüenta empregados, e as emendas nºs 1-CAS e 2-CAS.*

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 41, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 176, de 2012**, seja apreciado pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2003** (nº 7.032/2002, na Casa de origem, do Deputado Luciano Pizzatto), que *cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2011**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar o embarque gratuito de bagagem que se enquadre em determinados parâmetros, no transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 627, de 2011**, do Senador Humberto Costa, que *dispõe sobre o serviço de guarda de valores e objetos em cofres bancários*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2012**, do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para dispor sobre a aplicação da renda líquida dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia em aperfeiçoamento técnico e cultural de seus integrantes e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2012**, do Senador Jayme Campos, que *altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, para dispor sobre a validade das receitas médicas em todo o território nacional*.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento todos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado e aos Senadores e às Senadoras presentes.

Inicio a lista de inscritos com o Senador Rodrigo Rollemberg, como primeiro orador inscrito, que certamente falará sobre o Dia da Água, V. Ex^a que tem um compromisso com a proteção do meio ambiente e esse recurso tão escasso e, ao mesmo tempo, tão importante para a vida.

V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos, Senador Rodrigo Rollemberg, que, aliás, representa aqui o nascedouro das águas brasileiras: o Centro-Oeste, o Distrito Federal.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sem dúvida. Agradeço a V. Ex^a, Senador Jorge Viana. Cumprimento meus colegas Senadores, Senador Aloysio Nunes, Senador Paulo Paim, Senador Ruben Figueiró, demais Senadores e Senadoras.

Assumo a tribuna, muito feliz, nesta manhã de sexta-feira, para celebrar o Dia Mundial da Água.

A água é o bem mais precioso e se confunde com a própria vida. É um elemento fundamental para garantir a existência humana neste Planeta. Aliás, essa é uma das características deste Planeta, chamado Planeta Terra, que, na verdade, é o Planeta Água, porque quase 80% do nosso território é composto de água, fundamental para todas as atividades humanas essenciais à existência, como a dessedentação de homens e de animais, mas também para as diversas atividades recreativas, de lazer, industriais, da agricultura, da navegação, enfim, os usos múltiplos da água.

Nós avançamos muito no nosso País com a aprovação da Lei nº 9.433, conhecida como a Lei dos Recursos Hídricos, que inovou ao determinar a constituição dos Comitês de Bacias Hidrográficas e definir a bacia hidrográfica como unidade de planejamento das políticas públicas.

Entendo, neste ano em que a Unesco considera, neste dia, o Ano Internacional da Água, celebrado no ano definido pela Unesco como o Ano Internacional de Cooperação pela Água, que devemos buscar instrumentos para fortalecer os Comitês de Bacias Hidrográficas em todo o País. Fortalecê-los, empoderá-los, dar condições para que efetivamente todos os rios brasileiros, todas as bacias hidrográficas brasileiras tenham os seus comitês de bacias funcionando, fazendo com que todos os governos, sejam municipais, estaduais e o Federal, na hora de implementar políticas que afetem aquelas bacias hidrográficas, possam ouvir esses Comitês de Bacias Hidrográficas.

Aqui, no Distrito Federal, já existe o comitê da Bacia Hidrográfica do Paranoá, mas ainda precisamos fazer os Comitês de Bacias Hidrográficas das outras diversas bacias hidrográficas. O nosso País tem uma situação, digamos, privilegiada, 12% da água superficial

do Planeta estão no Brasil, embora esta água esteja mal distribuída. Temos muita água, por exemplo, na região que V. Ex^a representa, Senador Jorge Viana, a Região Amazônica, que é pouco populosa, e, no entanto, temos pouca água em regiões mais populosas, especialmente o Nordeste brasileiro. Ainda assim, temos graves problemas que precisam ser enfrentados, não apenas pelo Governo, mas pelo conjunto da sociedade brasileira.

Há 11 anos, Senador Jorge Viana, tive a honra de participar de uma expedição denominada Caminho das Águas, que desceu todo o Rio São Francisco, desde Pirapora até a foz, mais de 30 dias navegando pelo Rio São Francisco, com a participação de pesquisadores da Universidade de Brasília, por intermédio do seu Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade do Sudoeste da Bahia, em que cada pessoa ali presente, em função do seu perfil, da sua atividade profissional, desempenhava um papel. No meu caso específico, como Deputado Distrital à época e autor da Lei das Águas do Distrito Federal, discutia, mobilizava e fazia reuniões com os prefeitos, com os líderes sociedade local, com os vereadores, conscientizando sobre a importância da implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

E, já naquele época, Senador Jorge Viana, pude atestar diversos problemas muito graves no Rio São Francisco, fruto da ocupação desordenada do solo em toda a Bacia do São Francisco. E é importante registrar que o Distrito Federal faz parte desta bacia, através do Rio Preto que deságua no Rio Paracatu, que, por sua vez, deságua no Rio São Francisco. E o que se viu naquele momento? Todas as vezes que passava próxima a um grande afluente do Rio São Francisco, a barca encalhava, e tínhamos de ficar, às vezes, dois dias no meio do rio, encalhados, até esperar o embarcador, o empurrador, que vinha de uma cidade mais próxima para poder desencalhar a barca. Por quê? Em função do processo de erosão e assoreamento que vem gerando consequências desde os pequenos rios, afetando os grandes afluentes do São Francisco, como o Rio Grande, como o Rio Paracatu, como o Rio Urucuia, provocando esse tipo de problema.

Também pude atestar naquele ocasião que grande parte dos Municípios jogava os seus esgotos *in natura* no Rio São Francisco. Havia, naquele ocasião, um cientista da Universidade de Brasília que coletava as amostras de água do Rio São Francisco, analisava-as e concluía que a água estava imprópria para a dessedentação e até para o banho, ou seja, não tinha um índice de balneabilidade compatível para utilização pela população.

Vejam a gravidade! Isso há 11 anos. E se há um grande desafio pela frente que o Brasil precisa enfrentar e superar é o de ampliação dos níveis de saneamento básico da nossa população. Nós já ofertamos água tratada para um grande conjunto da população brasileira, mas ainda coletamos e tratamos uma parcela muito pequena dos esgotos produzidos especialmente pelas grandes cidades brasileiras. E, neste momento em que se discute a capacidade de investimento do Estado brasileiro, a necessidade de ampliarmos os investimentos neste País, eu diria que uma das prioridades dos investimentos deve se dar exatamente na infraestrutura de saneamento básico que permita ao Brasil cuidar dos seus rios.

Tivemos uma grande discussão durante a votação do Código Florestal e ficou muito claro que hoje um dos maiores desafios brasileiros é fazer com que desenvolvamos o conhecimento científico e tecnológico, produzamos novas tecnologias para que possamos continuar aumentando a nossa produção agrícola, mas sem afetar o meio ambiente ou tendo os menores impactos possíveis em relação ao meio ambiente. Isso é fundamental para a própria sustentabilidade da agricultura brasileira. A preservação, a conservação das nossas áreas de preservação permanente não apenas em função da proteção da biodiversidade, fundamental, mas uma vez, para a produtividade da agricultura, mas para a preservação das águas brasileiras.

Nesse sentido, é importante que o Brasil volte a fazer mapa de solos, porque naquele momento os especialistas disseram, quando se debatia qual deveria o tamanho das áreas de preservação permanente dos rios brasileiros, faltou informação científica, porque o ideal seria que nós estivéssemos definindo em função da declividade, da textura e da espessura dos solos das áreas de preservação permanente. E nós não tivemos condições de fazê-lo por falta de informações científicas, que, disponibilizadas, nos possibilitassem tomar a decisão com a segurança adequada.

Portanto, este é um grande desafio, como é um grande desafio reduzir o desperdício de água e a pouca eficiência no uso de água na própria agricultura brasileira, porque grande parte – a maior parte – da utilização da água do Planeta ainda se dá pela agricultura. O que nós percebemos é a utilização em massa de grandes pivôs centrais, que ainda, além de utilizar muita energia, também utilizam mais água do que o necessário. Nesse sentido, é importante também a evolução científica e tecnológica, para que possamos produzir cada vez mais, utilizando cada vez menos água, como também é fundamental desenvolver novas tecnologias, novas variedades, novos produtos, novas sementes que, adaptadas a períodos maiores

de estiagem, façam com que tenhamos também uma maior produção com menor utilização de água.

Os desafios são muitos. Os desafios são enormes, mas creio que essa é uma agenda que deve unificar a população brasileira, independentemente de corrente política, de partido político, porque o que estamos falando aqui é do interesse nacional, é do interesse das próximas gerações, das futuras gerações, que só disporão de uma qualidade de vida adequada, de uma qualidade de vida igual ou melhor do que a de que dispomos hoje se tivermos água com abundância e água de boa qualidade.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, neste momento, de registrar dois eventos, um que se realizou ontem e outro que se realizará hoje, para celebrar o Dia Mundial da Água. Ontem, tive a honra de participar, na cidade de Ceilândia, aqui no Distrito Federal, que é a principal cidade do Distrito Federal, uma cidade com mais de 400 mil habitantes e está entre as 50 maiores cidades brasileiras, de um movimento que me entusiasmou e me animou a vir aqui para registrar esse momento que considero histórico, naquela cidade onde vi as principais lideranças unidas em torno de dois movimentos. O primeiro deles é o Ceilândia Mais Verde e o outro é uma organização denominada Amigos do Parque.

Essa união da sociedade civil em torno desse movimento Amigos do Parque visa garantir que o Governo do Distrito Federal, através dos recursos de compensação ambiental de que dispõe, possa efetivamente implementar o Parque Ecológico de Ceilândia, que já está criado no papel, mas que ainda não foi implementado de fato.

E aqui eu faço um apelo ao Secretário de Meio Ambiente do Distrito Federal, Eduardo Brandão, para que priorize os recursos da compensação ambiental, que são muitos no Distrito Federal, para imediatamente iniciar, constituir o Plano de Manejo do Parque de Ceilândia e a implantação da infraestrutura adequada, para que aquela cidade, com pouquíssimas alternativas de lazer, possa ter um parque de boa qualidade, dotado de infraestrutura adequada para a população de todas as idades usufruir.

Fiquei impressionado, porque conheci, no filme que apresentaram, um córrego, um pequeno rio, com uma pequena cachoeira que eu não conhecia. Eu que conheço muitos lugares deste Distrito Federal, quase o Distrito Federal todo, mas ontem fui surpreendido por conhecer um rio, que, pessoalmente, não conhecia, belíssimo, ainda preservado, com uma cachoeirinha preservada e que precisa efetivamente se transformar num parque para que toda a população da cidade de Ceilândia possa usufruir.

Quero aqui também saudar o Movimento Ceilândia Mais Verde, que busca conscientizar e mobilizar a população para práticas mais sustentáveis. Isso demonstra, Senador Jorge Viana, que o Brasil está mudando, que a sociedade está mudando, e a própria sociedade está percebendo a necessidade de incorporar novos valores, novas práticas, na sua relação com o meio ambiente, que garanta sustentabilidade, garanta qualidade de vida, não só para estas gerações, mas para as futuras gerações.

As propostas de coleta seletiva, as propostas de educação ambiental, as propostas de mobilização em torno das áreas verdes, da defesa e proteção das áreas verdes da cidade são propostas encampadas pelo Movimento Ceilândia Mais Verde. E aqui eu quero cumprimentar o Presidente do Rotary Club, Paulo Florentino, que coordenou essa reunião, que teve uma participação expressiva de prefeitos comunitários, de lideranças comunitárias, de representantes de Deputados Distritais, da Deputada Distrital Luzia de Paula e de diversas outras lideranças, para a implementação do Parque de Ceilândia e do Movimento Ceilândia Mais Verde.

Quero registrar que terei de me ausentar desta sessão daqui a alguns minutos porque participarei de um evento denominado Projeto Descoberto Coberto, celebrando aqui no Distrito Federal o Dia Mundial da Água. A Bacia do Descoberto é a mais importante do Distrito Federal. Nós temos ali a Barragem do Descoberto, que é responsável pelo abastecimento de quase 70% das águas utilizadas para o abastecimento da população do Distrito Federal.

E temos problemas gravíssimos na Bacia do Descoberto, problemas do lado de Goiás, onde se instalou a cidade de Águas Lindas, que foi uma ocupação que aconteceu de forma muito acelerada e desorganizada, sem que tenhamos ali infraestrutura de saneamento básico, o que gera inúmeros problemas naquela bacia.

Por outro lado, do lado do Distrito Federal, temos, além de invasões de área públicas, na área da Flona, da Floresta Nacional de Brasília, e nós pedimos aqui o empenho, uma atenção especial do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Governo do Distrito Federal, para coibir as invasões ilegais na área da Bacia do Descoberto, na área da Floresta Nacional e, ao mesmo tempo, também a regularização das chácaras que existem lá há muito tempo, para que, efetivamente, possamos ter uma situação fundiária resolvida e que se possa combater as invasões, para que tenhamos ali programas de utilização adequada e toda a região da Bacia do Descoberto.

Ali também temos uma grande produção de hortifrutigranjeiros, daí a necessidade de conscientizar a

população, os agricultores para a utilização, para o manejo adequado dessas lavouras, para não comprometer a qualidade do Descoberto.

A atividade de hoje, que é coordenada pela Adasa, tem como parceiros a Secretaria de Agricultura, o Ibram, a Emater, a Terracap, a Caesb, o Ministério Público do Distrito Federal, o ICMBio e a Associação Pró-Descoberto, que vem realizando um trabalho muito importante na área no sentido de rearborizar ou de arborizar toda a Bacia do Descoberto, as regiões próximas à Barragem do Descoberto, no Distrito Federal, que, como disse, é fundamental para o abastecimento de água de toda a nossa população.

No Distrito Federal, Senador Jorge Viana, nós temos oito bacias hidrográficas, a do Rio Maranhão, do Rio Paraná, do Rio Preto, do Rio São Marcos, do Rio São Bartolomeu, do Rio Corumbá, do Rio Descoberto e do Rio Paranoá.

E, neste momento, ao encerrar o meu pronunciamento, não poderia deixar de falar da importância do Cerrado brasileiro para as águas brasileiras.

Estamos localizados no bioma que perpassa vários Estados brasileiros, que ocupa um quarto do território brasileiro e que é responsável por grande parte das águas das principais bacias brasileiras. Setenta por cento das águas da Bacia do Paraná, do Tocantins e do São Francisco nascem na região do Cerrado brasileiro.

Aqui mesmo em Brasília, muito próximo daqui do Senado Federal, temos a Estação Ecológica de Águas Emendadas, onde ocorre um fenômeno, em que vertem do mesmo lugar águas que vão compor duas nascentes importantes do País e muito próximo dali uma terceira nascente que vai contribuir para a terceira bacia hidrográfica do nosso País.

Portanto, é fundamental preservarmos o Cerrado, é fundamental que não vejamos a região do Cerrado apenas como uma região de expansão da agricultura brasileira, mas que isso seja feito de forma responsável, com ordenamento, com planejamento, com zoneamento, para que possamos garantir a água, a quantidade e a qualidade das águas de toda a Região Centro-Oeste, como também garantir a nossa imensa biodiversidade.

Faço, então, esse apelo.

Já apresentei, Senador Jorge Viana, um projeto...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... que busca garantir os pressupostos para utilização adequada do Cerrado brasileiro como um desdobramento do Código Florestal. Como já temos a nossa Lei da Mata Atlântica, precisamos ter uma lei do Cerrado brasileiro com o objetivo de preservar esse bioma tão importante para as águas brasileiras.

Portanto, neste momento, quero aqui cumprimentar todos os Comitês de Bacias Hidrográficas deste País, todos os militantes que têm dedicado a sua vida em defesa das águas, à qualidade das águas em todo o Planeta e dizer que essa é uma luta por investimentos em saneamento básico, para garantir a universalidade desse serviço para a população brasileira, a universalidade do abastecimento de água potável para toda a população brasileira. Isso deve unificar a agenda do povo brasileiro, acima de qualquer partido político, de qualquer interesse legítimo, divergente, mas que todos possamos estar...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – ... unificados em torno dessa agenda, que é de interesse desta e das futuras gerações de brasileiros.

Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Rodrigo Rollemburg, que inaugura, nesta sessão de sexta-feira, aqui no Senado, as observações e, com muito zelo, cuidado e propriedade, manifesta a importância de celebrarmos aqui o Dia Mundial da Água, que, há duas décadas, foi criado pela Organização das Nações Unidas. Sei do compromisso de vida que V. Ex^a tem com essa questão da água, dos recursos naturais.

Estou certo de que esse movimento criado no Distrito Federal tem muito a fazer ainda, porque aqui é o nascedouro de muitas águas, como bem colocou V. Ex^a.

Convido, para fazer o uso da palavra, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, pelo tempo regimental de 20 minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, caminhamos para o encerramento desta semana, que nos trouxe notícias tristes e preocupantes. A mais triste de todas é a tragédia que se abateu, mais uma vez, sobre a região serrana do Rio de Janeiro, aonde o número de vítimas já chega a 31.

Dois anos depois da tragédia que ceifou 900 vidas, sem que nada tivesse sido feito para mitigar, proteger, corrigir, prevenir novamente os sobreviventes daquela tragédia são castigados.

Notícia preocupante: o rebaixamento do perfil de risco de duas instituições públicas de crédito brasileiro – a Caixa Econômica Federal e o BNDES, com sua subsidiária BNDESPar – em razão da deterioração ou da má qualidade de seus créditos e do baixo nível de provisão de capital para enfrentar situações de estresse financeiro cada vez mais prováveis.

Outra notícia triste, preocupante, acabrunhante é o cancelamento da importação de uma enorme quantidade de soja por parte da China, o que chega a ultrapassar 5% do total das nossas exportações de soja, em razão do engarrafamento dos nossos portos, da precariedade das estradas, da insuficiência das ferrovias, da falta de hidrovias para escoar a nossa produção agrícola, a atestar a total incapacidade do atual governo de romper o gargalo da infraestrutura por falta ou por ineficiência no investimento, por inepcia de atuação das agências reguladoras e também em razão do loteamento político de empresas e instâncias encarregadas de levar isso adiante.

Uma notícia que eu não sei se é triste ou se é boa, Sr. Presidente, é o novo plano de negócios da Petrobras. É boa na medida em que a atual Presidente, Graça Foster, faz o que se chamava antigamente de autocrítica na prática. O novo plano de negócios apresentado pela Presidente da Petrobras procura corrigir erros de planejamento, erros de gestão cometidos nos anos anteriores, em que ela, Graça Foster, era diretora da empresa e a atual Presidente da República era a Presidente do Conselho de Administração.

Em especial, há dois fatos que aponto: a revisão de planos – se é que se pode chamar de plano – de construção de plantas de refino decidida segundo critérios puramente político-eleitorais e a desistência da venda de uma empresa, a refinaria de Pasadena, cuja compra pela Petrobras é, sem meias palavras, pura e simplesmente escandalosa – um escândalo da gestão do Sr. Gabrielli, ex-presidente da empresa.

Volto, Sr. Presidente, aproveitando que V. Ex^a preside a sessão, ao tema da Petrobras. V. Ex^a, o Senador Aníbal Diniz e vários Senadores da situação ocuparam a tribuna, nos últimos dias, em defesa da gestão da Petrobras, depois de que o Senador Aécio Neves, num brilhante discurso pronunciado aqui desta tribuna, destacou os problemas da Petrobras como um caso emblemático da má gestão do governo petista. V. Ex^as se esforçaram, mas – permita-me, meu prezado amigo, Senador Jorge Viana – os argumentos que utilizaram não condizem com o brilho da inteligência de V. Ex^a, muito menos com o tirocínio administrativo que demonstrou nos cargos que ocupou de prefeito e de governador.

Houve, em alguns discursos, Sr. Presidente – não no seu – a demasia de fazer do acionista da Petrobras uma caricatura: aquele velho barão capitalista, de fraque, cartola, com charuto entre os dedos. Esse acionista que hoje é chamado de especulador por partidários do Governo, foi aquele chamado pelo rádio, pela televisão a participar da empreitada da capitalização da empresa em 2010.

Milhares de brasileiros, por meio dos recursos do FGTS – obviamente nós não estamos falando aqui de milionários –, confiaram no governo e na Petrobras e investiram a sua poupança na empresa. Estamos falando de homens e mulheres comuns que, ao longo da existência dessa empresa, vêm comprando ações como forma de poupança para garantir renda e complemento da sua aposentadoria.

Para esses pequenos aplicadores na capitalização, que foram confundidos aqui, nos discursos laudatórios da gestão petista, com especuladores, o prejuízo, desde setembro de 2010, é de aproximadamente 40%.

As ações ONs, que dão direito a voto, foram vendidas, quero lembrar, na oportunidade daquela capitalização, por R\$29,65. Essas mesmas ações valiam, em 18 de março, segunda-feira, R\$17,64, ou seja, um prejuízo nominal até agora de 41%.

Se considerarmos a inflação ocorrida no período, o prejuízo desses pequenos acionistas, entre eles cotistas do FGTS, chega a 49,5%.

O lucro de 2012 da Petrobras – aparentemente quando se olha o número bruto de US\$10,7 bilhões – é impressionante. Mas a Shell, no mesmo período, teve um lucro de US\$27 bilhões.

E, no caso da British Petroleum, que teve que arcar com prejuízos, fazer provisões elevadas para arcar com os prejuízos ambientais acarretados pelo vazamento de óleo no Golfo do México, a comparação ainda é mais gritante.

A British Petroleum teve um lucro, em 2002, de U\$6,8 bilhões e, em 2012, de U\$26 bilhões. Ora, porque tamanho aumento no lucro de uma empresa que enfrenta este problema específico – estou falando da British Petroleum – de uma indenização bilionária?

A razão é simples, Sr. Presidente, mas foi ignorada nos discursos de apoio à atual gestão. E a razão é a seguinte: o preço médio do petróleo, em 2002, foi de U\$23 o barril e, em 2012, de U\$112 o barril. Naturalmente, com tamanha elevação do preço do petróleo, a lucratividade das petroleiras cresceu muito no período.

Mais importante do que discutir a lucratividade, Sr. Presidente, é discutir a produtividade e a capacidade da Petrobras de aproveitar-se da sua condição de quase monopolista para beneficiar a população brasileira. E mais, perguntar o que houve com os recursos de capitalização de cerca de U\$50 bilhões, que, segundo a propaganda oficial da época, fariam do Brasil a Arábia Saudita da América Latina.

Além disso, Sr. Presidente, o que foi feito da enorme elevação das receitas da companhia, já que o petróleo, entre 1995 e 2002, teve o preço médio de U\$20 por barril e, entre 2003 e 2013, de U\$70? Ao invés de aumentarmos, Sr. Presidente, a produção,

o que temos visto são sucessivas desacelerações na produção e, mais recentemente, em 2012 e em janeiro de 2013, uma inequívoca queda na produção do petróleo no Brasil.

Em 1995, o Brasil produziu, em média, 840 mil barris de petróleo equivalente entre óleo e gás natural. A produção, até 2002, último ano do governo Fernando Henrique, subiu para 1,8 milhão barris, o que significa uma elevação, em oito anos, de 115%, ou seja, de 10% ao ano. Durante os governos Lula e Dilma, durante dez anos, portanto, a produção se elevou de 1,8 milhão barris/dia para 2,650 milhões barris/dia. Um aumento, é verdade, mas um aumento de 47%, não em oito, mas em dez anos. A taxa de expansão da produção de petróleo em barris equivalente durante os governos petistas foi de 3,9% ao ano, ou seja, 2,5 menor do que a do período anterior.

Isso significa, Sr. Presidente, que a taxa de expansão da produção de petróleo em barris equivalentes está sendo decrescente a partir do governo Fernando Henrique até o ano presente. E o pior é que a redução desse ritmo de crescimento se dá exatamente no período em que o petróleo quintuplicou de preço. Quer dizer, os investimentos feitos anteriormente, que foram capazes de mais do que dobrar a produção em oito anos, foram executados em uma condição extremamente difícil e muito mais difícil do que a atual, porque não havia naquela época o atual *boom of commodities* e o preço do petróleo, em relação aos investimentos, era muito menor.

Então, sob qualquer critério de julgamento que se utilize, o que se observa é que as últimas gestões da Petrobras, em que a Presidente Dilma esteve intimamente implicada, perderam uma oportunidade fantástica de dar ao Brasil, de fato, a autossuficiência na produção de petróleos e derivados.

Não adianta, Sr. Presidente, jogar a culpa da queda do preço das ações da Petrobras na suposta crise do mercado acionário. Na semana passada, o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York, como fez todos os dias na semana passada, bateu o seu recorde histórico, e também a Bolsa de Londres experimenta altas expressivas e atinge os maiores níveis desde a crise de 2008. O valor de mercado da empresa depende, em tese, do preço do petróleo, que, como vimos, vem subindo seguidamente ao longo dos anos. Isso ocorre porque os custos de produção sobem menos do que as receitas.

A questão que interessa é se os ganhos decorrentes da elevação do preço do petróleo são compartilhados pela população mediante ganhos de eficiência ou se são desperdiçados mediante erros de gestão e de estratégia.

Fala-se também que há uma grande defasagem dos preços praticados pela empresa, porque foi obrigada, erroneamente, a servir, digamos assim, de contrapeso para a subida da inflação. Em parte, isso é verdade, porque, hoje, o preço da gasolina por litro nos Estados Unidos, por exemplo, está em torno de R\$2,00, R\$2,10, se fizermos a equivalência em dólar. Ora, no Brasil, o preço é de R\$2,90 a R\$3,00 – é o que se vê nos postos de Brasília.

É claro que, ainda que haja muito imposto embutido no preço da gasolina, a defasagem não é algo que possa ser alegada para justificar o mau desempenho da empresa.

Talvez, Sr. Presidente, uma das explicações esteja no próprio número que V.Exa citou no discurso que fez a respeito das gestões petistas da Petrobras: o aumento do número de empregados de 46 mil para 85 mil, nos governos do PT. Mais empregados, menos produção, o que significa? Significa menor produtividade, evidentemente. E quem conhece o mercado de petróleo, quem negocia com ações de empresas petroleiras tem o olho na produtividade.

Outra explicação sobre a atual situação difícil que atravessa a empresa são os investimentos errados no refino, que foram feitos com muito atraso, mal planejados e utilizados de forma desastrosa. De tal forma que, hoje, a Petrobras, Sr. Presidente, é uma das grandes responsáveis pelo déficit da nossa balança comercial.

Eu não quero nem me estender aqui sobre a célebre compra da refinaria de Pasadena.

Mas, voltando ao refino, a Presidente Graça Foster anuncia uma reavaliação dos planos de construção de duas Refinarias: Premium I e Premium II.

A Refinaria Abreu e Lima, em construção em Pernambuco, é outro caso que deveria servir de tese de doutoramento para quem quisesse estudar má gestão, insuficiência de planejamento, demagogia nas decisões e aumento desenfreado de custos.

A avaliação inicial do custo da empresa sobre a qual foi decidido o investimento era de US\$2,5 bilhões, e 40% do custo seriam bancado pela empresa de petróleo da Venezuela. A última correção da avaliação do custo desta refinaria já atinge US\$17,5 bilhões, ou seja, um aumento de 600% no custo projetado. Como é possível que uma empresa da qualidade técnica da Petrobras, que tem quadros no valor dos quadros dos colaboradores dessa empresa, possa cometer tamanho erro de avaliação? E eu não sei até quando esse preço vai subir.

Sr. Presidente, a produção da Petrobras tem diminuído ao longo dos últimos anos – é um dado indiscutível que se encontra nos próprios números oficiais. A média da produção da Petrobras em 2010, no ano da

capitalização, foi de 2,583 milhões de barris equivalentes por dia. Em 2011, a empresa apresentou um crescimento insignificante, com a variação de mero 1,5%.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Só para concluir, Sr. Presidente.

É totalmente injustificável resultado tão decepçãoante, diante da massa de recursos disponíveis para investimentos e das jazidas que essa empresa detém. O pior, entretanto, é que, em 2012, a média da produção caiu 0,5%. E no mês de janeiro último a produção, comparada com janeiro de 2012, teve uma queda de mais de 4%.

A verdade, Sr. Presidente, é que a queda na produção da Petrobras se explica pela virtual paralisação da prospecção de novas áreas de exploração. E essa paralisação se deve a malsinada decisão da mudança do marco legislativo que rege os investimentos da Petrobras. Trocou-se um modelo de sucesso, um modelo de êxito, por uma aventura – e quem o diz é o ex-presidente da ANP – Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima, que, em declarações dadas à revista *Piauí*, afirma que nenhuma nova área foi licitada desde a aprovação do novo marco regulatório, exatamente pelas indefinições trazidas pelo modelo. E essa seria, segundo ele, a grande ameaça à produção nacional de petróleo. Os campos antigos estão se exaurindo, o que é natural, mas os novos campos não estão sendo desenvolvidos na velocidade necessária para reposição e expansão.

Então, Sr. Presidente, não é o caso de se apontar como responsáveis pela queda patrimonial da Petrobras manobras de especuladores do mercado acionário. A queda das ações da Petrobras é uma consequência lógica e inevitável de um processo de deterioração da capacidade operacional da empresa, deterioração essa que o Governo deve explicar, por meio de seus representantes nesta Casa, e que tem sua raiz na mudança do marco regulatório, que foi responsável pelo virtual alcance da autossuficiência do petróleo, que, hoje, infelizmente, não continuou; pelo contrário, retroagiu.

Ouço o aparte, se V. Ex^a permitir, Sr. Presidente, do Senador Aníbal Diniz.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, é sempre uma honra ouvi-lo, pela qualidade dos seus argumentos e também pela qualidade das informações que V. Ex^a traz ao debate.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Excelência.

O Sr. Aníbal Diniz (Bloco/PT – AC) – Primeiro, tenho que reconhecer que V. Ex^a é um grande brasi-

leiro, um brasileiro que contribui muito para esta Pátria que todos amamos e por cujo sucesso torcemos muito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado. Igualmente a V. Ex^a.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – No que diz respeito à Petrobras, vejo a preocupação de V. Ex^a como legítima. Vejo, inclusive, que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, tomamos todo o cuidado no tratamento aos acionistas da Petrobras, porque, juntamente com o Governo brasileiro e o povo brasileiro, os acionistas são os donos da Petrobras, são os que mantêm a Petrobras. No entanto, acredito que, a partir dessa entrevista recente que a Presidente Graça Foster deu ao *Correio Brasiliense* e ao *Valor*, são postas informações importantes no que dizem respeito à retomada da produção, com garantia de que, em 2014, a Petrobras voltará a sua plena efetividade na produção com a colocação em funcionamento das plataformas P-63, P-55, P-58 e P-61.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Tomara.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Todas estão previstas para entrar em funcionamento já agora. Elas estão sendo finalizadas em 2013 para entrar em funcionamento em 2014. Em relação à diminuição do lucro da Petrobras, fato assumido, em primeira mão, pela própria Presidenta Graça Foster – o que é algo elogiável porque ela pôs, de maneira muito transparente, o que estava se passando –, nós tivemos uma redução, sim, de US\$36 bilhões para US\$21 bilhões. Quer dizer, tivemos uma redução no lucro, mas, efetivamente, não tivemos prejuízo. E isso acontece no momento em que todas as grandes petrolíferas no mundo tiveram também um decréscimo nos seus rendimentos, nos seus lucros, e nós tivemos uma defasagem importante na importação dos derivados, que tem tudo a ver com o preço da *commodity* no plano internacional. Também não podemos negar que o subsídio que a Petrobras mantém sobre o preço do combustível no Brasil é algo que tem um custo econômico para um benefício social. O que seria do Brasil e dos brasileiros se, hoje, a Petrobras estivesse praticando para a gasolina um preço para garantir uma margem de lucro que mantivesse o seu equilíbrio? Isso seria muito ruim. O que nós temos de fazer, em primeiro lugar – e isso eu faço com muita tranquilidade –, é dar garantia ao acionista de que a Petrobras é uma empresa muito sólida e, mesmo que ela passe por um período de turbulência, não tem nenhum risco de o investidor perder. A Petrobras continua sendo um grande investimento para os brasileiros. Se essa lucratividade menor em 2012 não for retomada plenamente em 2013, com certeza, a partir de 2014, será retomada. E a gente quer passar para o

povo brasileiro que a decisão de fortalecer a Petrobras é uma decisão inequívoca, tanto no governo do Presidente Lula quanto no governo da Presidenta Dilma. Se a Petrobras tem sido utilizada para, digamos, dar sustentáculo à balança comercial do Brasil, inclusive para a estabilidade da moeda e o controle da inflação, eu diria que ela está cumprindo com o papel social e não pode ser criminalizada por isso. Eu acho que ela está contribuindo para essa estabilidade do Brasil, que, inclusive, conseguiu sobreviver a esse momento de crise internacional que afundou importantes países da Europa e os EUA. Essa contribuição da Petrobras é algo que nos orgulha, porque nós temos uma empresa tão sólida ao ponto de ela ajudar o Brasil a estar estável no momento de crise profunda no plano internacional.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Obrigado, Senador Anibal Diniz. V. Ex^a sabe da amizade e da admiração que tenho por V. Ex^a. No entanto, V. Ex^a se equivoca quando diz que nós queremos criminalizar a Petrobras. Quem deve ser criminalizado, me perdoe, é quem compra por US\$1.180 bilhão uma refinaria que havia sido negociada um ano antes por US\$42 milhões de dólares, ou seja, o ex-Presidente da Petrobras, o Sr. Gabrielli.

Em segundo lugar – V. Ex^a não me deu a honra de ouvir a primeira parte do meu discurso –, eu aponto, contrariamente ao que diz V. Ex^a, que grandes empresas petrolíferas no mundo, como a Shell e a British Petroleum, apresentaram aumento nos seus lucros, e aumento fantástico. Por quê? Porque o preço do petróleo vai muito bem.

Em terceiro lugar, me referi também à diferença que há entre o preço da gasolina nos EUA e o preço da gasolina com a qual nós abastecemos nosso carro aqui em Brasília. A diferença não é tão grande assim, ainda que se considere o volume de impostos obtidos no preço da nossa gasolina. Ora, utilizar a Petrobras para segurar a inflação que o Governo não consegue segurar com a sua política macroeconômica, tenha paciência! Como segurar também passagem de ônibus, o preço da abobrinha, o preço da mandioca. Aonde vamos chegar, Sr. Presidente? Vamos voltar ao controle de preços? Esse tipo de política econômica de utilização das empresas públicas como mecanismos de controle da inflação, das tarifas públicas, dos preços públicos, dos preços praticados pelas empresas públicas como método de controle da inflação levou à crise do setor público brasileiro no final do regime militar.

Então, não é uma política que deva ser seguida. Não é uma política sustentável.

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Quanto à balança comercial, meu querido amigo, Senador Aníbal Diniz, o que ocorre é exatamente o contrário. Antes, importava-se petróleo e exportavam-se derivados. Agora, exporta-se petróleo e importam-se derivados, ou seja, nós estamos importando produtos de maior valor agregado e exportando produtos de menor valor agregado. Esse é um fator de desequilíbrio da balança comercial brasileira, meu querido amigo, Senador Aníbal Diniz, ao contrário do que afirma V. Ex^a. Hoje, a política errada adotada pela Petrobras levou a essa situação.

A Presidente Graça Foster começa, no seu plano de negócios anunciado esta semana – e me referi a isso no início do meu discurso –, a fazer, digamos assim, autocrítica na prática dos erros gritantes cometidos na gestão anterior, e que não ocorreu outra. Ocorreu, na gestão Lula, Dilma, com a presença da Senhora Presidente da República, à época Chefe da Casa Civil e antes Ministra de Minas e Energia, na presidência do Conselho de Administração.

Tomara, Sr. Presidente, que o Governo consiga se redimir dos erros do passado. Tomara! E nós estaremos vigilantes aqui. Esta é a nossa função.

Aprecio, no aparte que V. Ex^a me fez há pouco, meu querido amigo, Senador Aníbal Diniz, que V. Ex^a não bateu na tecla que outros companheiros seus fizeram soar ao longo da semana, demonizando a oposição. Ainda ontem, uma ilustre representante do PCdoB aqui no Senado quase que nos chamou de inimigos da Pátria, porque apontamos erros na gestão da Petrobras que os próprios funcionários da Petrobras reconhecem e que a própria presidente atual da Petrobras reconhece, e esse é o papel da oposição.

Oxalá consigamos corrigi-los, eles consigam corrigi-los. Nós estaremos aqui, para vigiar e para cobrar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que sempre nos traz temas de interesse nacional.

Eu queria convidar a fazer uso da palavra o Senador Aníbal Diniz, mas, antes, não posso deixar de fazer o registro – e sei que o Senador Aníbal também o fará – da presença neste plenário, Senador Aloysio, do Deputado Taumaturgo Lima, que é um ilustre Deputado Federal pelo Acre; do Deputado Estadual Geraldo Pereira; do Deputado Estadual Jonas Lima e também dos Vereadores Rose Costa e Marcelo Macedo, que nos estão dando o privilégio da visita. São todos do Acre, de Rio Branco, e logo conversaremos um pouco. Eles nos dão a honra de estarem aqui. Eu queria anunciar a todos de Rio Branco e do Acre o privilégio de termos aqui, nesta sexta-feira, pela manhã, esses convidados.

Mais uma vez, quero cumprimentar V. Ex^a, Senador Aloysio, pelo pronunciamento. É um tema cativante e estratégico para o País, mas, lamentavelmente, eu não pude estar aí embaixo para também ter o privilégio de apartá-lo. Fica para uma próxima oportunidade, pois, certamente, V. Ex^a trará novamente esse tema, já que é um dos temas que requerem o envolvimento de todos nós.

Com a palavra, o Senador Aníbal Diniz, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^{mo} Sr. Presidente, Senador Jorge Viana; Srs. Senadores; telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, quero fazer um cumprimento muito especial ao Deputado Federal Taumaturgo Lima, que nos honra e que tem tido uma atuação brilhante e comprometida em defesa do Estado do Acre, e aos Deputados Estaduais Geraldo Pereira e Jonas Lima, que, ao lado do Governador Tião Viana, têm sido um suporte fundamental para as decisões mais importantes que a Assembleia Legislativa do Acre tem tomado em defesa do povo do Acre, em defesa dos investimentos, em defesa de todos os avanços que continuam sendo empreendidos naquele Estado desde que tivemos a experiência de Jorge Viana como Governador, depois com Binho Marques como Governador e, agora, com o Governador Tião Viana, que nos tem honrado muito com grandes empreendimentos, com grandes investimentos e com grandes programas sociais, visando a melhorar a qualidade de vida, o nível de renda e a capacidade de enfrentamento de crise do povo acriano.

Quero também saudar dois Vereadores da nossa capital que estão aqui presentes, o Vereador Marcelo Macedo e a Vereadora Rose Costa, dois companheiros do Partido dos Trabalhadores, que têm dado uma contribuição muito importante na capital acriana, administrada pelo Prefeito Marcus Alexandre.

Sejam todos muito bem-vindos ao plenário do Senado Federal!

Cumprimento ainda João Lima, que também está aqui presente.

São todos muito bem-vindos e nos honram muito com a sua presença neste ambiente!

Eu não vou ocupar o meu tempo novamente fazendo aqui a defesa da Petrobras e do BNDES, que têm sido motivo de críticas repetidas da oposição neste plenário, mas é preciso deixar claros alguns posicionamentos que têm um sentido filosófico na nossa vida. A gente tem de externá-los ao povo brasileiro, para não passar qualquer sinal de omissão, Senador Paim, que nos honra com sua presença.

Existe um fenômeno chamado “o estouro da manada”, que é muito comum em economia. Esse fenômeno ocorre quando a gente se depara com uma situação em que o povo pode entrar em polvorosa por um fenômeno. Imaginem só se sair uma manchete dizendo que o Banco do Brasil vai quebrar! Imaginem quantos correntistas correriam atrás de arrancar suas poupanças e poderiam levar, sim, uma instituição da máxima credibilidade ao risco de quebra!

A gente fala que a oposição joga contra a Petrobras porque ela fica batendo na tecla de que a Petrobras é uma empresa que está sob risco. Imaginem se os milhões de acionistas que tem a Petrobras se sentirem ameaçados de terem seus rendimentos diminuídos ou de terem prejuízo! Pode acontecer, sim, um fenômeno de uma grande venda de ações, e, aí sim, as ações poderão sofrer uma queda.

A Presidenta Graça Foster já mostrou claramente que tem absoluto controle da situação da Petrobras e que tem absoluto conhecimento dos problemas que a Petrobras está vivendo e já tem um plano estratégico estabelecido para dar os passos que se fazem necessários para que a Petrobras volte a ter os níveis de lucro anteriores. Falo de níveis de lucro, porque a Petrobras não teve prejuízo, mas teve uma redução dos seus lucros, de R\$36 bilhões em 2011 para R\$21 bilhões em 2012, ou seja, mantém uma lucratividade importantíssima. E nós temos que deixar claro ao acionista que essa situação não requer nenhum tipo de atitude precipitada por parte do acionista. O acionista pode ficar certo de que a Petrobras está em boas mãos e de que a Presidenta Dilma e o Presidente Lula são dois defensores árduos e decididos desse patrimônio, que é um patrimônio nacional da máxima importância para o povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, venho hoje à tribuna para fazer um relato da agenda que cumprí ontem no Rio de Janeiro com o Governador Tião Viana, no momento em que foi assinado o primeiro acordo subnacional a respeito de crédito de carbono. Foi um acordo firmado entre o Governo do Acre e o Governo do Rio de Janeiro, tendo como financiador o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

É um ato, Sr. Presidente, da máxima importância neste momento, no cenário internacional, porque sabemos que a crise na Europa e nos Estados Unidos comprometeu também o mercado de carbono, que é um mercado ainda incipiente, um mercado que ainda não se consolidou. É claro que, com a crise na Europa e nos Estados Unidos, automaticamente, os investimentos na área de mercado de carbono, que estavam começando a acontecer, também tiveram um refluxo importante. Dessa vez, temos um contrato

que é o primeiro acordo subnacional, porque envolve duas federações do Estado brasileiro, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Acre, para tratar de crédito de carbono.

Graças a todos os esforços empreendidos ao longo da história do Estado do Acre, graças ao movimento de resistência socioambiental liderado por Chico Mendes, por Marina e por muitos outros lutadores em defesa da floresta, graças a esse enfrentamento, graças às políticas públicas que foram empreendidas a partir de 1999, quando V. Ex^a assumiu o Governo do Acre, Senador Jorge Viana, e a partir de todos os empreendimentos feitos, do Zoneamento Ecológico-Econômico, do respeito e da valorização da vocação natural do Acre, que é uma vocação florestal, o Estado do Acre conservou e mantém hoje 87%, 88% de sua floresta preservados. Isso é muito importante.

O Rio de Janeiro é um Estado industrializado, um Estado que tem uma grande população, um Estado que tem uma grande emissão de gases poluentes. Então, temos aí uma parceria perfeita, que é uma parceria entre um Estado que tem uma preocupação ambiental e que tem desafios a serem superados, que é o Estado do Rio de Janeiro, e o Estado do Acre, que pode oferecer serviços de sequestro de carbono, por conta da preservação de 87%, 88% de suas florestas.

Isso tudo faz com que a gente dê um significado especial ao ato do qual tive a honra de participar ontem, na sede do BNDES, no Rio de Janeiro. Foi um ato presidido pelo Presidente do BNDES, o Sr. Luciano Coutinho. Estavam presentes o Secretário de Meio Ambiente do Rio de Janeiro, Carlos Minc; o Governador Tião Viana; o Secretário de Meio Ambiente do Acre, Carlos Edegard de Deus; o Secretário Estadual do Instituto de Mudanças Climáticas, Eufran Amaral. Estava presente também o Dr. Guilherme Lacerda, que é um Diretor do BNDES que cuida de muitas áreas ao mesmo tempo. Ele é diretor da área de infraestrutura, que trata de todos os investimentos agropecuários. Os investimentos infraestruturais nos Estados também passam pela Diretoria do Dr. Guilherme Lacerda. Agora, ele está atuando também, com especial atenção, no Fundo da Amazônia, no qual trabalha.

Nós tivemos uma reunião de trabalho muito importante entre o Governo do Estado do Acre e o BNDES, para tratar justamente do financiamento, a partir do Fundo da Amazônia, para a efetivação do CAR – Cadastro Ambiental Rural –, no Estado do Acre, para que seja completamente legalizada a situação daqueles produtores que ainda têm algum tipo de passivo ambiental.

Então, isso é muito importante, porque esses esforços todos reunidos trazem maior segurança, no sentido de que o Acre vai continuar seu projeto de de-

senolvimento sustentável com o apoio do BNDES, que é esse importante banco de incentivo ao desenvolvimento, que é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que não tem como premissa central o lucro, mas, sim, o desenvolvimento econômico, o fortalecimento do Brasil.

Dessa forma, esse ato foi da máxima importância para o Governo do Acre, para o Governo do Rio de Janeiro e também para o BNDES.

Quero ressaltar aqui, Sr. Presidente, o quanto importante foi o pronunciamento do Secretário Carlos Minc, Secretário do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, porque ele conseguiu mostrar, de maneira muito eficiente – ele foi uma pessoa muito convincente no seu discurso –, que a política de valorização do crédito de carbono nada mais é do que dar as condições para aquele povo, para aquele Estado que preserva a sua floresta e que contribui para o sequestro de carbono, para as famílias sobreviverem sem ter de desmatar. Na medida em que temos alternativa de financiamento, na medida em que temos serviços ambientais remunerados, aí sim, temos maior garantia de que a floresta será preservada.

Esse tem sido basicamente o princípio norteador, tem sido a nossa bússola, no Governo do Acre, desde que V. Ex^a, Senador Jorge Viana, assumiu o Governo do Estado. O objetivo central é dar uma contribuição ambiental ao Brasil e ao mundo.

Para isso, precisamos preservar a floresta, mas, para preservá-la, precisamos dar condições de vida para os povos que a habitam. E, nesse sentido, todos os empreendimentos têm sido adotados, muitos investimentos aconteceram. Temos, na cidade de Xapuri, um empreendimento da máxima importância para esse projeto, que é a indústria de preservativos de borracha natural, a indústria de preservativos masculinos, que tem como matéria-prima a borracha natural. A produção é de 100 milhões de preservativos por ano, e 100% dessa produção são adquiridos pelo Ministério da Saúde. Ontem mesmo, nessa conversa com o Governo do Rio de Janeiro, estabeleceu-se a possibilidade de o Rio de Janeiro também comprar esses preservativos, aumentando a nossa produção, que, no futuro, não vai ser mais de 100 milhões de preservativos por ano, mas de 200 milhões de preservativos, e o Rio de Janeiro pode vir a comprar parte dessa produção.

A mesma coisa se dá em relação à castanha. A nossa castanha é produzida e gerenciada pela Cooperacre, que é uma cooperativa superavitária, que tem um trabalho excepcional no Estado do Acre, comprando toda a castanha e beneficiando-a. Ontem, no Rio de Janeiro, foi apontada a possibilidade pelo Secretário Carlos Minc de que o Rio de Janeiro adote em

suas escolas a castanha como suplemento alimentar, o que vai dar uma importante contribuição no sentido da garantia da proteína necessária para os estudantes da rede pública do Rio de Janeiro. Essa castanha será comprada do Estado do Acre, como um esforço exatamente de garantir a produção natural por aqueles homens e mulheres que protegem a floresta.

O castanheiro, aquele que, a cada safra, retira a castanha e faz sua comercialização para a cooperativa Cooperacre, tem o maior interesse do mundo de que as castanheiras sejam preservadas. Portanto, eles próprios são os guardiões por excelência da floresta. Os seringueiros também são guardiões por excelência da floresta. Então, todas as possibilidades que pudermos desenvolver no sentido de encontrar mais parcerias para a comercialização de crédito de carbono, tudo isso vai contribuir com o seringueiro, com o castanheiro, com o piscicultor, que também está aderindo a esse grande programa de piscicultura do Acre. A piscicultura é outra categoria econômica no Estado do Acre, outro segmento importante. O piscicultor agride muito pouco o meio ambiente. Em vez de utilizar uma grande extensão de terra para a criação de gado, por exemplo, o piscicultor, com uma pequena extensão, consegue fazer uma produção importante com uma lucratividade maior, sem agressão ao meio ambiente.

Então, esses aspectos todos estão hoje presentes nessa política de desenvolvimento sustentável que teve início com o Governador Jorge Viana, que teve aprofundamento com Binho Marques e que, hoje, dá um passo além com o Governador Tião Viana.

Quero externar todo o meu contentamento em poder ver concretizada uma coisa que era um sonho e que, aos poucos, caminha para se tornar uma realidade.

Ouço, com muita atenção, o Senador Jorge Viana, que muito nos honra ao acompanhar esse pronunciamento.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Aníbal, eu queria só cumprimentá-lo. Lamentavelmente, ainda há pouco, houve um debate com o Senador Aloysio, um debate elevado sobre a Petrobras. Fiquei muito feliz de ver V. Ex^a, que estudou esse assunto também, fazendo a defesa daquilo que é patrimônio do Brasil. A gente pode dizer que o aparte de V. Ex^a estava muito vinculado à realidade, às mudanças para melhor que a Petrobras está experimentando, para superar os desafios que ela, outras companhias e o mundo vivem. Mas eu queria, antes de tudo, dizer que eu tinha combinado, inclusive com o Tião, com o Governador Tião Viana, que eu acompanharia também esse ato da maior importância, realizado ontem, assinado com o ex-Ministro e hoje Secretário de Meio Ambiente do Rio, Carlos Minc. O Acre começar a fazer escola. No fundo, é um trabalho

feito no Acre, e, de alguma maneira, tive meu papel de colaboração, bem como V. Ex^a, que acompanhou todo o meu governo. Depois, o Governador Binho deu passos importantes, assinou acordos com a Califórnia. Hoje, posso dizer que o Acre é o Estado que mais se preparou, que mais criou condições para bem usar seus recursos naturais. Eu vou já fazer um pronunciamento sobre o Dia Mundial da Água. Quero dizer que lamento não ter podido estar lá ontem, mas eu me senti representado por V. Ex^a na assinatura. Nós estamos nos dividindo aqui, não é? Um fica, o outro vai. Mas sempre estamos na defesa dos interesses do Acre. E quero dizer que organizações como o BNDES, o Banco Mundial (BID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) apoiam os projetos do Acre, porque são projetos com consistência, são projetos que tem um envolvimento dos movimentos sociais e da sociedade e um compromisso com a conservação dos recursos naturais. No Acre, a busca incessante nossa é de consolidar as bases do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável mexe com a qualidade de vida, com a atividade econômica sustentável, com geração de emprego, com uma sociedade mais justa, que são princípios que estão colocados na vida daqueles que têm compromisso, através da política, com a promoção de um mundo melhor, de uma sociedade melhor. Então, eu só queria parabenizá-lo por esse pronunciamento e dizer que me senti representado por V. Ex^a ontem, na assinatura do ato, a que eu não pude ir, do Governador Tião Viana, do Governo do Acre, com o Governo do Rio de Janeiro.

Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana. Quero transmitir aqui a V. Ex^a o quanto de respeito o Estado do Acre tem hoje junto ao BNDES. Isso ficou muito expresso na reunião de trabalho que tivemos com o Dr. Guilherme Lacerda. Ele pôde historiar um pouquinho sobre os passos todos que foram dados nos últimos 14 anos no Estado do Acre, sempre com a contribuição do BNDES, em uma demonstração inequívoca de que o sentido maior desse banco é realmente contribuir para o desenvolvimento econômico e social do nosso Brasil, nos mais diferentes pontos deste imenso País, e ajudando comunidades isoladas de que não se faz ideia que sequer existam, e lá está a presença do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Portanto, têm o nosso maior respeito o princípio e a forma responsável com que a direção do BNDES conduz os seus destinos.

E para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui uma leitura da nota técnica encaminhada pelo Governo do Acre para explicitar o que foi esse acordo binacional assinado, ontem, entre o Governo do Estado do Acre e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, tendo o BNDES como financiador. Ao mesmo tempo,

gostaria de solicitar, Sr. Presidente, a sua publicação na íntegra, para que constasse dos *Anais do Senado Federal* este documento que considero da maior importância, como bem frisou o Senador Jorge Viana, porque se trata do início de um mercado de carbono no plano nacional. É o primeiro acordo subnacional entre dois Estados brasileiros, entre duas unidades da Federação, para tratar especificamente sobre crédito de carbono, iniciando assim um mercado que, quem dera, e se Deus quiser e os esforços todos empreendidos tiverem o sucesso que nós esperamos, no futuro será algo que vai contribuir muito para o desenvolvimento da nossa Amazônia, de todos os Estados amazônicos.

Então, diz a nota de cooperação técnica do Governo do Acre com o Governo do Estado do Rio de Janeiro:

O Estado do Acre, a partir de 1999, experimenta um novo ciclo de desenvolvimento baseado fortemente no manejo sustentável dos seus recursos florestais, nas raízes culturais de sua população, na credibilidade do crescimento da economia regional e na inauguração de uma cultura de gestão eficiente, tanto no setor público quanto no setor privado.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem assumido um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável do Estado do Acre. O ZEE [que é o Zoneamento Ecológico-Econômico], constitui-se num instrumento norteador entre o Governo e a sociedade acerca das estratégias de gestão do território e promoção de investimentos públicos e privados. A fim de regularizar o passivo ambiental das propriedades rurais acumulado nos últimos dez anos, o Governo do Estado criou a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, lançada em 12 de setembro de 2008. As áreas prioritárias para implementação dessa política são as de influência direta das rodovias federais (BR-364 e BR-317) e estaduais, sendo estas áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posse, médios e grandes pecuaristas e áreas florestais de seringais.

Para estabelecer uma base sólida, para desenvolver mecanismos de valorização da floresta, o Governo do Acre elaborou, junto com a sociedade civil, a Lei nº 2.308, de 2010, que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). A Lei do Sisa estabelece um conjunto de princípios, instituições e instrumentos capazes de proporcionar uma estrutura adequada para o desenvolvimento de um setor econômico inovador do século XXI: a valorização

econômica da conservação do meio ambiente, através de incentivos aos serviços ambientais. A Lei do Sisa cria um arranjo institucional necessário para promover iniciativas no Estado e fazer a sua conexão com o mercado e, explicitamente, prevê a harmonização e articulação com um futuro sistema nacional, sistemas subnacionais e potenciais sistemas internacionais de incentivos para serviços ambientais. As negociações com o Estado do Rio de Janeiro datam ainda do ano de 2010, sendo que a diretriz principal sempre foi a de convergir os objetivos da Lei Federal nº 12.187, de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), e das Leis Estaduais no Rio de Janeiro, a Lei nº 5.690, de 14 de abril de 2010, que instituiu a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e de Desenvolvimento Sustentável, e a Lei Estadual do Acre, a Lei nº 2.308, de 2010, que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). Neste sentido, durante a Rio+20, em 26 de junho de 2012, assinou-se o Termo de Cooperação entre os Estados, que tem por objeto expressar a vontade dos partícipes em cooperar, na busca de ações conjuntas que contribuam para a redução dos impactos da mudança de clima para um meio ambiente mais saudável; em aperfeiçoar a qualidade de vida nos Estados do Acre e no Estado do Rio de Janeiro; bem como em promover uma cooperação mais ampla entre os Partícipes, no que tange a problemas ambientais, com suas respectivas competências e baseado nos princípios da reciprocidade, intercâmbio de informações e benefício mútuo entre os dois Estados.

O Novo Acordo de Cooperação Técnica [que foi assinado ontem], agora contando com o BNDES, tem como objetivo principal contribuir para a eficiência da economia brasileira em carbono e envidar esforços para propiciar o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais brasileiro. E desta forma avançar em três pontos específicos: promover o inventário de carbono das empresas e análise de viabilidade e dos mecanismos que possam contribuir para a estruturação de um mercado de permissões de emissões de GEE [gás de efeito estufa] no Brasil (“Mercado de Permissões”); avançar na estruturação de uma rede de conhecimento em economia de baixo carbono (“Rede Brasil Carbono Eficiente”); e realizar estudo de viabilidade de estruturação de uma bolsa de ativos ambientais.

Além disso, o Acordo de Cooperação prevê a possibilidade de adesão futura de outros órgãos e entes da Administração Pública Direta e Indireta, nos níveis federal, estadual e municipal, que possam contribuir com suas competências técnicas pertinentes aos escopos do [atual] Acordo. A valorização dos serviços ambientais providos pelos produtores e protetores da floresta tem que ser um meio, e não fim, de garantir produção sustentável ou fortalecimento de cultura e maior proteção dos recursos naturais. Neste contexto o REDD [que é o esforço pela emissão das emissões por desmatamentos e degradação] é mais um dos instrumentos para ajudar nesta árdua missão de reduzir desmatamento na Amazônia, e a consolidação do mercado brasileiro de emissões pode se constituir num passo importante desta valorização.

O Acre busca esta ajuda interessada, para que através da ampliação dos investimentos no Sisa se tenha a garantia da redução de emissões e ampliação dos programas de desenvolvimento sustentável.

Foi esse o teor do acordo assinado ontem com o Governo do Rio de Janeiro, dando início a um mercado que pode vir a ser muito promissor, tanto no plano interno, quanto no plano internacional, e foi o primeiro acordo subnacional envolvendo duas unidades da Federação, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado do Acre, para o mercado de carbono e, dessa maneira, há uma possibilidade de remuneração por serviços ambientais.

Tenho certeza de que o agricultor que trabalha adequadamente as exigências ambientais, o seringueiro, o castanheiro, aquele produtor, o piscicultor que também procura ter a sua atividade sempre pautada pelo respeito ao meio ambiente estarão sendo reconhecidos e remunerados e, dessa maneira, a gente estará dando uma grande contribuição para a preservação da Amazônia e para o equilíbrio climático do planeta.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção, pela deferência e agora tenho que sair às pressas para o aeroporto, porque temos agenda a cumprir no Estado do Acre e temos três horas de voo daqui de Brasília para Rio Branco, saindo o voo exatamente às 11 horas. Muito obrigado pela atenção e tenhamos todos um bom e bem produtivo final de semana.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ EM SEU PRO-NUNCIAMENTO

(Inserido os termos do art. 210, inciso I, §2º, do Regimento Interno.)

Cooperação Técnica do Governo do Acre com o Governo do Rio de Janeiro

O Estado do Acre, a partir de 1999, experimenta um novo ciclo de desenvolvimento baseado fortemente no manejo sustentável dos seus recursos florestais, nas raízes culturais de sua população, na credibilidade do crescimento da economia regional, e, na inauguração de uma cultura de gestão eficiente, tanto no setor público quanto no setor privado.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE tem assumido um papel fundamental na consolidação do desenvolvimento sustentável do Estado. O ZEE constitui-se num instrumento norteador entre o governo e a sociedade acerca das estratégias de gestão do território e promoção de investimentos públicos e privados. A fim de regularizar o Passivo Ambiental das propriedades rurais acumulados nos últimos dez anos, o Governo do Estado criou a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, lançada em 12 de setembro de 2008. As áreas prioritárias para implementação dessa Política são as de influência direta das rodovias federais (BR-364 e BR-317) e estaduais, sendo estas áreas ocupadas pela agricultura familiar em projetos de assentamento, pequenos produtores em posse, médios e grandes pecuaristas e áreas florestais de seringais.

Para estabelecer uma base sólida para desenvolver mecanismos de valorização da floresta, o Governo do Acre elaborou, junto com a sociedade civil a Lei nº 2.308/2010 que cria o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais (SISA). A Lei do Sisa estabelece um conjunto de princípios, instituições e instrumentos capazes de proporcionar uma estrutura adequada para o desenvolvimento de um setor econômico inovador do século XXI: a valorização econômica da conservação do meio ambiente, através de incentivos aos serviços ambientais.

A Lei do Sisa cria um arranjo institucional necessário para promover iniciativas no estado e fazer a sua conexão com o Mercado e explicitamente prevê a harmonização e articulação com um futuro sistema nacional, sistemas subnacionais e potenciais sistemas internacionais de incentivos para serviços ambientais.

As negociações com o Estado do Rio datam ainda do ano de 2010, sendo que a diretriz principal sempre foi de convergir os objetivos da Lei Federal nº 12.187 de 2009, que instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, e das Leis Estaduais no Rio de Janeiro, a Lei nº 5.690, de 14 de abril de 2010, que instituiu a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e de Desenvolvimento Sustentável no Acre, a Lei nº 2.308 de 2010, que criou o Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais – SISA.

Neste sentido durante a Rio+20, em 26 de junho de 2012, assinou-se o Termo de Cooperação entre os Estados que tem por objeto expressar a vontade dos Partícipes em cooperar, na busca de ações conjuntas que contribuam para a redução dos impactos da mudança de clima para um meio ambiente mais saudável; em aperfeiçoar a qualidade de vida nos Estados do Acre e o no Estado do Rio de Janeiro; bem como em promover uma cooperação mais ampla entre os Partícipes, no que tange a problemas ambientais, com suas respectivas competências e baseado nos princípios da reciprocidade, intercâmbio de informações e benefício mútuo entre os dois Estados.

O Novo Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado nesta semana, agora contando com o BNDES, tem como objetivo principal de contribuir para a eficiência da economia brasileira em carbono e enviar esforços para propiciar o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais brasileiro.

E desta forma avançar em três pontos específicos:

- Promover o inventário de carbono das empresas e análise de viabilidade e dos mecanismos que possam contribuir para a estruturação de um mercado de permissões de emissões de GEE no Brasil (“Mercado de Permissões”);
- Avançar na estruturação de uma rede de conhecimento em economia de baixo carbono (“Rede Brasil Carbono Eficiente”); e
- Realizar estudo de viabilidade de estruturação de uma bolsa de ativos ambientais.

Além disso, o Acordo de Cooperação prevê a possibilidade de adesão futura de outros órgãos e entes da Administração Pública Direta e Indireta, nos níveis federal, estadual e municipal, que possam contribuir com suas competências técnicas pertinentes aos escopos do Acordo.

A valorização dos serviços ambientais providos pelos produtores e protetores da floresta tem que ser um meio e não fim, de garantir produção sustentável ou fortalecimento de cultura e maior proteção dos recursos naturais. Neste contexto o REDD é mais um dos instrumentos para ajudar nesta árdua missão de reduzir desmatamento na Amazônia e a consolidação do mercado brasileiro de emissões pode se constituir num passo importante desta valorização

O Acre busca esta ajuda interessada, para que através da ampliação dos investimentos no Sisa se tenha a garantia da redução de emissões e ampliação dos programas de desenvolvimento sustentável.

Fwd: Convite do Governador Tião Viana - Termo de Cooperação Técnica entre os estados Rio de Janeiro e Acre

2 mensagens

Márcia Regina de Sousa Pereira <marcia.regina@ac.gov.br>
Para: dudafmo@gmail.com

19 de março de 2013 17:05

Excelentíssimo Senhor,

O governador do estado, Tiao Viana, o convida para acompanhá-lo no ato de assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Rio de Janeiro, BNDES e Estado do Acre, que tem como objeto contribuir para a eficiência da economia brasileira em carbono e envidar esforços no sentido de propiciar o desenvolvimento de um mercado de ativos ambientais brasileiro, de acordo com as informações abaixo:

Dia: 21 de março de 2013

Horário: 16h30min

Endereço: Edifício Sede do BNDES, situado à Avenida República do Chile, n. 100, 20º Andar (SALA DO ROD)

Traje: Passeio Completo

Cerimonial do Evento: Érica de Paula (21) 2172-7952

Segue o release da Cooperação Técnica.

Márcia Regina
Chefe da Casa Civil

 Nota tecnica Assinatura convenio Rio_18 03 2013.docx
270K

Duda Marques <dudafmo@gmail.com>

19 de março de 2013 18:57

Para: Márcia Regina de Sousa Pereira <marcia.regina@ac.gov.br>

Acuso o recebimento.

Duda

Enviado via iPhone

Em 19/03/2013, às 17:05, Márcia Regina de Sousa Pereira <marcia.regina@ac.gov.br> escreveu:

[Texto das mensagens anteriores oculto]

> <Nota tecnica Assinatura convenio Rio_18 03 2013.docx>

Durante o discurso do Sr. Aníbal Diniz, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim Bloco/PT – RS)
– Meus cumprimentos, Senador Aníbal Diniz, principalmente pela defesa brilhante que fez da nossa querida Petrobras. Como sempre antenado e preparado. Parabéns a V. Ex^a.

Senador Jorge Viana, 1º Vice-Presidente da Casa, pelo tempo que entender necessário para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente Paulo Paim, Senadores e Senadoras, eu queria cumprimentar a todos que nos acompanham na TV Senado, na Rádio Senado, através da Internet e dizer que venho à tribuna do Senado, como até anunciei ainda há pouco, usando as redes sociais, para registrar aqui da tribuna do Senado, nesta sexta-feira, o Dia Internacional da Água. Esse é o objetivo principal. Mas, antes, eu queria pedir a atenção de todos e fazer um registro singelo.

Ontem, tive uma boa conversa com a ex-Ministra e ex-Senadora do Acre, uma grande companheira, Marina Silva. Tive com ela um encontro outro dia na Feira do Guará, ela militando, como sempre fez na vida, e marcamos de conversar.

Lamentavelmente, algumas distorções foram feitas em relação ao apoio ou não à Rede Sustentabilidade, que ela e outros bons brasileiros estão procurando consolidar no País. E eu queria registrar aqui na tribuna do Senado, porque acho que devo sempre contas por ocupar um cargo público, que, ainda hoje, estarei assinando um apoio para a criação do Partido Rede Sustentabilidade, que é liderado pela Senadora Marina Silva e outros representantes de tantos movimentos sociais no País.

Eu queria dizer que faço essa assinatura porque, primeiro, que ela não tem nenhuma implicação do ponto de vista da minha filiação ao Partido dos Trabalhadores; não há nenhuma relação, nenhum outro comprometimento; mas entendo que a Rede Sustentabilidade, idealizada por grupos de jovens idealistas, comprometidos com o País, com o desenvolvimento sustentável, com a causa ambiental e que tem, entre outros líderes, como Marina Silva – que conheço bem –, não é mais um partido no meio dos 31 que temos, nem mais um partido no meio de 60 que estão se organizando. É um Partido que tem base social, legitimidade. Isso, para mim, é um filtro importante. Qualquer segmento da sociedade que se organize é bom para a vida pública do País. O que não vale são os partidos cartoriais, Presidente Paim; em relação a esses, eu sou contra. Aqueles partidos criados a partir de livros, pastas e esquemas, para fazer negócio em véspera de eleição, trocando tempo de televisão e o do rádio, ou pegando financiamento, fundo partidário, para diminuir a importância da política brasileira. Então, só fica aqui o meu registro.

Quero desejar sucesso, como já fiz, inclusive da tribuna do Senado, fui um dos primeiros a vir aqui desejar sucesso a ex-Ministra, ex-Senadora e grande acreana, grande brasileira, Marina Silva, no sentido de ela consiga romper as barreiras, porque acho que ela terá muita dificuldade, todos da Rede Sustentabilidade, porque, para quem trabalha com ética, com honestidade, tem dificuldade em cumprir algumas regras da estrutura partidária deste País. Parece-me que essas regras foram feitas para facilitar a vida daqueles que são profissionais dos cartórios, mas tomara que a Marina tenha sucesso, porque acho que a política brasileira ganha com a chegada da Rede Sustentabilidade, como ganhou com a chegada de partidos como o Partido dos Trabalhadores, que, com muito sacrifício, mudou a história da política do País, mudou

a história dos governos deste País, mudou a história do povo brasileiro. Então, o PT, nos seus 33 anos de existência – de fato, não conheço nenhum outro Partido que, em 33 anos, tenha feito o que o Partido dos Trabalhadores fez. Desejo sorte e, ao mesmo tempo, com essa minha assinatura, é uma maneira de eu tomar uma atitude concreta no sentido de ajudar para que a Rede Sustentabilidade possa cumprir e superar as dificuldades e as barreiras que são impostas por uma legislação envelhecida, que não ficou melhor com o tempo, ficou pior. Por isso, eu defendo a reforma política, o fortalecimento partidário, e acho que esse novo Partido, vindo com a legitimidade com que está vindo, fortalece a política no País, e não o contrário, da mesma sorte que alguns outros partidos cartoriais, de que a gente só conhece as letrinhas, enfraquecem a política brasileira quando são criados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jorge, permita-me que eu diga que conversei com V. Exª também, dialogamos sobre isso e, junto com o Senador Simon, assinei, na mesma linha do discurso de V. Exª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito bem. Fiz questão de, inclusive, informar a minha Bancada, e hoje o Senador Aníbal deve estar assinando lá no Acre. Aliás, a Marina está indo para o Acre hoje. Tomara que ela consiga ter no Acre um espaço – onde o povo gosta tanto dela e reconhece tanto o seu trabalho –, um grande apoio, para que ela tenha condições para que a Rede Sustentabilidade se transforme num Partido político, atendendo a legislação eleitoral de organização partidária do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, e todos que me dão o privilégio da audiência nesta sexta-feira de manhã, nós começamos a sessão às 9h, como estabelece o Regimento, e tenho procurado, nesta missão honrosa de ser o Vice-Presidente desta Casa, cumprir bem minhas funções.

Venho à tribuna para fazer um registro, porque hoje é o Dia Mundial da Água e, mais do que isso, além do dia 22 de março, Dia da Água, a ONU escolheu 2013 como o Ano Internacional da Cooperação pela Água, e isso é da maior importância. Nós não estamos falando de qualquer recurso, Senador Presidente Paim, estamos falando de água, que é sinônimo de vida.

O nosso planeta é tido como o Planeta Água, cantado em música, verso e prosa. Quando o conhecimento técnico-científico possibilita a chegada de astronautas, de equipamentos, de sondas e de satélites mais perto de outros planetas, eles vão até lá na busca incessante de encontrar água, porque encontrar água significa encontrar vida.

Eu queria passar alguns dados, Sr. Presidente, para aqueles que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado, de acordo com os dados do último relatório da Organização das Nações Unidas sobre o tema. Passo a ler alguns dados que penso que são da maior importância.

Nós temos aqui números que são muito chocantes. Por exemplo, o volume total de água na terra – não sei se as pessoas que me acompanham têm noção – é de aproximadamente, isso são dados científicos, 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Olha, tem que ter uma calculadora muito boa para tentar chegar à dimensão do que significa 1,4 bilhão de quilômetros cúbicos. Mas veja só, Sr. Presidente, apenas 2,5% desse valor, cerca de 35 milhões de quilômetros cúbicos, são de água doce. Então, nosso País é o Planeta Água, mas é o planeta da água salgada, dos mares. Vou repetir: do total de água que o nosso País tem, apenas 2,5% são de água doce. Desses 35 milhões de quilômetros cúbicos de água doce, em torno de 70% estão na forma de gelo. Então, vejam a abundância, Sr. Presidente e todos os que nos acompanham. É o recurso mais abundante que nós temos na Terra – a água –, mas é o mais escasso, porque 97,5% da água que nós temos no planeta é água salgada. Ela não pode ser usada de maneira direta, nem para saciar a sede, nem em casa, nem na irrigação. O custo, a tecnologia para dessalinear a água é um custo altíssimo. A tecnologia ainda é muito precária. Alguns países investem bilhões para poderem fazer uso dessa água salinizada, e eu queria dizer que o mais abundante dos recursos se transforma rapidamente no mais escasso, e segue sendo um dos recursos mais importantes para a vida.

Então, apenas 2,5% da água do planeta são de água doce e, desses 2,5% – e aí que as coisas começam a se complicar –, 70% desses 2,5% são de gelo, de água que também não está disponível para o uso, porque está em forma de geleira e cumpre um papel fundamental para o equilíbrio do clima e da vida no planeta.

Então, alguém poderia dizer: “Basta, então, fazer o degelo”. Não, mas isso compromete o clima. Aliás, esse é um dos problemas que nós estamos tendo hoje no País, tendo em vista a alteração do clima do planeta e com o degelo ocorrendo em padrões que chamam a atenção dos cientistas.

Então, se dos 35 milhões de quilômetros cúbicos de água 70% são gelo, sobram, apenas 30% são encontrados, estão disponíveis. Mas tem uma outra agravante: cerca de 30% do recurso são encontrados no subsolo, de modo que somente 0,3% da água do planeta – 0,3% da água do planeta – está disponível em lagos e rios.

Os números são astronômicos, são dados enormes, mas rapidamente dá para ver: bilhões de quilômetros cúbicos de água disponíveis no planeta, mas apenas 0,3% de toda essa água está disponível em cima do solo, em lagos e rios, disponível para a população.

Em comparação com outros países, o Brasil está em uma posição privilegiada. Temos 12% das reservas de água doce do Planeta. Então, esse recurso tão escasso no nosso País é uma das maiores reservas de água doce do Planeta, a maior reserva. O problema é que temos problemas internos, Senador Paim. A minha região tem 70% desses recursos e o Nordeste apenas 5%.

Hoje, pela manhã, assisti uma bela reportagem do Bom Dia Brasil e vi uma sertaneja nordestina, uma senhora muito humilde, manejando a água diante de uma seca arrasadora que o Brasil, que o Nordeste vive hoje. Normalmente, na coleta de água estão envolvidas as crianças e as mulheres. É penosa a situação das famílias quando se tem escassez de água.

Na África é exatamente assim: são crianças e mulheres que ficam o dia inteiro lutando o dia inteiro atrás de água para higiene pessoal, para alimentação e para se manter vivo, para saciar a sede.

A reportagem terminou com uma senhora falando – uma reportagem muito bonita e parabenizo a equipe do Bom Dia Brasil – quando a jornalista perguntou: qual o sonho da senhora? Se a senhora tivesse água, se água aqui não fosse a conta-gotas. Ela, uma campesina, com rosto já muito sentido pelo tempo, pelo sol, pelo calor, pelas necessidades, aquela senhora falou de maneira muito singela e disse: “o meu sonho é tomar um bom banho, um banho para refrescar o meu corpo, para lavar meus cabelos, [e ela falou] até achar um xampu e lavar meus cabelos”.

Veja só, tem gente ainda no mundo, neste mundo que alguns acham já perfeito, que alguns abusam tanto, desperdiçam tanta água em casa – e um dos maiores problemas não é a escassez, mas o seu desperdício –, enquanto tem gente que já está mais para o fim do que para o começo da vida, que diz que o grande sonho – e era uma senhora negra, avó certamente, mãe, porque já tinha uma idade avançada – o seu sonho mesmo, se tivesse água, era tomar um bom banho e poder se refrescar.

Essa é a situação e vou falar alguns dados, Sr. Presidente.

A cada 15 segundos, no mundo, uma criança morre de doenças relacionadas à falta de água potável.

Outro dado, Sr. Presidente: todos os anos, 3,5 milhões de pessoas morrem no mundo por problemas relacionados ao fornecimento inadequado de água, à

falta de saneamento básico e à ausência de políticas de higiene.

São dados da ONU, Presidente Paulo Paim. São 3,5 milhões de mortes por ano no mundo, no nosso Planeta, diretamente vinculados ao inadequado fornecimento de água, à falta de saneamento básico.

Quase 10% das doenças registradas ao redor do mundo poderiam ser evitadas se os governos investissem mais no acesso à água, em medidas de higiene e em saneamento básico. Também dados da ONU.

Água é a sétima meta do milênio.

No caso do Brasil, a situação, diria, comparada a outros países, é bem melhor, bastante diferente. Óbvio, pois se temos 12% da reserva de água doce do Planeta! Mas, assim mesmo, é muito penosa a situação de muitos brasileiros. Até 2010, 81% da população tinham acesso à água tratada, mas apenas 46% dos brasileiros contavam com coleta de esgoto.

Essa situação está sendo enfrentada pelo PAC, pelo nosso Governo. O Presidente Lula começou um trabalho, que segue com a Presidenta Dilma.

No caso do Acre, eu trabalhei muito nessa área, Sr. Presidente, Paim. Lembro-me bem que, no Município de Mâncio Lima, aliás, no Município de Rodrigues Alves, no Juruá, quando assumi o governo, apelidaram um boi, usado no transporte, veja só, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, permita-me, antes que nossos convidados se retirem – sei que V. Ex^a entenderá e vai gostar –, que eu faça o registro aqui da presença da Vice-Ministra do Ministério do Planejamento e Cooperação Externa, de Honduras, Karoline Pacheco; do Vice-Ministro do Ministério de Autonomias, da Bolívia, Gonçalo Vargas; do Vice-Ministro do Ministério do Planejamento do Desenvolvimento da Bolívia, Flávio Claros.

Sejam todos bem-vindos ao Brasil, nesta visita ao plenário do Senado, nesta manhã! Os senhores estão ouvindo, da tribuna, um dos melhores Senadores desta Casa – e é mesmo o que estou dizendo: 1º Vice-Presidente, ex-Governador do Acre e, hoje, Senador, eu diria, do Brasil, que é o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Cumprimento os vizinhos da Bolívia e de Honduras, que compõem os governos desses países, que são amigos do Brasil. Bem-vindos ao Brasil e ao nosso Senado!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Boa estada no Brasil, um abraço a todos!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Presidente Paim, eu estava contando que, quando assumi o governo, houve dois episódios marcantes.

O primeiro ocorreu no Município do Jordão: apelidaram um motor, uma bomba de captação de água in

natura do rio, de Já Vem. Isso para que houvesse água encanada, sem tratamento nenhum, tirando do rio, e os nossos rios carregam muito do nosso solo, trazendo sempre substâncias em suspensão. Mas eram tantas as promessas do governo, à época, de que o motor chegaria, que apelidaram o motor de Já Vem: “O Já Vem; o Já Vem chegou”. Era um motor. Eles queriam, pelo menos, captar a água, canalizar e recebê-la em casa; mesmo uma água – não estou dizendo que os nossos rios são sujos –, visualmente suja, sem nenhum tratamento.

O segundo episódio ocorreu no Município de Rodrigues Alves: Sanacre era a Companhia de Saneamento do Acre, e apelidaram um boi de Sanacre. Fiquei impressionado com aquela história: Mas o que é que tem a ver? Por que estão chamando dessa forma o boi, que pertencia a um senhor que tinha uma carroça e fazia carreta? Ele transportava material para um lado e para o outro. De uma hora para outra, o boi dele foi apelidado, passou a ser chamado de Sanacre. É porque, na época, não havia tratamento nenhum de água no Município – estou falando de 1998! E contrataram aquele senhor que tinha um boi, para que ele transportasse pela cidade, em camburões, água do rio. Como não havia nenhuma presença de companhia de saneamento – olha que País, num Município, na sede do Município! – apelidaram o boi de Sanacre.

O problema é que não pagaram a conta do transporte da água ao proprietário do boi. E, quando eu assumi, mataram o boi para vender a carne, porque ele não recebia o dinheiro e, assim, teve que matar o Sanacre. No Município, a companhia de saneamento era um carro de um boi. A situação precária era essa.

Hoje, nós temos água tratada em todos os Municípios do Acre, em comunidades do interior. Isso eu comecei e o Governador Binho, e, agora, a água é uma das preocupações do Governador Tião Viana, que é médico infectologista, sabe que água é sinônimo de saúde.

Então, o nosso País hoje e o nosso Acre experimentam mudanças importantes nesses números. Mas, daqui devo dizer que, nesta semana mesmo, em Rio Branco, caminhando no Parque do Tucumã, vi uma adutora estourada e o vazamento. Na mesma hora – era num sábado à tarde –, parei a minha caminhada, peguei o telefone e acionei técnicos do serviço de água e saneamento do Estado, porque aquela água não era do governo, aquela era água sendo desperdiçada, água tratada que ia deixar alguém sem o recurso. Penso que esse tem de ser o sentimento, de economizar, de cuidar. Daí a importância de trabalhos como o que vem sendo feito, inclusive pelo WWF, que trabalha muito com essa questão da água.

Mas queria, então, Sr. Presidente, fazer a leitura aqui de alguns dados. Por exemplo, um dado que entendo ser da maior importância: entre 3 a 4 bilhões de pessoas do Planeta ainda não têm água encanada de qualidade confiável em seus lares. Vou repetir o número: nós somos 7 bilhões de pessoas neste mundo, 7 bilhões de almas: de 3 a 4 bilhões de pessoas no Planeta, no mundo, ainda não têm água encanada de qualidade confiável em seus lares. São dados da ONU; não estou inventando; não é achismo. São dados da ONU.

Estimativas internacionais apontam que a população mundial aumente – veja como vai se agravar a situação – em 2,3 bilhões de pessoas até 2050. Certamente, seremos 9,1 bilhões de habitantes no Planeta, em 2050. Então, nós vamos sair de quase 7 bilhões para 9 bilhões de habitantes.

O Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon afirmou que a água é a chave para um desenvolvimento sustentável. Repito: o Secretário-Geral da ONU Ban Ki-moon afirmou que a água é a chave para um desenvolvimento sustentável, e alertou que, até 2030, quase metade da população do mundo terá problema de desabastecimento.

Então, hoje, no Dia da Água, no Ano International de Cooperação pela Água, estabelecido pela ONU – o Dia da Água foi criado décadas atrás, salvo engano há duas décadas –, eu trago à tribuna do Senado, caro Presidente, Senador Paim, essas informações. O Chefe da ONU diz que, daqui a 17 anos, a demanda por água potável superará a oferta em mais de 40%.

Por que isso acontece? Eu estava observando os dados publicados na imprensa hoje. Há situações que nos colocam... Em países do Oriente Médio, da Ásia, boa parte da pouca água que eles têm tem de ser usada para produzir alimentos. E, quando eles vão produzir alimentos, falta água para as pessoas nas vilas, nas cidades. Então, é uma situação de se correr, o bicho pega; se ficar, o bicho come – é um dito popular. Veja: para produzir alimentos, precisam de água, por conta do clima e das condições áridas; quando usam água na irrigação, falta água para beber, água potável.

O Brasil tem 4,5 milhões de hectares irrigados, Presidente Paim. Mas o nosso potencial permite que o Brasil já esteja se credenciando para ser o maior produtor de alimentos do mundo. Isso é uma questão de tempo. Os Estados Unidos, que são o grande produtor de alimentos hoje do mundo, de grãos, de produtos agrícolas, não têm mais para onde crescer e também têm limitado bastante, se é que podemos dizer isso, o aumento de sua produtividade. O Brasil pode crescer, do ponto de vista do uso melhor das áreas, e pode crescer muito ainda sua produtividade,

que é muito baixa, apesar dos avanços por conta da atividade feita com dedicação por tantos produtores e pela comunidade técnico-científica das universidades, dos centros de pesquisa, especialmente da Embrapa.

Então, imagine o Brasil ter 30 milhões de hectares irrigados! V. Ex^a é de um Estado que usa muito da irrigação para a produção de arroz, por exemplo. Mas estamos falando de multiplicar por quase dez as áreas irrigadas no nosso País, sem comprometer o abastecimento da população.

Passo à leitura de alguns dados para mostrar que é crítica a situação da água: 60% da água potável na região árabe tem origem em outras regiões.

V. Ex^a já imaginou isso, Senador? No mundo árabe, que é hoje o endereço de boa parte do capital, do dinheiro, dos investimentos, 60% da água que o mundo árabe consome vêm de outras regiões.

Outro dado: 80% dos recursos hídricos renováveis na Ásia, no Pacífico, onde vivem 2/3 da população mundial, são consumidos pela agricultura irrigada. Dois terços da população mundial vivem na Ásia e lá 80% dos recursos hídricos são consumidos para a irrigação! Isso porque eles têm de produzir alimentos.

Então, é uma equação difícil de ser trabalhada.

Setenta e um por cento da responsabilidade pela coleta de água recaem, Senador Paim, sobre mulheres e meninas na África. Setenta por cento da responsabilidade de levar água para casa são de mulheres e meninas na África, Sr. Presidente.

Para mim é uma satisfação estar aqui e poder dizer que no Brasil temos uma situação que não é fácil. Hoje, 70% da geração de energia, a partir da hidroeletricidade, vem das Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

O que acontece no Sudeste hoje? Os reservatórios estão com 40% de sua capacidade. E o Brasil, que tem uma matriz energética ligada diretamente ao aproveitamento de barramentos para a hidroeletricidade, vive hoje uma situação crítica também por este aspecto. E a geração de energia é fundamental para o funcionamento das atividades econômicas e para a própria vida. Então, de novo temos uma dependência indireta da água em nosso País. No caso do Brasil, água também é sinônimo de energia.

A segurança energética do País depende diretamente também do bom manejo das águas. O Brasil está agora discutindo o que fazer para voltar a aproveitar esses recursos. Temos as hidroelétricas do Rio Madeira, de Belo Monte. Espero sinceramente que o Brasil possa encontrar uma maneira de bem aproveitar esses recursos, mas sem agravar os problemas sociais e ambientais. Ao contrário, com cuidado e zelo com as questões socioambientais.

De fato trabalhar uma hidroelétrica na Amazônia, por exemplo, se nós não priorizarmos o cidadão amazônida, o meio ambiente, vamos ter danos fortes na hora que se constroem barragens. Esse é o lamentável histórico que temos.

Mas eu, particularmente, acho que essa ideia de associar o conhecimento técnico-científico, de ter o aproveitamento da hidroeletricidade sem grandes danos ambientais, e em vez de causar danos sociais fazer a inclusão social, é um bom caminho para que o Brasil possa, quem sabe, exportar energia e usar melhor os seus recursos naturais.

Então, Sr. Presidente, eu queria concluir e dizer que, no caso do Acre, em comemoração oficial ao Dia Mundial da Água, o governo do Estado, liderado pelo Governador Tião Viana e pela prefeitura de Rio Branco, dirigida pelo Marcos Alexandre, e o WWF Brasil, realizam hoje pela manhã um evento com o tema Cooperação pela Água. Então, WWF – Prefeitura de Rio Branco e Governo do Estado fazem um evento hoje em Rio Branco: Cooperação pela Água.

Na ocasião, haverá a implantação de uma Unidade Demonstrativa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP); na nascente do Igapé, almoço – um dos mananciais nossos mais importantes. Durante o evento ocorrerá o anúncio da participação do Estado do Acre e do Município na hora do Planeta em 2013.

A atividade faz parte de um projeto de mobilização comunitária e formação para a restauração florestal nas APP ligadas à Bacia do Rio Acre. E desde a minha época de governador, nós tivemos também um trabalho no sentido de revitalizar a Bacia do Rio Acre e outras bacias, como é feita hoje pelo governo. O Governador Tião Viana também se empenhou e eu queria aqui, encerrando a minha fala dizer que fico feliz de ver – para encerrar mesmo – que o Brasil terá pacto nacional pela gestão das águas.

A ANA – Agência Nacional de Água, presidida pelo Vicente, com equipe competente, está disponibilizando R\$100 milhões para que se faça um pacto de consolidação nacional pela gestão das águas, o Pró-Gestão.

Os Estados e Municípios e o Distrito Federal, aderindo ao programa, terão disponibilizados R\$100 milhões, nos próximos cinco anos, do orçamento da ANA. O primeiro ciclo do programa prevê o desembolso de até cinco parcelas de R\$750 mil, para cada Estado, mediante o cumprimento de metas.

Dessa maneira, juntando União, Estados, Municípios e a comunidade, com os Comitês de Bacias, nós poderemos realmente fazer o uso adequado desses nossos recursos.

E, concluindo, eu queria dizer que, baseado na gestão descentralizada, participativa e integrada dos recursos hídricos, que cumpre a Lei nº 9.433, de 1997, conhecida como Lei das Águas, estabeleceu-se a política nacional de recursos hídricos e se fixou instrumentos de gestão, como cadastros dos usuários, outorga para uso dos recursos hídricos, a elaboração de planos de bacias, implementação de cobranças pelo uso da água nas bacias hidrográficas e o sistema de informação de recursos hídricos.

Devo dizer que todos os Estados do Brasil hoje possuem leis estaduais de recursos hídricos e conselhos estaduais de recursos hídricos. Isso para mim é importante, mas o mais importante de tudo é termos o envolvimento direto da sociedade, do cidadão, na gestão desse recurso. E eu posso dizer: as pessoas podem se manter vivas durante um bom período não comendo, apenas bebendo; mas as pessoas não conseguem se manter vivas se não tiverem acesso à água.

Então, água é sinônimo de vida. Água é a essência, é o recurso mais importante do nosso Planeta, que é, ao mesmo tempo, abundante e escasso – como eu disse neste pronunciamento. Mas, essencialmente, o Planeta não sobreviverá, não terá sobrevida se não administrar, se não disponibilizar e fizer a boa gestão desse recurso tão importante à vida, que é a água. Apenas 0,3% da água do Planeta está disponível para o consumo humano; e mais da metade da população hoje não tem acesso à água de qualidade.

Então, Sr. Presidente, eu concluo fazendo esse chamamento...

Grande Senadora, colega e ex-governadora Ana Júlia! É uma honra tê-la aqui no plenário do Senado, passando por aqui. Seja bem-vinda, Senadora! V. Exª que honrou as mulheres, esta Casa e também o povo paraense, tanto aqui no mandato de Senadora quanto no governo.

Portanto, Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Fiz questão que o 1º Vice-Presidente, Senadora Ana Júlia, a cumprimentasse. Eu sou suplente dele aqui.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Mas é um prazer, Ana Júlia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador, mais uma vez, pelo brilhante pronunciamento.

Convido o Senador Jorge Viana a assumir a Presidência para que eu faça alguns registros. (Pausa.)

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Caro Senador Paim, V. Ex^a dispõe do tempo necessário para fazer o seu pronunciamento. Vou marcar apenas por uma questão de organização.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, quero, primeiramente, cumprimentar a nossa querida sempre Senadora Ana Júlia, que foi Governadora de seu Estado e que neste momento faz uma visita à Casa.

Mas, Sr. Presidente, por eu ter uma ligação – como V. Ex^a sabe e até deu um testemunho disto no plenário – muito forte com os movimentos sociais, do que tenho muito orgulho, na manhã desta sexta-feira, faço aqui o registro de encaminhamentos que fiz, de agendas de que participei e de solicitações que me foram feitas. Mas faço, em primeiro lugar, aqui, uma saudação muito carinhosa ao meu sempre Prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann. Vou dizer o porquê. Tarcísio Zimmermann foi eleito Prefeito, foi Deputado Federal, depois foi eleito Prefeito, reeleito Prefeito, mas não pôde assumir o cargo porque subiu no palanque a convite de um Governador há praticamente oito anos. Há oito anos, ele subiu no palanque de um Governador de oposição quando este estava anunciando uma obra na sua cidade. Mas, assim mesmo, Tarcísio concorreu nas eleições do ano passado, ganhou com grande votação, foi impugnado e convidou o seu ex-chefe de gabinete, então Deputado Estadual, e reelegeu, então, o nosso projeto na figura desse grande companheiro que é o Luis Lauermann.

Quero, neste momento, então, com enorme satisfação, informar que hoje, às 19 horas, será realizada a cerimônia de posse do Prefeito eleito de Novo Hamburgo, Luis Lauermann, do PT, mais uma vez – ganhamos as duas vezes –, lá no meu querido Rio Grande, assim como do Vice, Roque Serpa, do PTB.

O meu amigo Lauermann é filho de Ermindo Lauermann, com 72 anos, e Maria Ancila, com 70 anos.

Luis Lauermann construiu sua família ao lado da companheira, guerreira, lutadora, Jorgia Seibel, a chamada Xica, que é professora. O casal tem um filho, Arthur, de nove anos.

Natural de Ivoi, cidade onde iniciou sua carreira política, Luis Lauermann, que hoje vai tomar posse como Prefeito de Novo Hamburgo, fundou o Sindicato dos Sapateiros do Município e foi Vereador, de 1992 a 1996. De 1997 a 2000, foi assessor do então Prefeito de Porto Alegre, meu amigo Raul Pont. Posteriormen-

te, assumiu como chefe de gabinete do ex-Deputado e ex-Prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann.

Parabéns pela posse no dia de hoje, meu amigo José Luis Lauermann.

Você sabe que eu estive na sua campanha, caminhei com você, gravei para você, nas portas de fábrica, e fiquei muito feliz com a vitória – no primeiro e no segundo turno, porque ganhamos em outubro e ganhamos agora de novo – e só não estou aí porque tenho um compromisso aqui em Brasília, de uma palestra. E, na segunda-feira, pela manhã, eu tenho uma audiência pública que vai discutir a situação dos militares aposentados e pensionistas e também, naturalmente, vão entrar demandas daqueles que estão na ativa. Vai ser uma audiência tranquila, mas é importante, como autor do requerimento, que eu esteja presente.

Sr. Presidente, eu descrevo aqui um pouco da vida, da caminhada e a bela história, tanto do Tarcísio Zimmermann, o injustiçado, que vai fazer uma grande campanha agora, vai se reeleger Deputado Federal, ou quem sabe até Senador, daqui a dois anos, porque é um grande quadro do nosso Partido, o Tarcísio Zimmermann. Considere na íntegra o pronunciamento.

Quero também, Sr. Presidente, fazer um outro registro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Será considerado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Faço um outro registro, de que, nesta semana, antes de vir a Brasília – vim a Brasília na terça pela manhã –, eu estive num grande ato pelo lançamento do Comitê Pró-Aeroporto Internacional 20 de Setembro. Na ocasião, representei os três Senadores do Rio Grande.

Foi-nos apresentado, pelo coordenador do grupo de estudos pró-aeroporto, o empresário Mário Gusmão, e pelo diretor do curso de Ciências Aeronáuticas da PUC-RS, Sr. Elones Ribeiro, um projeto belíssimo do complexo aeroportuário, elaborado em conjunto com empresários, agentes públicos, sociedade civil, universidades, com dados estatísticos sobre a importância desse novo aeroporto, que vai ser uma alternativa ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, de Porto Alegre.

O aeroporto ficaria entre Nova Santa Rita e Portão.

A área destinada ao empreendimento é seis vezes maior que a do Salgado Filho, que possui apenas uma pista de voo. A proposta do novo aeroporto prevê a construção de duas pistas, com espaço para ampliação no futuro.

Estiveram por lá prefeitos, vereadores, deputados, empresários, sindicalistas. Destaco a presença da anfitriã do evento, a Prefeita recentemente eleita de Nova Santa Rita, também do nosso Partido, Sr. Presidente, a companheira Margarete Simon Ferretti.

Passei a tarde lá com ela. E lancei o programa Cantando as Diferenças, que é um tipo de selo de qualidade de um projeto que já implantamos, a partir do que eu apresentei aqui, no Congresso, em mais de 400 Municípios do Estado, para aqueles Municípios que têm compromisso, efetivamente, na sua amplitude, com políticas de direitos humanos que combatam todo preconceito, com políticas em relação às mulheres, às crianças, aos adolescentes, aos deficientes, aos idosos, aos negros, aos índios, aos ciganos. E tudo isso a Prefeita está instalando.

Também lá estiveram o Secretário Estadual do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Mauro Knijnik; o Secretário Estadual de Infraestrutura e Logística, companheiro Caleb de Oliveira; o Diretor do Departamento Aeroportuário do Estado (DAP), o Sr. Roberto Carvalho Netto; o coordenador da Bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, Deputado Ronaldo Nogueira; o Presidente da Assembleia Legislativa, Pedro Westphalen; o Prefeito de Capela de Santana, Nestor Bernardes; e o Vice-Prefeito de Portão, Araí Cavalli; o Reitor da Unisinos, Marcelo Aquino; os Deputados Dionilso Marcon, Ronaldo Zulke, Renato Molling, Nelsinho Metalúrgico, Ana Affonso, Giovani Feltes, Lucas Redecker, Jurandir Maciel, Jorge Pozzobom e Adolfo Brito.

Sr. Presidente, faço esse registro pela importância desse novo aeroporto, que o Rio Grande há de conquistar.

Sr. Presidente, volto, mais uma vez, a pedido do povo gaúcho, a falar do debate que esta Casa está fazendo a respeito do Fundo de Participação dos Estados. Comunico a esta Casa e ao Rio Grande, porque o Rio Grande assiste muito, Sr. Presidente, à nossa querida TV Senado, acompanha pela Agência Senado e pela Rádio Senado.

Estive ontem reunido com o Senador Walter Pinheiro, junto com o Senador Pedro Simon, para tratarmos, mais uma vez, do Fundo de Participação dos Estados. A Senadora Ana Amélia só não participou, porque se encontra fora do País, participando de um encontro da União Interparlamentar, em Quito.

Sr. Presidente, nossa maior preocupação – e a mostramos ontem ao nobre colega e amigo Senador Relator Walter Pinheiro – é com as perdas do Estado do Rio Grande do Sul.

Em comparação com os índices atuais de repasse e com o substitutivo que está em debate, o Estado gaúcho é o terceiro que mais perde com esse novo substitutivo. Se o Estado, que está com uma dívida impagável, passar a ser, entre os três de todo o País, o que mais perde, isso será inaceitável. Ele fica atrás somente de Santa Catarina, o primeiro em perdas, e de Tocantins, o segundo.

Saliento, porém, que o índice de Tocantins foi fixado por ocasião da Lei nº 6.289 num valor mais ele-

vado, para auxiliar, naquele momento, na formação do novo Estado. Por esse motivo, alego que eles perdem mais que os outros Estados.

Só como exemplo, Santa Catarina perde em torno de 31,38%, e Tocantins, 31,9%. Enquanto nós do Rio Grande, um dos Estados que mais contribuem para a União, vamos amargar um prejuízo de 26,13% negativos.

Quero dizer que esses são dados oficiais que recebi do Sr. Marcelo Ramos de Mello, da Divisão de Estudos Econômicos da Secretaria da Fazenda do meu Estado, lá do meu Rio Grande, que, gentilmente, atendendo a nosso pedido, encaminhou esses números para que aqui pudéssemos fazer o bom debate, não permitindo que o Rio Grande do Sul, mais uma vez, seja prejudicado.

Quero aqui cumprimentar o Senador Walter Pinheiro e agradecer-lhe por ter-se colocado à inteira disposição para dialogar sobre o tema com o Governador Tarso Genro e a sua equipe na busca de uma solução. Declaro que o nobre colega Walter Pinheiro se colocou à disposição para ir ao Estado do Rio Grande do Sul e conversar com o Governador, o Secretário da Fazenda, Odil Tonollier, e sua equipe, se necessário fosse. O Walter Pinheiro, nesta segunda-feira, estará em São Paulo, discutindo com o Governador de São Paulo, Alckmin, e sua equipe.

Logo após o término da reunião, falei com o Governador Tarso por telefone, a pedido dos três Senadores, e já agendamos, para a próxima terça-feira, dia 26 de março, às 10h30, no Senado, uma reunião com o Relator, na presença dos Senadores do Rio Grande e também dos representantes do Estado do Rio Grande do Sul.

A intenção é construir, com o Senador Walter Pinheiro, uma alternativa que não traga prejuízo ao Estado do Rio Grande do Sul.

Quero registrar que, honrando as tradições gaúchas, termino esse registro dizendo que nós Senadores e Deputados Federais da Bancada gaúcha usamos uma frase que ficou marcada na história do Rio Grande por décadas e décadas: "Estamos sempre dispostos ao diálogo, mas sempre afiados na ponta da lança e dos cascos para defender os interesses do Rio Grande do Sul."

Sr. Presidente, ainda nessa linha dos registros, quero dizer aqui que, como Relator do Estatuto da Juventude, estive no Rio Grande num grande evento.

A Comissão de Assuntos Sociais, por nossa solicitação e com aval do Presidente Senador Waldemir Moka, realizou audiência pública para discutir o Estatuto da Juventude no plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento, na capital gaúcha, foi uma parceria com a Assembleia, com o gabinete do Deputado Estadual Edegar Pretto, do PT, que prestou um apoio direto, e também com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Por lá estiveram representantes da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República; do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve); da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. E ainda estiveram conosco: UNE; Ubes; ABLGBT; centrais sindicais; federações; confederações; inúmeros representantes dos movimentos sociais, inclusive da juventude da área rural; juventudes partidárias; Deputados Federais; a Relatora na Câmara, a nobre e querida Deputada Manuela d'Ávila, que lá relatou com muita competência esse projeto; o Deputado Estadual Edegar Pretto; o Deputado Estadual Edson Brum; a Deputada Estadual Ana Affonso; o Deputado Estadual Vinicius Ribeiro; os Vereadores Alberto Kopittke e Sofia Cavedon, entre tantas outras lideranças que eu poderia aqui destacar.

Um detalhe interessante foi a presença de representantes também de aposentados e pensionistas – tenho orgulho de dizer que sou autor do Estatuto do Idoso –, que lá estiveram em nome da Cobap com o sindicalista e Presidente da Associação dos Aposentados mais antiga do Brasil, que é de Caxias do Sul, minha terra natal, Jorge Flecha.

A nossa intenção é votar o projeto, Sr. Presidente, na semana que vem, 27 de março, e, a partir daí, trabalhar com os relatores das outras comissões para que possamos fazer com que o projeto do Estatuto da Juventude, aprovado na CAS, seja votado em regime de urgência aqui, no plenário do Senado.

Destaco a participação do nobre Senador mais jovem desta Casa, Randolfe Rodrigues, cujo relatório está servindo de base para o nosso na Comissão de Assuntos Sociais. É claro que o lastro maior foi construído lá na Câmara, com a liderança e a relatoria da Deputada Manuela d'Ávila.

Destaco ainda o que disse a Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, lá em Porto Alegre, Severine Macedo: a maior importância da aprovação do estatuto se deve à confirmação de que essas políticas não dependerão de governos para se manterem. Além disso, ressaltou o valor da proposta como uma forma de valorização dos jovens do nosso País. Esse estatuto será uma referência internacional.

Faço minhas as palavras dela: “Jovens não são problemas para a sociedade, como foram encarados durante muitos anos.” A juventude não é fase de transição entre jovem e adulto; é uma etapa da vida que carrega especificidades da sua origem, etnia, orientação sexual, que podem levar a uma inclusão maior e cada vez melhor, se as políticas do estatuto forem aprovadas.

Caso o estatuto seja aprovado, promoverá direito de participação sobre todos os setores da sociedade; direito

à educação; direito à profissionalização e trabalho; direito à diversidade e igualdade; direito de exercer diferentes religiões; de ter acesso a saúde, além de regras para o acesso a espetáculos culturais, expedição de carteira estudantil e profissional, concessão de meia-entrada e reserva de assento em transporte interestadual.

Entendo que este é um momento histórico para que os jovens possam ter um instrumento em sua mão que garanta a plena cidadania, pois o projeto já tramita há mais de nove anos. Teremos, sim, como lá foi dito pelo representante do PMDB Jovem, que mandou uma carta para o Presidente Renan Calheiros e também para o Presidente da Câmara, dizendo: “Queremos a aprovação já! Há uma década estamos esperando.”

Como vemos, o Estatuto da Juventude unifica todos os partidos. Por isso, não vejo mais motivos para não votá-lo depois de dez anos. O Presidente Lula, na época da votação do Estatuto do Idoso, me disse: “Paim, querem fazer mais debates. Esse Estatuto já está há mais de dez anos tramitando. Vamos colocá-lo no plenário e vamos votar.” E assim foi votado, e assim foi sancionado.

Registro a presença do meu amigo Theodoro – seja bem-vindo ao Senado da República –, uma referência para todos nós, não só como Consultor do Senado, mas também pelo brilhante trabalho que fez e sei que sempre fará auxiliando a Seppir.

Quero dizer que, quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, também ouvi a mesma fala do Presidente Lula: “Paim, esse Estatuto está aí há quase um século. Se vocês não se entenderem, ele não será votado. E, daqui a um século, vocês lamentarão”. Foi com essa fala do Presidente Lula que nós conseguimos aprovar o Estatuto da Juventude, e ele o sancionou.

Sr. Presidente, acho importante ainda registrar aqui um documento que recebi da Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Registro aqui importante artigo assinado por Álvaro Sólon de França, auditor fiscal e Presidente da Anfip, que trata da medida provisória da desoneração da cesta básica, com o título “Um importante passo rumo à justiça fiscal”:

A edição da medida provisória nº 609, de 8 de março de 2013, com zeragem dos tributos federais sobre a cesta básica, foi uma importante medida de justiça fiscal [e social], porque reduz a tributação indireta, profundamente regressiva. A regressividade é resultado da elevada participação dos tributos indiretos, que são os que não dependem da condição econômica do contribuinte. Em modelos regressivos como o nosso, são os pobres que, proporcionalmente, mais pagam tributos, exatamente porque comprometem a quase totalidade de sua renda ou salário com o consumo de produtos básicos [para alimen-

tação], sobre os quais há a maior incidência de tributos indiretos.

A Anfip, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, sempre denunciou a injustiça de nosso modelo tributário, que tributa o consumo e não o patrimônio [...], como fazem os países desenvolvidos. O modelo brasileiro é [...] injusto porque onera os pobres e os trabalhadores assalariados, privilegiando a não cobrança ou a baixa carga de tributo sobre [...] o patrimônio dos mais ricos, numa completa inversão de valores.

Para caracterizar a regressividade e a injustiça fiscal, basta dizer que o sócio ou o proprietário de empresa não paga imposto sobre lucros ou dividendos, enquanto o assalariado, que vive exclusivamente de seu salário, paga até 27,5% a título de Imposto de Renda.

Frente a esse quadro, a medida de desoneração da cesta básica [encaminhada pela Presidenta Dilma] foi duplamente importante.

Em primeiro lugar, porque alivia a pressão sobre a inflação, o verdadeiro propósito da desoneração, e, em segundo, porque reduz a carga tributária sobre os produtos mais consumidos pelos assalariados de baixa renda no nosso País, diminuindo a chamada regressividade dos tributos.

Sr. Presidente, o artigo, que é muito bem escrito, destaca aqui, fortalece, diz que este é um grande momento. A Anfip se soma a essa iniciativa da nossa Presidenta, dizendo que esse, sim, é um tributo justo, para que o nosso povo, a nossa gente possa, inclusive, devido ao seu baixo salário, ter o direito a uma alimentação cada vez melhor. Peço que o considere na íntegra, Sr. Presidente.

Ainda dentro do meu tempo, se V. Ex^a me permitir, quero destacar o acordo fechado ontem em relação à MP dos Portuários, Sr. Presidente. O Relator da MP que cria regras sobre o setor inclui medidas reivindicadas pela categoria. Acho importante dizer que, ontem, foi firmado um grande acordo. Com isso, não teremos greve. Os trabalhadores portuários, que protestaram muito contra a Medida Provisória nº 595, que define novas regras para o setor, fecharam ontem um acordo com o Governo da Presidenta Dilma e suspenderam a greve nos portos, prevista para a próxima segunda-feira.

Na reunião com o Relator da MP, Senador Eduardo Braga, do PMDB, que há pouco tempo estava no plenário, e com técnicos do Executivo, as centrais acertaram a inclusão, no substitutivo, de um conjunto de itens que contemplam a categoria, os trabalhadores. Entre eles, está a extensão da representação sindical para novos terminais públicos e privados, o que garante às entidades existentes poder para fazer

acordos coletivos com os empregadores por categoria, capatazia, estiva, conferência de carga, conserto, bloco, vigilância das embarcações; proibição do contrato temporário; acesso a curso de treinamento e qualificação; renda mínima nos períodos de baixa atividade; e regras especiais de aposentadoria.

Sr. Presidente, estão de parabéns as centrais! Está de parabéns o nosso querido Relator, Deputado Eduardo Braga! Estão de parabéns o Ministério do Trabalho, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a Ministra Gleisi, que, como sabemos, trabalhou também...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...para que esse acordo acontecesse! Mediante esse acordo, todos ganham, e a Medida Provisória dos Portos poderá aqui ser aprovada por unanimidade.

Está suspensa a greve. Tive uma fala muito boa com o Paulinho, como também com o Wagner, na própria Liderança do PT, em que surgiram inúmeras propostas, como estas que estão aqui contempladas neste momento.

Por fim, Sr. Presidente, eu ainda quero registrar que participei, a pedido do Movimento Sindical de Santa Catarina, de um grande evento naquele Estado, onde tive o privilégio de estar ao lado do Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina e Secretário Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Líder Idemar Antônio Martini.

Sr. Presidente, estive também ao lado do Presidente da Federação dos Trabalhadores Mineiros de Santa Catarina, o companheiro Genoir José dos Santos, chamado Foquinha; do Presidente da Nova Central daquele Estado, Altamiro Perdoná; do Presidente da União Geral dos Trabalhadores, Carlos Magno, daquele Estado; do Secretário-Geral da CNTI, Aprígio Guimarães; do Presidente da Força Sindical de Santa Catarina, Osvaldo Mafra; do Representante do Fórum Sindical que reúne quatro centrais e 17 confederações, o companheiro Aníbal Boettger; do Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio, Francisco Alano, que também é filiado e lá representava a CUT; do Presidente do Sindicato Calçadista de Parobé e da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Calçados e Vestuário do Rio Grande do Sul, meu amigo João Pires.

É interessante, Senador Jorge Viana, que o Deputado Federal Pedro Uczai, do PT de Santa Catarina, foi o grande articulador desse evento, juntamente com a Deputada Estadual Angéla Albino, do PcdB. Eles é que organizaram, a pedido do Movimento, a minha ida ao Estado, ao ginásio, ao espaço lá assegurado, com a presença de cerca de 500 sindicalistas de todo o Estado. O evento contou, inclusive, com a presença do representante do Ministério do Trabalho Luís Viegas

e também com a presença do nosso Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina.

Por questão de justiça, quero lembrar que me perguntaram por que, naquele evento de tanta grandeza, não estavam presentes os Senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer, e que respondi que o equívoco havia sido meu. Eu apenas comuniquei ao Senador Casildo Maldaner. A falha foi minha, não foi da assessoria, porque eu fiquei de falar com os dois Senadores no plenário, mas acabei não falando com eles. Já justifiquei isso para eles, eles entenderam, mas faremos outro encontro dos três Estados do Sul, para discutir o interesse dos trabalhadores, e aí, com certeza, os Senadores Luiz Henrique, Paulo Bauer e Casildo Maldaner estarão lá, como estarão também os outros Senadores do Paraná e do Rio Grande do Sul.

A minha palestra, Sr. Presidente, estendeu-se por quatro horas. Falei do nosso trabalho no Congresso, da nossa luta pelas 40 horas, do fim do fator previdenciário, da desaposentadoria.

Falamos lá sobre o custeio do movimento sindical, falamos da estabilidade que, infelizmente, está sendo rompida por alguns empregadores quando o sindicalista faz parte do conselho fiscal ou é suplente. Falamos, claro, do pré-sal, dos *royalties*. Falamos do Fundo de Participação dos Estados. Falamos, neste momento histórico, Sr. Presidente, da importância das propostas por nós aqui apresentadas. Falamos, sim, do sistema confederativo. Falamos da importância da relatoria que aqui assumi e aprovamos, quando criamos a legalização, apoiada pelo Presidente Lula, de todas as centrais sindicais.

Enfim, lá, Sr. Presidente, foi no fim apresentado, com base na minha palestra, a Carta de Itapema, a carta dos trabalhadores de Santa Catarina, que apresenta as reivindicações e mostra toda a rebeldia do nosso povo em relação, principalmente, a ainda estarmos sob, eu diria, o facão ou o tacão do chamado fator previdenciário. Eu falo tanto desse fator, e eu estava me esquecendo de falar do fator.

A indignação é enorme, é unânime. E eu aqui cumprimento o Ministro do Trabalho, Sr. Presidente. O Ministro do Trabalho, quando assumiu, há poucos dias, uma das primeiras frases que ele disse: "Eu quero dizer que aceitei ser Ministro, mas é compromisso do nosso Partido e de outros da Base do Governo acabar com o fator previdenciário". Ou, no mínimo, achar algo que substitua o fator previdenciário. Ou seja, combater o fator previdenciário.

Por fim, Sr. Presidente, este pronunciamento é o mesmo que V. Ex^a fez. Claro que não com a mesma competência, não com a criatividade. V. Ex^a falou de forma improvisada, com dados do mundo todo, sobre a água. Mas eu não podia também, no dia de hoje, deixar de registrar a importância da água. Se V. Ex^a permitir,

eu leio só a primeira página, porque vai ser repetitivo em muitos dados que V. Ex^a apresentou.

Vim ao Plenário disposto a falar hoje, também, sobre o Dia Mundial da Água. Quando escrevi o pronunciamento, fiquei imaginando como seria – e V. Ex^a escreveu muito bem – terrível se eu ficasse privado da água um único dia. Procurei me concentrar e pensar, eu que tomo uns dez copos de água por dia, se eu não tivesse a água, o que seria. Como disse V. Ex^a, era a morte certa, porque a água é a vida. Nós todos dependemos da água.

A gente tem o hábito de não considerar a fundo aquilo que parece que pertence à gente por direito desde sempre e relaxa na questão da água. Não se economiza, como deveríamos – todos nós, eu diria –, aquilo que chamam de o petróleo do futuro, que é a água. Para mim, mais importante que o petróleo, porque é a vida. É assim em relação ao ar, à poluição do ar, que temos que combater. A água é fundamental para nossas vidas.

Lembro aqui de uma poesia, mas peguei só três frases: "Eu quero água, eu bebo água, minha sede passa, e é tudo muito normal, muito mecânico: água, direito meu e teu, defende ela como eu." Muito bonita essa frase.

Acredito que, hoje, talvez, nossa consciência sobre o valor dessa coisa esteja mais ampliada. No entanto, outro dia ouvi uma pessoa dizendo: "Ah, tem dia disso, dia daquilo, dia do outro, tem até Dia da Água." Eu achei de uma infelicidade! "Tem até Dia da Água!". Ele não sabe que o Dia da Água é o momento que o mundo reflete a importância de nós todos defendermos a água na sua amplitude, como disse muito bem aqui o nosso Senador Jorge Viana.

É bom prestarmos homenagem à natureza, ao Criador, por tudo que a natureza representa e, neste dia, é a água.

Por isso, dia 22 de março é o Dia Mundial da Água, não é uma coisa só do Brasil. Entre tantas razões para isso, existe uma bem simples e incontestável: ninguém vive sem ela. Ninguém vive sem a água. O mundo, hoje, rende suas homenagens a ela – quase que eu diria a patriarca da natureza –, à água, porque, sem água, não há natureza, não há vida alguma. Por isso, a água é vida e, quando ela falta, a situação fica desesperadora. Basta ver como o mundo já vem sofrendo por conta da seca que tem assolado inúmeras regiões.

Enfim, me sinto, de verdade, um privilegiado por ter vindo a esta tribuna e prestar minha simples homenagem ao Dia Mundial da mãe Água. E faço isso com muita alegria, mas, confesso, também com muita preocupação.

Esse dia é lembrado e celebrado ao redor do mundo desde 22 de março de 1993. A data foi criada pela ONU. Atualmente, é estabelecido um tema, definido pela própria ONU, com o objetivo de abordar os

problemas relacionados aos recursos hídricos. Neste ano de 2013, as celebrações terão como tema cooperação pela água.

O Ministério do Meio Ambiente, a Agência Nacional de Águas, o Governo do DF e a Unesco no Brasil realizam um evento, hoje, a partir das 14 horas, no Museu Nacional – todos estão convidados –, na Esplanada dos Ministérios, para a celebração do Dia Mundial da Água, com a realização do seminário Água, Comunicação e Sociedade, no Ano Internacional de Cooperação pela Água. O evento reunirá especialistas e comunicadores para debates e trocas de experiências co o objetivo de divulgar a importância da água, a importância da gestão politicamente correta dos recursos hídricos do Brasil e do mundo.

Por fim, a natureza é o nosso meio de sobrevivência. O mundo inteiro tem se deparado com mudanças climáticas muito sérias que levam até a catástrofes.

Diante disso, podemos aqui lembrar que temos diante de nós questões urgentes a tratar, com cuidado e com carinho: o desmatamento da Amazônia, as queimadas, os incêndios florestais, o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, o aumento das temperaturas médias do ar e dos oceanos, o derretimento anormal do gelo em certas regiões do Planeta e a elevação do nível do mar, tudo isso em âmbito mundial, gerando impactos diversos que podem afetar, de forma significativa e preocupando, assim, todos, a nossa biodiversidade, os assentamentos humanos, a saúde, a agricultura, os recursos hídricos.

Vamos somar a isso dificuldades como a gestão de resíduos sólidos, sua destinação final, os problemas de contaminação do solo e das águas com produtos químicos, tóxicos e perigosos.

Há quanto tempo falamos sobre a questão da reciclagem do lixo? E pouco fizemos.

No entanto, Sr. Presidente, este é o momento de todos nós somarmos forças em defesa do Planeta, do meio ambiente – e aqui eu me refiro à mãe água.

O nosso Brasil é rico em sua diversidade de flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes, é muito rico em seu manancial de águas, mas, se nada fizermos, nós também teremos problemas no futuro. É o país que conta com a maior área úmida do Planeta, a extensa região do Pantanal.

Nossa Floresta Amazônica abriga um quinto de toda a água do Planeta! Um quinto de toda a água do Planeta está na nossa Floresta Amazônica

Sr. Presidente, é tão bom falar sobre a água que estou querendo terminar e busco mais um dado e mais um dado...

Mas vou terminar aqui. Mas nem por isso podemos deixar de olhar para a escassez que vai obrigar,

por exemplo, a população de quase 20 milhões de pessoas que vivem na grande São Paulo a buscar água cada vez mais longe – aqui, em São Paulo.

Isso faz com que todos nós nos preocupemos cada vez mais. E isso está previsto já para a próxima década.

Nós estamos sempre falando da saúde, de vida saudável e de defesa da natureza. E temos todos que trabalhar nesse sentido.

Sr. Presidente, na verdade o seu pronunciamento foi muito feliz. O meu vai na mesma linha, não precisa que eu vá até o final. Eu comecei falando numa linha quase regional e entrei na linha da situação da água em todo o mundo.

Permita-me só que eu faça no final as seguintes perguntas: Qual o espaço que a natureza ocupa no seu coração? Pergunte a você mesmo – você, que está assistindo neste momento à TV Senado, à Rádio Senado. O que você está fazendo para economizar água? Vamos olhar para as nossas ações e vamos nos fazer essas perguntas muitas e muitas vezes.

Muito obrigado. Como diz nosso amigo Gilberto Gil: "Traga-me um copo d' água, tenho sede, e essa sede pode me matar." Grande Gilberto Gil!

SEGUIM, NA ÍNTegra, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srás e Srs. Senadores, é com satisfação que informo este plenário, que hoje, às 19 horas, será realizada a cerimônia de posse do prefeito eleito de Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Luis Laurmann (PT) e do Vice Roque Serpa (PTB).

Filho de Ermindo Lauermann, 72 anos, e Maria Ancila, 70 anos, Luis Lauermann construiu sua família ao lado da companheira Jorgia Seibel, a Xica, que é professora. O casal tem um filho, Arthur, de 9 anos.

Natural de Ivoiti, cidade onde iniciou sua carreira política, Luis Lauermann fundou o Sindicato dos Sapateiros do município e foi vereador, de 1992 a 1996. De 1997 a 2000, foi assessor do então prefeito de Porto Alegre, Raul Pont.

Posteriormente, assumiu como chefe de Gabinete do ex-deputado e ex-prefeito de Novo Hamburgo, Tarcísio Zimmermann.

Formado em Ciências Sociais pela Unisinos, reside em Novo Hamburgo há 12 anos, onde também foi secretário de Governo. Na função, colaborou na defesa de empresas e empregos na área do calçado, na luta contra os pedágios na BR-116 e na conquista de recursos para as cidades da região.

Em 2010, Lauermann foi eleito deputado estadual sustentado na expressiva votação de 46.541, votos que fez no Vale do Rio dos Sinos.

Na Assembleia Legislativa, Lauermann priorizou o fortalecimento do setor do calçado – foi presidente da Frente Parlamentar do Couro e do Calçado, iniciativa sua no parlamento -, principal vetor da economia nos municípios do Vale, além de se dedicar ao tema da saúde, uma das demandas mais apontadas na campanha. No parlamento também integrou as comissões de Economia e Desenvolvimento Sustentável (em 2013, como presidente); Assuntos Municipais; e Participação Popular.

Entre suas principais batalhas como deputado estão projetos importantes, como o que proíbe a captação de água do Rio dos Sinos para uso na agricultura intensiva, especialmente em períodos de seca, priorizando o seu uso pela população; o que estabelece a obrigatoriedade do uso de lacre inviolável nos veículos recolhidos a depósitos públicos e conveniados para inibir crimes de remoção de peças e assessórios dos veículos; o que estabelece critérios de segurança para os transportadores de cargas perigosas líquidas, gasosas, químicas e derivadas de petróleo com objetivo é prevenir acidentes que coloquem em risco a vida de motoristas e pedestres e causem danos ao meio ambiente; e o que estabelece mecanismos de segurança para inibir a atividade criminosa, identificar os responsáveis pela prática de atos ilícitos e dar apoio e informação às instituições bancárias e financeiras.

Após a realização de eleição suplementar, em 3 de março de 2013 foi eleito prefeito de Novo Hamburgo com 53,21% dos votos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, na próxima segunda-feira, dia 25, a partir das 9 horas, por nossa solicitação, a Comissão de Direitos Humanos realizará uma audiência pública para debater a situação salarial dos militares federais, bem como a reestruturação do Quadro Especial de Sargentos das Forças Armadas, Medida provisória 2215/2001, apoio aos idosos da família militar e pagamento dos 28,86%.

Estamos desde o ano passado em contato com várias entidades da categoria: Confederação Nacional da Família Militar, FAMIL/DF, QUESA BRASIL, AMARP/DF, APRAFA, UNENFA, FAMIL –Mulher.

Esta audiência de segunda é em parceria com estas entidades.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estive na semana passada, na cidade de Nova Santa Rita, no RS, no ato de lançamento do comitê pró-aeroporto internacional 20 de Setembro.

Na ocasião foi apresentado pelo coordenador do grupo de estudos pró-aeroporto, empresário Mário Gusmão, e pelo diretor do curso de Ciências Aeronáuticas da PUC/RS, Elones Ribeiro, um projeto do complexo aeroportuário, elaborado em conjunto com empresários, agentes públicos e sociedade civil, com dados estatísticos sobre a necessidade de se construir um novo aeroporto em alternativa ao Aeroporto Internacional Salgado Filho (Porto Alegre). O aeroporto ficaria entre Nova Santa Rita e Portão.

A área destinada ao empreendimento é seis vezes maior que o Salgado Filho, que possui apenas uma pista de voo.

A proposta do novo aeroporto prevê a construção de duas pistas, com espaço para ampliação no futuro.

Sr. Presidente, estiveram por lá prefeitos, vereadores, deputados, e empresários. Destaco a presença da anfitriã do evento, a prefeita de Nova Santa Rita, Margarete Simon Ferretti, o secretário estadual do Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Mauro Knijnik; o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Caleb de Oliveira; o diretor do Departamento Aeroportuário do Estado (DAP), Roberto Carvalho Netto; o coordenador da bancada gaúcha na Câmara dos Deputados, Ronaldo Nogueira; o presidente da Assembleia Legislativa, Pedro Westphalen; o prefeito de Capela de Santana, Nestor Bernardes e o vice-prefeito de Portão, Arai Cavalli; o reitor da Unisinos, Marcelo Aquino os deputados Dionilso Marcon, Ronaldo Zulke, Renato Molling, Nelsinho Metalúrgico, Ana Afonso, Giovani Feltes, Lucas Redecker, Jurandir Maciel, Jorge Pozzobon, Adolfo Brito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Comissão de Assuntos Sociais, por nossa solicitação, com o aval do presidente, senador Walde-mir Moka, realizou audiência pública sobre o Estatuto da Juventude (PLC 98/2011), na sexta-feira, dia 15, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O evento na capital gaúcha foi em parceria com a Assembleia, com o gabinete do deputado estadual Edegar Pretto (PT) e com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Por lá estiveram representantes da Secretaria Nacional da Juventude da Presidência da República, do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional do Direito da Criança e do Adolescente, UNE, UBES, ABLGBT, centrais sindicais, movimentos sociais, juventudes partidárias, deputada federal Manuela D'vila (relatora na Câmara), deputado estadual Edegar Pretto, deputada estadual Ana Afonso, Edson Brum, Vinicius Ribeiro, vereadores Alberto Koppitik, Sofia Cavedon entre ou-

tras lideranças. Um detalhe interessante foi a presença de representante dos aposentados e pensionistas que também estão apoiando a luta da nossa juventude, como o sindicalista Jorge Flecha.

A nossa intenção é votarmos o projeto, já que eu sou o relator na CAS, no dia 27 de março. E, para isso, já realizamos duas audiências e temos marcado duas reuniões no meu gabinete com a juventude.

Não posso deixar de citar que o senador Randolfe Rodrigues fez um belo trabalho na Comissão de Constituição e Justiça desta casa. Ele foi o relator em tão importante comissão.

Eu destaco o que disse a secretária Nacional de Juventude da Presidência da República, Severine Macedo que a maior importância da aprovação do Estatuto se deve à confirmação de que essas políticas não dependerão de governos para se manterem. Além disso, ressaltou o valor da proposta como uma forma de valorização dos jovens do país. Faço dela minhas palavras. Jovens não são problemas para a sociedade como foram encarados durante muitos anos. A juventude não é fase de transição entre jovem e adulto. É uma etapa da vida que carrega especificidades de origem, etnia, orientação sexual, que podem levar a uma inclusão maior ou menor.

Caso aprovado, o Estatuto da Juventude promoverá: Direito de participação sobre todos os setores da sociedade, direito à educação, profissionalização e trabalho, direito à diversidade e igualdade, de exercer diferentes religiões, de ter acesso a saúde, além de regras para acesso a espetáculos culturais, expedição da carteira estudantil, concessão de meia-entrada e reserva de assentos no transporte interestadual, entre outros.

Entendo que este é um momento histórico para os jovens, pois o projeto já tramita há nove anos e queremos sim a sua aprovação.

Parabéns a todos. A audiência pública em Porto Alegre foi um sucesso.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, vou registrar aqui, importante artigo assinado por Álvaro Sólon de França, auditor fiscal e presidente da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, que trata da medida provisória de desoneração da cesta básica.

Um importante passo rumo à justiça fiscal.

A edição da medida provisória nº 609, de 8 de março de 2013, com zeragem dos tributos federais sobre a cesta básica, foi uma importante medida de justiça fiscal, porque reduz a tributação indireta, profundamente regressiva.

A regressividade é resultado da elevada participação dos tributos indiretos, que são os que não dependem da condição econômica do contribuinte.

Em modelos regressivos como o nosso, são os pobres que, proporcionalmente, mais pagam tributos, exatamente porque comprometem a quase totalidade de sua renda ou salário com o consumo de produtos básicos, sobre os quais há a maior incidência de tributos indiretos.

A ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, sempre denunciou a injustiça de nosso modelo tributário, que tributa o consumo e não o patrimônio e a renda, com fazem os países desenvolvidos.

O modelo brasileiro é profundamente injusto porque onera os pobres e os trabalhadores assalariados, privilegiando a não cobrança ou a baixa carga de tributo sobre os rendimentos e patrimônio dos mais ricos, numa completa inversão de valores.

Para caracterizar a regressividade e a injustiça fiscal, basta dizer que o sócio ou o proprietário de empresa não paga imposto sobre lucros ou dividendos, enquanto o assalariado, que vive exclusivamente de seu salário, paga até 27,5% a título de Imposto de Renda.

Frente a esse quadro, a medida de desoneração da cesta básica foi duplamente importante.

Em primeiro lugar porque alivia a pressão sobre a inflação, o verdadeiro propósito da desoneração, e, em segundo, porque reduz a carga tributária sobre os produtos mais consumidos pelos assalariados de baixa renda no país, diminuindo a regressividade dos tributos.

É uma pena que ainda continuem incidindo sobre os produtos da cesta básica os impostos estaduais, especialmente o ICMS, talvez o de maior impacto sobre as mercadorias que o governo federal isentou.

De qualquer modo, foi dado um primeiro passo para a completa desoneração desses produtos e para avançar sobre outros de consumo popular, dentro da lógica de substituir uma tributação regressiva por outra progressiva, em que aqueles que ganham mais paguem mais, um princípio de justiça fiscal.

Não temos a ilusão de que tributos sobre o patrimônio (terras e outros bens imóveis), sobre herança e sobre grandes fortunas venham a merecer uma atenção especial do atual governo, mas se ao menos levar em conta a capacidade econômica do contribuinte, como tem feito em relação à participação especial nas concessões públicas, já terá sido um passo importante na direção da justiça tributária.

Outra medida importante da presidente Dilma foi a sanção da lei que obriga a detalhar nas notas fiscais o valor de cada tributo incidente sobre os produtos ou serviços adquiridos pelo consumidor, porque permite

ao cidadão contribuinte ter clareza do quanto paga de tributos, contribuindo para a transparência tributária.

Essa medida de cidadania ou de educação fiscal jogará luzes sobre a injustiça do nosso modelo, deixando evidente que mais de metade da carga tributária incide sobre bens e serviços consumidos ou utilizados pelos remediatos.

Geralmente, os que mais reclamam da carga tributária são aqueles que, proporcionalmente, menos pagam impostos. Esperamos e torcemos para que os verdadeiros injustiçados pela carga tributária, aqueles que vivem dos salários, que comprometem metade de sua renda com pagamento de impostos, a maioria dos quais indiretos, possam tomar consciência dessa injustiça e cobrar dos governantes um tratamento isonômico.

Vamos aproveitar esses dois exemplos – a desoneração da cesta básica e a lei que obriga divulgação dos tributos – para promover uma grande campanha pela justiça fiscal, que consiste em tributar mais quem ganha mais, além de pressionar pela regulamentação dos impostos sobre herança e grandes fortunas.

Queremos chegar a um estágio de educação fiscal no qual o cidadão tenha clareza do quanto paga de impostos e possa comparar entre o que paga efetivamente e o que recebe de retorno em termos de política pública, especialmente na área das políticas sociais.

A justiça fiscal tem dupla dimensão: na arrecadação, cobrando mais de quem ganha mais ou tem mais renda, e nas políticas públicas, dando mais a quem mais necessita.

Enquanto não atingirmos esse estágio ideal, cumprimentamos e elogiamos as duas iniciativas de presidente Dilma, que sinalizam na direção correta da transparência tributária e da justiça fiscal, com a diminuição dos tributos indiretos, especialmente aqueles que incidem sobre produtos, bens e serviços majoritariamente consumidos ou utilizados pelos pobres ou pessoas de baixa renda.

Sr. Presidente,

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

ARTIGO: MP da desoneração da cesta básica: um importante passo rumo à justiça fiscal (Álvaro Sólon de França*)

A edição da medida provisória nº 609, de 8 de março de 2013, com zeragem dos tributos federais sobre a cesta básica, foi uma importante medida de justiça fiscal, porque reduz a tributação indireta, profundamente regressiva.

A regressividade é resultado da elevada participação dos tributos indiretos, que são os que não dependem da condição econômica do contribuinte. Em modelos regressivos como o nosso, são os pobres que, proporcionalmente, mais pagam tributos, exatamente porque comprometem a quase totalidade de sua renda ou salário com o consumo de produtos básicos, sobre os quais há a maior incidência de tributos indiretos.

A ANFIP, Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, sempre denunciou a injustiça de nosso modelo tributário, que tributa o consumo e não o patrimônio e a renda, como fazem os países desenvolvidos. O modelo brasileiro é profundamente injusto porque onera os pobres e os trabalhadores assalariados, privilegiando a não cobrança ou a baixa carga de tributo sobre os rendimentos e patrimônio dos mais ricos, numa completa inversão de valores.

Para caracterizar a regressividade e a injustiça fiscal, basta dizer que o sócio ou o proprietário de empresa não paga imposto sobre lucros ou dividendos, enquanto o assalariado, que vive exclusivamente de seu salário, paga até 27,5% a título de Imposto de Renda.

Frente a esse quadro, a medida de desoneração da cesta básica foi duplamente importante. Em primeiro lugar porque alivia a pressão sobre a inflação, o verdadeiro propósito da desoneração, e, em segundo, porque reduz a carga tributária sobre os produtos mais consumidos pelos assalariados de baixa renda no País, diminuindo a regressividade dos tributos.

É uma pena que ainda continuem incidindo sobre os produtos da cesta básica os impostos estaduais, especialmente o ICMS, talvez o de maior impacto sobre as mercadorias que o Governo Federal isentou.

De qualquer modo, foi dado um primeiro passo para a completa desoneração desses produtos e para avançar sobre outros de consumo popular, dentro da lógica de substituir uma tributação regressiva por outra progressiva, em que aqueles que ganham mais paguem mais, um princípio de justiça fiscal.

Não temos a ilusão de que tributos sobre o patrimônio (terras e outros bens imóveis), sobre herança e sobre grandes fortunas venham a merecer uma atenção especial do atual governo, mas se ao menos levar em conta a capacidade econômica do contribuinte, como tem feito em relação à participação especial nas concessões públicas, já terá sido um passo importante na direção da justiça tributária.

Outra medida importante da Presidente Dilma foi a sanção da lei que obriga a detalhar nas notas fiscais o valor de cada tributo incidente sobre os produtos ou serviços adquiridos pelo consumidor, porque permite ao cidadão contribuinte ter clareza do quanto paga de tributos, contribuindo para a transparência tributária.

Essa medida de cidadania ou de educação fiscal jogará luzes sobre a injustiça do nosso modelo, deixando evidente que mais da metade da carga tributária incide sobre bens e serviços consumidos ou utilizados pelos remediatos.

Geralmente, os que mais reclamam da carga tributária são aqueles que, proporcionalmente, menos pagam impostos. Esperamos e torcemos para que os verdadeiros injustiçados pela carga tributária, aqueles que vivem dos salários, que comprometem metade de sua renda com pagamento de impostos, a maioria dos quais indiretos, possam tomar consciência dessa injustiça e cobrar dos governantes um tratamento isonômico.

Vamos aproveitar esses dois exemplos – a desnecessidade da cesta básica e a lei que obriga a divulgação dos tributos – para promover uma grande campanha pela justiça fiscal, que consiste em tributar mais quem ganha mais, além de pressionar pela regulamentação dos impostos sobre herança e grandes fortunas.

Queremos chegar a um estágio de educação fiscal no qual o cidadão tenha clareza do quanto paga de impostos e possa comparar entre o que paga efetivamente e o que recebe de retorno em termos de política pública, especialmente na área das políticas sociais. A justiça fiscal tem dupla dimensão: na arrecadação, cobrando mais de quem ganha mais ou tem mais renda, e nas políticas públicas, dando mais a quem mais necessita.

Enquanto não atingirmos esse estágio ideal, cumprimentamos e elogiamos as duas iniciativas da Presidente Dilma, que sinalizam na direção correta da transparência tributária e da justiça fiscal, com a diminuição dos tributos indiretos, especialmente, aqueles que incidem sobre produtos, bens e serviços majoritariamente consumidos ou utilizados pelos pobres ou pessoas de baixa renda.

(*) Álvaro Sólón de França é Auditor-Fiscal e presidente da ANFIP – Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estive na segunda, dia 18, no estado de Santa Catarina, mais precisamente em Itapema, na Meia Praia, participando de um grande evento do movimento sindical.

Fui até lá a convite das entidades sindicais. Tive o privilégio de estar ao lado do Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fetiesc) e Secretário Regional da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), Idemar Antonio Martini; do Presidente da Federação dos Trabalhadores Mineiros de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, companheiro Genoir José dos Santos – Foquinha; Presidente da Nova Central Sindical de

Trabalhadores de Santa Catarina, Altamiro Perdoná; do Presidente da União Geral de Trabalhadores de Santa Catarina (UGT), Carlos Magno; do Secretário Geral da CNTI, Aprígio Guimarães; do Presidente da Força Sindical de Santa Catarina, Osvaldo Mafra; do Representante do Fórum Sindical de Trabalhadores de Brusque, Aníbal Bottjeer; do Presidente da Federação dos Trabalhadores do Comércio de SC, Francisco Alano; do Presidente do Sindicato de Calçados de Parobé e representando a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Calçado e Vestuário do RS, João Pires; do deputado federal Pedro Uczai (PT/SC), da deputada estadual Ângela Albino (PC do B), do Superintendente do Ministério do Trabalho de SC, Luis Viegas e do nosso colega aqui de Senado Federal, ilustríssimo senador da República, Cacildo Maldaner (PMDB). Fui perguntado da não presença dos senadores Luiz Henrique e Paulo Bauer. Respondo que o erro foi meu. Equivocadamente não os convidei. Mas, no encontro dos três estados do sul, vou convidar a eles, como também os outros senadores do Paraná e Rio Grande do Sul.

A minha palestra foi sobre alguns assuntos que estão na pauta do movimento sindical: redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução salarial. Com essa medida seriam criados de imediatos mais de 2 milhões de novos postos de trabalho; fim do fator previdenciário, que na hora da aposentadoria retira cerca de 50% do salário da mulher, e de 45% do salário do homem. Um dos maiores crimes contra os trabalhadores; custeio sindical, ensino técnico profissionalizante, garantia dos direitos e conquistas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre outros assuntos.

Disse a eles que quem acompanha o meu trabalho no Congresso Nacional sabe que eu venho falando e alertando que só há uma maneira de garantir a manutenção de direitos sociais e trabalhistas: é com mobilização e pressão nas ruas. É assim que as coisas acontecem em nosso País. Ainda dei o exemplo do grande encontro das centrais no dia 7 aqui em Brasília.

Sr. Presidente, no final do evento foi aprovada a “Carta de Itapema”, que passo a ler:

Os mais de 350 dirigentes das Centrais Sindicais, Federações e Sindicatos de Trabalhadores de Santa Catarina, com o apoio dos parlamentares comprometidos com a defesa da classe trabalhadora, senador Paulo Paim (PT/RS) e deputado federal Pedro Uczai (PT/SC), reunidos na data de 18 de março de 2013, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina – FETIESC, vimos por intermédio desta Carta manifestar nossa indignação diante das dificuldades impostas ao movimento sindical no que dizem respeito ao custeio e manutenção das entidades

sindicais; ao fim do fator previdenciário; à redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários; e à estabilidade do dirigente sindical.

Diante desse quadro, reivindicamos a imediata aprovação de Projetos do interesse da classe trabalhadora brasileira pela Câmara dos Deputados.

Conforme disse o ilustre senador Paulo Paim, as principais bandeiras de luta da classe trabalhadora brasileira já foram aprovadas no Senado Federal, todas por unanimidade.

Mas, até o momento, aguardam aprovação pela Câmara dos Deputados, o que nos é inconcebível.

Enquanto entidades representativas de mais de 4 milhões de trabalhadoras e trabalhadores catarinenses, estabelecemos um cronograma de ações que visam acompanhar, passo a passo, os Projetos que aguardam votação, na Câmara Federal, e pressionar para que a Presidência do Congresso Nacional defina uma data para votação em plenário, ainda este ano.

Ao invés de esperar pelo Poder Executivo, lutamos para que se estabeleça uma pauta Legislativa, com a mobilização de todo o movimento sindical brasileiro no sentido do atendimento às nossas reivindicações.

Em 2014, teremos eleição para deputados estaduais e federais, senadores e Presidência da República e o povo precisa entender que a sua arma é o seu voto.

Ou os deputados federais aprovam as bandeiras mínimas de luta da classe trabalhadora, ou não terão o nosso voto.

Estamos unidos no propósito de pressionar e sensibilizar a base do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, no Congresso Nacional, para que aprove com urgência os nossos pleitos.

Lançamos também, aqui, nosso mais veemente protesto contra o Poder Judiciário e a forma como vem atuando, em absoluta dissonância e afronta à liberdade sindical, impondo Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) às nossas entidades.

Vamos mobilizar a sociedade para a realização de um grande evento, com data e local a serem definidos, em breve, visando à unidade do movimento sindical dos três estados do Sul do país em torno das nossas lutas maiores e mais urgentes.

Consideramos o Fator Previdenciário como o maior crime contra a classe trabalhadora brasileira, depois da ditadura militar.

Aprovado no Senado Federal há cinco anos, o Projeto que determina o fim do fator permanece engavetado, na Câmara dos Deputados.

Igualmente, o momento nunca foi tão propício para aprovação da redução da jornada de trabalho no país. Proposta de Emenda Constitucional (PEC), de autoria dos senadores Paulo Paim e Inácio Arruda,

está pronta, mas ainda é preciso colocá-la na ordem do dia, no Plenário, para ser aprovada.

A redução de jornada, mesmo que gradativa, deve gerar algo em torno de 3 milhões de novos empregos, diminuir o número de acidentes de trabalho, aumentar a arrecadação da Previdência e a produtividade.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salário está na pauta permanente do movimento sindical.

A regulamentação do Sistema de Custeio do movimento sindical é uma necessidade diante dos constantes ataques ao desconto da Contribuição e do Imposto Sindical.

Não entendemos como podem ser compulsórios os descontos em favor do Sistema "S", OAB e para os partidos políticos, por exemplo, cujas arrecadações são impositivas e oriundas da população brasileira.

Por que, os recursos destinados para a manutenção das lutas das entidades sindicais e de defesa das trabalhadoras e trabalhadores devem ser diferentes?

Precisamos de entidades sindicais fortes e independentes.

O Brasil é campeão do mundo em acidentes de trabalho, e muitas são as lutas a serem travadas em prol dos trabalhadores e, portanto, está na hora de fiscalizar as empresas, para melhorar as condições de trabalho, e deixar que as entidades sindicais organizem e mobilizem a classe trabalhadora.

Se as conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho e o Dissídio Coletivo valem para todas as trabalhadoras e trabalhadores, a Contribuição Sindical também deve ser arcada por todos.

A tentativa de desmonte do movimento sindical somente interessa à elite deste país que não quer melhoria nas condições de trabalho, melhor salário, jornada menor para a classe trabalhadora, ou seja, o enfraquecimento das entidades sindicais e a submissão financeira servem somente aos interesses do grande capital e a mesquinhez patronal.

Somos sabedores que as conquistas da classe trabalhadora foram obtidas as duras penas, com muita luta, resistência e organização coletiva.

Por isso, conclamamos a todos a participar deste processo democrático e legítimo em defesa dos interesses da classe trabalhadora e do fortalecimento das organizações e entidades sindicais do Brasil.

Feito o registro da "Carta de Itapema", Sr. Presidente, queria por fim agradecer ao movimento sindical de SC pela homenagem recebida. Na ocasião eles me entregaram uma placa com os seguintes dizeres:

"A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Santa Catarina, aos completar 60 anos de luta na defesa da classe trabalhadora, com muita honra homenageia o senador Paulo Paim, pela sua re-

levante contribuição a história do movimento sindical catarinense" – Antonio Martine, Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, eu estava aqui pensando no pronunciamento que vou fazer e fiquei imaginando como seria terrível se eu ficasse privado de água.

É, água! A gente tem o hábito de não considerar a fundo aquilo que parece que pertence a gente por direito, desde sempre.

É assim em relação ao ar, à água, ao alimento e por aí vai.

Eu quero água..., eu bebo água,... minha sede passa... e é tudo muito normal, muito mecânico: "água, direito meu"...

Acredito que hoje, talvez, nossa consciência sobre o valor dessas coisas esteja mais ampliada. No entanto, outro dia eu ouvi uma pessoa dizendo: "ah, tem dia disso, dia daquilo, daquilo outro... tem até dia da água".

Até dia da água!!!!!!

É, que bom, nós prestamos homenagem à natureza, ao Criador, pela água. Nós comemoramos o Dia 22 de março, Dia Mundial da Água.

E, entre tantas razões para isso, existe uma bem simples e incontestável: não dá para sobreviver sem ela!!!

O mundo rende suas homenagens a ela e, nada mais justo!

A água é vida e, quando ela falta, a situação fica bastante crítica. Basta ver como o mundo já vem sofrendo por conta da seca que tem assolado as mais diferentes regiões.

Eu me sinto, de verdade, um privilegiado por poder vir a esta Tribuna e prestar minha homenagem ao Dia Mundial da Água e faço isso com muita alegria, mas confesso, que com preocupação também.

Esse Dia é celebrado ao redor do mundo desde 22 de março de 1993.

A data foi estipulada por recomendação da ONU durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a conhecida Rio-92.

Anualmente é estabelecido um tema, definido pela própria ONU, com o objetivo de abordar os problemas relacionados aos recursos hídricos.

Neste ano, 2013, as celebrações terão como tema a "Cooperação pela Água".

Inclusive, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Agência Nacional de Águas (ANA), o Governo do Distrito Federal (GDF) e a UNESCO no Brasil realizam evento, hoje, a partir das 14h, no Museu Nacional, na Esplanada dos Ministérios para a celebração do Dia Mundial da Água, com a realização do seminário Água, Comunicação e Sociedade no Ano Internacional de Cooperação pela Água.

O evento reunirá especialistas e comunicadores para debates e troca de experiências, com o objetivo de divulgar como é realizada a gestão dos recursos hídricos no Brasil.

Sr. Presidente, a natureza é nosso meio de sobrevivência. O mundo inteiro tem se deparado com mudanças climáticas muito sérias nos últimos anos.

Temos diante de nós questões urgentes para tratar: o desmatamento da Amazônia, as queimadas, os incêndios florestais, o aumento na concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, o aumento das temperaturas médias do ar e dos oceanos, o derretimento anormal do gelo em certas regiões do planeta e a elevação do nível do mar gerando, impactos diversos que podem afetar de forma significativa a biodiversidade, os assentamentos humanos, a saúde, a agricultura e os recursos hídricos.

Vamos somar a isso dificuldades como a gestão dos resíduos sólidos, sua destinação final, os problemas de contaminação do solo e das águas por produtos químicos, tóxicos e perigosos.

Há quanto tempo falamos e falamos sobre a questão da reciclagem do lixo?

É um assunto sério!

No entanto, a reciclagem anda a passos miúdos. E, para constatar isso, basta pensar em quantas pessoas nós conhecemos que separam seu lixo diário para ser reciclado?

Sras e Srs. Senadores, o nosso Brasil é rico em sua diversidade de flora e fauna, rico em suas florestas exuberantes e muito rico em seu manancial de águas.

É o País que conta com a maior área úmida do planeta, a extensa região do Pantanal.

Nossa Floresta Amazônica abriga 1/5 de toda água doce do planeta.

Mas, nem por isso, podemos deixar de olhar para a escassez que vai obrigar, por exemplo, a população de quase 20 milhões de pessoas que vivem na Grande São Paulo a buscar água cada vez mais longe. Isso vai encarecer cada vez mais o recurso na próxima década.

Nós estamos sempre falando de saúde, de vida saudável. A natureza está diretamente ligada à saúde. Será que nós temos ampla consciência disso?

Será que temos, mesmo, a noção da importância da reciclagem do lixo, de termos rios despoluídos, matas nativas preservadas? Tudo isso pelo bem da nossa saúde!

É muito comum a gente responsabilizar o Governo, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, o nosso vizinho, sobre todos os danos causados à natureza.

Eu gostaria de salientar, Sr. Presidente, que é muito importante reconhecer os esforços feitos em relação aos cuidados com o ecossistema.

A Agência Nacional de Águas (ANA), por exemplo, é uma autarquia especial, vinculada ao Ministério do Meio

Ambiente, que tem como missão implementar e coordenar a gestão compartilhada e integrada dos recursos hídricos e regular o acesso à água, promovendo seu uso sustentável em benefício das atuais e futuras gerações.

Ela tem feito um trabalho sério, com base de atuação na conhecida Lei das Águas, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

A Agência atua junto aos estados brasileiros em diversas ações para integrar o Singreh aos sistemas estaduais, com o intuito de otimizar a gestão compartilhada e participativa desse bem finito.

Além disso, também há atuação da Agência junto a outros países, por meio do intercâmbio de informações e tecnologias no setor de recursos hídricos.

O Ministério da Integração Nacional (MI), por sua vez, está coordenando o programa Água para Todos.

É um programa cuja principal meta é universalizar o acesso à água entre a população rural do semiárido brasileiro. O objetivo do programa é instalar 750 mil cisternas até 2014.

As cisternas são instaladas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

A indicação dos beneficiários é de responsabilidade de Comitês Gestores Municipais compostos por representantes da sociedade civil, sindicatos de representação rural, associações rurais, igrejas e poder público municipal, observando-se as diretrizes estabelecidas pelo programa, como, por exemplo, os beneficiários devem ser famílias de áreas rurais, em situação de pobreza ou extrema pobreza, com carência de acesso a água e renda per capita de até R\$ 140,00, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do governo federal.

Somente em 2013, 2.992 famílias foram beneficiadas em Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Alagoas, Piauí e Maranhão.

É claro que o Brasil precisa avançar em seus cuidados com o ecossistema, mas acredito que cabe perguntar, também: "e quanto a nós mesmos"?

Será que nós cuidamos para não maltratar a natureza?

Será que nós agimos com responsabilidade, em cada gesto simples do dia a dia, em relação à água, por exemplo?

Existem coisas fáceis que podemos fazer para economizar água, como:

- Tomar banhos mais curtos. Um banho de 15 minutos, em uma casa, consome 135 litros de água. Um de 5 minutos, apenas 45 litros.
- Diminuir a vazão das válvulas de descarga.

- Usar regador no lugar da mangueira em jardins e hortas.
- Não lavar as calçadas com água, mas, sim, usar uma vassoura.
- Usar equipamentos como o restritor de vazão, a popular "peneirinha". Esses equipamentos, instalados em torneiras, reduzem, em média, 50% do consumo de água.
- Caso você use lavadora de roupa, é melhor utilizá-la cheia e ligá-la no máximo três vezes por semana.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a natureza é um presente e ela precisa, com certeza, ocupar os nossos corações.

Segundo a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a demanda mundial de água aumentará 55% até 2050.

Os especialistas acreditam que a escassez da água possa levar o mundo a sérios conflitos, então, eu gostaria de finalizar deixando para cada um de nós brasileiros e brasileiras a seguinte pergunta:

"Qual é o espaço que a natureza ocupa no nosso coração?"

Vamos olhar para as nossas ações e vamos nos fazer essa pergunta mais vezes.

Muito obrigado e, como diz nosso amigo Gilberto Gil: "traga-me um copo d'água, tenho sede, e essa sede pode me matar"!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. Fantástico esse encerramento, buscando uma frase na poesia de Gilberto Gil, numa música fantástica, que passa todas as mensagens necessárias de serem lembradas, inclusive no Dia da Água. Eu queria, realmente, parabenizar V. Ex^a, Senador Paim. Que bom que, nesta sexta-feira de manhã, nós fizemos esta homenagem toda!

É incrível como a tendência do ser humano é a de não valorizar aquilo que tem em abundância. O problema está exatamente nisto: alguns têm de mais e a grande maioria tem de menos.

Para o mundo, hoje, a água é o produto mais escasso, e ele é sinônimo de vida. Em nosso País a gente vê tanto desperdício!

Falei no meu pronunciamento que hoje ouvi uma senhora, uma nordestina, sitiante, que vive lá no interior do Nordeste, no Agreste, dizer que o sonho dela é poder tomar um bom banho.

Então, que a gente possa refletir aqui, da tribuna do Senado, no Dia da Água – cumprimentando todos os que nos acompanham –, sobre a importância desse recurso, que é sinônimo de vida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu só peço a V. Ex^a que publique na íntegra o meu pronunciamento.

E, na segunda-feira, às 9h, como já é tradição, estarei numa audiência pública, ainda uma dívida que eu tinha da minha gestão como Presidente no último ano.

Eu ouço todos os setores, Sr. Presidente, e essa é minha obrigação como Senador, e, principalmente, numa audiência pública.

Quero dizer que está confirmado. Acertei com a nossa querida Senadora Ana Rita. Segunda-feira, às 9 horas da manhã, eu vou ouvir o setor militar, servidor público da área militar. Eu ouço o sem-teto, o sem-terra, os servidores da área civil, os servidores públicos, e não vi problema nenhum em ouvir os militares.

Então, nessa segunda-feira, pela manhã, às 9 horas, eu terei uma audiência para ouvir os aposentados e pensionistas e, também, aqueles que estão na ativa do setor militar, que estarão lá representados pelos seus líderes – a categoria nacional da família militar, FAMIL – Federação da Família Militar; QESA Brasil; a AMARP; a APRAFA; a UNEMFA; FAMIL Mulher; enfim, estarão lá todos os seus líderes para dialogar conosco...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...sobre a importância da família militar.

Era isso. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento, mais uma vez, V. Ex^a, Senador Paulo Paim e agradeço a todos, lembrando e fazendo um registro aqui, da Presidência do Senado Federal, que hoje0, dia 22 de março, é o aniversário da querida Xapuri, cidade histórica do Acre, que já nos deu figuras como Armando Nogueira, que já não está com a gente mais, o Adib Jatene e tantas outras figuras importantes, Jorge Kalume, ex-Senador, Jarbas Passarinho, todos nasceram em Xapuri, essa cidade tão parte da história do Acre, e o nosso Chico Mendes, no Dia da Água – lembrando o aniversário de Xapuri, lembro aqui, também, de Chico Mendes – a grande figura do ambientalismo brasileiro e mundial.

Não tendo mais orador inscrito, encerro a presente sessão, cumprimentando a todos que nos acompanharam pela TV Senado, Rádio Senado e Internet.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os Srs. Senadores Alfredo Nascimento e Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco/PR – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e

Srs. Senadores, em 22 de março vamos celebrar o dia mundial da Água. O Brasil detém a maior reserva de água doce subterrânea do mundo. A exuberância de nossa floresta, que tem na Amazônia sua expressão mais importante, se alia à abundância dos nossos recursos hídricos, um dos bens naturais mais valiosos e estratégicos de que dispomos. Segundo o IBGE, 12% de toda a água doce existente no planeta estão no Brasil e 95% da população urbana brasileira tem acesso à água potável.

São essas as razões que levam o mundo a identificar o Brasil como a maior potência hídrica do Século XXI. Esse papel nos impõe grande responsabilidade não apenas naquilo que diz respeito ao debate de políticas que visem ao melhor manejo desses recursos, como principalmente na adoção de medidas efetivas de conscientização e educação de nossa sociedade para o respeito ao meio ambiente e a melhor utilização da água. Cada vez mais escasso, este precioso líquido torna-se menos acessível e muito mais caro mundo afora.

Sr. Presidente, o Dia mundial da Água nos alerta para diversos desafios. No meu Amazonas, mais que fonte de vida, a água é o nosso principal meio de transporte. Por nossos rios trafegam nossas riquezas e o abastecimento da nossa população. Por nossos rios trafegam as expectativas de desenvolvimento do nosso povo e também os gargalos que entravam o maior crescimento de nossa atividade econômica. Assim como precisamos de água pra viver, o Amazonas depende da água pra crescer e criar oportunidades para a sua gente. Isso exige de nós, homens públicos, atenção ao manejo e a articulação de uma política portuária que favoreça o transporte fluvial responsável – falo aqui da ampliação da malha hidroviária, da melhoria dos balizamentos e de uma ação continuada para a expansão do acesso a esse meio de transporte, tanto para o atendimento do setor produtivo, quanto para a garantia do direito da população de ir e vir.

Mas isso, Sr^as e Srs. Senadores, não é suficiente. Pensando no Amazonas, eu olho para o Brasil e seus desafios nesse setor. Nossas contradições não deixam dúvidas acerca de uma dívida que ainda carregamos e que precisa ser corrigida: a expansão do saneamento básico para todos os brasileiros. Muito se avançou nesse quesito e estimativas oficiais apontam que cerca de 40 milhões de pessoas ainda vivem sem saneamento adequado no Brasil, uma vergonha que não podemos mais tolerar.

Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, cerca de cinco mil crianças são internadas diariamente por conta de doenças causadas pelo consumo de água sem tratamento. Aproximadamente dois milhões de pessoas morrem por ano no Brasil por doenças como o cólera, transmitido por água e alimentos contaminados.

Expressiva parcela da população, incluindo crianças na faixa etária entre 0 e 4 anos, vivem em áreas em que o esgoto corre a céu aberto.

Sem dúvida, que este é um cenário dramático e inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento econômico e social que conquistamos ao longo dos últimos 20 anos. Não combina com o Brasil que está em construção. Além disso, dá demonstrações da incapacidade dos governos de avançarem em um tema de grande importância não apenas para o desenvolvimento, mas principalmente para a qualidade de vida e a saúde da população. Investir em saneamento básico contribui para a conservação das nossas riquezas naturais, impulsiona a economia do país e garante dignidade para todos os brasileiros.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não é mais possível ignorar a necessidade de uma política consistente para o manejo da água no Brasil. É preciso reforçar os mecanismos públicos para a condução desse setor, melhorar a articulação entre as diversas esferas da Administração Pública, ampliar o debate no Congresso Nacional. Não podemos nos conformar que apenas 6% das águas do Brasil estejam em ótimas condições de uso, com aponta estudo da Agência Nacional de Águas, ou que brasileiros instalados nas regiões menos favorecidas ainda convivam com esgotos a céu aberto e a falta de água potável.

Temos que acompanhar e fiscalizar as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltado para este segmento, colaborando para que as medidas saiam do papel. Temos o dever de estimular a aplicação do Plano Nacional de Saneamento Básico, cuja meta é solucionar o problema de saneamento em todo o território nacional até 2030. Cabe à nós, Parlamentares, dar celeridade à aprovação dos projetos que tramitam no Congresso Nacional sobre o tema em questão.

A escassez de água é um problema mundial e o Brasil pode dar exemplo. Garantir o progresso na nossa eficiência hídrica é garantir melhor qualidade de vida aos cidadãos brasileiros e, sobretudo, contribuir para a sobrevivência do planeta.

Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cultura de Alagoas perdeu uma de suas referências com o falecimento do ato, teatrólogo, escritor e jornalista Bráulio Leite Júnior. Ele faleceu no último dia 27 de fevereiro, aos 81 anos em Alagoas.

Apixonado pelo estado e pelo teatro, Bráulio é um intelectual refinado e plural. Homem sem rebuscamen-

tos, polemista, atento ao que acontecia em Alagoas e no mundo. Bráulio Leite deixa uma contribuição imensa para a dramaturgia e as artes em geral na nossa terra.

Nas décadas de 70 e 80, sua capacidade de trabalho chegou ao auge e ele se multiplicou como gestor cultural. Dirigiu, durante 30 anos, o Teatro Deodoro, criou o Teatro de Arena Sérgio Cardoso e o Teatro Lima Filho, incentivou e foi decisivo para a fundação do Museu da Imagem e do Som de Alagoas e organizou e deu vida à Escola de Música, que veio a se tornar o Centro de Belas Artes.

Foi graças à sua visão que, a antes tímida Orquestra de Câmara de Alagoas, veio a se tornar a Orquestra Filarmônica de Alagoas, hoje infelizmente extinta.

Seu apego à terra natal chegava ao ponto de renunciar a vantagens profissionais e talvez à glória artística, que vinham dos convites – sempre recusados – de se mudar e atuar nos grandes centros do teatro brasileiro e até no exterior.

Depois de uma vida inteira dedicada a construir e incentivar a cultura em Alagoas, Bráulio Leite se aposentou e escolheu para moradia e repouso o Sítio Velho, em Paripueira. Moradia, sim; repouso, nem tanto.

Continuou a ser procurado por pesquisadores, dramaturgos, artistas, jornalistas, que iam consultá-lo ou buscavam informações, conselhos, idéias, opiniões – e estes testemunham que Bráulio nunca deixava ninguém ao relento.

Isso sem contar a legião dos amigos da vida inteira, que acorriam às grandes varandas, elos arvoredos do Sítio Velho, para ouvir as histórias do veterano prosador. Há relatos saborosos, desde as suas lembranças de quando Procópio Ferreira e a filha Bibi vinham atuar em Maceió, até revelações valiosas sobre a presença militar norte-americana, durante a Segunda Guerra Mundial, na antiga base de hidroaviões à beira da Lagoa, no Vergel.

Dono de memória prodigiosa, Bráulio Leite era do tipo de interlocutor a quem nunca faltava assunto.

Caetano Veloso, num verso de *A tua presença*, canta a pessoa que *mantém sempre teso o arco da conversa*. Assim era Bráulio.

A ausência de um vulto desse quilate deixa luto, saudade e um vazio difícil de preencher, principalmente em Alagoas, que se ressente de sopros mais vigorosos de incentivo às artes cênicas e de vitalidade no suporte à cultura em geral. Bráulio Leite fará uma grande falta, já está fazendo muita falta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 43 minutos.)

ATA DA 1ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 3, de 5 de fevereiro de 2013)

RETIFICAÇÃO

Às páginas 627 a 630, por erro gráfico, republique-se os Requerimentos nºs 2 e 3, de 2013, para correção do ano constante na epígrafe:

REQUERIMENTO N° 2, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao município de **TONANTINS**, em homenagem ao aniversário da cidade, comemorado no dia 10 de Dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto ao Prefeito Simeão Garcia Nascimento, no seguinte endereço: Rua Leopoldo Peres, s/nº, Bairro: Centro, Tonantins, Amazonas, CEP: 69685-000.

JUSTIFICAÇÃO

O município de Tonantins foi fundado às margens do Rio Solimões, hoje com uma população acima de 19.000 habitantes, a sua área territorial de 6.433 Km² e com altitude de 40 metros acima do nível do mar. Obtém um clima tropical chuvoso, úmido, temperatura que varia de 40°C a 5°C no mês de julho, com média de 25°C, além da sede do município, conta com 42 comunidades ribeirinhas.

Por volta de 1754, os espanhóis continuavam penetrando a parte Oeste do Amazonas, o que veio a preocupar o governo paraense. No iça, com a ajuda dos franciscanos, eles já tinham fundado algumas aldeias, e tentaram a criação de um forte na boca do rio Solimões. O rio até então pertencia a Espanha, pelo Tratado de Madri, mas os espanhóis queriam a qualquer custo reconquistar as posições perdidas por incúria do Tratado de 1750.

Em 1766, abandonaram o forte, e foram para o Napo, face as dificuldades de comunicações com o Posto de Papian, e pelo rigor do clima. Em 1768, o posto que fora abandonado pelos espanhóis, foi ocupado pelos

soldados da Capitania portuguesa, isso por ordem do governado paraense Fernando da Costa de Ataide Teive, e ficou sendo chamado de Forte de São Fernando do Içá.

Mais tarde, seguiram novas expedições, quando a Capitania era governada pelo Coronel Joaquim Tinoco Valente, o governador do Grão Pará, era João Pereira Caldas, que também era militar; o ouvidor era Xavier de Sampaio. O comandante das expedições de guerra contra os invasores era o Capitão Felipe Sturm.

Em 1 de outubro de 1777, Portugal e Espanha concordaram novamente os aspectos dos limites nas colônias na América, com o Tratado de Santo Idelfonso, mantendo o tratado de 1750. Nesse tratado, os limites da Amazônia, vinha do rio Madeira ao médio rio Marmoré, até a foz do Rio Madeira, e na reta à margem do rio Javari, atalhando ao rio Solimões.

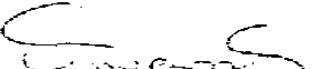
O primeiro vilarejo de Tonatins se formou com a vinda o missionário carmelita Frei Matias Diniz, sendo habitado por indios Caiuvicenas que foi assassinado pelos próprios índios da aldeia, chamado de Tonantins velho onde hoje é conhecido como bairro de São Francisco.

O vilarejo veio a renascer entre os anos de 1774/1775, por um Senhor chamado Sampaio, reunindo consigo índios das tribos Caiuvicenas, Passés e Tikunas. E ao longo sendo catequizados pelos frades que vinha por meio de expedições, construindo assim igrejas e uma escola.

Por esse motivo, não poderíamos deixar de homenagear a população do município de Tonantins e o Prefeito Fábio da Silva Cabral.

Parabéns ao município de Tonantins, por tantos anos que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do Estado do Amazonas.

Sala das Sessões, de Dezembro de 2012.


Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

PCdoB/AM

REQUERIMENTO N° 3, DE 2013

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos, ao Deputado Estadual do Amazonas Josué Cláudio de Souza Neto, por sua eleição como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas - ALEAM, no último dia 20 de dezembro, bem como seja encaminhado o referido voto no seguinte endereço: Av. Mário Ypiranga Monteiro (Antiga Recife), Ed. Dep. José de Jesus Lins de Albuquerque, nº 3.950 - Parque Dez - Manaus - AM - 69.050-030.

JUSTIFICAÇÃO

O Deputado Estadual Josué Cláudio de Souza Neto (Josué Neto) nasceu em Manaus no dia 1º de maio de 1975. Filho de Josué Cláudio de Souza Filho e Raimunda Holanda de Souza, cresceu no movimentado bairro Nossa Senhora das Graças, mais precisamente na rua Pará, limite entre o conjunto Vieiralves e o Beco do Macedo. Ocupa atualmente o cargo de deputado estadual pelo Amazonas. Vindo de uma família política, Josué Neto filiou-se no PFL aos 18 anos de idade, quando ainda era estudante. Em 2005 foi eleito vereador de Manaus, com 5.994 votos pelo PFL. Disputou as eleições de 2006 pelo PSB, tendo sido eleito com 15.876 votos. Foi reeleito em 2010, pelo PMN. Atualmente é filiado ao PSD.

Josué Neto foi aluno fundador do colégio La Salle, no Dom Pedro, e lá cursou de 1ª a 5ª séries. Aluno aplicado, transferiu-se para o Ciec em 1987, onde também foi aluno fundador do, até então, novo prédio na Djalma Batista. No Ciec, cursou da 6ª série até o fim do ensino médio. Em 1993, prestou vestibular na UFAM e começou o curso de Ciências Econômicas, concluído em 1999. Com uma vida acadêmica movimentada, fez parte da direção do Centro Acadêmico de Economia (CACEC) durante duas gestões, no antigo prédio da Faculdade de Estudos Sociais (FES) na Rua Emílio Moreira. Em 2003 fez pós-graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, pelas Faculdades Objetivo.

Em 1993, começou as atividades de radialista, na Rádio Difusora, de propriedade de sua família. Essa experiência trouxe para ele a oportunidade de se aproximar das pessoas, levando entretenimento, lazer e apoio comunitário, já que sempre fez de seu microfone um instrumento para o "servir", incentivando ainda as principais atividades esportivas e culturais de nossa cidade.

Josué Neto tem, em sua família, seus melhores e maiores exemplos de respeito pelo ser humano. Símbolo de homem público, administrador e ético, seu pai o acompanha e orienta na arte de fazer política com dignidade. De sua mãe, Ray Souza, aprendeu como fazer campanha, pois sempre foi a maior "cabo eleitoral" de seu pai.

Josué Neto é um deputado jovem e ainda no primeiro mandato, mas já está entre os parlamentares de maior produção e de atividade mais intensa da Assembleia Legislativa. É presença constante no interior do Estado e conhece de perto a realidade da maioria dos municípios amazonenses.

Em cada localidade que visita, Josué Neto recolhe das lideranças políticas e comunitárias o máximo de informação sobre as mais variadas áreas, transformando tudo isso em ação parlamentar com a apresentação de requerimentos, indicações, moções e projetos de leis.

Através das intervenções de Josué Neto junto a órgãos do Governo do Estado, concessionárias de serviços públicos e mesmo a empresas e outras instituições, muitos problemas já foram resolvidos, como a construção de escolas, extensão de redes de abastecimento de água e energia elétrica, melhoria da infraestrutura, dos transportes e dos serviços ao cidadão.

Ciente de suas responsabilidades como homem público e representante da população no Poder Legislativo, Josué Neto tem firmado posição clara diante de temas sociais relevantes como os direitos das minorias, a tolerância religiosa, a proteção à criança, ao adolescente e ao idoso, além da interiorização do desenvolvimento econômico, social e humano.

Parabéns ao novo Presidente da Assembléia Legislativa do Amazonas, sabemos que sua intenção é de fazer uma gestão igualitária para todos os membros da Casa, não importando o partido político, você respeitará as regras regimentais e tenho certeza que fará uma ótima administração.

Sala das Sessões, 21 de Dezembro de 2012.



**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM**

ATA DA 2ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE FEVEREIRO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 4, de 6 de fevereiro de 2013)

RETIFICAÇÕES

Às páginas 1058 a 1060, por erro gráfico, republique-se o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2013, para correção do ano constante na epígrafe:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11, DE 2013

Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Cide incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto da arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 6º

.....

Parágrafo único. Percentual não inferior a cinco por cento do produto da arrecadação da Cide em cada exercício será anualmente aplicado em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, no art. 177, § 4º, inciso II, determina que o produto da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, denominada *CIDE-Combustíveis*, seja destinado: (i) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo; (ii) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; e (iii) ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Historicamente, contudo, esses recursos pouco têm sido utilizados para suas destinações constitucionais, sendo frequentemente retidos no caixa do Tesouro Nacional para a composição de superávits primários.

Por outro lado, é notoriamente conhecida a imensa dificuldade com que lidam os governos municipais e estaduais relativamente aos investimentos em modos coletivos, sobretudo os ferroviários, de transporte urbano. Enquanto a implantação e a expansão de sistemas eficazes de transporte de massa — como os trens subterrâneos (metrôs), os veículos leves sobre trilhos em superfície (VLTs), os trens urbanos em vias segregadas ou mesmo os modelos que asseguram maior eficiência ao sistema de ônibus urbanos — encontram barreiras na crônica escassez de recursos dos entes públicos, milhares de veículos de transporte individual são empilhados a cada dia.

O resultado dessa iniquidade, que inverte o princípio jurídico e moral da prevalência do interesse coletivo sobre o individual, tem sido a formação quilométrica de engarrafamentos cotidianos e a restrição generalizada ao direito de ir e vir no território urbano, tanto em relação aos pedestres quanto no que se refere aos próprios condutores de veículos.

A presente proposição tem, assim, o escopo de determinar a aplicação de parcela da Cide-Combustíveis, contribuição cobrada principalmente dos usuários de automóveis e motocicletas, na expansão da infraestrutura de modos de transporte mais democráticos no tocante à utilização do espaço urbano e mais eficientes do ponto de vista ambiental.

Em razão de sua relevância social e econômica, estamos certos de que a presente iniciativa merecerá o acolhimento dos ilustres membros do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS RODRIGUES

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI 10.636 – 30.12.2002

Art. 6º A aplicação dos recursos da Cide nos programas de infra-estrutura de transportes terá como objetivos essenciais a redução do consumo de combustíveis automotivos, o atendimento mais econômico da demanda de transporte de pessoas e

bens, a segurança e o conforto dos usuários, a diminuição do tempo de deslocamento dos usuários do transporte público coletivo, a melhoria da qualidade de vida da população, a redução das deseconomias dos centros urbanos e a menor participação dos fretes e dos custos portuários e de outros terminais na composição final dos preços dos produtos de consumo interno e de exportação.

LEI 10.326 – 19.12.2001

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), a que se refere os arts. 149 e 177 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001.

§ 1º O produto da arrecadação da Cide será destinada, na forma da lei orçamentária, ao:

- I - pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados e de derivados de petróleo;
- II - financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás;
- III - financiamento de programas de infra-estrutura de transportes.

§ 2º Durante o ano de 2002, será avaliada a efetiva utilização dos recursos obtidos da Cide, e, a partir de 2003, os critérios e diretrizes serão previstos em lei específica.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 177. Constituem monopólio da União:

- I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1895)
- II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;
- III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;
- IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;
- V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados.
- V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006)

~~§ 1º O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades nele mencionadas, sendo vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, ressalvado o disposto no art. 20, § 1º.~~

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

II - as condições de contratação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 2º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional.

§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional. (Renumerado de § 2º para 3º pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - a alíquota da contribuição poderá ser: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) diferenciada por produto ou uso; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - os recursos arrecadados serão destinados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

(As Comissões de Assuntos Econômicos; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa.)

Às páginas 1143 e 1144, por erro gráfico, republique-se o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2013, para correção do ano constante na epígrafe:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2013

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre bicicletas, suas partes e acessórios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as bicicletas, suas partes e acessórios, classificadas nas Posições 8712.00 e 8714 da Tabela de Incidência do IPI.

Art. 2º É assegurada a manutenção do crédito relativo às matérias primas, embalagem e material secundário utilizados na fabricação do produto de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As grandes metrópoles brasileiras estão despertando para a necessidade de reabilitar a bicicleta como meio de transporte usual da população, nos seus deslocamentos diários para o trabalho, para o estudo etc. Investimentos têm sido feitos na abertura de ciclovias e na implantação de serviços de oferta de bicicletas, seja gratuitamente, seja mediante aluguel, para deslocamento nos centros congestionados de automóveis.

O Brasil assiste, entre perplexo e preocupado, o extraordinário incremento da produção e do uso do automóvel como meio preferencial de deslocamento individual,

acenando com a própria inviabilização das urbes como ambiente racional de moradia, trabalho, produção, lazer e educação. O crescimento explosivo do número de automóveis não é acompanhado, no mesmo ritmo, como seria necessário, pela ampliação dos espaços para sua circulação e estacionamento. Por outro lado, a infraestrutura de transporte de massa, de preferência sobre trilhos, que deveria proporcionar a solução correta para o problema, enfrenta atraso secular e se desenvolve com extrema lentidão e dificuldade, em razão da gigantesca escala de investimento necessário.

Nesse cenário desolador, a bicicleta desponta como paliativo. A própria indústria automobilística começa a acenar com a hipótese de adaptar a bicicleta como acessório vendido com o automóvel, de tal forma que, na impossibilidade prática de deslocar-se com o veículo automotor e estacioná-lo próximo do destino desejado, o percurso do usuário tenderá a ser cumprido em etapas complementares, por meio do automóvel e da bicicleta.

O Governo tem utilizado com muita freqüência o uso da tributação pelo Imposto sobre Produtos Industrializados para incentivar a produção automobilística. Por coerência e necessidade, deve fazer o mesmo em relação aos meios alternativos de deslocamento individual, entre eles a bicicleta.

Além disso, como veículo de lazer e de prática saudável de exercício físico, contribuindo para a manutenção da saúde, a bicicleta cumpre papel relevantíssimo.

Em suma, o uso da bicicleta possibilita a melhora da qualidade de vida da população, reduz a poluição do meio ambiente, diminui a quantidade de veículos automotores em circulação, além de inúmeros outros benefícios individuais e coletivos.

Para os efeitos do art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e conforme Nota Técnica nº 217, de 2012, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, estima-se a renúncia de receita do IPI, em decorrência deste projeto, em R\$ 222,8 milhões, R\$ 243,3 milhões, R\$ 265,7 milhões e R\$ 290,5 milhões, respectivamente, para os exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Sala das Sessões,

Senadora LÚCIA VÂNIA

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI COMPLEMENTAR N° 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.****Mensagem de veto**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

Seção II**Da Renúncia de Receita**

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)

Às páginas 1229 e 1230, por omissão gráfica de parte do texto da justificação, republique-se o Requerimento nº 25, de 2013:

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2013

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no Plenário do Senado Federal, no dia 14 de outubro de 2013, para comemorar o centenário de nascimento de Vinícius de Moraes.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1913, Vinícius de Moraes foi um dos maiores expoentes da cultura brasileira do século XX. Jornalista, diplomata, dramaturgo, poeta e compositor, foi acima de tudo um homem movido pela paixão.

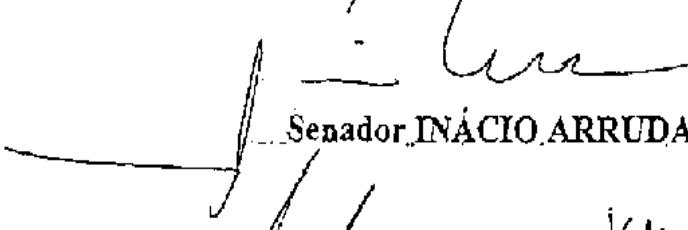
Poeta refinado, que dominava como poucos as formas eruditas, Vinícius foi também um dos mais sensíveis letistas do cancioneiro popular, autor de clássicos inesquecíveis ao lado de parceiros como Tom Jobim, Baden Powell, Carlos Lyra, Chico Buarque e Toquinho, entre outros.

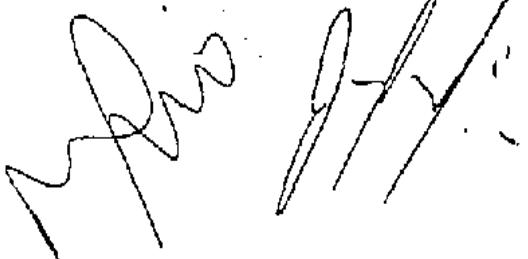
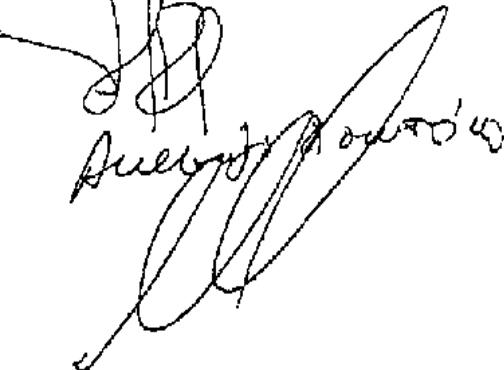
Homem de esquerda e diplomata de carreira, viu-se exonerado do Itamaraty em 1969, por ato de força do regime ditatorial – injustiça que só seria reparada oficialmente em 2010, por iniciativa do Governo Lula.

Vinícius de Moraes nos deixou em 9 de julho de 1980, mas seus versos e canções estão guardados no coração do povo brasileiro, como momentos imorredouros de nossa memória coletiva.

Ao homenagear o centenário de Vinícius de Moraes, o Senado ~~da~~ República estará prestando um justo reconhecimento à vida e à obra de um dos brasileiros que mais contribuiram para o engrandecimento de nossa cultura, tanto no Brasil como no exterior.

Sala das Sessões,


Senador INÁCIO ARRUDA


Índice de Páginas
Inácio Arruda


À página 1239, por omissão gráfica do texto no calendário de tramitação da Medida Provisória nº 600, de 2012, *onde se lê*:

“Calendário”

- Publicação no Diário Oficial da União: 28-12-2012–Edição Extra
- Designação da Comissão: 5-2-2013
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação
- Emendas: até 9-2-2013 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: –
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 3-3-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no Senado Federal: 3-3-2013
- Prazo no Senado Federal: de 4-3-2013 a 17-3-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 17-3-2013
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 18-3-2013
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 21-3-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 4-4-2013”

Leia-se:

“Calendário”

- Publicação no Diário Oficial da União: 28-12-2012–Edição Extra
- Designação da Comissão: 5-2-2013
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação
- Emendas: até 9-2-2013 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: **
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: –
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 3-3-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no Senado Federal: 3-3-2013
- Prazo no Senado Federal: de 4-3-2013 a 17-3-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 17-3-2013
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 18-3-2013 a 20-3-2013 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 21-3-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 4-4-2013”

À página 1258, por erro gráfico na publicação da leitura do Ofício nº 12, *onde se lê*:

“O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda, Bloco PCdoB) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 7**, Relatório de Viagem do Senador Walter Pinheiro, referente ao Requerimento nº 933, de 2012, de missão, no qual relata comparecimento à Conferência Mundial de Telecomunicações em Dubai, Emirados Árabes, no período de 3 a 14 de dezembro de 2012.”

Leia-se:

“O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda, Bloco PCdoB) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 12**, Relatório de Viagem do Senador Roberto Requião, referente ao Requerimento nº 1.008, de 2012, de missão, no qual relata comparecimento ao Seminário “Os Portugueses no Brasil e na América do Sul – Novos Desafios”, no Rio de Janeiro, no dia 6 de dezembro de 2012.”

ATA DA 4^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 7 DE FEVEREIRO DE 2013

(Publicada no **Diário do Senado Federal** nº 6, de 8 de fevereiro de 2013)

RETIFICAÇÕES

Após a página 2073, publique-se, por omissão gráfica, o Ofício nº 2, de 2013-CN:

OFÍCIO N° 2, DE 2013 - CN

OFÍCIO PGR/GAB/Nº 63

Brasília, 23 de janeiro de 2013.

Senhor Presidente,

Cumprindo determinação expressa no inciso I do art. 5º da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, encaminho a Vossa Excelência os demonstrativos que compõem os Relatórios de Gestão Fiscal do Ministério Público da União e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2012.

Na oportunidade, cabe informar que, em razão do disposto na Portaria PGR nº 192, de 29 de abril de 2010, até a fixação do percentual próprio, por lei, as despesas com pessoal concernentes ao Conselho Nacional do Ministério Público foram incluídas no Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Ministério Público da União.

Atenciosamente,



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.600.020	14.905
Pessoal Ativo	2.147.247	13.854
Pessoal Inativo e Pensionistas	452.312	1.251
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	461	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	478.713	320
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	72.570	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	406.143	320
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.121.307	14.585
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.135.892	
APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		616.933.349
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,35
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,60%		3.701.600
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,57%		3.516.520

Fonte: SIAFI

Nota: Receita Corrente Líquida divulgada pela Portaria nº 26, de 17 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Foi incluída a despesa total de pessoal do Conselho Nacional do Ministério Público, em observância à Portaria PGR nº 192, de 29/4/2010.

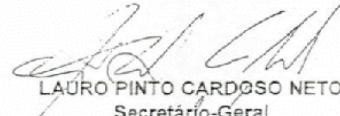
Os valores da despesa com Auxílio-Funeral e Auxílio-Natalidade foram desconsiderados, conforme disposto no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2/7/2012.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
 b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
 Procurador-Geral da República



LAURO PINTO CARDOSO NETO
 Secretário-Geral



SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

ANEXO II

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LÍQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<u>388.282</u>	<u>426</u>
Pessoal Ativo	330.782	396
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.500	30
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<u>60.377</u>	<u>30</u>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	11.590	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	48.787	30
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	<u>327.905</u>	<u>396</u>
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	<u>328.301</u>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<u>616.933.349</u>
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	<u>0,0532</u>
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF e Decreto nº 6.334/2007) - 0,082%	<u>557.579</u>
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,0874%	<u>539.200</u>

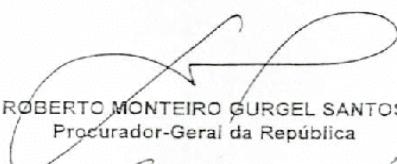
Fonte: SIAFI

Nota: Receita Corrente Líquida divulgada pela Portaria nº 26, de 17 de janeiro de 2013, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os valores da despesa com Auxílio-Funeral e Auxílio-Natalidade foram desconsiderados, conforme disposto no Acordo nº 894/2012 - TCU - Plenário e no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MP, de 27/2012.

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparéncia, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.


 ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
 Procurador-Geral da República


 LAURO PINTO CARDOSO NETO
 Secretário-Geral


 SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

ANEXO III

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)	686	392	294
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)	141	69	72
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional (88)	2.000		2.000
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	2.827	461	2.366
Recursos Ordinários (00)	478.437	145.843	332.594
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)	2.384	3	2.381
Recursos Diversos (90)	27		27
Outras Disponibilidades e Obrigações ¹	176	217	-41
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	481.024	146.063	334.961
TOTAL (III) = (I+II)	483.851	146.524	337.327

FONTE: SIAFI

¹ Inclui valores disponíveis em "Outras Contas Bancárias" e valores de obrigações financeiras não classificadas nas rubricas anteriores.


ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
 Procurador-Geral da República



LAURO PINTO CARDOSO NETO
 Secretário-Geral



SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

ANEXO IV

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)		
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados					
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício				
Contribuição Plano Seguridade Social Servidor (56)			392	281	294			
Contribuição Patronal p/ Plano de Segur. Social Serv. (69)			35	69	72			
Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional (88)				2.000	2.000			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)			427	2.350	2.366			
Recursos Ordinários (00)	1.856	3.645	79.503	276.311	332.594			
Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados (50)			3	1.544	2.381			
Recursos Diversos (90)					27			
Outras Disponibilidades e Obrigações ¹					-41			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.856	3.645	79.506	277.855	334.961			
TOTAL (III) = (I + II)	1.856	3.645	79.933	280.205	337.327			

FONTE: SIAFI

Inclui valores disponíveis em "Outras Contas Bancárias" e valores de obrigações financeiras não classificadas nas rubricas anteriores.



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
 Procurador-Geral da República



LAURO PINTO CARDOSO NETO
 Secretário-Geral



SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

ANEXO V

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL - MPU	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.135.892	0,35
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,60%	3.701.600	0,60
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,57%	3.516.520	0,57

DESPESA COM PESSOAL - MPDFT	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	328.301	0,0532
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,092%	567.579	0,0920
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,0874%	539.200	0,0874

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	280.205	337.327

Fonte: SIAFI



ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
 Procurador-Geral da República



LAURO PINTO CARDOSO NETO
 Secretário-Geral



SEBASTIÃO GONÇALVES DE AMORIM
 Auditor-Chefe

Às páginas 2171 a 2216, republique-se, por erro na epígrafe da matéria, o Aviso nº 5, de 2013:

AVISO Nº 5, DE 2013

Aviso nº 50 /GMF

Brasília, 31 de janeiro de 2013

Assunto: Artigos 41 e 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

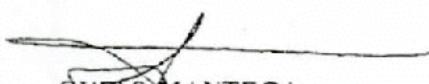
Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, encaminho, em anexo, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério, no mês de dezembro de 2012, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios, esclarecendo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal elaborados pelos entes da Federação, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 4 de maio de 2000.

2. Em cumprimento ao art. 42 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, informo que não consta de nossos registros, nos meses de outubro a dezembro de 2012, qualquer emissão primária de títulos públicos de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

3. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente no seguinte endereço: "www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios". No mapa apresentado, selecionar o "Estado", "Consultar" e "Situação das Operações de crédito analisadas pela STN".

Atenciosamente,


GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

Data: 26/04/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2012 a 31/12/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
	UF:	Nome:	UF:	Nome:	Prazo:	Valor:	
17944.000395/2012-69	Interessado: Prefeitura Municipal de Vitor Graeff	RS	UF:	Operação Contratual Interna	60 meses	566.977,67	Juros Efetivos: até 9 % a. a., acrescidos de TJLP
	Instituição Financeira: Caixa Econômica Federal/FG		Ofício:	Ofício nº 4347	Data:	Posicionamento:	
					03/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.000333/2009-96	Interessado: Governo do Distrito Federal	DF	UF:	Operação Contratual Externa (com garantia)	216 meses	205.235,340,00	Juros Efetivos: 2,9% a. a., variação cambial, + Líbor de 6 meses
	Instituição Financeira: Corporação Andina de Fomento		Ofício:	Ofício nº 4343	Data:	Posicionamento:	
					04/12/2012	Arquivamento	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001509/2010-01	Interessado: Prefeitura Municipal de Pedreira	MG	UF:	Operação Contratual Interna	66 meses	526.000,00	Juros Efetivos: 4% a. a., acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A		Ofício:	Ofício nº 4360	Data:	Posicionamento:	
					06/12/2012	Arquivamento	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944.001429/2012-64	Interessado: Prefeitura Municipal de Rio Negro	PR	UF:	Operação Contratual Interna	96 meses	1.165.210,00	Juros Efetivos: 5,4% a. a., acrescidos da TJLP
	Instituição Financeira: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul		Ofício:	Ofício nº 4368	Data:	Posicionamento:	
					05/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições	

xx

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPÉM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u> MG	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 60 meses	<u>Valor:</u> 1.050.000,00
17944.001497/2011-97	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Oliveira <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4372	<u>Data:</u> 07/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento	<u>Juros Efeitos:</u> 7% a. a. acrescidos da TJLP
17944.001786/2011-96	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Thomé das Letras <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4376	<u>Data:</u> 10/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento	<u>Juros Efeitos:</u> 7% a. a. atualizados da TJLP
17944.000972/2012-99	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Grandes Rios <u>Instituição Financeira:</u> Companhia de Saneamento do Paraná	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4391	<u>Data:</u> 12/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 1% a.m.
17944.001392/2012-19	<u>Interessado:</u> Governo do Distrito Federal <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4416	<u>Data:</u> 17/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 6% a.a. acrescidos de atualização das contas do FGTS

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 28/01/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2012 a 31/12/2012

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u> PR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Prazo:</u> 54 meses	<u>Valor:</u> 990.000,00
17944.000073/2012-08	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Grandes Rios <u>Instituição Financeira:</u> Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4437	<u>Data:</u> 20/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA				
17944.001394/2011-27	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal da Cruz das Almas <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> BA	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4455	<u>Data:</u> 21/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA				
17944.001395/2011-71	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal da Cruz das Almas <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> BA	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4457	<u>Data:</u> 21/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA				
17944.001437/2012-55	<u>Interessado:</u> Governo do Distrito Federal <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> DF	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4479	<u>Data:</u> 27/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				Período de 01/12/2012 a 31/12/2012	
		<u>UF:</u> DF	<u>UF:</u> Governo do Distrito Federal	<u>Operação Contratual Interna</u>	<u>Prazo:</u> 87 meses	<u>Valor:</u> 45.000.000,00	
17944.001423/2012-31	<u>Interessado:</u> Governo do Distrito Federal <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Ofício:</u> Ofício nº 4461	<u>Data:</u> 27/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições			
17944.001334/2011-12	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Aratuá <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RJ	<u>UF:</u> RJ	<u>Operação Contratual Interna</u>	<u>Prazo:</u> 288 meses	<u>Valor:</u> 33.593.206,91	<u>Juros Efeitos:</u> 5,6% a.a. acrescidos da TR.
17944.000172/2012-78	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Buengópolis <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> MG	<u>UF:</u> MG	<u>Operação Contratual Interna</u>	<u>Prazo:</u> 72 meses	<u>Valor:</u> 246.000,00	<u>Juros Efeitos:</u> 4,4% a.a acrescidos da TJLP
		<u>Ofício:</u> Não há	<u>Data:</u> 28/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Arquivamento			

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				Período de 01/12/2012 a 31/12/2012
		<u>UF:</u> MA	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 1.001.340.520,39	<u>Juros Efetivos:</u> 1,1% a.a. acrescidos de TJLP
17944.001360/2012-13	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Maranhão <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Parecer:</u> 1.817	<u>Data:</u> 28/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001344/2012-21	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Mato Grosso do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Parecer:</u> 1.812	<u>Data:</u> 27/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001445/2012-00	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Goiás <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Parecer:</u> 1.802	<u>Data:</u> 26/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001458/2012-71	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Goiás <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Parecer:</u> 1.8C1	<u>Data:</u> 26/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

Data: 28/01/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				Período de 01/12/2012 a 31/12/2012
		<u>UF:</u> RO	<u>UF:</u> MG	<u>UF:</u> PA	<u>UF:</u> AM	
17944.001413/2012-04	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Rondônia <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RO <u>UF:</u> MG <u>UF:</u> PA	<u>UF:</u> MG <u>UF:</u> PA	<u>UF:</u> PA <u>UF:</u> AM		<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições
17944.001413/2011-51	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Minas Gerais <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A					<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições
17944.001464/2012-28	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Pará <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social					<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições
17944.001457/2012-26	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amazonas <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A					<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u> SP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 1.948.620.286,98
17944.001376/2012-81	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de São Paulo <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Parecer:</u> 1.778	<u>Data:</u> 20/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efetivos:</u> 1,1% a.a. acrescidos de TJLP
17944.001473/2012-19	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Roraima <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> RR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 264 meses	<u>Valor:</u> 260.000.000,00
17944.001342/2012-31	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Rio Grande do Sul <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 785.018.812,50
17944.001252/2012-41	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Tocantins <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> TO	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 553.367.666,70

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PERÍODO DE 01/12/2012 A 31/12/2012									
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
	UF:	Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efeitos:				
17944.001163/2012-02	Interessado: Governo do Estado de Minas Gerais	UF: MG	Operação Contratual Interna (com garantia)	120 meses	469 773.000,00	1,1% a.a. acima da TJLP			
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A	Parecer: 1.708	Data: 30/11/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001346/2012-10	Interessado: Governo do Estado de Minas Gerais	UF: MG	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	1.326 389 531,69	1,1% a.a. acima da TJLP			
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Parecer: 1.707	Data: 30/11/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001406/2012-02	Interessado: Governo do Estado do Acre	UF: AC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	69 386 583,10	1,1% a.a. acrescidos da TJLP			
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A	Parecer: 1.760	Data: 16/12/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA			INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
17944.001407/2012-49	Interessado: Governo do Estado do Acre	UF: AC	Tipo de Operação: Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	383 202.892,73	1,1% a.a. acrescidos da TJLP			
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Parecer: 1.759	Data: 16/12/2012	Posicionamento: Cumprimento de Limites e Condições					

Data: 26/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u> RR	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 365.496.000,00
17944 001393/2012-53	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Roraima <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Parecer:</u> 1.776	<u>Data:</u> 19/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 1,1% a.a. acima da TJLP
17544 001399/2012-31	<u>Interessado:</u> Governo do Estado da Paraíba <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> PB	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 569.222.444,22
		<u>Parecer:</u> 1.761	<u>Data:</u> 16/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 1,1% a.a. acima da TJLP
17944 001368/2012-80	<u>Interessado:</u> Governo do Estado de Pernambuco <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> PE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 120 meses	<u>Valor:</u> 423.613.990,00
		<u>Parecer:</u> 1.819	<u>Data:</u> 28/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 1,1% a.a. acima das TJLP
17944 001364/2012-00	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Piauí <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>UF:</u> PI	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 624.639.291,59
		<u>Parecer:</u> 1.740	<u>Data:</u> 11/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	<u>Juros Efeitos:</u> 1,1% a.a. acima das TJLP

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				Periodo de 01/12/2012 a 31/12/2012
		<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 1.198.871.427,00	<u>Juros Efetivos:</u> 6,6% a.a. adesivos do IPCA	
17944.001300/2012-09	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Rio de Janeiro <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Parecer:</u> 1.742	<u>Data:</u> 11/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001351/2012-22	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Espírito Santo <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> ES	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 240 meses	<u>Valor:</u> 415.659.740,00	<u>Juros Efetivos:</u> 1,1% a.a. adesivos da TJLP
17944.001350/2012-01	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Espírito Santo <u>Instituição Financeira:</u> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	<u>Parecer:</u> 1.718	<u>Data:</u> 04/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		
17944.001452/2012-01	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amapá <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> AP	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna (com garantia)	<u>Prazo:</u> 264 meses	<u>Valor:</u> 3.000.000.000,00	<u>Juros Efetivos:</u> 0,80% a.a. adesivos da TJLP
17944.001452/2012-01	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Amapá <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Parecer:</u> 1.806	<u>Data:</u> 27/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições		

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

		INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001405/2012-50	Interessado: Governo do Estado do Ceará	CE	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	250.677.416,44	1,1% a.a. a crescidos de T-JLP	
	Instituição Financeira: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		Parecer:	Data:	Posicionamento:		
		1.841	14/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001394/2012-16	Interessado: Governo do Estado do Ceará	CE	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	838.902.376,67	1,1% a.a. a crescidos de T-JLP	
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Parecer:	Data:	Posicionamento:		
		1.755	14/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001389/2012-51	Interessado: Governo do Estado do Mato Grosso	MT	Operação Contratual Interna (com garantia)	240 meses	460.088.420,00	1,1% a.a. a crescidos de T-JLP	
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Parecer:	Data:	Posicionamento:		
		1.763	17/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições			
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	Type de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944.001389/2012-61	Interessado: Governo do Estado do Mato Grosso	MT	Operação Contratual Interna (com garantia)	144 meses	1.416.670.000,00	3,8% a.a. a crescidos de T-JLP	
	Instituição Financeira: Banco do Brasil S/A		Parecer:	Data:	Posicionamento:		
		1.720	04/12/2012	Cumprimento de Limites e Condições			

Data 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
 Secretaria do Tesouro Nacional - STN
 Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		<u>UF:</u> MT	<u>UF:</u> Governo do Estado do Mato Grosso	<u>Prazo:</u> 90 meses	<u>Valor:</u> 727.920,000,00
17944.001240/2012-16	<u>Interessado:</u> Governo do Estado do Mato Grosso <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Parecer:</u> 1.731	<u>Data:</u> 07/12/2012	<u>Posicionamento:</u> Cumprimento de Limites e Condições	

Período de 01/12/2012 a 31/12/2012

Data: 28/01/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/12/2012 a 31/12/2012

OPERAÇÕES INTERNAS

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NAO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	3	2.081.300,00
Município	Banco do Brasil S/A	1	246.000,00
Município	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	2	2.156.210,00
Município	Caixa Econômica Federal	3	36.978.169,87
Município	Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	1	566.977,67
Município	Companhia de Saneamento do Paraná	1	146.690,02
Total de operações dos Municípios		11	42.176.347,56
Estado	Caixa Econômica Federal	3	766.522.650,00
Estado	Corporação Andina de Fomento	1	285.235.340,00
Total de operações dos Estados		4	1.051.757.999,00
Total de operações		15	1.093.934.337,56

OPERAÇÕES INTERNAS COM GARANTIA

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NAO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Estado	Banco do Brasil S/A	8	9.129.911.860,97
Estado	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	12	11.669.505.101,75
Estado	Caixa Econômica Federal	6	4.370.320.754,88
Total de operações		27	25.169.737.717,60

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 2º Quadrimestre de 2012
data-base 30/08/2012

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 09/01/2013

UF	Nome do Município	Cód. IBGE Estado	Cód. IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2012	RCL 2º Quadrimestre 2012	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	101.625.082,97	449.080.009,07	22,63
AM	MANAUS	13	260	3	(506.765.158,70)	2.785.713.939,92	-
AP	MACAPA	16	30	3	(58.918.313,68)	380.340.345,56	-
BA	ANGICAL	29	140	3	10.476.886,86	22.579.032,92	46,40
BA	ARACATU	29	200	5	9.765.725,77	21.664.901,68	45,08
BA	ARAMARI	29	220	3	4.247.178,83	13.659.082,71	31,09
BA	BAIXA GRANDE	29	260	9	4.311.074,31	26.999.501,66	15,97
BA	BARRA DA ESTIVA	29	280	7	2.645.953,32	31.249.204,18	8,47
BA	BRUMADO	29	480	5	(3.715.035,97)	96.278.126,84	-
BA	CAMACAN	29	560	2	21.524.157,94	38.375.221,52	56,09
BA	CANDIBA	29	660	0	3.149.209,88	16.441.808,14	19,15
BA	CARAVELAS	29	690	7	21.698.832,44	40.414.338,54	53,69
BA	CASA NOVA	29	720	2	12.856.026,84	90.451.154,43	14,21
BA	CIPO	29	790	5	9.420.323,14	23.549.353,55	39,83
BA	COTEGIPE	29	940	6	242.800,95	22.801.971,97	1,06
BA	CRISTOPOLIS	29	970	3	753.708,51	19.791.455,27	3,86
BA	DOM MACEDO COSTA	29	1020	6	720.088,39	8.716.952,16	8,26
BA	FEIRA DE SANTANA	29	1080	0	69.621.522,21	596.779.074,58	11,87
BA	GANDU	29	1120	4	30.640.345,26	37.245.220,55	82,27
BA	JAGUARARI	29	1770	6	2.701.974,77	47.801.705,77	5,65
BA	JEQUI	29	1800	1	22.523.548,96	205.872.178,51	10,94
BA	JEREMOABO	29	1810	0	19.778.409,75	54.311.180,30	36,42
BA	LAGOA REAL	29	1875	3	6.852.727,38	21.590.811,03	31,74
BA	LAURO DE FREITAS	29	1920	7	9.870.065,40	305.985.304,36	3,23
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	29	1950	4	(1.884.981,01)	49.004.340,08	-
BA	MARACAS	29	2050	2	(2.117.081,51)	33.376.702,08	-
BA	MATA DE SAO JOAO	29	2100	5	5.769.092,90	105.040.470,70	5,49
BA	MUCURI	29	2200	3	54.924.593,96	89.198.011,15	61,58
BA	NOVA FATIMA	29	2273	0	819.355,74	13.456.175,23	6,09
BA	NOVO HORIZONTE	29	2303	5	3.821.845,05	15.511.146,94	24,64
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	29	2320	9	19.862.109,08	31.776.753,61	62,51
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	29	2340	7	7.552.026,33	30.808.365,35	24,51
BA	PALMEIRAS	29	2350	6	4.097.644,20	12.224.535,93	33,52
BA	PAULO AFONSO	29	2400	9	(8.877.277,81)	178.923.045,17	-
BA	POJUCA	29	2520	4	8.541.104,52	78.551.195,95	10,87
BA	PORTO SEGURO	29	2530	3	121.758.099,21	187.526.641,29	64,93
BA	QUIXABEIRA	29	2593	1	(1.407.545,86)	12.463.536,52	-
BA	RIACHAO DAS NEVES	29	2620	2	-	37.305.747,37	-
BA	RIUY BARBOSA	29	2720	0	29.071.810,91	37.555.622,36	77,41
BA	SALINAS DA MARGARIDA	29	2730	9	(3.467.578,46)	26.118.214,36	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.298.930.509,28	3.462.835.584,36	37,51
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	29	2870	3	(11.547.903,31)	113.518.187,26	-
BA	SAO DESIDERIO	29	2890	1	(1.725.152,21)	81.848.741,14	-
BA	SAO FELIPE	29	2910	7	1.290.605,25	27.361.235,49	4,72
BA	SAO FELIX DO CORIBE	29	2905	7	(7.150.726,93)	22.431.700,62	-
BA	SIMOES FILHO	29	3070	9	58.214.779,74	214.409.802,89	31,82
BA	SOUTO SOARES	29	3080	8	(1.259.671,64)	23.093.015,84	-
BA	TANQUINHO	29	3110	3	(787.453,38)	10.720.965,17	-
BA	TEOFILANDIA	29	3150	9	1.678.684,16	33.468.779,99	5,02
BA	UBAIRA	29	3210	1	-	28.766.382,42	-
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.585.552,79)	19.151.202,38	-
BA	UTINGA	29	3280	4	5.801.756,88	27.344.615,34	21,22
BA	VALENCIA	29	3290	3	24.725.002,76	103.695.399,97	23,87
BA	VARZEA DA ROCA	29	3305	9	3.163.274,57	20.731.241,52	15,25
BA	VARZEA DO POCO	29	3310	9	(885.120,40)	12.713.012,08	-
BA	VITORIA DA CONQUISTA	29	3330	7	38.013.081,37	404.627.731,52	9,39
CE	ACOPIARA	23	30	9	22.363.472,84	62.627.349,81	35,71
CE	CRATEUS	23	410	3	18.750.455,30	83.200.246,74	22,54
CE	FORTALEZA	23	440	0	(7.340.009,34)	3.871.686.566,71	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE FORTIM	23	445	9	132.002,45	23.784.227,35	0,55
CE IGUATU	23	550	6	13.163.766,04	128.612.040,21	10,22
CE JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	58.563.164,97	282.880.030,98	20,74
CE MARACANAÚ	23	765	0	(7.800.874,87)	432.338.487,11	-
CE MILAGRES	23	830	2	1.043.483,96	33.809.764,61	3,09
CE QUIXELO	23	1135	5	5.085.310,23	22.885.704,65	22,22
CE SOBRAL	23	1290	9	(38.888.590,01)	353.880.921,49	-
ES ARACRUZ	32	60	7	(34.432.674,00)	313.443.887,00	-
ES CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(89.981.433,00)	290.044.304,00	-
ES CARIACICA	32	130	8	(17.553.079,34)	417.852.046,66	-
ES COLATINA	32	150	8	(1.404.484,23)	213.915.389,57	-
ES GUARAPARI	32	240	5	(9.384.526,06)	199.914.775,56	-
ES LINHARES	32	320	5	(41.787.562,11)	431.293.282,57	-
ES NOVA VENECIA	32	390	8	3.720.603,15	86.979.303,24	4,28
ES SERRA	32	500	2	217.328.915,27	816.652.577,07	26,61
ES VITORIA	32	530	9	1.357.925,30	1.319.267.794,95	0,10
GO ANAPOLIS	52	110	8	20.035.160,08	503.220.015,66	3,98
GO APARECIDA DE GOIANIA	52	140	5	(145.883.185,38)	551.221.023,34	-
GO BOM JESUS DE GOIAS	52	350	0	(7.470.453,57)	34.267.853,06	-
GO CAIAPONIA	52	440	9	(7.475.232,00)	28.782.099,00	-
GO GOIANIA	52	870	7	246.392.876,06	2.549.796.553,68	9,66
GO JARAGUA	52	1180	0	59.511.963,94	52.245.967,61	133,05
GO JATAI	52	1190	9	(28.805.090,20)	211.706.258,76	-
GO JESUOPOLIS	52	1205	5	499.851,46	8.121.126,85	6,15
GO PALMEIRAS DE GOIAS	52	1570	2	14.459.536,35	41.357.466,31	34,96
MA IMPERATRIZ	21	530	2	(41.337.418,78)	349.705.041,61	-
MA SAO JOSE DE RIBAMAR	21	1120	1	(10.453.873,45)	163.203.712,31	-
MA SAO LUIS	21	1130	0	(183.617.806,63)	1.854.402.963,48	-
MG ALFENAS	31	160	7	35.779.155,22	135.593.739,26	26,39
MG ARAXA	31	400	7	58.839.225,79	181.878.344,34	31,25
MG BELO HORIZONTE	31	620	0	1.598.989.522,74	5.990.682.002,51	26,89
MG BETIM	31	670	5	376.962.850,52	1.132.829.262,62	33,28
MG CAMPO DO MEIO	31	1130	9	(2.070.741,37)	18.139.530,99	-
MG CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(3.020.725,22)	9.343.779,73	-
MG CLAUDIO	31	1650	5	(2.845.197,10)	35.727.889,21	-
MG CONTAGEM	31	1860	1	251.038.348,97	994.586.724,49	25,24
MG CURVELO	31	2090	4	(13.168.319,00)	86.990.487,66	-
MG DIVINOPOLIS	31	2230	6	38.735.018,26	361.493.760,22	10,72
MG ESMERALDAS	31	2410	4	(4.263.897,86)	67.682.136,20	-
MG FORMIGA	31	2610	9	(38.487.346,52)	90.850.176,85	-
MG GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	90.135.902,22	447.179.123,85	20,16
MG GUAPE	31	2810	5	(1.202.505,52)	24.528.653,79	-
MG ITAJUBA	31	3240	4	(12.148.248,88)	114.149.225,30	-
MG ITAUNA	31	3380	8	17.078.981,35	155.360.376,71	10,99
MG JOAO MONTEVADE	31	3620	7	3.607.783,00	138.658.576,00	2,60
MG JUIZ DE FORA	31	3670	2	(82.461.126,19)	935.216.861,76	-
MG LAVRAS	31	3820	3	21.406.192,09	163.477.962,14	13,09
MG MACHADO	31	3900	3	(4.274.066,87)	50.407.932,26	-
MG MOEMA	31	4240	3	(1.039.095,63)	10.918.576,39	-
MG MURIAE	31	4390	6	(19.524.532,21)	153.599.797,80	-
MG NOVA ERA	31	4470	6	1.304.196,45	33.282.023,26	3,92
MG PARA DE MINAS	31	4710	5	(8.755.491,26)	116.073.762,38	-
MG PARACATU	31	4700	6	(10.547.660,73)	143.749.479,73	-
MG POUSO ALEGRE	31	5250	1	(11.251.067,91)	238.125.626,68	-
MG PRATINHA	31	5300	4	(733.633,26)	8.761.999,66	-
MG RIBEIRAO DAS NEVES	31	5460	6	12.848.047,16	80.406.275,70	15,98
MG SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	(2.237.945,17)	51.852.205,80	-
MG SAO BENTO ABADE	31	6080	1	-	9.702.281,45	-
MG SAO JOAO DEL REI	31	6250	0	3.360.258,56	123.422.180,49	2,72
MG TIMOTEO	31	6870	5	117.758.972,97	133.004.525,20	88,54
MG TIROS	31	6890	3	(1.042.873,50)	13.409.958,63	-
MG TRES CORACOES	31	6930	7	4.054.906,83	97.498.012,72	4,15
MG TRES PONTAS	31	6940	6	(10.054.740,54)	78.243.246,93	-
MG UBA	31	6990	1	(64.957.518,78)	117.983.116,37	-
MG UBERLANDIA	31	7020	6	(36.275.737,00)	1.234.111.943,00	-
MG VESPASIANO	31	7120	4	9.797.503,04	146.761.156,44	6,58

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	CAARAPO	50	240	7	(2.221.457,41)	48.318.327,65	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	(182.581.658,77)	2.012.980.968,36	-
MS	NAVIRAI	50	570	7	(2.516.632,38)	100.435.308,54	-
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	(12.012.024,27)	250.015.853,28	-
MT	AGUA BOA	51	20	1	(13.855.515,50)	45.899.186,09	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	8	(15.978.980,54)	51.508.473,85	-
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(44.403.765,55)	95.848.305,88	-
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	51	263	7	(73.151.033,79)	85.128.171,62	-
MT	CARLINDA	51	279	3	(10.470.329,41)	18.637.295,47	-
MT	CASTANHEIRA	51	285	0	(3.304.259,65)	13.851.963,50	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	(1.127.846,28)	18.556.545,71	-
MT	COLIDER	51	320	5	(20.483.831,14)	47.213.919,96	-
MT	CUIABA	51	340	3	468.166.288,79	1.167.124.947,87	39.94
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(3.979.460,10)	22.721.791,78	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	5	(5.019.099,13)	18.398.289,51	-
MT	ITANHANGA	51	454	2	(1.039.232,02)	11.425.785,32	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(55.340.035,58)	110.885.486,41	-
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(6.228.688,61)	32.598.551,28	-
MT	NOVA BRASILANDIA	51	620	8	(6.195.651,43)	12.131.510,01	-
MT	NOVA CANAA DO NORTE	51	621	5	(9.754.540,99)	30.909.486,04	-
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(4.467.261,84)	9.698.118,09	-
MT	NOVA MARINGA	51	890	7	(1.523.160,00)	18.075.299,44	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(18.552.806,57)	75.129.708,62	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(4.257.368,45)	10.841.899,23	-
MT	NOVA UBIRATA	51	524	0	(5.854.129,29)	25.787.270,80	-
MT	QUERENCIA	51	706	5	(294.647,07)	35.033.844,49	-
MT	RIO BRANCO	51	720	6	(5.991.858,15)	10.939.836,16	-
MT	RONDONOPOLIS	51	760	2	90.745.975,00	390.343.093,50	23,25
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(373.292,75)	12.014.473,72	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	51	775	8	-	12.053.998,02	-
MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	51	730	5	(14.065.574,81)	28.509.374,68	-
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(17.506.539,98)	26.183.087,95	-
MT	SINOP	51	790	9	(14.474.254,63)	199.197.715,15	-
MT	SORRISO	51	792	5	(52.952.774,20)	135.486.737,65	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	5.423.559,47	129.126.469,26	4,20
MT	TAPURAH	51	800	6	(7.163.232,28)	26.657.507,64	-
MT	UNIAO DO SUL	51	830	3	(1.945.734,63)	10.008.208,97	-
MT	VERA	51	850	1	(9.407.118,85)	19.642.074,05	-
MT	VILA RICA	51	860	0	(16.994.956,80)	32.223.883,72	-
PA	BELEM	15	140	2	78.274.853,00	1.781.193.808,00	4,39
PA	PARAGOMINAS	15	550	2	-	151.425.938,25	-
PB	JUNCO DO SERIDO	25	780	4	(248.458,90)	9.308.497,63	-
PE	AFRANIO	26	20	3	(59.715,75)	32.947.428,83	-
PE	AGRESTINA	26	30	2	16.817.322,47	29.578.742,43	56,86
PE	AGUA PRETA	26	40	1	5.075.455,87	42.308.733,18	12,00
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.075.928,89	49.199.526,99	22,51
PE	ALAGOINHA	26	60	9	1.989.369,71	21.543.460,18	9,23
PE	ALTINHO	26	80	7	8.308.381,78	26.125.004,51	31,80
PE	ANGELIM	25	100	3	(1.713.579,64)	16.209.402,62	-
PE	ARCOVERDE	25	120	1	2.635.718,84	74.012.598,47	3,56
PE	BARREIROS	26	140	9	23.036.068,68	47.097.984,68	48,91
PE	BELEM DE SAO FRANCISCO	26	160	7	4.018.662,59	28.746.851,33	13,98
PE	BELO JARON	26	170	6	(1.136.818,05)	94.869.119,24	-
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	2.538.701,35	51.841.773,88	4,90
PE	BONITO	26	230	8	14.651.887,05	48.926.212,54	29,95
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	(789.315,02)	16.035.787,52	-
PE	BUIQUE	26	280	3	(4.741.045,05)	56.156.530,59	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	(24.847.187,35)	445.201.052,44	-
PE	CABROBO	26	300	9	7.976.355,51	41.505.542,55	19,22
PE	CALCADO	26	330	6	(400.371,11)	17.319.402,49	-
PE	CAMARAGIBE	26	345	4	15.148.888,87	189.885.704,08	8,92
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	26	350	4	2.025.409,45	723.672.095,77	0,28
PE	CANHOTINHO	26	370	2	4.188.768,55	29.894.713,51	14,01
PE	CARNAUBERA DA PENHA	26	392	6	(4.237.105,94)	16.411.741,75	-
PE	CARPINA	26	400	7	8.859.847,26	66.455.785,71	13,35
PE	CARUARU	26	410	6	3.271.556,21	371.437.233,75	0,88

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	CATENDE	26	420	5	14.788.523,29	44.004.084,58	33,61
PE	CEDRO	26	430	4	(2.838.180,53)	14.637.431,23	-
PE	CONDADO	26	450	1	22.966.508,39	30.009.959,78	76,53
PE	CORRENTES	26	470	0	(4.207.379,12)	24.421.177,43	-
PE	CORTES	26	480	9	-	24.675.815,59	-
PE	CUSTÓDIA	26	510	3	10.454.617,00	45.782.422,00	22,84
PE	DORMENTES	26	515	2	7.202.990,52	26.350.609,55	27,34
PE	FLORESTA	26	570	7	8.593.932,14	54.840.654,73	15,67
PE	GARANHUNS	26	600	2	2.386.777,48	161.686.977,92	1,48
PE	GRAVATA	26	640	8	16.579.282,68	91.750.200,34	18,07
PE	IATI	26	650	7	1.110.238,69	31.583.246,48	3,52
PE	IBIMIRIM	26	660	6	2.564.174,86	33.043.259,84	7,76
PE	INAJA	26	700	0	(151.036,73)	23.286.482,93	-
PE	IPÓJUCA	26	720	8	(85.500.984,37)	405.235.782,80	-
PE	IPUBI	26	730	7	2.344.861,83	39.708.064,88	5,90
PE	ITABA	26	750	5	717.794,30	37.435.897,92	1,92
PE	ITAMBE	26	765	3	5.953.340,39	39.807.433,03	14,96
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	26	790	1	112.060.752,80	683.995.130,56	16,38
PE	JAQUEIRA	26	795	0	4.988.813,05	18.790.510,24	26,55
PE	JATAUBA	26	800	8	1.658.689,82	24.897.277,79	6,66
PE	JOAO ALFREDO	26	810	7	4.451.988,54	36.669.156,77	12,14
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	1.320.943,79	26.337.440,73	5,02
PE	JUCATI	26	825	5	685.703,81	18.359.219,36	3,73
PE	JUPI	26	830	5	(950.106,11)	22.352.462,21	-
PE	JUREMA	26	840	4	7.141.090,15	20.176.324,61	35,39
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	5.285.149,71	20.899.740,57	25,53
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	(605.049,77)	21.865.866,23	-
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	4.765.134,93	21.667.116,43	21,99
PE	LAJEDO	26	880	0	(1.349.094,85)	48.650.628,92	-
PE	LIMOEIRO	26	890	9	20.035.123,13	60.495.560,48	33,12
PE	MANARI	26	915	4	543.772,67	27.255.271,08	2,00
PE	MARAIAL	26	920	4	15.235.653,89	18.822.983,14	80,94
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	-	18.058.667,70	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	18.251.034,89	32.539.625,62	56,09
PE	OLINDA	26	960	0	57.671.595,70	389.769.562,99	14,80
PE	OROCO	26	980	8	5.203.907,83	19.713.475,12	26,40
PE	OURICURI	26	990	7	27.649.375,18	72.345.222,05	38,22
PE	PALMARES	26	1000	4	5.538.052,63	89.207.341,36	6,21
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.345.752,19	13.472.284,15	17,41
PE	PANELAS	26	1020	2	11.891.112,47	40.862.709,55	29,10
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	1.447.194,72	32.350.866,77	4,47
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	9.765.291,55	68.914.074,58	14,17
PE	PETROLANDIA	26	1100	2	(2.637.290,43)	71.934.607,13	-
PE	PETROLINA	26	1110	1	76.223.270,40	348.378.981,10	21,88
PE	RECIFE	26	1160	6	(52.030.477,86)	2.910.877.931,73	-
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	3.242.535,48	28.208.886,77	11,50
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	12.129.201,36	38.408.033,31	31,58
PE	SAIRE	26	1200	0	-	19.896.874,65	-
PE	SALOA	26	1230	7	1.715.178,49	23.573.389,57	7,28
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	8.051.972,80	84.612.332,78	9,52
PE	SANTA FILOMENA	26	1255	4	4.891.542,64	20.049.189,59	24,40
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	7.829.244,66	53.059.596,77	14,78
PE	SAO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	4.836.630,07	18.885.298,56	25,61
PE	SAO CAETANO	26	1310	7	5.904.467,59	38.440.200,95	15,36
PE	SAO JOAO	26	1320	6	(356.332,37)	29.538.452,98	-
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	5.319.476,25	29.527.993,40	18,02
PE	SAO LOURENCO DA MATA	26	1370	1	11.603.385,38	94.526.693,94	12,28
PE	SOLIDAO	26	1440	2	1.887.327,85	12.104.217,29	15,59
PE	SURUBIM	26	1450	1	(2.709.351,76)	61.915.250,12	-
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	15.002.796,47	28.839.002,14	52,02
PE	TEREZINHA	26	1510	2	(717.869,53)	12.592.861,56	-
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(1.836.589,47)	14.332.961,14	-
PE	TORITAMA	26	1540	9	(2.951.684,67)	38.894.765,36	-
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	(1.238.090,37)	37.960.176,09	-
PE	VERTENTES	26	1620	9	(6.035.111,54)	26.808.532,37	-
PE	VICENCIA	26	1630	8	4.368.184,87	33.076.341,10	13,21

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PI	TERESINA	22	1100	1	(284.209.371,33)	1.400.518.126,87	-
PR	CAMBE	41	370	1	(32.184.109,00)	123.796.632,06	-
PR	CAMPO MOURAO	41	430	3	(8.088.657,23)	150.739.853,15	-
PR	CIANORTE	41	550	8	(15.381.966,22)	121.845.786,91	-
PR	FOZ DO IGUACU	41	830	4	87.510.710,45	477.205.724,41	18,34
PR	IBAITI	41	970	8	(3.209.151,43)	34.012.596,24	-
PR	IRATI	41	1070	6	(3.838.739,31)	74.510.778,28	-
PR	LCNDRINA	41	1370	0	186.168.192,55	887.986.705,61	20,97
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	41	1450	9	(11.271.983,63)	90.102.313,99	-
PR	MATO RICO	41	1570	9	(84.868,36)	9.145.543,23	-
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	(14.082.188,05)	142.701.498,37	-
PR	PINHAIS	41	1915	2	(28.495.600,04)	200.451.454,48	-
PR	PONTA GROSSA	41	1990	5	185.834.258,37	226.270.055,70	82,17
PR	SENGES	41	2630	6	(5.372.757,04)	29.034.400,01	-
PR	TCLEDO	41	2770	0	2.288.848,89	211.168.143,56	1,07
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	10.450.515,40	759.744.343,30	1,38
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	(12.662.710,90)	155.598.513,80	-
RJ	BARRA MANSA	33	40	7	31.548.280,40	307.033.153,20	10,28
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	33	80	3	(10.929.191,90)	140.248.979,40	-
RJ	ITABORAI	33	190	0	(60.292.454,80)	447.404.032,20	-
RJ	MANGARATIBA	33	260	1	(4.078.668,00)	167.726.086,10	-
RJ	MARICA	33	270	0	(33.587.829,00)	272.224.988,00	-
RJ	NILOPOLIS	33	320	3	(17.523.898,30)	178.345.112,90	-
RJ	NOVA FRIBURGO	33	340	1	(37.512.221,80)	295.054.920,70	-
RJ	NOVA IGUACU	33	350	0	135.706.879,60	766.739.920,60	17,70
RJ	PARATI	33	380	7	(24.566.056,00)	161.994.064,00	-
RJ	RESENDE	33	420	1	96.820.469,10	318.433.921,80	30,34
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	5.836.740.154,62	15.392.970.333,70	37,92
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(2.419.386,10)	46.879.524,00	-
RJ	TERESOPOLIS	33	580	2	(26.492.999,20)	302.844.707,80	-
RJ	TRES RIOS	33	600	8	(9.553.218,80)	154.473.753,70	-
RJ	VALENCA	33	610	7	23.246.115,40	120.622.888,40	19,27
RN	ACU	24	20	8	(3.734.905,54)	66.780.890,04	-
RN	NATAL	24	810	2	170.275.022,28	1.239.627.149,40	13,74
RO	ARIQUEMES	11	2	3	(29.485.850,71)	152.042.686,10	-
RO	CACOAL	11	4	9	(13.763.156,43)	113.627.775,07	-
RO	CEREJEIRAS	11	5	5	(11.105.804,74)	26.406.098,87	-
RO	GUAJARA-MIRIM	11	10	5	(9.452.797,39)	55.889.782,32	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(2.572.382,73)	15.773.957,27	-
RO	JARU	11	111	4	13.952.158,17	78.941.178,48	17,67
RO	JI-PARANA	11	12	2	(7.924.004,07)	149.007.890,26	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	(2.648.891,68)	31.404.976,69	-
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(52.786.218,84)	789.917.039,31	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	(5.058.727,00)	30.117.381,68	-
RO	THEOBROMA	11	160	9	(1.002.501,99)	22.020.551,12	-
RO	VILHENA	11	30	4	(1.619.200,61)	135.686.661,31	-
RS	ALEGRETE	43	40	6	(8.572.049,26)	116.592.321,47	-
RS	BAGE	43	160	2	662.224,46	188.301.080,12	0,35
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	(2.805.763,39)	257.912.497,57	-
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(8.868.940,53)	46.655.610,79	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	(3.708.540,17)	122.725.688,93	-
RS	CACHOEIRINHA	43	310	3	13.172.861,90	219.645.432,46	6,00
RS	CAMAQUA	43	350	9	(1.025.308,89)	84.189.302,29	-
RS	CAMPO BOM	43	390	5	3.745.997,45	126.497.160,47	2,96
RS	CANGUÇU	43	450	7	(1.008.324,37)	81.758.425,05	-
RS	CANOAS	43	460	6	63.971.295,95	727.103.069,23	8,80
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	(989.965,39)	9.061.145,23	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	(7.225.432,08)	99.052.912,96	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	(209.420,51)	6.868.343,88	-
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	64.981.186,80	1.037.388.660,56	5,26
RS	CRISTAL DO SUL	43	507	2	(1.271.706,87)	7.840.948,19	-
RS	ERECIM	43	700	5	(18.082.815,67)	148.135.888,58	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-	134.306.599,28	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(9.908.889,61)	132.079.319,64	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	588.684,72	11.207.218,78	5,25
RS	GRAVATAI	43	920	9	291.323.825,03	415.132.154,22	70,18

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	GUAIBA	43	830	8	5.436.039,16	143.785.641,78	4.48
RS	IJUI	43	1020	7	(28.746.834,46)	167.199.579,46	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.561.605,04	52.094.978,58	47,34
RS	ITAQUI	43	1060	3	(4.387.513,39)	69.850.270,09	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(48.307.291,98)	130.515.052,39	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(564.564,78)	10.968.936,01	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(2.433.556,75)	12.981.074,33	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	54.648.492,13	99.449.592,93	54,95
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(3.382.877,28)	46.042.487,45	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	49.844.437,17	513.800.323,87	9,70
RS	PAROBÉ	43	1405	0	5.425.569,86	75.780.049,80	7,16
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(46.798.597,83)	304.855.815,91	-
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	(370.875,02)	25.194.363,74	-
RS	PORTO ALEGRE	43	1490	2	(37.482.868,75)	3.788.313.618,06	-
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(74.444.188,57)	357.717.434,98	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	580.071,07	12.241.252,07	4,74
RS	ROLANTE	43	1600	6	(3.894.321,01)	29.268.652,72	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	10.719.641,59	239.322.568,45	4,48
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(504.008,37)	9.458.958,35	-
RS	SANTA MARIA	43	1699	7	(77.191.986,02)	293.374.348,93	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(2.863.558,95)	97.096.075,24	-
RS	SAO GABRIEL	43	1830	9	(3.173.814,00)	79.865.313,00	-
RS	SAO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	(730.278,28)	10.557.876,22	-
RS	SAO LEOPOLDO	43	1870	5	129.053.887,71	430.995.404,89	29,94
RS	SAPIRANGA	43	1990	1	(34.499.037,33)	124.452.601,84	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	40.529.962,57	192.652.606,13	21,04
RS	SOLEDADE	43	2080	0	1.317.344,09	42.345.402,05	3,11
RS	TAQUARA	43	2120	4	3.696.112,00	73.681.982,11	5,02
RS	TAQUARI	43	2130	3	5.988.114,05	33.340.440,69	20,99
RS	TORRES	43	2150	1	9.469.796,61	72.971.428,73	12,95
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	49.007.450,00	152.983.578,49	32,04
RS	VACARIA	43	2250	9	(1.923.547,50)	99.672.314,65	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(8.708.401,15)	96.278.025,04	-
RS	VIAMAO	43	2300	2	87.433.195,82	209.183.093,12	41,80
SC	APIUNA	42	125	7	(1.250.044,71)	20.877.036,49	-
SC	ARARANGUA	42	140	6	(9.407.514,16)	89.098.182,52	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(108.730.943,97)	378.757.770,79	-
SC	BIGUACU	42	230	5	(518.582,57)	100.130.264,47	-
SC	BLUMENAU	42	240	4	83.200.124,07	794.359.960,10	10,47
SC	BOTUVERA	42	270	1	(2.046.985,69)	10.733.145,23	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	32.329.120,42	204.509.320,22	15,81
SC	CAMBORIU	42	320	4	(2.137.147,57)	97.568.525,08	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	(1.178.318,45)	81.821.322,54	-
SC	CONCORDIA	42	430	1	(16.216.206,89)	140.080.575,63	-
SC	FAXINAL DIOS GUEDES	42	530	6	(1.674.271,83)	23.413.612,02	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	195.254.856,89	973.864.067,78	20,05
SC	GALVAO	42	560	5	306.392,37	5.092.803,83	3,37
SC	GRAO PARA	42	610	8	986.547,76	12.704.950,98	7,77
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(4.916.804,24)	36.601.820,34	-
SC	IBIAM	42	675	1	(259.687,42)	8.513.317,87	-
SC	INDAIAL	42	750	2	(5.095.962,13)	104.918.554,45	-
SC	IPIRA	42	760	1	(1.226.024,91)	11.439.170,70	-
SC	ITAJAI	42	820	3	(1.830.850,00)	655.867.492,39	-
SC	ITAPEMA	42	830	2	(13.452.263,26)	118.515.134,24	-
SC	ITAPOA	42	845	0	(7.353.088,93)	48.825.047,87	-
SC	JARAGUA DO SUL	42	890	6	(23.444.144,75)	417.313.230,36	-
SC	JOACABA	42	900	3	(15.729.371,85)	79.329.796,90	-
SC	LAGES	42	930	0	23.664.814,87	292.257.152,58	8,10
SC	LAGUNA	42	940	9	(2.996.078,11)	64.403.299,38	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(2.723.724,04)	13.048.764,98	-
SC	MAFRA	42	1010	0	(551.673,75)	91.427.935,74	-
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	(6.053.857,81)	127.173.380,82	-
SC	PALHOCAS	42	1190	0	(44.861.577,65)	214.394.607,27	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(1.989.726,60)	11.772.261,19	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	(8.226.161,40)	154.775.193,10	-
SC	SALETE	42	1530	7	(1.629.043,07)	13.969.334,63	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	5.047.846,83	182.073.365,88	2,77
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	5	(10.018.644,73)	182.099.288,45	-
SC	SAO LUDGERO	42	1700	5	(2.141.317,80)	21.979.730,95	-
SC	SIDEROPOLIS	42	1760	0	(1.486.524,49)	21.948.962,34	-
SC	TURVO	42	1880	8	(2.701.792,95)	24.294.870,01	-
SC	URUBICI	42	1890	5	(711.733,04)	15.707.351,22	-
SC	VARGEAO	42	1910	1	(2.416.587,26)	11.479.877,64	-
SE	ARACAJU	28	30	8	(2.117.292,33)	1.098.168.295,19	-
SE	ESTANCIA	28	210	6	7.538.655,00	116.608.959,80	6,45
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	-	41.343.822,87	-
SP	ADAMANTINA	35	16	5	(8.652.934,14)	80.546.928,89	-
SP	AGUAI	35	30	3	629.004,49	55.009.613,58	1,14
SP	AGUAS DA PRATA	35	40	2	(4.564.080,16)	18.251.649,65	-
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	(1.057.309,87)	41.691.220,46	-
SP	AMERICANA	35	160	8	246.555.824,86	548.816.988,66	44,93
SP	AMPARO	35	190	5	(28.451.725,20)	158.650.063,65	-
SP	ANALANDIA	35	200	2	(2.483.748,00)	17.543.063,00	-
SP	ANDRADINA	35	210	1	1.665.339,59	100.086.021,14	1,66
SP	ANGATUBA	35	220	0	(2.414.751,00)	46.654.999,00	-
SP	APARECIDA	35	250	7	21.251.504,15	77.959.720,34	27,26
SP	ARACATUBA	35	280	4	195.195.236,80	389.620.034,54	52,81
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	(4.845.648,80)	55.367.300,67	-
SP	ARANDU	35	310	9	873.604,00	16.521.282,73	5,29
SP	ARARAQUARA	35	320	8	6.332.618,19	496.283.973,59	1,28
SP	ARUJA	35	390	1	(37.516.962,73)	156.137.231,69	-
SP	ATIBAIA	35	410	7	(45.509.737,21)	279.477.206,35	-
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	929.467,28	21.735.202,77	4,28
SP	AVARE	35	450	3	17.077.923,00	164.277.467,00	10,40
SP	BARIRI	35	520	3	5.048.512,36	60.481.626,82	9,67
SP	BASTOS	35	580	7	(192.120,02)	37.545.345,23	-
SP	BAURU	35	600	3	110.267.662,86	654.665.636,46	16,84
SP	BEBEDOURO	35	810	2	(7.168.262,55)	143.823.352,36	-
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	35	930	0	(85.276,89)	19.978.524,86	-
SP	BIRIGUI	35	550	8	(8.085.193,48)	208.815.022,25	-
SP	BOITUVA	35	700	1	(7.878.823,28)	118.240.328,14	-
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.820.673,68)	15.764.052,42	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	4.035.396,07	26.804.644,09	14,01
SP	BRAGANCA PAULISTA	35	780	5	(50.577.034,70)	287.030.643,55	-
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(2.330.286,45)	13.084.525,69	-
SP	CABREUVA	35	840	5	(12.618.749,16)	92.408.846,19	-
SP	CAIABU	35	890	0	(519.017,78)	10.578.831,86	-
SP	CAIEIRAS	35	900	7	(32.250.452,99)	160.466.287,14	-
SP	CAIUCA	35	910	6	14.431.618,22	16.908.924,03	85,35
SP	CAJURU	35	940	3	(1.669.133,94)	42.176.600,05	-
SP	CAPAO BONITO	35	1020	3	15.670.049,04	80.588.122,71	20,69
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	(2.013.205,64)	34.431.399,59	-
SP	CARAPICUIBA	35	1060	9	58.919.301,00	341.427.035,00	17,26
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	(1.098.908,00)	36.865.003,00	-
SP	CESARIO LANGE	35	1160	7	(1.321.540,43)	37.538.074,15	-
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(4.409.871,68)	30.403.986,13	-
SP	CONchal	35	1220	9	6.837.118,45	55.671.583,98	12,28
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.413.388,91	33.456.967,83	4,22
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	(1.557.263,11)	83.555.032,06	-
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	12.054.074,36	12.535.473,16	95,40
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	(1.445.220,00)	15.707.584,00	-
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	43.353.214,70	113.058.040,47	38,35
SP	COSMORAMA	35	1290	2	81.193,59	18.301.644,38	0,44
SP	CRUZALIA	35	1330	6	405.799,43	10.981.245,13	3,70
SP	CRUZEIRO	35	1340	5	59.278.188,45	121.527.859,01	48,78
SP	CUBATAO	35	1350	4	(191.977.644,87)	720.945.087,04	-
SP	DIADEMA	35	1380	1	181.197.188,51	758.952.452,99	21,24
SP	DOURADO	35	1430	4	(3.536.215,80)	16.780.165,11	-
SP	EMBU	35	1500	4	29.787.734,77	356.109.058,03	8,38
SP	ENGENHEIRO COELHO	35	1515	2	5.913.836,31	31.914.042,24	18,53
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(2.234.670,48)	14.531.519,19	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(4.182.273,15)	108.589.317,35	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	FRANCA	35	1620	0	(123.819.920,98)	424.564.348,81	-
SP	FRANCISCO MORATO	35	1630	9	(84.115.976,38)	178.185.024,58	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	43.565.344,59	23.939.623,04	181,98
SP	GLICERIO	35	1710	9	-	13.697.105,50	-
SP	GUAIRA	35	1740	6	2.545.202,04	111.179.240,74	2,29
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(2.655.634,57)	41.638.527,42	-
SP	GUARACI	35	1790	1	5.810.609,43	30.273.037,97	19,19
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(26.397.220,10)	152.572.310,50	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	51.023.477,00	203.776.068,37	25,04
SP	GUAREI	35	1850	3	(1.490.417,87)	23.473.584,58	-
SP	GUARUJA	35	1870	1	399.259.612,90	818.367.313,80	48,79
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.564.455.836,95	2.568.589.610,91	60,90
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(286.385.823,43)	481.793.612,83	-
SP	IBITINGA	35	1960	0	(8.143.576,34)	83.580.970,03	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	(18.609.956,89)	140.103.450,72	-
SP	INDAIATUBA	35	2050	9	(717.405.848,54)	631.013.769,65	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	8	(1.818.575,25)	10.674.435,31	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	(734.594,08)	33.721.108,12	-
SP	IPERO	35	2100	2	(7.378.515,91)	56.557.515,76	-
SP	IPUENA	35	2110	1	(3.129.753,46)	20.387.781,34	-
SP	IPUA	35	2130	9	(2.322.113,48)	35.839.447,90	-
SP	ITABERA	35	2170	5	(2.432.651,13)	31.083.884,36	-
SP	ITAJOBI	35	2190	3	(183.982,45)	34.683.814,33	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	(47.108.605,34)	258.576.784,38	-
SP	ITAPEVA	35	2240	6	30.776.625,14	185.811.214,99	16,56
SP	ITAPIRA	35	2260	4	20.011.630,04	150.690.750,28	13,28
SP	ITAPOLIS	35	2270	3	7.192.350,43	71.352.672,16	10,08
SP	ITAUQUAQUECETUBA	35	2310	7	90.402.635,95	370.794.049,68	24,38
SP	ITATIBA	35	2340	4	(36.880.750,23)	227.943.949,14	-
SP	ITIRAPINA	35	2360	2	(203.762,00)	41.717.775,00	-
SP	ITU	35	2390	9	35.113.544,42	364.584.799,92	9,63
SP	ITUPEVA	35	2400	6	1.410.962,42	134.889.200,74	1,05
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	(58.506.957,90)	155.690.345,32	-
SP	JACAREI	35	2440	2	(25.028.558,88)	475.119.985,74	-
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(5.390.475,80)	79.765.041,27	-
SP	JARINU	35	2520	1	(1.884.637,35)	61.119.054,18	-
SP	JUNDIAI	35	2590	4	110.902.058,95	1.194.485.564,00	9,28
SP	LEME	35	2670	4	29.024.087,95	192.258.604,41	15,10
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	(18.328.658,20)	165.751.630,93	-
SP	LIMEIRA	35	2690	2	(25.438.758,96)	587.671.934,67	-
SP	LINS	35	2710	8	4.549.474,04	124.381.130,27	3,66
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	-	9.688.606,02	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(32.854.117,74)	149.808.358,74	-
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	14.998.189,36	46.933.788,50	31,95
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	3.309.075,97	19.345.314,66	17,10
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	(11.544.626,27)	227.243.772,40	-
SP	NIHANDEARA	35	3260	3	(1.035.670,83)	22.029.301,80	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	35	3310	6	(2.349.026,90)	8.545.288,19	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(2.488.183,36)	110.111.660,90	-
SP	ONDA VERDE	35	3400	5	(5.411.650,58)	15.437.935,14	-
SP	ORINDIUA	35	3420	3	(3.283.942,03)	19.686.703,82	-
SP	OSVALDO CRUZ	35	3460	9	(5.289.085,62)	46.582.759,89	-
SP	PACAEIMBU	35	3490	6	(805.148,22)	22.352.474,31	-
SP	PALMITAL	35	3530	9	1.790.899,15	48.026.057,51	3,73
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(15.761.120,86)	79.623.116,65	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	7.139.979,21	93.806.168,91	7,61
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(2.816.328,07)	22.704.481,46	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	24.116.785,00	123.998.749,42	19,45
SP	PEREIRA BARRETO	35	3740	4	(1.695.654,89)	63.968.812,82	-
SP	PEREIRAS	35	3750	3	-	17.057.645,74	-
SP	PIEDADE	35	3780	0	(4.209.710,54)	64.354.173,53	-
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(84.641.006,96)	327.654.959,39	-
SP	PIQUERÓBI	35	3830	3	(1.499.125,00)	12.520.953,00	-
SP	PIRACAI	35	3850	0	44.736,90	45.796.293,09	0,10
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(7.856.486,06)	909.640.618,26	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	11.575.564,94	71.115.438,04	16,28

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	PLATINA	35	3970	7		11.595.105,51	-
SP	POA	35	3980	9	(33.717.163,39)	262.886.619,31	-
SP	POPULINA	35	4040	8	783.928,43	14.405.900,73	5,44
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	12.215.970,93	112.396.660,53	10,87
SP	POTIM	35	4075	4	1.913.501,14	32.764.657,59	5,85
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	9	35.052.235,20	769.478.819,29	4,56
SP	PRESIDENTE EPITACIO	35	4130	7	12.309.454,86	53.145.228,81	23,16
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	5	23.548.304,70	382.214.148,88	6,16
SP	IRANCHARIA	35	4220	5	(4.970.215,32)	59.064.003,26	-
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	(948.796,69)	14.979.119,36	-
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(7.266.921,02)	25.988.927,70	-
SP	RIBEIRAO CORRENTE	35	4310	5	(777.653,35)	12.648.175,37	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	23.600.940,45	184.635.780,77	12,78
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	628.219.626,31	1.392.923.541,92	45,10
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	7.492.230,33	74.856.461,31	10,01
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(3.256.618,65)	23.522.562,86	-
SP	ROSEIRA	35	4430	1		19.525.636,61	-
SP	SALES OLIVEIRA	35	4490	5	(602.064,10)	24.257.229,16	-
SP	SALTO DE PIRAPORA	35	4530	8	(11.646.066,56)	77.450.152,55	-
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	(34.119.437,32)	317.632.884,65	-
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4520	7	(788.066,00)	14.218.380,00	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	35	4625	6	1.195.284,37	10.863.448,26	11,00
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4640	5	(3.804.637,57)	80.029.017,87	-
SP	SANTA FE DO SUL	35	4660	3	5.617.735,91	79.377.772,19	7,08
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	35	4750	2	(5.408.757,15)	65.006.464,96	-
SP	SANTA RITA D'OESTE	35	4740	3	(241.061,82)	10.714.848,53	-
SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	32.905.475,71	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	(1.679.128,84)	14.707.938,48	-
SP	SANTOS	35	4850	0	59.113.336,42	1.435.435.148,88	4,12
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	658.859.178,22	2.457.843.879,27	26,81
SP	SAO CARLOS	35	4890	6	24.929.526,10	498.476.643,96	5,00
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(91.249.960,64)	177.118.762,86	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	5.524.061,95	83.503.713,03	6,62
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	(2.419.524,74)	927.315.502,39	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	35	4990	4	(120.487.301,42)	1.812.598.190,54	-
SP	SAO SEBASTIAO	35	5070	4	(25.337.797,99)	517.247.010,71	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	75.038.502,06	603.714.437,03	12,43
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(1.258.158,47)	15.644.829,43	-
SP	SEVERINIA	35	5190	0	(1.524.809,52)	33.759.067,49	-
SP	SOROCABA	35	5220	5	64.565.811,40	1.427.458.506,64	4,52
SP	SUD MENNUCCI	35	5230	4	(857.816,34)	25.074.429,99	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	(511.855,00)	12.657.576,00	-
SP	TAMBAU	35	5330	2	1.547.478,30	50.817.958,17	3,05
SP	TAPIRAI	35	5350	0	572.739,51	17.493.143,41	3,85
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	-	40.158.720,72	-
SP	TATUI	35	5400	3	2.440.578,64	196.771.962,73	1,24
SP	TIETE	35	5450	8	(2.822.121,79)	92.901.449,34	-
SP	TUPA	35	5500	0	(5.454.463,96)	97.117.827,15	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	9.438.367,13	226.463.653,77	4,17
SP	UCHOA	35	5560	4	(564.338,94)	21.942.188,25	-
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(1.117.893,54)	9.346.013,08	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(4.341.728,33)	22.443.907,57	-
SP	VALINHOS	35	5620	5	250.687.082,87	311.228.225,87	80,55
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	35	5640	4	(3.313.009,11)	58.690.432,89	-
SP	VARZEA PAULISTA	35	5650	3	(1.228.729,54)	145.928.137,59	-
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(4.203.906,17)	15.599.056,58	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(8.648.000,15)	155.909.813,61	-
TO	ARAGUAINA	17	210	9	324.440,89	201.948.457,60	0,16
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	7.543.996,90	-
TO	GURUPI	17	950	0		89.490.265,81	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2012
data-base 30/06/2012

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN Posição: 09/01/2013

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2012	RCL 1º Semestre 2012	DCL/RCL
AP	MAZAGÃO	16	40	2	-	25.562.932,30	-
BA	ABAIRÁ	29	10	8	6.352.328,99	14.223.697,05	44,66
BA	ÁGUA FRIA	29	40	5	(811.214,34)	24.919.361,86	-
BA	BARRA DO CHOCÁ	29	290	5	32.668.776,89	51.512.891,48	63,46
BA	BELMONTE	29	340	9	(4.260.631,01)	35.504.136,76	-
BA	CAFARNAÚM	29	530	5	(1.382.453,58)	26.373.575,52	-
BA	CORIBÉ	29	910	9	8.690.377,10	23.136.183,22	37,56
BA	GLÓRIA	29	1140	2	(3.165.601,36)	15.803.579,28	-
BA	ITIUBA	29	1700	3	(4.862.623,01)	45.471.547,12	-
BA	JIQUIRICA	29	1820	9	856.342,81	19.767.746,43	4,33
BA	LENÇOIS	29	1930	6	(571.668,01)	15.994.636,26	-
BA	NILO PECANHA	29	2260	7	9.573.070,35	23.696.154,29	41,67
BA	PILÃO ARCAO	29	2440	5	(2.424.608,13)	50.584.070,95	-
BA	SAO GABRIEL	29	2925	5	178.174,86	27.637.066,28	0,64
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	29	2950	3	5.753.499,92	69.000.765,30	8,34
BA	TAPERÓA	29	3120	2	4.429.434,79	29.784.459,83	14,87
CE	BARRO	23	200	8	3.588.918,08	26.922.609,53	13,25
CE	EUZEBIO	23	428	5	(47.450.062,57)	121.105.989,99	-
CE	GUARAMIRANGA	23	510	0	4.578.638,44	12.251.934,23	37,37
CE	IBAPINA	23	530	8	4.939.656,69	32.558.451,85	15,17
CE	IPAUMIRIM	23	570	4	1.754.615,98	16.626.795,56	10,55
CE	MAURITI	23	810	4	1.054.757,09	57.457.542,08	1,91
CE	MISSAO VELHA	23	840	1	6.454.252,58	45.138.448,44	14,30
CE	PACOTI	23	980	5	2.561.147,80	18.799.754,63	13,62
CE	PARACURU	23	1020	9	8.027.906,22	51.013.074,80	15,74
CE	UBAJARA	23	1360	9	(1.312.998,00)	41.583.262,98	-
CE	UMIRIM	23	1375	7	1.939.547,61	26.538.753,24	7,31
CE	VARJOTA	23	1395	5	1.054.216,56	25.851.044,30	4,11
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(11.706.502,15)	57.670.929,19	-
ES	ALEGRE	32	20	1	14.217.827,17	58.107.694,06	24,47
ES	ANCHIETA	32	40	9	(78.443.425,03)	241.892.105,34	-
ES	ATILIO VIVACQUA	32	70	5	(5.039.570,00)	25.010.148,00	-
ES	CASTELO	32	140	7	(11.940.704,27)	66.744.602,25	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	32	170	4	(5.172.340,17)	29.097.786,23	-
ES	DOMINGOS MARTINS	32	190	2	(19.100.440,43)	70.553.776,31	-
ES	FUNDÃO	32	220	7	(13.182.256,60)	48.019.084,76	-
ES	IBIRACU	32	250	4	(3.684.326,91)	28.040.603,77	-
ES	ICONHA	32	260	3	(2.247.335,05)	30.794.683,15	-
ES	ITAPEMIRIM	32	280	1	(136.375.129,52)	245.958.493,78	-
ES	ITARANA	32	290	0	(6.945.889,38)	24.327.166,68	-
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(4.766.935,36)	25.065.081,04	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	152.414,83	28.371.968,54	0,54
ES	MARATAIZES	32	332	0	(43.203.956,00)	100.399.729,00	-
ES	MARILANDIA	32	335	3	(1.877.282,81)	24.977.720,83	-
ES	MUQUI	32	380	9	(4.282.345,59)	27.894.385,29	-
ES	PANCAS	32	400	5	(2.613.258,74)	37.065.005,71	-
ES	PEDRO CANARIO	32	405	4	(7.936.829,18)	42.925.075,92	-
ES	PRESIDENTE KENNEDY	32	430	2	(309.819.144,82)	289.835.039,57	-
ES	SANTA LEOPOLDINA	32	450	0	(5.231.114,01)	25.912.709,63	-
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	32	455	9	(5.823.605,95)	69.519.990,82	-
ES	SANTA TEREZA	32	460	9	(5.992.499,12)	51.355.221,49	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	32	480	7	(5.511.628,71)	23.902.732,28	-
ES	SAO ROQUE DO CANAA	32	495	5	-	23.574.439,76	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.431.954,14)	44.979.548,91	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	(7.989.957,76)	44.678.068,61	-
ES	VILA VALERIO	32	517	6	2.000.528,61	31.657.010,76	6,32
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	52	485	4	(1.299.600,73)	11.239.970,61	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO INDIARA	52	995	2	116.286,28	25.670.534,33	0,45
GO SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	52	2020	7	22.496.950,34	38.045.985,03	59,13
MG ABADIA DOS DOURADOS	31	10	4	898.123,94	12.142.792,63	7,40
MG ABAETE	31	20	3	9.112.134,86	29.106.554,87	31,31
MG AGUA COMPRIDA	31	70	8	399.824,27	10.927.154,93	3,66
MG ALBERTINA	31	140	9	-	8.861.451,16	-
MG ALTEROSA	31	200	1	532.597,59	19.510.005,46	2,73
MG ALTO CAPARAO	31	205	0	281.382,84	9.788.500,50	2,87
MG ALVINOPOLIS	31	230	8	4.203.408,07	19.574.586,73	21,35
MG AMPARO DO SERRA	31	250	6	(254.981,00)	8.735.409,00	-
MG ANDRADAS	31	260	5	(1.580.430,01)	49.086.492,17	-
MG ANDRELANDIA	31	280	3	446.215,09	15.856.765,20	2,81
MG ARACUAI	31	340	5	-	31.463.032,55	-
MG ARCEBURGO	31	410	6	(4.772.610,78)	18.970.420,49	-
MG AREADO	31	430	4	(729.663,32)	21.097.010,75	-
MG BAMBUI	31	510	3	4.809.565,87	30.955.175,85	15,54
MG BARAO DE COCAIS	31	540	0	-	68.048.140,33	-
MG BELA VISTA DE MINAS	31	600	2	-	14.912.965,78	-
MG BICAS	31	690	3	(2.781.114,74)	19.667.783,14	-
MG BOA ESPERANCA	31	710	9	16.046.035,81	54.152.034,44	29,63
MG BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	569.281,06	9.319.878,46	6,11
MG BOM REPOUSO	31	790	1	(13.718,09)	14.617.429,92	-
MG BORDA DA MATA	31	830	5	(3.392.537,85)	22.412.187,43	-
MG BOTUMIRIM	31	850	3	806.000,32	10.518.008,38	7,98
MG BRASILANDIA DE MINAS	31	855	2	(2.678.243,19)	19.890.069,00	-
MG BRASILIA DE MINAS	31	860	2	543.040,67	44.386.748,68	1,22
MG BRASOPOLIS	31	890	9	(3.136.765,53)	17.955.781,73	-
MG BRUMADINHO	31	900	6	(42.013.809,31)	133.427.931,05	-
MG BUENO BRANDAO	31	910	5	(2.678.051,45)	13.371.692,06	-
MG BURITIS	31	930	3	(411.851,77)	43.575.658,66	-
MG CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(2.549.275,42)	9.253.617,77	-
MG CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(3.378.181,38)	15.601.319,18	-
MG CAETANOPOLIS	31	990	7	(78.279,74)	14.392.412,02	-
MG CAMANDUCAIA	31	1050	9	(8.583.731,52)	32.675.949,67	-
MG CAMBUI	31	1060	8	(23.703.103,23)	40.206.162,12	-
MG CAMPANARIO	31	1080	6	(1.394.070,74)	9.361.825,27	-
MG CAMPANHA	31	1090	5	(810.478,99)	23.146.951,48	-
MG CANA VERDE	31	1190	3	1.653.783,07	8.607.478,20	19,33
MG CAPETINGA	31	1240	6	(754.531,35)	10.751.434,89	-
MG CAPIM BRANCO	31	1250	5	-	11.221.928,28	-
MG CAPINOPOLIS	31	1260	4	1.720.905,34	25.132.719,21	5,85
MG CAPITAO ANDRADE	31	1285	3	(1.067.926,00)	9.843.607,22	-
MG CAPITOLIO	31	1289	2	(3.116.316,04)	18.511.027,49	-
MG CARANAIBA	31	1310	7	-	9.260.839,08	-
MG CARBONITA	31	1350	3	-	12.812.380,09	-
MG CAREACU	31	1360	2	(615.768,47)	11.394.975,56	-
MG CARMO DE MINAS	31	1410	5	(753.781,43)	18.069.440,82	-
MG CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(7.769.697,66)	39.420.430,25	-
MG CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	(5.594.694,48)	32.185.072,25	-
MG CARMOPOLIS DE MINAS	31	1450	1	(5.505.255,33)	26.724.038,79	-
MG CARNEIRINHO	31	1455	0	2.598.806,99	31.377.503,90	8,28
MG CARVALHOS	31	1480	8	(499.371,81)	7.940.629,79	-
MG CATAS ALTAS	31	1535	9	(1.761.228,32)	21.856.562,03	-
MG CATUTI	31	1547	4	(1.577.976,94)	9.708.958,44	-
MG CEDRO DO ABAETE	31	1560	7	(714.757,17)	7.247.448,59	-
MG CHACARA	31	1590	4	(1.204.378,65)	8.200.443,07	-
MG CLARAVAL	31	1640	7	887.495,62	9.406.831,53	9,22
MG COLUNA	31	1680	3	-	12.145.584,47	-
MG COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	11.247.657,96	-
MG CONCEICAO DA APARECIDA	31	1710	8	1.697.690,02	13.632.820,82	12,45
MG CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	31	1520	1	(76.624,39)	8.233.451,96	-
MG CONCEICAO DAS PEDRAS	31	1720	7	(885.667,38)	7.431.439,10	-
MG CONCEICAO DO PARA	31	1750	3	(4.995.426,37)	14.697.724,59	-
MG CONCEICAO DO RIO VERDE	31	1770	2	(3.233.123,37)	18.204.146,94	-
MG CONGONHAL	31	1790	0	(825.677,36)	13.603.027,61	-
MG CONGONHAS DO NORTE	31	1810	6	(3.252.137,67)	8.781.148,11	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG CONSELHEIRO PENA	31	1840	3	(3.365.880,75)	29.768.425,73	-
MG CONSOLACAO	31	1850	2	(1.608.026,66)	7.102.521,51	-
MG CORACAO DE JESUS	31	1880	9	6.126.416,82	29.729.446,62	20,61
MG CORDISBURGO	31	1890	6	254.940,55	10.473.382,15	2,43
MG CORDISLANDIA	31	1900	5	(1.055.506,41)	8.149.685,03	-
MG CORINTO	31	1910	4	-	38.203.008,16	-
MG CORMANDEL	31	1930	2	(16.603.984,42)	40.540.609,87	-
MG CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(1.003.297,36)	7.773.710,45	-
MG CORREGO FUNDU	31	1995	5	(2.848.526,00)	12.291.707,00	-
MG CRISTALIS	31	2020	1	161.945,12	17.591.679,40	0,62
MG CRISTALIA	31	2030	0	1.499.711,57	11.925.858,66	12,58
MG CRISTINA	31	2050	8	(1.520.128,88)	13.971.734,26	-
MG CURRAL DE DENTRO	31	2087	0	-	10.765.098,30	-
MG DATAS	31	2100	1	2.963.151,47	10.313.690,30	28,73
MG DELFIM MOREIRA	31	2110	0	(1.276.359,67)	11.120.340,83	-
MG DELTA	31	2125	8	(28.961,35)	20.872.140,48	-
MG DESTERRO DO MELO	31	2150	6	(153.430,30)	9.180.022,46	-
MG DIAMANTINA	31	2160	5	(5.333.032,37)	59.046.682,16	-
MG DIVINESIA	31	2190	2	-	7.718.201,00	-
MG DOM BOSCO	31	2247	0	(571.960,09)	8.535.626,55	-
MG DOM SILVERIO	31	2270	2	(2.516.139,07)	9.356.205,98	-
MG DOM VICOSO	31	2280	1	(499.603,77)	7.219.859,45	-
MG DORES DE GUANHAES	31	2310	6	(2.559.972,80)	11.231.905,74	-
MG DORES DO INDAIA	31	2320	5	5.970.288,78	19.638.987,98	30,40
MG DOURADOQUARA	31	2350	2	327.394,72	8.486.613,09	3,86
MG ENTRE RIOS DE MINAS	31	2390	8	(5.155.535,94)	17.430.477,93	-
MG ESPERA FEUZ	31	2420	3	(5.385.528,52)	15.380.992,18	-
MG ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	(519.252,80)	5.068.078,74	-
MG EWANKA DA CAMARA	31	2500	2	-	8.808.047,51	-
MG FELICIO DOS SANTOS	31	2540	8	373.960,16	11.030.821,19	3,39
MG FERROS	31	2590	3	197.600,02	13.783.911,36	1,43
MG FRANCISCO BADARO	31	2650	5	(541.923,09)	12.005.929,99	-
MG FREI GASPAR	31	2680	2	1.060.039,10	11.072.020,73	6,57
MG FREI LAGONEGRO	31	2695	0	241.703,33	8.289.615,77	2,92
MG GOUEVIA	31	2760	2	190.812,43	14.040.235,83	1,36
MG GRAO MOGOL	31	2780	0	(125.555,83)	29.082.956,47	-
MG GUARACIABA	31	2820	4	(354.039,87)	13.832.926,55	-
MG GUARANESIA	31	2830	3	(5.281.879,18)	25.876.841,59	-
MG GUARDA-MOR	31	2850	0	(2.896.211,93)	15.830.329,83	-
MG GUIMARANIA	31	2890	7	-	11.954.332,50	-
MG HELIODORA	31	2920	2	(897.641,95)	10.697.396,21	-
MG IBIRACI	31	2970	7	(4.365.521,53)	22.278.171,45	-
MG IGARAPE	31	3010	1	10.911.498,88	49.518.143,18	22,04
MG ILCINEA	31	3050	7	(1.543.552,79)	16.479.869,14	-
MG INCONFIDENTES	31	3060	6	(158.883,91)	10.831.239,20	-
MG IPANEMA	31	3120	8	(1.243.789,75)	23.744.586,06	-
MG ITAMARANCIBA	31	3250	3	388.950,20	37.782.765,10	1,03
MG ITAMOGI	31	3290	9	415.500,54	15.949.970,33	2,61
MG ITAPAGIPE	31	3340	2	4.417.204,31	28.581.115,14	15,45
MG ITAPECERICA	31	3350	1	(888.848,21)	22.985.413,78	-
MG ITAPEVA	31	3360	0	2.597.983,22	15.751.608,42	15,51
MG ITUETA	31	3410	3	(1.666.280,63)	12.296.138,88	-
MG ITUMIRIM	31	3430	1	594.473,69	8.811.265,31	5,75
MG ITURAMA	31	3440	0	21.511.011,09	86.413.805,74	24,69
MG ITUTINGA	31	3450	9	(367.771,87)	10.249.535,88	-
MG JABOTICATUBAS	31	3480	8	73.818,76	24.747.933,83	0,30
MG JAGUARACU	31	3500	1	(1.901.848,21)	8.805.995,22	-
MG JAIBA	31	3505	0	919.567,84	38.033.166,08	2,42
MG JAPARAIBA	31	3530	8	(2.073.042,21)	9.395.158,38	-
MG JEQUITINHONHA	31	3580	3	7.499.825,45	31.346.255,31	23,93
MG JESUANIA	31	3580	2	511.731,10	9.396.356,84	5,45
MG JURUAIA	31	3690	0	(1.229.760,97)	13.507.711,02	-
MG LAGOA DA PRATA	31	3720	5	(7.111.743,79)	59.262.224,07	-
MG LAGOA FORMOSA	31	3750	2	3.752.144,29	26.708.725,65	14,02
MG LAGOA GRANDE	31	3753	6	(3.067.518,33)	13.793.464,48	-
MG LAJINHA	31	3770	0	4.437.665,22	26.620.315,44	15,57

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG LAMIM	31	3790	8	525.994,20	7.595.916,59	6,92
MG LEANDRO FERREIRA	31	3830	2	(1.829.369,72)	7.688.116,80	-
MG LEME DO PRADO	31	3835	11	(1.166.660,54)	10.509.593,59	-
MG LIMEIRA DO OESTE	31	3862	5	1.913.743,55	17.831.280,03	10,73
MG LONTRA	31	3865	8	4.473.927,11	11.570.209,91	38,67
MG LUISBURGO	31	3867	4	-	10.054.847,20	-
MG LUMINARIAS	31	3870	8	(5.033.083,10)	9.490.518,69	-
MG MAMONAS	31	3925	0	(2.590.006,45)	11.227.423,82	-
MG MANTENA	31	3960	7	4.631.633,36	37.552.278,96	12,33
MG MARIA DA FE	31	3990	4	(1.780.832,93)	18.293.759,94	-
MG MARIO CAMPOS	31	4015	9	(4.924.788,93)	15.605.275,93	-
MG MATERLANDIA	31	4060	5	(1.595.158,96)	9.940.917,38	-
MG MATHIAS LOBATO	31	7150	1	162.814,55	9.925.109,84	1,64
MG MATIPO	31	4090	2	2.567.639,22	24.426.474,93	10,51
MG MATOZINHOS	31	4110	8	14.768.525,61	48.300.151,31	30,58
MG MATUTINA	31	4120	7	200.787,50	9.102.643,12	2,21
MG MENDES PIMENTEL	31	4150	4	299.356,27	10.901.041,93	2,75
MG MINDURI	31	4190	0	-	8.641.391,86	-
MG MIRADOURO	31	4210	5	(897.173,27)	15.684.281,28	-
MG MONSENHOR PAULO	31	4260	1	(1.429.882,78)	12.677.358,84	-
MG MONTALVANIA	31	4270	0	(2.786.605,08)	17.457.000,83	-
MG MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	(6.559.829,45)	38.668.916,94	-
MG MONTE BELO	31	4300	5	(2.789.032,94)	14.555.153,40	-
MG MONTE CARMELO	31	4310	4	12.242.454,34	66.220.486,54	18,49
MG MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(2.992.285,80)	28.865.157,88	-
MG MONTEZUMA	31	4345	0	(4.757.292,24)	10.812.178,05	-
MG MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(9.649.376,57)	23.069.732,14	-
MG MORRO DA GARCA	31	4360	9	(42.206,80)	9.166.547,38	-
MG MUNHOZ	31	4380	7	619.469,13	9.163.082,48	6,75
MG MUJAMBINHO	31	4410	2	(2.913.972,19)	30.233.645,91	-
MG NATALANDIA	31	4437	5	801.812,04	8.384.962,03	9,56
MG NATERCIA	31	4440	9	(64.760,78)	9.124.015,30	-
MG NEPOMUCENO	31	4460	7	(1.529.126,17)	30.991.044,35	-
MG NOVA MODICA	31	4490	4	(478.123,03)	8.742.010,90	-
MG NOVA UNIAO	31	3860	3	-	9.123.660,50	-
MG NOVO CRUZEIRO	31	4530	7	(5.290.151,24)	33.764.394,49	-
MG NOVORIZONTE	31	4537	2	(2.140.130,26)	9.690.597,62	-
MG OLARIA	31	4540	6	(1.727.238,94)	8.090.465,31	-
MG OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	(792.515,29)	9.296.283,44	-
MG OLIVEIRA	31	4560	4	(8.384.785,44)	58.624.837,81	-
MG OURO BRANCO	31	4590	1	8.980.470,73	84.063.251,45	10,68
MG OURO FINO	31	4600	8	(4.757.855,19)	38.849.793,56	-
MG PADRE CARVALHO	31	4625	5	(777.425,25)	9.701.027,94	-
MG PAINS	31	4650	3	722.971,00	17.976.217,00	4,02
MG PAPAGAIOS	31	4690	9	787.100,52	11.152.013,28	7,05
MG PARAOPEBA	31	4740	2	1.745.623,63	31.534.218,73	5,54
MG PASSA QUATRO	31	4760	0	(2.170.624,20)	20.834.765,12	-
MG PASSABEM	31	4750	1	(1.452.203,49)	7.035.954,52	-
MG PECANHA	31	4860	8	185.578,88	21.239.630,15	0,87
MG PEDRA BONITA	31	4875	6	(729.262,75)	13.809.857,83	-
MG PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(692.664,30)	8.125.099,15	-
MG PEDRA DOURADA	31	4900	2	71.076,45	8.746.743,63	0,81
MG PEDRALVA	31	4910	1	(652.079,24)	14.153.958,92	-
MG PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	31	4915	0	56.537,48	13.992.887,95	0,40
MG PERDIGAO	31	4970	5	-	12.874.862,34	-
MG PERDIZES	31	4980	4	6.460.908,86	33.504.197,73	19,28
MG PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(2.016.409,80)	8.944.109,15	-
MG PIEDADE DOS GERAIS	31	5040	6	1.164.657,71	9.115.391,70	12,78
MG PIMENTA	31	5050	5	2.302.214,00	14.970.351,00	15,38
MG PIRACEMA	31	5060	4	462.749,80	10.231.509,61	4,52
MG PIRANGUCU	31	5090	1	419.900,00	8.821.774,41	4,87
MG PIRANGUINHO	31	5100	8	-	11.522.192,21	-
MG PIUMHI	31	5150	3	436.737,00	48.971.661,00	0,89
MG PLANURA	31	5160	2	-	20.463.954,94	-
MG POCO FUNDO	31	5170	1	(487.883,79)	21.575.296,37	-
MG POMPEU	31	5200	6	1.860.124,44	44.602.547,31	4,17

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	PORTO FIRME	31	5230	4	3	764.099,93	11.285.861,80	6,77
MG	PRATA	31	5280	8	(10.170.649,54)	38.439.788,13	-	
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	(126.092,78)	8.984.805,97	-	
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(9.110.074,98)	30.726.565,47	-	
MG	RAPOSOS	31	5390	5	(2.399.272,09)	18.610.286,45	-	
MG	RAUL SOARES	31	5400	2	(57.013,89)	32.283.213,61	-	
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(2.033.672,64)	13.643.099,00	-	
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.762.484,30	29.285.597,74	12,85	
MG	RIO DOCE	31	5500	9	(1.064.550,27)	8.842.102,15	-	
MG	RIO PARANAIBA	31	5550	4	6.032.348,00	12.812.268,00	47,08	
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	965.658,41	26.917.830,65	3,59	
MG	RODEIRO	31	5630	4	-	11.433.443,38	-	
MG	SACRAMENTO	31	5680	8	(6.612.674,31)	66.586.882,05	-	
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	31	5725	2	(1.445.730,29)	12.034.946,81	-	
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	31	5733	6	(3.526.227,13)	9.130.840,84	-	
MG	SANTA JULIANA	31	5770	8	-	21.890.324,37	-	
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	(215.485,85)	21.033.949,94	-	
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	31	5800	3	-	18.650.592,50	-	
MG	SANTA RITA DE MINAS	31	5835	7	(1.586.403,21)	10.841.003,29	-	
MG	SANTA VITORIA	31	5880	3	12.045.972,84	53.477.107,12	18,98	
MG	SANTANA DE PIRAPAMA	31	5880	8	3.172.743,98	10.271.927,70	30,89	
MG	SANTANA DO MANHUAÇU	31	5890	4	1.950.460,32	12.192.953,27	16,00	
MG	SANTANA DO PARAISO	31	5895	3	(4.796.982,33)	33.058.132,74	-	
MG	SANTANA DOS MONTES	31	5910	0	(748.268,93)	8.802.186,91	-	
MG	SANTOS DUMONT	31	5970	2	(9.980.936,05)	49.384.885,60	-	
MG	SAO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	283.759,67	9.972.694,15	2,85	
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	31	6100	7	1.858.186,08	21.653.739,49	8,58	
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	31	6120	5	4.428.598,05	10.426.916,78	42,47	
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	31	6130	4	1.867.225,98	15.603.831,81	10,68	
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	(229.227,74)	10.287.936,18	-	
MG	SAO GERALDO DO BAIXO	31	6165	0	(1.224.340,06)	8.169.621,80	-	
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	31	6170	0	50.746,75	14.692.073,20	0,35	
MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	31	2550	7	2.420.173,39	8.967.025,25	26,99	
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	31	6200	5	(311.792,61)	29.819.365,59	-	
MG	SAO GOTARDO	31	6210	4	2.276.170,55	38.417.202,20	5,92	
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	31	6220	3	(1.164.845,45)	19.643.441,43	-	
MG	SAO JOAO DA LAGOA	31	6225	2	(428.171,79)	10.059.733,41	-	
MG	SAO JOAO DA MATA	31	6230	2	(1.242.397,85)	7.638.487,06	-	
MG	SAO JOAO EVANGELISTA	31	6260	7	(89.777,40)	21.825.049,93	-	
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	31	6292	2	1.218.076,52	43.680.519,67	2,79	
MG	SAO JOSE DA LAPA	31	6295	5	(2.605.633,03)	34.975.413,72	-	
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	31	6350	7	(482.732,62)	7.586.361,31	-	
MG	SAO LOURENCO	31	6370	6	6.364.771,75	70.261.457,33	9,06	
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	31	6380	5	(1.382.460,05)	10.147.478,95	-	
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	31	6390	4	(3.151.578,88)	11.018.592,80	-	
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	(335.369,13)	9.628.050,19	-	
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	31	6450	6	(2.134.890,20)	13.309.743,27	-	
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	31	6490	2	106.355,59	7.746.278,33	1,37	
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	867.039,03	12.245.442,59	7,08	
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-	11.121.585,46	-	
MG	SARZEDO	31	6553	7	498.779,10	59.154.578,19	0,84	
MG	SEM-PEIXE	31	6556	0	206.176,94	8.611.527,58	2,42	
MG	SENADOR JOSE BENTO	31	6580	0	(591.879,05)	7.874.984,53	-	
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	31	6590	9	765.972,91	9.113.726,51	8,40	
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	31	6600	6	(1.143.740,93)	9.269.177,04	-	
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	(690.456,98)	11.571.230,56	-	
MG	SERITINGA	31	6640	2	-	7.619.031,58	-	
MG	SERRA DA SAUDADE	31	6660	0	91.640,06	7.544.301,49	1,21	
MG	SERRA DO SALITRE	31	6680	8	(943.096,27)	21.268.010,66	-	
MG	SERRA DOS AIMORES	31	6670	9	2.026.807,73	12.074.527,04	16,79	
MG	SERRANIA	31	6690	7	(1.358.723,89)	12.823.072,39	-	
MG	SERRANOS	31	6700	4	95.525,43	7.350.002,50	1,30	
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	232.263,34	7.599.204,66	3,06	
MG	SIMONEIA	31	6760	8	129.924,20	21.831.855,64	0,50	
MG	TAPARUBA	31	6805	1	(637.482,22)	7.751.364,25	-	
MG	TAQUARACU DE MINAS	31	6830	9	2.084.654,98	2.450.525,99	85,07	

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	TIRADENTES	31	6880	4	(3.400.549,52)	13.477.080,87	-
MG	TOLEDO	31	6910	9	-	10.402.171,14	-
MG	TOMBOS	31	6920	8	(3.474.479,29)	15.377.851,82	-
MG	TRES MARIAS	31	6935	6	6.635.332,37	50.344.870,37	11,00
MG	TURVOLANDIA	31	6980	2	(1.406.172,00)	9.230.402,65	-
MG	UMBURATIBA	31	7030	5	345.273,32	9.682.075,00	3,57
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	1.069.412,38	12.262.386,31	8,72
MG	URUANA DE MINAS	31	7047	9	(29.958,39)	10.432.878,38	-
MG	URUCANIA	31	7050	3	1.537.749,75	16.083.179,99	9,56
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	258.137,74	8.480.791,95	3,04
MG	VARJAO DE MINAS	31	7075	0	(829.629,86)	11.754.208,83	-
MG	VERISSIMO	31	7110	5	(102.342,04)	10.440.004,30	-
MG	WENCESLAU BRAZ	31	7220	2	(2.026.281,29)	7.283.229,28	-
MS	ALCINOPOLIS	50	25	2	1.961.429,83	22.745.983,87	8,52
MS	AMAMBAI	50	60	9	2.401.320,80	63.540.977,85	3,78
MS	ARAL MOREIRA	50	124	3	(1.854.837,86)	23.878.124,44	-
MS	BRASILANDIA	50	230	8	(12.335.926,14)	40.078.013,37	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	595.082,77	33.343.362,27	1,78
MS	CASSILANDIA	50	290	2	-	43.345.743,35	-
MS	CHAPADA DO SUL	50	295	1	(3.745.063,17)	55.351.324,73	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	-	63.517.980,18	-
MS	COXIM	50	330	6	-	59.952.798,94	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(2.493.202,05)	13.223.238,22	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.875.839,62)	29.656.798,29	-
MS	INOCENCIA	50	440	3	(6.061.829,29)	26.078.970,01	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	2.138.841,43	33.862.854,19	6,32
MS	JARDIM	50	500	4	(21.272.994,68)	46.931.725,75	-
MS	JUTI	50	515	2	(1.044.528,28)	15.008.596,45	-
MS	LAGUNA CARAPA	50	525	1	(1.654.106,72)	22.255.423,17	-
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	-	41.232.257,51	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	(2.460.606,82)	58.334.638,43	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(9.920.673,55)	85.471.384,55	-
MS	ROCHEDO	50	750	5	317.195,01	14.091.316,20	2,25
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	50	769	5	(6.023.627,91)	62.540.681,31	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	5.834.556,39	90.350.772,17	6,45
MS	TAQUARUSSU	50	797	6	(177.762,46)	16.093.380,36	-
MS	TERENOS	50	800	8	(10.423.990,02)	34.961.387,63	-
MT	CANABRAVA DO NORTE	51	269	4	(940.399,91)	10.709.788,56	-
MT	CANARANA	51	270	2	(2.919.388,57)	43.367.995,40	-
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	-	9.740.011,65	-
PA	XINGUARA	15	840	7	(15.426.529,48)	56.899.398,07	-
PB	CONCEICAO	25	440	5	23.380.856,36	21.924.948,76	106,64
PB	EMAS	25	590	7	3.145.379,74	7.701.282,28	40,84
PB	MAE D'AGUA	25	870	3	-	8.490.111,83	-
PB	MATUREIA	25	939	6	(324.020,24)	10.453.377,13	-
PB	NOVA OLINDA	25	1020	4	698.701,53	10.999.412,68	6,35
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	25	1350	5	2.736.722,97	9.424.894,81	29,04
PB	SAO DOMINGOS DE POMBAL	25	1398	8	(501.241,25)	7.968.365,13	-
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	25	1440	4	3.894.985,93	9.527.403,93	40,88
PB	TEIXEIRA	25	1670	6	457.581,81	18.731.837,10	2,44
PB	VARZEA	25	1710	0	(7.143,94)	7.552.843,38	-
PB	MEIRÓPOLIS	25	1720	9	(613.035,44)	8.814.446,50	-
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	6.255.283,74	46.791.184,77	13,37
PE	BETANIA	26	180	5	285.214,36	19.703.507,35	1,47
PE	BODOCO	26	200	1	383.072,68	49.334.758,55	0,78
PE	BOM JARDIM	26	220	9	(958.320,42)	43.099.933,56	-
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.781.766,51)	8.808.734,49	-
PE	CARNAIBA	26	390	0	921.038,96	29.370.583,78	3,14
PE	CASINHAS	26	415	5	1.397.129,00	21.645.453,26	6,45
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	518.902,74	18.788.136,33	2,76
PE	CUMARU	26	490	8	8.374.974,08	23.841.172,47	35,13
PE	FERREIROS	26	550	9	(158.457,37)	16.419.441,84	-
PE	FLORES	26	560	8	1.166.265,82	29.937.660,36	3,90
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	3.215.229,43	19.135.102,03	16,80
PE	GRANITO	26	630	9	(3.978.712,74)	14.708.240,30	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	4.757.740,81	13.061.798,29	36,42

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	IGUARACI	26	690	3	(1.725.377,63)	15.643.593,21	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	26	760	4	13.012.135,00	33.775.664,00	38,53
PE	INGAZEIRA	26	710	9	(52.614,44)	11.194.499,80	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	2.590.367,82	21.744.740,75	11,91
PE	ITAPETIM	26	770	3	448.262,59	10.547.626,80	4,25
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	-	48.640.586,13	-
PE	JATOBA	26	805	7	-	21.874.395,49	-
PE	MACAPARANA	26	900	6	(3.737.855,00)	34.790.023,31	-
PE	MACHADOS	26	910	5	1.650.116,00	20.468.076,47	8,06
PE	OROBO	26	970	9	15.230.670,89	32.451.735,22	46,93
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.551.385,00	35.442.476,82	7,20
PE	PEDRA	26	1080	6	(7.296.493,32)	25.272.669,29	-
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	10.676.425,11	19.073.346,87	57,02
PE	QUIXABA	26	1153	3	1.871.692,46	12.364.502,19	15,14
PE	SALGADINHO	26	1210	9	625.094,36	12.626.172,66	6,54
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	(61.421,81)	24.471.054,43	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	(329.619,15)	17.588.171,80	-
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	1.655.477,57	17.680.218,72	9,60
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	26	1340	4	81.972,55	27.674.407,90	0,30
PE	SAO JOSE DO EGITO	26	1360	2	146.381,19	40.291.502,12	0,36
PE	SAO VICENTE FERRER	26	1380	0	1.911.547,00	27.415.985,58	6,87
PE	SERRITA	26	1400	6	1.070.558,95	28.550.899,04	3,75
PE	SERTANIA	26	1410	5	(1.612.683,58)	41.853.178,85	-
PE	TACARATU	26	1480	8	2.097.091,05	26.084.775,09	8,04
PE	TAMANDARE	26	1485	7	18.758.307,70	36.581.858,37	51,28
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(10.670.875,68)	26.485.894,64	-
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	1.821.832,20	13.739.483,31	13,99
PE	VENTUROSA	26	1600	1	1.143.003,74	23.008.902,29	4,97
PE	VERDEJANTE	25	1610	0	(1.856.598,95)	16.853.277,10	-
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	(823.217,83)	13.506.133,54	-
PI	ALTO LONGA	22	30	1	(3.002.409,65)	16.120.164,90	-
PR	ADRIANOPOlis	41	20	2	3.591.187,74	15.677.978,16	22,91
PR	ALTONIA	41	50	9	3.198.597,17	30.426.382,03	10,51
PR	AMPERE	41	100	2	(584.646,99)	24.961.845,91	-
PR	ANTONINA	41	120	0	(416.405,50)	34.562.041,84	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	(204.261,25)	8.530.137,26	-
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	(1.238.699,72)	50.295.737,16	-
PR	ATALAIA	41	220	8	(2.754.638,30)	9.239.570,83	-
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	8.895.958,90	45.036.345,69	19,75
PR	BARBOSA FERRAZ	41	250	5	3.130.909,30	18.235.534,73	17,17
PR	BARRACAO	41	260	4	(1.013.885,65)	15.872.744,08	-
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	180.228,99	9.374.224,88	1,92
PR	BITURUNA	41	290	1	(1.573.361,25)	33.899.829,26	-
PR	BOA ESPERANCA	41	300	8	(45.261,34)	12.150.571,80	-
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	41	302	4	(192.134,90)	9.817.169,89	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	303	7	1.792.797,61	15.621.736,75	11,48
PR	BOM JESUS DO SUL	41	315	6	(1.149.162,91)	9.680.264,69	-
PR	BOM SUCESSO	41	320	5	3.622.041,83	12.062.405,83	30,03
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	1.328.486,18	10.577.213,29	12,58
PR	BORRAZOPOLIS	41	330	5	3.380.001,08	13.224.743,96	25,56
PR	BRASILANDIA DO SUL	41	337	0	-	10.075.824,21	-
PR	CAFEARA	41	340	4	(7.811.123,81)	8.427.306,02	-
PR	CAFELANDIA	41	345	3	739.984,90	30.870.348,08	2,40
PR	CAFEZAL DO SUL	41	347	9	1.053.965,69	10.154.622,92	10,38
PR	CAMBARA	41	360	2	973.632,81	31.759.529,75	3,07
PR	CAMPINA DA LAGOA	41	390	9	7.904.486,72	23.050.567,24	34,29
PR	CAMPINA DO SIMAO	41	395	8	(1.780.872,25)	10.988.081,67	-
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	41	400	6	555.323,64	65.064.624,64	0,87
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	878.780,77	15.315.041,96	5,72
PR	CAMPO MAGRO	41	425	3	1.485.605,75	39.456.138,12	3,77
PR	CANDIDO DE ABREU	41	440	2	1.202.812,66	23.650.222,68	5,09
PR	CANDOI	41	442	6	(19.862.263,15)	35.072.771,24	-
PR	CANTAGALO	41	445	1	(2.278.503,68)	19.560.310,87	-
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	41	460	0	(660.345,94)	25.428.168,54	-
PR	CARAMBEI	41	465	9	1.477.801,27	46.289.678,60	3,19
PR	CENTENARIO DO SUL	41	510	2	(3.402.905,65)	15.648.208,14	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	CEU AZUL	41	530	0	(4.986.086,96)	28.945.997,50	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	2.174.663,32	42.389.871,85	5,13
PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	89.333,73	20.424.087,78	0,44
PR	CLEVELANDIA	41	570	6	1.187.872,85	24.933.620,30	4,76
PR	CONTENDA	41	620	9	(7.458.741,74)	23.729.884,01	-
PR	CORNELIO PROCÓPIO	41	640	7	11.510.520,09	69.866.331,87	16,48
PR	CORONEL VIVIDA	41	650	6	(4.309.187,50)	33.305.032,30	-
PR	CORUMBATAÍ DO SUL	41	655	5	(430.587,22)	9.368.798,85	-
PR	CRUZ MACHADO	41	680	3	1.763.901,18	35.157.059,82	5,02
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	482.543,86	13.079.756,87	3,69
PR	CRUZMALTINA	41	685	2	(706.765,04)	8.818.386,51	-
PR	CURIUVA	41	700	9	3.517.433,13	10.894.968,21	32,28
PR	DIAMANTE D'OESTE	41	715	7	(550.513,61)	11.779.507,23	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	6.802.034,04	55.994.437,09	12,15
PR	DOUTOR CAMARGO	41	730	6	2.085.418,43	10.273.269,80	20,30
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	(348.942,58)	14.019.013,82	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	9	(679.676,50)	16.923.831,52	-
PR	ESPERANÇA NOVA	41	752	0	(2.266.388,30)	8.067.001,46	-
PR	FAROL	41	755	3	1.176.325,20	9.825.862,40	11,97
PR	FENIX	41	770	2	2.635.991,16	10.873.094,24	24,24
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	5	(848.475,53)	14.632.191,21	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	502.282,46	11.494.157,31	5,24
PR	FLORAI	41	780	1	(777.908,20)	10.137.705,43	-
PR	FLORESTOPOLIS	41	800	7	8.147.662,09	15.298.664,27	53,25
PR	FLORIDA	41	810	6	(761.499,29)	7.992.248,14	-
PR	FOZ DO JORDÃO	41	845	2	(1.559.372,57)	12.967.975,84	-
PR	FRANCISCO ALVES	41	832	0	(2.383.965,46)	12.230.115,68	-
PR	GODÓY MOREIRA	41	855	1	(1.357.584,04)	8.362.414,73	-
PR	GOIOXIM	41	865	0	(1.442.165,04)	13.927.446,54	-
PR	GRANDES RIOS	41	870	0	8.002.938,21	10.948.514,37	73,10
PR	GUIAÍRA	41	880	9	(9.586.277,92)	52.467.746,74	-
PR	GUAPÓREMA	41	910	4	(498.282,15)	8.378.321,64	-
PR	GUARACI	41	920	3	(1.150.910,69)	11.220.032,68	-
PR	GUARANIACU	41	930	2	(893.702,64)	25.929.782,83	-
PR	HONORIO SERPA	41	965	8	(674.888,16)	12.398.517,80	-
PR	IBIPOARA	41	980	7	(6.730.179,63)	81.762.992,90	-
PR	IGUATU	41	1005	2	236.262,46	8.065.138,92	2,83
PR	IMBITUVA	41	1010	2	3.674.966,11	37.677.320,86	9,75
PR	IPIRANGA	41	1050	5	(1.979.696,63)	24.606.185,66	-
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	(116.013,06)	8.149.152,64	-
PR	IRETAMA	41	1080	5	3.905.122,06	18.035.152,80	21,65
PR	ITAIPULANDIA	41	1095	3	936.805,12	42.630.035,17	2,19
PR	ITAMBARACA	41	1100	1	(515.214,61)	14.420.222,32	-
PR	ITAPEJARA D'OESTE	41	1120	9	(13.547,10)	19.085.850,50	-
PR	ITAUNA DO SUL	41	1130	8	117.976,13	8.874.630,15	1,33
PR	IVAI	41	1140	7	641.428,53	18.288.057,92	3,51
PR	IVIPOARA	41	1150	5	4.702.584,05	38.203.484,83	12,31
PR	IVATE	41	1155	5	1.308.174,38	13.649.004,78	9,58
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	931.305,81	54.852.467,98	1,70
PR	JAGUARIANA	41	1200	9	(8.347.476,77)	55.012.987,38	-
PR	JANIOPOLIS	41	1220	7	1.158.263,79	12.589.461,86	9,20
PR	JAPURA	41	1240	5	(2.556.100,58)	13.909.826,33	-
PR	JARDIM ALEGRE	41	1250	4	(3.863.244,30)	18.059.557,39	-
PR	JESUITAS	41	1275	1	2.501.273,09	14.317.372,92	17,47
PR	JUSSARA	41	1300	7	934.416,14	13.695.550,47	6,82
PR	KALORE	41	1310	6	2.515.047,47	9.896.593,51	25,41
PR	LAPA	41	1320	5	1.527.514,03	66.445.668,16	2,30
PR	LARANJEIRAS DO SUL	41	1330	4	1.126.746,89	43.849.683,92	2,58
PR	LIIDIANOPOLIS	41	1342	9	(2.272.318,84)	9.103.093,55	-
PR	LOBATO	41	1360	1	(317.764,94)	11.360.638,70	-
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	2.206.821,41	10.462.099,04	21,09
PR	MALLET	41	1390	8	10.144.754,56	19.669.047,76	51,58
PR	MAMBORÉ	41	1400	5	(2.153.457,18)	26.520.826,70	-
PR	MANDAGUARI	41	1420	3	14.528.595,38	52.999.714,56	27,41
PR	MARIALVA	41	1480	7	2.790.049,83	48.226.204,45	5,79
PR	MARILANDIA DO SUL	41	1490	6	863.395,70	17.205.049,93	5,02

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR MARILENA	41	1500	2	1.199.430,83	11.505.535,98	10,42
PR MARILUZ	41	1510	1	1.704.874,07	17.444.101,14	9,77
PR MARIOPOLIS	41	1530	9	(1.974.382,30)	15.377.505,10	-
PR MARIPA	41	1535	8	(2.767.078,79)	15.983.866,19	-
PR MARMELEIRO	41	1540	8	(3.352.504,53)	26.371.217,01	-
PR MARUMBI	41	1550	7	1.627.452,60	9.318.277,06	17,47
PR MATINHOS	41	1570	5	(12.776.342,18)	65.457.838,52	-
PR MEDIANEIRA	41	1580	4	2.864.117,26	50.034.539,39	4,77
PR MERCEDES	41	1585	3	(1.199.359,61)	16.009.241,06	-
PR MIRASELVA	41	1600	0	792.989,77	7.516.574,97	10,55
PR MISSAL	41	1605	9	(947.548,78)	24.878.876,02	-
PR NOSSA SENHORA DAS GRACAS	41	1640	6	4.505.665,78	9.291.369,76	48,49
PR NOVA AMERICA DA COLINA	41	1660	4	791.675,25	9.694.512,17	6,17
PR NOVA AURORA	41	1670	3	501.513,24	21.777.321,93	2,78
PR NOVA CANTU	41	1680	2	137.551,27	11.824.214,40	1,16
PR NOVA ESPERANCA	41	1690	1	2.049.779,95	36.491.603,27	5,62
PR NOVA ESPERANCA DO SUDESTE	41	1695	0	(1.271.912,74)	11.868.976,10	-
PR NOVA PRATA DO IGUACU	41	1725	5	3.062.279,62	21.019.172,53	14,57
PR NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	132.353,44	11.163.440,96	1,19
PR NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	(58.861,91)	16.839.220,40	-
PR NOVA TEBAS	41	1727	1	(1.044.025,57)	12.575.893,97	-
PR OURIZONA	41	1740	4	(473.129,70)	8.882.510,04	-
PR OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(3.420.185,15)	15.425.139,04	-
PR PALMAS	41	1760	2	(2.551.612,34)	58.554.884,51	-
PR PALMEIRA	41	1770	1	2.808.593,84	50.085.834,32	5,61
PR PALOTINA	41	1790	9	(3.503.690,71)	52.653.121,07	-
PR PARANACITY	41	1810	5	591.238,02	16.983.139,80	3,48
PR PATO BRAGADO	41	1845	1	(3.465.462,18)	19.576.296,25	-
PR PAULA FREITAS	41	1860	0	1.210.109,64	10.961.398,76	11,04
PR PEROLA	41	1890	7	(6.813.479,70)	17.845.129,74	-
PR PIEN	41	1910	3	553.845,92	23.682.543,83	2,34
PR PINHALAO	41	1920	2	(1.711.985,03)	12.631.065,17	-
PR PIRAJ DO SUL	41	1940	0	(2.802.314,32)	39.524.439,96	-
PR PITANGA	41	1960	8	5.221.754,22	47.152.775,03	11,07
PR PITANGUEIRAS	41	1985	7	459.210,11	9.128.977,29	5,36
PR PLANALTO	41	1980	6	(920.075,39)	21.414.106,49	-
PR PONTAL DO PARANA	41	1995	4	(24.147.834,91)	45.342.949,97	-
PR PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(807.367,40)	10.175.370,92	-
PR PRANCHITA	41	2035	9	(2.032.715,99)	11.681.020,37	-
PR PRIMEIRO DE MAIO	41	2050	7	8.500,14	19.506.641,81	0,04
PR QUATRO PONTES	41	2085	3	(2.241.890,19)	11.349.085,72	-
PR QUEDAS DO IGUACU	41	2090	3	4.331.111,84	42.872.820,48	10,10
PR QUITANDINHA	41	2120	8	1.877.459,81	27.809.671,74	6,75
PR IRAMILANDIA	41	2125	7	(681.033,91)	10.088.088,38	-
PR RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	305.848,79	9.296.744,85	3,29
PR REALEZA	41	2140	6	(1.874.894,07)	24.898.152,56	-
PR REBOUCAS	41	2150	5	924.736,96	22.463.088,00	4,12
PR RENASCENCA	41	2160	4	(1.863.867,46)	14.079.340,62	-
PR RESERVA	41	2170	3	(2.991.577,05)	38.407.749,76	-
PR RIBEIRAO CLARO	41	2180	2	(5.986.312,51)	22.969.691,33	-
PR RIO AZUL	41	2200	8	(4.882.049,02)	23.204.901,09	-
PR RIO BRANCO DO IVAI	41	2217	2	839.976,33	9.500.700,99	8,84
PR RIO NEGRO	41	2230	5	(2.141.024,47)	46.909.148,95	-
PR SABAUDIA	41	2270	1	1.370.116,42	13.621.932,19	10,06
PR SALGADO FILHO	41	2280	0	(1.543.749,50)	10.744.190,75	-
PR SALTO DO LONTRA	41	2300	6	2.519.882,22	22.814.411,27	11,05
PR SANTA HELENA	41	2350	1	(7.130.665,33)	78.006.897,35	-
PR SANTA IZABEL DO OESTE	41	2380	8	1.288.151,90	19.720.278,42	6,52
PR SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	41	2405	3	(10.452.126,51)	39.526.872,88	-
PR SANTO ANTONIO DA PLATINA	41	2410	3	6.861.884,91	51.097.675,60	13,43
PR SANTO ANTONIO DO CAJUA	41	2420	2	390.147,40	8.146.385,76	4,79
PR SANTO ANTONIO DO SUDESTE	41	2440	0	2.716.676,96	26.589.086,41	10,22
PR SAO JOAO	41	2480	6	(1.166.020,77)	18.770.127,80	-
PR SAO JOAO DO IVAI	41	2500	1	2.141.689,50	17.075.497,30	12,54
PR SAO JORGE DO PATROCINIO	41	2535	7	(935.138,20)	16.910.039,55	-
PR SAO JORGE D'OESTE	41	2520	9	(4.502.656,91)	27.645.471,51	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	41	2545	6	(228.625,08)	9.349.277,64	-
PR	SAO MANOEL DO PARANA	41	2555	5	(3.123.967,23)	9.304.680,79	-
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	41	2570	4	(10.717.309,82)	57.910.428,88	-
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	41	2600	9	3.796.570,23	13.030.778,23	29,14
PR	SAPOPEMA	41	2620	7	635.732,20	11.785.229,66	5,39
PR	SAUDADE DO IGUACU	41	2627	2	135.073,63	24.150.986,36	0,56
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	41	2635	5	(1.408.871,69)	16.507.930,20	-
PR	SERTANOPOLIS	41	2650	4	6.632.775,36	28.714.656,09	23,10
PR	SIQUEIRA CAMPOS	41	2660	3	52.730,74	26.224.887,75	0,20
PR	SULINA	41	2665	2	(159.142,10)	9.931.397,56	-
PR	TAPEJARA	41	2680	1	5.226.229,37	23.778.051,73	21,98
PR	TAPIRA	41	2690	0	(431.173,84)	11.647.170,02	-
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(1.145.639,44)	18.310.176,50	-
PR	TERRA BOA	41	2720	5	(537.812,09)	25.465.427,27	-
PR	TERRA RICA	41	2730	4	3.963.246,48	24.519.209,29	16,16
PR	TERRA ROXA	41	2740	3	2.509.478,88	25.918.654,64	9,32
PR	TIJUCAS DO SUL	41	2760	1	5.488.896,93	23.495.140,31	23,36
PR	TRES BARRAS DO PARANA	41	2785	8	2.940.284,58	23.530.510,79	12,50
PR	TUPASSI	41	2795	7	-	17.175.845,45	-
PR	UBIRATA	41	2800	5	2.197.630,68	32.902.675,49	6,68
PR	VERA CRUZ DO OESTE	41	2855	9	(1.475.172,97)	15.557.239,44	-
PR	VITORINO	41	2870	8	(1.204.323,70)	13.628.089,46	-
PR	WENCESLAU BRAZ	41	2850	0	2.047.517,20	26.526.911,12	7,72
PR	XAMBRE	41	2880	7	1.364.529,91	11.818.585,48	11,55
RJ	CANTAGALO	33	110	8	(6.721.152,10)	62.012.537,70	-
RJ	CASIMIRO DE ABREU	33	130	6	(203.899.312,20)	226.624.024,50	-
RJ	ITALVA	33	205	6	(1.226.006,90)	38.808.045,35	-
RJ	ITATIAIA	33	225	4	6.319.147,90	95.654.959,50	5,61
RJ	NATIVIDADE	33	310	4	3.500.152,60	45.000.728,50	7,78
RJ	PINHEIRAL	33	395	5	(2.694.832,70)	49.562.262,41	-
RJ	PORTO REAL	33	411	0	(19.664.630,70)	160.455.655,00	-
RJ	QUATIS	33	412	8	(1.319.447,50)	40.295.476,10	-
RJ	RIO CLARO	33	440	9	10.998.349,00	58.888.436,00	18,67
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	450	7	1.470.449,50	42.218.335,00	3,48
RJ	SAO FIDELIS	33	480	5	2.237.195,50	64.717.452,10	3,46
RJ	TANGUA	33	575	2	(10.342.131,60)	59.136.889,30	-
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(8.996.831,20)	71.120.483,20	-
RN	ACARI	24	10	9	9.519.020,88	14.941.303,35	63,71
RN	APODI	24	100	8	1.854.697,26	42.474.818,94	4,37
RN	EQUADOR	24	340	0	949.749,49	10.538.858,20	9,01
RN	GUAMARE	24	450	7	3.934.259,05	64.639.711,78	6,06
RN	JARDIM DE PIRANHAS	24	560	3	2.159.304,56	18.615.947,21	11,60
RN	JARDIM DO SERIDO	24	570	2	1.549.448,30	14.653.452,53	10,57
RN	NISIA FLORESTA	24	820	1	8.875.798,78	52.062.160,85	17,05
RN	PARELHAS	24	890	4	145.244,36	24.442.941,54	0,59
RN	PORTO DO MANGUE	24	1025	6	(194.821,47)	7.957.521,71	-
RN	RODOLFO FERNANDES	24	1100	7	(258.440,31)	10.519.140,54	-
RN	SAO JOAO DO SABUGI	24	1210	4	(1.533.282,71)	9.395.584,93	-
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	24	1340	9	(1.714.259,72)	12.024.328,21	-
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	(1.960.597,72)	41.100.463,80	-
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(3.887.618,21)	21.853.906,43	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(8.375.956,16)	28.615.275,82	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	(6.489.637,00)	26.382.764,62	-
RO	CABIXI	11	3	1	(3.652.069,23)	14.334.102,64	-
RO	CACAU LANDIA	11	60	1	(12.926.324,24)	13.361.167,56	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	(212.092,08)	12.553.853,88	-
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(4.397.011,56)	26.215.601,85	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	6	(10.216.365,64)	43.424.223,04	-
RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	-	60.886.126,69	-
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	-	12.482.323,11	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	21.709,78	9.635.120,88	0,23
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	(156.820,28)	34.683.633,69	-
RO	URUPA	11	170	8	-	22.845.773,70	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(2.505.253,08)	17.097.494,39	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.679.980,16)	14.687.352,81	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	102.024,64	12.065.209,53	0,85

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS AGUDO	43	10	9	-	26.841.054,84	-
RS AJURICABA	43	20	8	-	15.100.458,25	-
RS ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(870.886,88)	9.124.514,05	-
RS ALPESTRE	43	50	5	(3.861.636,08)	17.482.952,70	-
RS ALTO FELIZ	43	57	0	(2.782.993,44)	9.508.373,28	-
RS AMARAL FERRADOR	43	63	8	1.012.424,38	11.437.908,76	8,85
RS AMETISTA DO SUL	43	64	6	(500.992,00)	14.040.331,00	-
RS ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.694.556,92)	7.536.996,97	-
RS ANTA GORDA	43	70	3	267.225,29	13.177.595,98	2,03
RS ANTONIO PRADO	43	80	2	-	23.811.832,49	-
RS ARAMBAPE	43	85	1	(12.457.602,24)	13.157.804,73	-
RS ARARICA	43	87	7	(859.077,28)	13.680.117,24	-
RS ARATIBA	43	90	1	(8.142.127,95)	36.729.217,34	-
RS ARROIO DO MEIO	43	100	8	397.208,52	36.812.753,54	1,08
RS ARROIO DO SAL	43	105	7	(532.123,40)	24.311.804,65	-
RS ARROIO DO TIGRE	43	120	5	(346.380,80)	20.677.850,19	-
RS ARROIO GRANDE	43	130	5	(870.642,34)	30.630.401,13	-
RS ARVOREZINHA	43	140	4	414.792,45	17.498.193,90	2,37
RS AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(3.933.044,80)	15.094.895,88	-
RS BALNEARIO PINHAL	43	163	6	(1.035.095,82)	29.525.344,62	-
RS BARAO	43	165	1	(853.332,00)	12.682.153,00	-
RS BARAO DE COTEGIPE	43	170	1	(1.932.680,00)	13.289.470,00	-
RS BARAO DO TRIUNFO	43	175	0	(153.048,39)	12.683.541,72	-
RS BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.838.418,43)	14.603.537,54	-
RS BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	-	9.173.327,77	-
RS BARRA FUNDA	43	195	8	(545.240,31)	11.994.857,18	-
RS BARRACAO	43	180	0	(755.307,43)	14.254.809,25	-
RS BARROS CASSAL	43	200	6	(405.097,68)	19.447.724,64	-
RS BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(1.527.846,44)	8.700.991,11	-
RS BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	(740.872,54)	9.699.993,94	-
RS BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	185.833,85	14.944.088,84	1,25
RS BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(2.221.875,63)	11.821.327,04	-
RS BOA VISTA DO INCRA	43	223	8	(572.614,30)	11.858.258,49	-
RS BOA VISTA DO SUL	43	225	3	(2.936.725,45)	12.850.047,20	-
RS BOM JESUS	43	230	3	10.653.129,03	21.344.252,68	49,91
RS BOM PRINCIPIO	43	235	2	1.522.344,27	27.628.024,54	5,51
RS BOM PROGRESSO	43	237	8	(784.952,49)	8.179.983,75	-
RS BOQUEIRAO DO LEAO	43	245	1	(1.187.274,90)	15.782.955,70	-
RS BOSSOROCA	43	250	1	548.190,83	15.115.640,37	3,63
RS BOZANO	43	258	4	(1.669.204,91)	8.000.794,11	-
RS BRACA	43	260	0	1.253.708,41	9.598.668,53	13,17
RS BROCHIER	43	265	9	(855.071,87)	11.231.997,92	-
RS BUTIA	43	270	9	7.596.017,49	31.330.506,89	24,24
RS CACEQUI	43	290	7	4.343.757,07	21.303.612,06	20,39
RS CACIQUE DOBLE	43	320	2	(733.312,03)	10.101.321,64	-
RS CAIBATE	43	330	1	(477.934,91)	10.628.000,08	-
RS CAICARA	43	340	0	517.868,19	11.210.845,21	4,52
RS CAMARGO	43	355	8	(2.640.975,64)	10.417.095,76	-
RS CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	8.492.43	11.342.142,04	0,07
RS CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.571.297,92)	12.087.910,93	-
RS CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(4.254.838,59)	13.878.224,77	-
RS CAMPO NOVO	43	400	2	(1.233.375,28)	11.487.837,56	-
RS CANDELARIA	43	420	0	(2.802.331,08)	38.988.410,45	-
RS CANDIDO GODOI	43	430	9	79.390,35	13.303.956,69	0,60
RS CANDIOTA	43	435	8	3.838.624,27	39.034.191,23	10,09
RS CANELA	43	440	8	(12.731.356,18)	79.533.895,68	-
RS CAPAO DA CANOA	43	463	0	(4.174.490,34)	90.609.001,10	-
RS CAPAO DO CIPO	43	465	5	-	12.171.994,79	-
RS CAPITAO	43	469	7	(673.719,92)	11.564.135,91	-
RS CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(5.869.032,72)	13.371.097,44	-
RS CARLOS BARBOSA	43	480	4	(11.542.469,15)	61.346.612,39	-
RS CASCA	43	490	3	(5.020.364,69)	16.953.858,14	-
RS CASEIROS	43	495	2	(3.435.456,64)	9.724.590,20	-
RS CATUIPE	43	500	9	(640.062,72)	16.068.245,35	-
RS CENTENARIO	43	511	6	(759.767,57)	9.283.397,24	-
RS CERRO GRANDE	43	515	7	(918.412,00)	8.373.120,30	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(534.025,34)	16.526.943,89	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	421.986,03	22.899.942,59	1,64
RS	CHAPADA	43	530	6	423.690,50	18.793.036,00	2,25
RS	CHARQUEADAS	43	535	5	9.659.584,86	73.914.716,50	13,07
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.237.236,34)	8.672.361,15	-
RS	CHUVISCA	43	544	7	(2.310.330,65)	11.055.953,14	-
RS	CIDREIRA	43	545	4	8.595.217,81	35.479.106,27	24,23
RS	CIRIACO	43	550	4	(728.205,24)	11.164.753,94	-
RS	COLINAS	43	558	7	(1.765.852,00)	9.399.259,75	-
RS	COLORADO	43	560	3	(6.823.642,06)	11.731.461,87	-
RS	CONDOR	43	570	2	(220.822,14)	15.343.348,84	-
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	(708.956,33)	7.798.824,08	-
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	6	(2.409.981,46)	10.026.501,53	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(2.425.641,63)	10.268.713,40	-
RS	CORONEL BICACO	43	590	6	1.164.950,69	13.848.573,55	8,41
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(1.434.574,13)	8.431.105,31	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(2.286.618,00)	11.137.304,00	-
RS	CRISIUMAL	43	600	7	(2.450.064,08)	23.545.717,37	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.226.008,04)	12.889.023,90	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	(1.089.415,10)	19.047.695,38	-
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(1.798.508,94)	10.956.379,31	-
RS	DOIS IRMÃOS	43	640	3	(7.916.921,07)	52.922.053,92	-
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(4.556.279,31)	25.953.939,37	-
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(7.330.290,45)	51.650.745,63	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	655	1	(1.585.609,38)	8.179.387,69	-
RS	DONA FRANCISCA	43	670	0	(214.701,13)	10.183.687,83	-
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	43	673	4	(1.172.209,00)	13.878.539,00	-
RS	DOUTOR RICARDO	43	675	9	(1.184.436,29)	7.880.823,71	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(5.170.525,81)	65.431.088,01	-
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	43	690	8	(1.543.443,42)	41.726.410,39	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(3.648.586,37)	6.193.822,66	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	(571.635,74)	17.857.127,28	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	(200.252,25)	12.575.373,32	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	(1.073.787,28)	11.114.653,70	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	-	12.340.053,00	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	(3.464.415,86)	75.574.486,98	-
RS	ESTRELA	43	780	7	(5.796.702,78)	57.548.557,33	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	363.409,10	10.713.157,54	3,39
RS	FAGUNDES VARELA	43	796	4	(795.745,56)	10.104.915,42	-
RS	FAXINALZINHO	43	805	2	(108.384,59)	8.971.933,57	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(2.364.811,00)	12.434.710,00	-
RS	FELIZ	43	810	2	(7.416.702,87)	26.417.942,22	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(11.875.451,13)	55.239.213,61	-
RS	FONTOURA XAVIER	43	830	0	(2.639.100,58)	19.291.025,06	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(2.830.928,17)	11.916.403,80	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(2.170.275,39)	8.229.627,86	-
RS	FORTALEZA DOS VALOS	43	845	8	(881.664,69)	18.570.500,99	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	(13.901.852,90)	67.247.472,71	-
RS	GARRUCHOS	43	865	6	(2.539.920,20)	15.352.255,62	-
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.974.290,28)	12.422.972,08	-
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	7.749.159,29	25.415.965,42	30,49
RS	GIRUA	43	900	1	133.974,89	37.789.436,33	0,35
RS	GLORINHA	43	905	0	(3.845.918,52)	20.501.935,89	-
RS	GRAMADO	43	910	0	(16.921.138,21)	94.271.953,72	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	857.182,03	8.314.590,44	7,90
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(1.137.999,26)	9.613.886,14	-
RS	GUABIJU	43	925	8	(1.688.099,09)	7.404.152,14	-
RS	GUARANI DAS MISSOES	43	950	6	1.564.517,25	13.601.177,75	11,50
RS	HARMONIA	43	955	5	(409.417,31)	13.471.401,08	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(1.637.135,20)	8.648.365,32	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(7.466.734,40)	40.041.842,53	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.408.651,52)	12.928.667,63	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(3.529.057,71)	14.113.576,17	-
RS	IBARAMA	43	975	3	(1.400.611,39)	10.723.049,49	-
RS	IBIACA	43	980	3	(105.542,43)	12.520.324,49	-
RS	IBIRAJARAS	43	990	2	(294.725,81)	14.410.263,24	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(225.398,52)	11.580.135,61	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	405.902,76	34.289.521,31	1,18
RS	ILÓPOLIS	43	1030	6	(1.528.380,01)	10.445.859,66	-
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.194.264,00)	12.584.856,43	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(230.742,85)	13.801.387,99	-
RS	INHACORA	43	1041	3	442.476,63	8.453.822,25	5,23
RS	IPÊ	43	1043	9	868.332,45	14.273.329,18	6,07
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.263.837,88)	9.480.257,73	-
RS	IRAI	43	1050	4	353.720,79	11.822.132,85	2,98
RS	ITAARA	43	1053	8	-	10.765.421,70	-
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(493.219,92)	7.786.791,02	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	77.506,67	10.438.088,03	0,74
RS	IVORA	43	1075	1	(2.179.358,74)	9.184.620,61	-
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.105.635,29)	35.473.589,52	-
RS	JACUZINHO	43	1087	6	-	8.521.971,76	-
RS	JAGUARI	43	1110	6	(782.512,17)	17.720.702,28	-
RS	JARI	43	1113	0	(2.817.709,10)	10.371.005,92	-
RS	JOIA	43	1115	5	(1.375.628,88)	20.801.442,94	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(879.583,13)	9.035.840,61	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(7.483.767,02)	42.678.098,66	-
RS	LAGOAO	43	1125	4	(1.056.864,49)	11.180.089,61	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(94.568,94)	7.731.372,67	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(498.817,14)	16.792.787,04	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1169	1	(1.998.859,86)	12.356.264,89	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(599.119,31)	11.085.120,12	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	507.526,64	14.798.451,82	3,43
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(5.033.982,09)	14.085.567,77	-
RS	MAMPIUTUBA	43	1173	4	(1.375.173,69)	9.662.971,29	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(2.869,98)	14.486.053,99	-
RS	MAQUINE	43	1177	5	-	13.416.058,20	-
RS	MARATA	43	1179	1	(4.739.074,85)	9.499.252,18	-
RS	MARAU	43	1180	9	(5.407.010,63)	71.520.318,89	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.599.240,59)	11.248.759,00	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.359.969,92)	9.368.180,45	-
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(3.394.941,65)	11.740.225,53	-
RS	MATA	43	1210	4	824.679,26	11.527.962,70	5,42
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	235.114,99	9.926.227,71	2,37
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(864.065,72)	11.513.566,21	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(182.200,72)	7.833.162,88	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.204.794,89	943.547,40	233,67
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(669.602,95)	9.735.928,57	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(554.833,80)	10.303.302,09	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(787.249,37)	7.858.293,30	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.932.383,95)	11.218.910,58	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	527.514,05	13.056.302,89	4,81
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(928.442,17)	26.400.971,27	-
RS	MUCUM	43	1260	9	172.431,53	11.974.556,28	1,44
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(767.333,45)	13.695.875,40	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	5	(1.848.105,50)	32.935.249,35	-
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.155.018,19)	7.858.187,65	-
RS	NONOAI	43	1270	8	3.067.714,75	20.284.274,76	15,12
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	233.200,58	11.388.085,17	2,05
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.739.487,45)	12.984.671,41	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(10.098.340,78)	22.830.867,51	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	269.750,46	9.260.986,21	2,91
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	558.039,94	11.518.390,49	4,84
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(2.037.644,24)	10.900.700,94	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	484.859,68	10.158.787,70	4,77
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.467.843,32)	15.483.869,41	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(14.518.495,52)	38.657.606,83	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(8.094.207,58)	52.408.120,33	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	-	9.529.099,09	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	-	13.141.758,45	-
RS	NOVO CABRALIS	43	1339	1	-	10.427.647,25	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(762.978,95)	10.525.944,86	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.115.874,94)	8.479.417,04	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL) <

RS OSORIO	43	1350	8	(28.493.486,21)	160.502.814,50	-
RS PAIM FILHO	43	1360	7	(451.369,49)	10.403.354,73	-
RS PALMEIRA DAS MISSOES	43	1370	6	(19.321.661,64)	57.599.268,78	-
RS PALMITINHO	43	1380	5	(1.157.527,73)	12.849.564,15	-
RS PANAMBI	43	1390	4	(10.387.176,94)	85.127.914,46	-
RS PANTANO GRANDE	43	1395	3	2.301.172,59	17.202.303,96	13,38
RS PARAISO DO SUL	43	1402	7	(173.007,66)	13.008.199,71	-
RS PARECI NOVO	43	1403	5	15.222,37	13.181.299,19	0,12
RS PASSA SETE	43	1406	8	(1.785.342,56)	11.564.032,13	-
RS PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	(495.125,27)	12.498.149,37	-
RS PAVERAMA	43	1415	9	155.262,00	12.058.656,00	1,29
RS PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(3.080.120,05)	10.833.702,37	-
RS PEJUCARA	43	1430	6	1.128.516,90	13.235.236,46	8,53
RS PICADA CAFE	43	1442	3	(3.089.512,64)	16.608.283,10	-
RS PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(530.805,59)	15.842.829,83	-
RS PINHAL GRANDE	43	1447	2	(2.178.046,72)	17.853.038,25	-
RS PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(1.363.276,11)	10.819.371,10	-
RS PIRAPO	43	1455	5	(869.236,44)	8.432.761,36	-
RS PIRATINI	43	1460	5	(585.039,78)	32.885.285,34	-
RS PLANALTO	43	1470	4	(1.154.035,38)	15.710.132,24	-
RS POCO DAS ANTAS	43	1475	3	(2.583.459,11)	9.225.844,85	-
RS PONTAO	43	1477	9	(7.354.687,68)	12.389.163,89	-
RS PONTE PRETA	43	1478	7	(11.944.513,00)	8.721.402,00	-
RS PORTO MAUA	43	1505	7	(5.762.451,06)	8.043.597,51	-
RS PORTO VERA CRUZ	43	1507	3	(951.051,92)	7.914.237,23	-
RS PORTO XAVIER	43	1510	7	(790.895,58)	17.547.668,32	-
RS PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(1.605.339,42)	8.518.982,74	-
RS PROGRESSO	43	1515	6	(1.299.252,85)	11.844.773,47	-
RS PROTASIO ALVES	43	1517	2	(718.609,28)	8.147.757,96	-
RS PUTINGA	43	1520	6	9.290,33	12.976.504,58	0,07
RS QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(747.142,62)	7.796.729,47	-
RS QUEVEDOS	43	1532	1	(335.816,80)	12.244.084,71	-
RS QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(259.612,08)	12.213.953,76	-
RS REDENTORA	43	1540	4	1.805.701,78	15.689.431,51	11,51
RS RELVADO	43	1545	3	(889.306,56)	8.223.161,36	-
RS RESTINGA SECA	43	1550	3	(13.154.005,55)	26.508.938,42	-
RS RIO DOS INDIOS	43	1555	2	3.428.314,82	10.418.177,01	32,91
RS RIO PARDO	43	1570	1	12.520.522,38	50.654.881,00	24,72
RS ROCA SALES	43	1580	9	(3.625.545,17)	18.725.882,18	-
RS RODEIO BONITO	43	1590	9	(728.816,43)	11.673.554,43	-
RS ROLADOR	43	1595	8	(3.064.066,18)	8.740.526,54	-
RS RONDA ALTA	43	1610	5	(34.872,13)	20.743.048,98	-
RS RONDINHA	43	1620	4	(696.224,65)	10.872.064,56	-
RS ROQUE GONZALES	43	1630	3	(1.523.299,65)	14.653.124,71	-
RS ROSARIO DO SUL	43	1640	2	19.563.934,09	49.906.162,63	39,20
RS SALTO DO JACUI	43	1645	1	4.661.453,93	28.336.953,50	18,45
RS SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(888.799,04)	10.239.678,12	-
RS SALVADOR DO SUL	43	1650	1	(5.652.127,42)	16.012.080,00	-
RS SANANDUVA	43	1660	0	(1.863.401,31)	27.418.214,87	-
RS SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	3.365.178,57	20.777.671,24	16,20
RS SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(1.383.599,22)	8.879.320,38	-
RS SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(2.172.059,52)	12.842.754,87	-
RS SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	1.085.593,01	13.236.565,97	8,20
RS SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.504.645,28)	7.471.297,51	-
RS SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	9.781.458,58	53.886.041,51	18,15
RS SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	232.542,09	16.674.461,24	1,39
RS SANTIAGO	43	1740	0	3.843.242,10	85.253.113,26	5,89
RS SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1760	8	(6.964.595,83)	63.502.560,27	-
RS SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(326.953,13)	9.153.615,39	-
RS SANTO CRISTO	43	1790	5	(1.202.092,96)	25.507.442,17	-
RS SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	36.840,42	6.780.465,38	0,42
RS SAC DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(1.208.888,33)	9.134.685,67	-
RS SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	2.706.293,33	32.860.837,12	8,24
RS SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(6.200.633,16)	35.378.665,38	-
RS SAO JORGE	43	1844	0	(1.331.403,55)	8.419.154,53	-
RS SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(3.691.274,48)	12.809.545,64	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(11.101.340,87)	8.560.822,65	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(1.062.947,54)	34.227.853,24	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(881.798,21)	12.808.817,28	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(14.384.210,37)	10.113.032,11	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(2.315.706,56)	65.657.180,82	-
RS	SAO LUIZ GONZAGA	43	1890	3	459.621,34	45.837.265,17	5,05
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	-	11.855.718,98	3,88
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	-	8.707.968,55	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(3.854.524,58)	20.058.758,40	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(1.151.384,11)	11.542.616,31	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	433.535,38	9.040.844,80	4,80
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(5.550.970,11)	27.874.060,29	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	(1.811.300,40)	41.469.259,31	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(23.140.170,00)	39.873.351,00	-
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(1.904.666,10)	9.714.094,47	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.948.537,96)	8.383.207,09	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.422.677,08	8.309.743,70	29,15
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(950.920,98)	9.938.015,92	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(4.032.421,03)	16.401.124,48	-
RS	SARANDI	43	2010	7	(5.025.636,79)	33.324.592,16	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(1.919.415,78)	20.236.832,59	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.224.412,92)	9.655.925,05	-
RS	SEGREDO	43	2026	3	(2.140.791,74)	14.141.898,52	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(826.021,82)	12.979.389,18	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.587.961,32)	8.717.357,69	-
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	1.860.943,03	31.648.785,78	5,88
RS	SERIO	43	2045	3	(1.829.881,50)	9.081.501,41	-
RS	SERTAO	43	2050	3	(1.540.161,87)	13.765.800,84	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	-	8.024.029,55	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(863.294,40)	11.066.357,01	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	(561.133,42)	8.623.447,29	-
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.817.183,55)	16.874.580,55	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	287.812,34	24.637.493,56	1,17
RS	TABAI	43	2085	9	(734.742,95)	10.217.883,18	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.310.071,95)	35.060.337,90	-
RS	TAPERA	43	2100	6	2.287.751,84	20.296.135,57	11,27
RS	TAPES	43	2110	5	(319.677,07)	25.245.932,99	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.480.342,02)	8.935.999,84	-
RS	TAVARES	43	2135	2	962.532,79	10.737.489,95	8,96
RS	TEUTONIA	43	2145	1	1.219.509,35	48.975.032,30	2,49
RS	TIO HUGO	43	2146	9	(504.944,51)	9.383.675,97	-
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(2.531.285,70)	11.098.543,11	-
RS	TOROPI	43	2149	3	(2.420.299,04)	9.044.487,48	-
RS	TRAMANDAI	43	2160	0	(8.456.590,11)	112.725.861,67	-
RS	TRAVESSEIRO	43	2162	6	(902.925,38)	8.701.950,90	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(790.069,97)	10.431.561,99	-
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.836.543,11)	15.667.340,06	-
RS	TRES COROAS	43	2170	9	-	46.970.541,23	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(2.757.515,61)	31.598.435,97	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(1.914.259,33)	13.551.588,43	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(1.219.005,13)	36.876.331,75	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(302.641,57)	11.986.452,19	-
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(1.120.362,78)	11.383.535,64	-
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	(1.095.435,08)	8.145.151,26	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	869.415,02	18.032.508,46	4,82
RS	TUPARENDI	43	2230	1	(381.578,87)	14.331.698,76	-
RS	TURUCU	43	2232	7	(2.244.802,71)	9.701.529,03	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.610.879,07)	8.377.178,48	-
RS	UNISTALDA	43	2237	6	(6.555,04)	8.775.474,20	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	877.000,74	11.279.225,21	7,78
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(1.529.515,59)	10.242.251,43	-
RS	VANINI	43	2255	8	(1.654.419,64)	8.333.072,32	-
RS	VERA CRUZ	43	2270	7	(4.850.238,66)	42.456.742,14	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(8.934.028,46)	51.023.471,35	-
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(2.773.317,44)	8.643.655,94	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(634.175,06)	11.998.875,78	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.158.901,46)	10.342.239,01	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	592.506,24	11.308.121,39	5,24
RS	VILA LANGARÓ	43	2335	8	756.378,99	9.764.571,65	8,05
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(1.443.885,55)	14.181.792,31	-
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(55.922,83)	9.793.761,23	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(1.261.908,45)	5.788.228,77	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	40.158,86	10.533.465,78	0,38
RS	VISTA GAUCHA	43	2370	5	-	9.880.415,93	-
RS	XANGRI-LA	43	2380	4	2.911.506,89	53.855.552,92	5,41
SC	ABDON BATISTA	42	5	1	(3.204.569,17)	13.611.159,49	-
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	7.215.317,07	36.023.893,88	20,03
SC	AGROLANDIA	42	20	0	(1.603.806,83)	15.807.935,86	-
SC	AGRONOMICA	42	30	9	(1.108.961,84)	10.845.448,41	-
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(4.511.765,51)	21.118.521,19	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	42	50	7	(831.492,03)	12.610.172,36	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(557.897,49)	9.306.358,44	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(2.377.106,06)	11.341.147,94	-
SC	ANITA GARIBALDI	42	100	0	(3.817.711,80)	19.316.834,02	-
SC	ANTONIO CARLOS	42	120	8	(2.397.852,30)	20.260.286,08	-
SC	ARABUTA	42	127	3	(818.898,53)	12.006.000,30	-
SC	ARVOREDO	42	165	3	35.151,00	8.595.184,00	0,41
SC	ASCURRA	42	170	3	(624.203,85)	12.549.655,90	-
SC	AURORA	42	190	1	(1.124.406,86)	11.768.359,83	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	42	195	0	(2.920.382,92)	17.785.545,73	-
SC	BALNEARIO GAIVOTA	42	207	3	(2.772.982,97)	17.177.389,55	-
SC	BARRA BONITA	42	209	9	(643.758,74)	7.525.825,94	-
SC	BARRA VELHA	42	210	7	(484.040,26)	44.428.559,96	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(542.612,81)	14.147.585,43	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(459.922,55)	8.628.336,22	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	5	(3.471.162,75)	16.866.458,48	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	(776.084,81)	10.082.767,90	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	42	250	3	(11.025.352,88)	11.121.912,10	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	537.037,98	7.913.843,13	6,79
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(1.909.949,09)	14.042.089,64	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(2.774.879,23)	12.045.945,70	-
SC	CAIBI	42	310	5	598.762,80	13.087.058,64	4,58
SC	CALMON	42	315	4	2.155.499,60	10.384.031,28	20,76
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(5.348.381,45)	22.961.931,01	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	42	340	2	(1.801.633,04)	14.685.632,01	-
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(39.797,22)	17.506.511,75	-
SC	CAMPOS NOVOS	42	360	0	(14.048.459,25)	77.948.389,25	-
SC	CAPINZAL	42	390	7	(10.756.206,76)	48.447.936,82	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	958.746,81	49.339.046,68	1,94
SC	CATANDUVAS	42	400	4	(1.673.360,30)	19.974.585,54	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	630.311,94	12.642.615,81	4,99
SC	CELSO RAMOS	42	415	2	591.781,12	10.496.500,58	6,59
SC	CERRO NEGRO	42	417	8	42.769,12	9.619.149,23	0,44
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	42	419	4	(767.388,55)	9.338.232,04	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	(981.089,48)	32.347.666,86	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	42	435	0	(1.559.589,83)	13.184.548,82	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.763.821,95)	20.021.130,14	-
SC	CORREIA PINTO	42	455	8	(3.287.549,53)	31.029.998,45	-
SC	CORUPA	42	450	9	(784.245,20)	27.138.681,43	-
SC	CUNHA PORA	42	470	7	-	8.689.388,99	-
SC	CUNHATAI	42	475	6	(248.491,00)	8.103.574,30	-
SC	CURITIBANOS	42	480	6	(11.162.750,48)	55.782.980,22	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	42	500	1	(7.607.600,95)	23.957.823,10	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(1.122.783,24)	9.511.768,59	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(1.576.959,29)	9.016.734,28	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(2.190.852,80)	11.050.070,34	-
SC	FORMOSA DO SUL	42	543	1	(1.134.835,53)	9.001.787,12	-
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(9.637.919,32)	65.063.479,44	-
SC	FREI ROGERIO	42	555	5	(1.507.008,29)	8.453.772,44	-
SC	GAROPABA	42	570	4	(185.467,86)	35.116.420,39	-
SC	GARUVA	42	580	3	(8.292.236,13)	31.291.531,46	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	42	600	9	(2.763.055,34)	27.016.830,70	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	GRAVATAL	42	620	7	(1.885.825,11)	17.904.937,70	-
SC	GUABIRUBA	42	630	6	(3.670.835,73)	32.264.765,81	-
SC	GUARACIABA	42	640	5	(1.745.856,11)	15.877.166,24	-
SC	GUARAMIRIM	42	650	4	(5.066.841,62)	77.587.579,35	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(552.351,05)	10.413.155,24	-
SC	GUATAMBU	42	665	2	181.028,58	13.141.465,32	1,38
SC	IBICARE	42	680	1	(1.963.310,56)	9.495.102,12	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(3.302.510,24)	31.245.164,81	-
SC	IMARUI	42	720	5	1.103.144,26	18.048.069,51	6,11
SC	IMBITUBA	42	730	4	(13.352.694,48)	63.806.963,00	-
SC	IMBUIA	42	740	3	(3.802.690,51)	11.876.155,80	-
SC	IMORE	42	757	7	(1.665.387,26)	12.111.754,49	-
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(4.043.356,35)	16.272.282,55	-
SC	IPUACU	42	768	4	4.533,69	14.908.406,93	0,03
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(780.343,38)	18.023.949,49	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(212.045,44)	9.787.211,89	-
SC	IRANI	42	780	9	416.068,26	17.777.132,29	2,34
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(2.432.746,23)	18.611.121,16	-
SC	ITA	42	800	5	1.354.147,53	30.591.333,92	4,43
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(2.358.158,29)	32.850.639,87	-
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(2.900.629,64)	34.190.567,78	-
SC	JABORA	42	860	9	(595.775,72)	12.201.517,33	-
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(3.151.111,24)	17.432.564,93	-
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	570.082,00	7.744.330,51	8,65
SC	JOSE BOITEUX	42	915	1	368.145,44	10.990.098,58	3,35
SC	JUPIA	42	917	7	(1.489.120,49)	8.113.382,57	-
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(669.199,25)	8.234.684,01	-
SC	LAURENTINO	42	950	8	(1.331.346,30)	12.102.865,98	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(818.230,12)	10.408.156,50	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(2.625.874,02)	12.595.014,88	-
SC	LONTRAS	42	990	4	(2.764.574,13)	19.164.056,93	-
SC	MACIEIRA	42	1005	0	(379.467,98)	8.831.494,93	-
SC	MARACAJA	42	1040	7	544.005,56	12.666.842,48	4,29
SC	MAREMA	42	1055	5	(802.122,68)	9.199.430,35	-
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(5.299.319,25)	28.077.937,09	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	80.107,00	8.345.703,27	1,08
SC	MELEIRO	42	1080	3	743.903,02	15.254.486,15	4,88
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(445.642,80)	9.020.436,93	-
SC	MONDAI	42	1100	9	67.374,95	19.553.719,44	0,34
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	(1.629.358,51)	13.849.231,13	-
SC	MORRO DA FUMACA	42	1120	7	(1.148.196,41)	30.800.568,75	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	(751.565,58)	10.330.565,14	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	(475.026,86)	11.773.978,51	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(283.960,12)	11.658.485,52	-
SC	NOVA TRENTO	42	1150	4	(781.077,40)	23.682.514,79	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	(3.615.802,94)	25.722.814,74	-
SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	(533.894,27)	9.988.789,27	-
SC	ORLEANS	42	1170	2	(2.769.697,51)	39.296.544,12	-
SC	OTACILIO COSTA	42	1175	1	128.307,40	33.934.694,12	0,38
SC	OURO	42	1180	1	(2.948.675,50)	13.958.430,31	-
SC	OURO VERDE	42	1185	0	(1.463.939,53)	9.331.409,59	-
SC	PAIAL	42	1187	6	-	7.745.219,17	-
SC	PALMITOS	42	1210	6	(2.825.833,50)	27.075.701,20	-
SC	PAPANDUVA	42	1220	5	(8.715.222,41)	29.821.537,63	-
SC	PASSOS MAIA	42	1227	0	(3.459.573,42)	13.773.431,71	-
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	992.420,06	13.351.010,25	7,43
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(1.410.874,36)	9.269.155,19	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(108.940,61)	9.016.647,87	-
SC	PICARRAS	42	1280	9	(19.893.564,81)	42.024.262,27	-
SC	PINHALZINHO	42	1290	8	(3.165.246,13)	32.641.471,60	-
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	339.139,70	10.751.542,35	3,15
SC	PIRATUBA	42	1310	4	(5.898.938,83)	26.474.006,79	-
SC	PLANALTO ALEGRE	42	1315	3	(75.447,87)	8.564.088,21	-
SC	POMERODE	42	1320	3	(3.680.957,16)	70.987.549,59	-
SC	PONTE ALTA	42	1330	2	(685.428,45)	11.061.138,96	-
SC	PONTE ALTA DO NORTE	42	1335	1	(373.751,50)	9.979.557,75	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	PONTE SERRADA	42	1340	1	(3.821.966,57)	18.847.411,72	-
SC	PORTO BELO	42	1350	0	(6.754.837,61)	42.215.364,38	-
SC	PORTO UNIAO	42	1360	9	(8.462.794,98)	48.786.958,45	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(2.300.981,59)	26.491.354,41	-
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	568.855,40	11.761.426,47	4,84
SC	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	42	1390	5	(679.696,56)	8.427.602,10	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	(3.202.278,29)	27.642.257,93	-
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(491.360,31)	8.279.461,95	-
SC	PRINCESA	42	1415	1	-	8.612.483,14	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(572.610,45)	19.983.329,29	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(1.123.180,95)	15.909.565,94	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	(283.802,79)	11.217.995,87	-
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.812.425,36)	13.105.155,84	-
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(5.533.191,54)	18.442.347,74	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(847.327,54)	10.754.337,50	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	49.023,98	7.555.100,49	0,65
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(1.083.849,18)	10.346.720,71	-
SC	RODEIO	42	1510	9	(1.898.946,85)	17.481.291,75	-
SC	SALTO VELOSO	42	1540	6	(1.600.517,13)	15.817.093,50	-
SC	SANGAO	42	1545	5	(2.032.463,54)	16.496.193,16	-
SC	SANTA CECILIA	42	1550	5	115.810,42	26.732.987,47	0,43
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(1.388.356,98)	8.640.331,28	-
SC	SANTA ROSA DO SUL	42	1565	3	(655.493,25)	12.502.907,40	-
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	(409.142,87)	8.478.410,02	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	(1.717.995,34)	7.581.678,16	-
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	42	1570	3	971.399,61	31.277.451,54	3,11
SC	SAO BERNARDINO	42	1575	2	(661.974,88)	8.358.903,56	-
SC	SAO CARLOS	42	1600	8	(1.164.798,43)	17.975.782,27	-
SC	SAO JOAO BATISTA	42	1630	5	(1.850.502,96)	44.559.156,49	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	42	1635	4	(571.058,44)	11.060.800,18	-
SC	SAO JOAO DO SUL	42	1640	4	(1.063.795,72)	12.748.249,78	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	42	1670	1	(1.894.682,36)	23.197.151,96	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	42	1680	0	(1.012.539,54)	14.563.499,01	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	42	1690	9	(6.839.784,25)	39.622.608,61	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	(1.319.495,46)	56.533.806,92	-
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	42	1725	3	(1.828.645,32)	10.285.953,65	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	646.532,87	15.892.418,97	4,07
SC	SCHROEDER	42	1740	2	(5.428.895,41)	28.422.314,05	-
SC	SEARA	42	1750	1	654.875,00	33.515.251,05	1,95
SC	SERRA ALTA	42	1755	0	(599.380,69)	8.504.156,95	-
SC	TANGARA	42	1790	7	1.702.326,49	21.875.233,71	7,78
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(547.961,64)	7.778.910,67	-
SC	TIJUCAS	42	1800	4	(2.496.423,59)	62.874.488,89	-
SC	TIMBE DO SUL	42	1810	3	(1.847.354,97)	10.739.723,51	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(19.249.860,68)	88.926.553,75	-
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	(781.069,45)	40.349.312,21	-
SC	TREVISO	42	1835	0	(136.155,74)	15.225.834,40	-
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(1.559.715,00)	12.403.130,32	-
SC	TROMBUDO CENTRAL	42	1860	8	(1.172.514,99)	15.222.078,31	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	107.960,97	9.100.059,02	1,19
SC	URUPEMA	42	1895	4	(617.653,37)	7.959.496,76	-
SC	URUSSANGA	42	1900	2	(1.206.607,29)	37.874.938,23	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	(679.504,07)	15.028.216,39	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(6.977.579,52)	103.665.066,24	-
SC	VITOR MEIRELES	42	1935	8	(295.055,80)	10.589.167,28	-
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(2.253.733,85)	9.700.579,53	-
SC	XAVANTINA	42	1960	6	(889.692,14)	12.218.637,95	-
SC	ZORTEA	42	1985	3	(1.111.228,70)	10.822.179,43	-
SE	AQUIDABA	28	20	9	(2.366.457,31)	14.387.736,12	-
SE	ARAUJA	28	40	7	-	19.116.966,49	-
SE	BREJO GRANDE	28	70	4	(1.682.548,79)	13.600.213,45	-
SE	CAMPDO BRITO	28	100	9	974.192,17	22.372.125,82	4,35
SE	CANINDE DE SAO FRANCISCO	28	120	7	(1.344.489,48)	107.267.931,03	-
SE	CEDRO DE SAO JOAO	28	160	3	1.094.718,07	9.613.794,45	11,39
SE	CUMBE	28	190	0	(298.158,12)	5.873.637,10	-
SE	GRACHO CARDOSO	28	260	1	-	10.809.535,78	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(8.550.251,30)	26.489.212,34	-
SE	MACAMBIRÁ	28	370	8	(1.307.438,68)	5.595.033,56	-
SE	MALHADA DOS BOIS	28	380	7	(198.862,82)	10.479.784,50	-
SE	MALHADOR	28	390	6	(4.193.186,06)	7.930.967,63	-
SE	MARUIM	28	400	3	(1.038.070,22)	25.772.195,11	-
SE	MOITA BONITA	28	410	2	(3.520.622,50)	15.415.841,83	-
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	28	445	8	922.247,89	6.497.736,70	14.19
SE	PACATUBA	28	490	4	10.008.279,23	25.107.567,72	39.86
SE	PORTO DA FOLHA	28	560	4	(284.893,62)	35.323.195,12	-
SE	SALGADO	28	520	6	(5.317.411,00)	24.112.345,63	-
SE	SÃO FRANCISCO	28	690	9	486.572,49	9.350.789,29	4.99
SP	ADOLFO	35	20	4	60.048,07	13.259.931,14	0,45
SP	AGUAS DE SÃO PEDRO	35	80	0	4.347.505,89	15.783.526,04	27,54
SP	AGUDOS	35	70	9	9.499.415,45	82.485.339,82	11,52
SP	ALTAIR	35	90	7	-	12.923.231,81	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(676.450,15)	12.365.534,36	-
SP	AMERICO BRASILENSE	35	170	7	(6.438.596,14)	58.552.408,48	-
SP	APARECIDA DOESTE	35	260	6	28.692,03	11.308.096,81	0,25
SP	ARCO-IRIS	35	335	6	(2.196.222,47)	8.714.211,03	-
SP	ARIRANHA	35	370	3	(5.621.630,03)	35.440.567,84	-
SP	ARTUR NOGUEIRA	35	380	2	9.221.580,06	81.617.458,80	11,30
SP	ASPASIA	35	395	0	119.760,88	8.801.811,49	1,36
SP	BADY BASSITT	35	460	2	2.637.413,05	29.731.460,33	8,87
SP	BALSAMO	35	480	0	845.973,55	15.220.656,13	5,54
SP	BARRA BONITA	35	530	2	(7.942.801,13)	72.107.244,45	-
SP	BARRINHA	35	580	9	-	51.462.033,99	-
SP	BILAC	35	640	9	(2.402.648,20)	16.807.318,90	-
SP	BOCAINA	35	680	5	(2.373.788,93)	25.672.601,92	-
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(2.380.820,21)	41.435.993,81	-
SP	BORA	35	720	9	(1.601.558,00)	9.276.150,00	-
SP	CARDOSO	35	1070	8	-	26.088.218,28	-
SP	CEDRAL	35	1130	0	-	19.405.191,48	-
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	(1.108.871,03)	16.447.893,70	-
SP	COLINA	35	1200	1	8.553.336,55	46.456.210,39	18,41
SP	CRISTAIIS PAULISTA	35	1320	7	641.000,00	17.691.682,57	3,62
SP	CUNHA	35	1360	3	(3.960.736,12)	32.837.964,02	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(1.681.315,84)	8.405.479,09	-
SP	DIRACENA	35	1440	3	(2.415.162,72)	74.893.717,29	-
SP	DUMONT	35	1460	1	105.021,99	17.697.342,10	0,59
SP	ELDORADO	35	1480	9	(1.033.001,18)	30.549.959,05	-
SP	ELISARIO	35	1492	4	(517.619,30)	10.323.124,66	-
SP	FLOREAL	35	1590	5	(12.007.181,19)	14.094.290,83	-
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(3.103.551,01)	23.099.761,33	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	(691.643,10)	8.913.683,36	-
SP	GUARA	35	1770	3	1.356.426,54	41.983.277,45	3,23
SP	GUARANTA	35	1810	7	(1.224.391,48)	14.761.467,66	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	(107.848,37)	20.458.317,17	-
SP	IACANGA	35	1910	5	(1.449.720,54)	27.405.116,79	-
SP	IACRI	35	1920	4	(1.845.137,70)	13.957.190,66	-
SP	IBATE	35	1930	3	17.885.955,53	56.921.370,59	31,42
SP	IBIRA	35	1940	2	7.649.971,00	22.783.624,00	33,58
SP	IGARATA	35	2020	2	(1.962.267,84)	22.297.151,56	-
SP	INDIAPORA	35	2070	7	24.133,76	13.673.132,08	0,18
SP	IRAPUA	35	2150	7	(1.359.525,44)	14.189.821,70	-
SP	ITAJU	35	2200	0	-	11.308.505,09	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	180.207,60	15.280.346,31	1,11
SP	ITIRAPUA	35	2370	1	-	11.934.653,36	-
SP	JABORANDI	35	2420	4	1.274.932,55	17.908.952,06	7,12
SP	JAMBEIRO	35	2490	7	(2.078.899,70)	20.193.149,39	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.627.345,26)	13.745.236,51	-
SP	JOSE BONIFACIO	35	2570	6	(8.903.417,20)	60.778.619,56	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(2.616.337,80)	12.161.816,10	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	1.023.918,50	38.154.778,27	2,68
SP	LAGOINHA	35	2630	8	(1.312.923,16)	11.811.076,74	-
SP	LARANJAL PAULISTA	35	2640	7	(3.304.699,93)	53.686.733,04	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	(1.302.918,67)	18.550.784,77	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCURCL)

SP	LUCELIA	35	2740	5	(3.188.966,85)	36.337.808,06	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(6.145.439,21)	46.340.027,43	-
SP	Macedonia	35	2820	5	(724.397,63)	11.653.111,21	-
SP	MARAPOAMA	35	2885	8	(426.852,22)	10.355.094,37	-
SP	MESOPOLIS	35	2965	8	1.191.372,84	10.119.152,08	11,77
SP	MIRACATU	35	2990	6	(5.549.047,11)	43.321.218,85	-
SP	MONTE ALTO	35	3130	8	(8.932.990,98)	87.424.759,52	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(2.826.186,24)	12.376.531,84	-
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(1.712.297,46)	11.955.620,35	-
SP	MORUNGABA	35	3200	9	(2.376.930,67)	25.825.626,32	-
SP	MURUTINGA DO SUL	35	3210	8	282.953,84	11.532.517,60	2,45
SP	NATIVIDADE DA SERRA	35	3230	6	274.303,16	17.675.476,55	1,55
SP	NIPOA	35	3270	2	458.197,00	11.290.578,18	4,06
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(1.217.731,83)	13.695.649,88	-
SP	NOVA CAMPINA	35	3282	7	(2.673.213,09)	20.644.433,32	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	(526.028,28)	11.361.657,83	-
SP	OCAUCU	35	3370	0	(1.824.872,49)	11.458.871,34	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	4.794.875,81	16.870.520,61	28,42
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	340.151,49	15.422.757,78	2,21
SP	PARAPUA	35	3600	0	(2.356.140,50)	21.548.987,18	-
SP	PARIQUERA-ACU	35	3620	8	(1.182.656,88)	31.428.481,22	-
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(6.034.193,64)	17.287.602,35	-
SP	PIRANGI	35	3900	4	(2.944.196,64)	20.111.508,31	-
SP	PONTALINDA	35	4025	9	-	10.987.758,33	-
SP	PORANGABA	35	4050	7	-	15.951.269,20	-
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	(2.413.589,20)	36.305.333,18	-
SP	QUATA	35	4170	3	(4.302.568,23)	29.402.311,50	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	(15.785.126,32)	21.914.347,03	-
SP	RIFAINA	35	4380	0	(1.101.252,32)	19.311.855,71	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(2.050.903,80)	16.771.989,50	-
SP	RUBINEIA	35	4450	9	1.341.590,34	18.370.894,16	8,19
SP	SABINO	35	4460	8	1.457.499,01	16.218.488,73	8,99
SP	SAGRES	35	4470	7	-	8.942.756,38	-
SP	SALTINHO	35	4515	9	(2.456.721,81)	17.071.367,76	-
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	111.846,31	28.252.416,03	0,40
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(559.130,49)	15.284.500,17	-
SP	SANTA CLARA D'OESTE	35	4610	8	723.694,53	10.379.030,46	6,97
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	(2.373.437,55)	11.378.096,37	-
SP	SANTA MARIA DA SERRA	35	4700	7	(829.270,60)	14.257.742,58	-
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	35	4720	5	(4.129.703,48)	9.514.666,89	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	35	4820	3	(3.445.287,44)	16.997.451,55	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	35	4840	1	(2.146.950,10)	10.807.131,13	-
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(1.583.498,75)	9.867.804,82	-
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	35	4920	1	(267.792,13)	9.503.635,67	-
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	35	5000	11	(3.000.864,45)	23.908.434,49	-
SP	SAO PEDRO	35	5040	7	(9.382.792,18)	66.253.998,32	-
SP	SOCORRO	35	5210	5	-	55.019.386,86	-
SP	TABAPUA	35	5260	1	305.342,89	22.655.513,28	1,35
SP	TABATINGA	35	5270	0	(4.007.052,69)	26.659.147,06	-
SP	TORRINHA	35	5470	6	(376.500,91)	16.795.668,14	-
SP	TURIUBA	35	5520	8	(901.703,32)	11.056.120,88	-
SP	UBARANA	35	5535	6	1.281.783,06	16.793.190,54	7,63
SP	URANIA	35	5580	2	42.170,82	14.950.923,38	0,28
SP	VALPARAISO	35	5630	5	(2.678.550,00)	45.051.122,00	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	(1.428.665,09)	34.935.105,22	-
SP	VITORIA BRASIL	35	5695	8	(956.690,07)	8.273.720,95	-
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	17	710	8	1.891.118,65	10.557.326,96	17,91
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.994.256,01	12.945.723,10	15,40
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	17	2000	2	(740.468,29)	6.694.527,47	-

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Aprovada: 09/02/2013

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCL												
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/04/12
AC	405.814	653.786	703.747	890.081	718.119	655.096	844.825	794.953	631.062	1.423.022	1.498.775	1.355.913	1.185.982
AL	2.670.510	2.451.453	2.491.288	4.492.230	5.072.920	5.487.183	5.927.317	6.218.123	6.955.427	6.505.536	6.768.649	6.799.747	6.754.218
AM	1.925.670	1.368.213	1.359.103	1.096.945	1.681.725	1.602.403	1.556.436	1.011.766	819.650	1.459.01	2.006.938	1.681.844	7.166.948
AP	2.016	35.212	216.377	265.438	273.990	151.126	172.481	184.009	97.720	246.308	449.416	347.815	95.495
BA	8.362.653	9.758.867	12.156.457	12.246.048	12.878.412	12.048.374	11.616.495	10.370.837	10.218.312	9.234.647	9.237.907	8.917.888	7.196.037
CE	2.711.864	2.402.000	4.543.190	4.448.874	4.276.324	3.875.334	3.641.366	2.512.029	1.857.698	1.446.623	2.680.117	2.221.715	2.732.346
DF	1.151.476	1.206.154	1.387.309	1.598.518	1.467.462	2.128.096	2.278.943	1.551.449	1.343.196	1.713.518	1.248.781	1.046.859	1.265.781
ES	2.129.629	2.122.028	2.963.873	2.383.561	3.011.006	2.247.685	1.872.059	1.210.426	890.197	916.922	1.415.501	1.335.976	8.274.450
GO	8.369.821	9.079.903	10.611.339	10.948.751	11.364.927	11.356.810	11.334.808	12.221.362	12.353.278	11.697.404	13.630.116	12.770.813	12.991.124
MA	4.674.356	4.452.323	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.958.145	5.054.291	4.479.838	4.316.680	4.073.167	4.379.546	3.925.114	2.645.214
MG	13.614.394	26.751.537	32.981.741	27.715.247	27.464.487	39.706.840	41.761.078	14.692.747	11.360.659	5.236.415	60.499.483	67.779.833	65.477.048
MS	4.133.860	4.507.029	5.450.992	5.662.201	6.020.754	6.117.259	6.201.989	5.839.442	5.967.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.998.473
MT	4.179.490	4.073.351	3.993.875	3.106.154	5.013.846	4.781.493	4.956.587	4.592.566	4.324.155	1.492.758	3.928.181	3.1.1.2.25	2.341.641
PA	1.314.362	1.711.754	2.118.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.901.584	2.009.926	2.020.245	1.925.199
PB	2.418.513	1.977.985	2.059.385	2.618.406	2.513.817	2.384.876	2.461.929	2.201.350	2.113.180	1.515.350	1.869.841	1.402.842	1.272.991
PE	2.961.343	4.251.625	5.495.023	5.429.048	5.495.203	5.330.444	4.920.413	4.494.587	4.224.155	4.324.155	4.369.107	4.760.333	3.678.720
PI	7.002.170	2.24.789	2.622.189	2.561.526	2.351.157	2.580.295	2.262.084	2.180.751	2.368.90	2.434.515	2.943.126	2.567.500	2.534.171
PR	7.351.792	8.393.766	9.269.301	8.715.690	9.954.077	13.499.215	14.346.486	14.356.000	7.192.100	16.927.485	15.130.153	14.940.807	13.631.336
RJ	21.870.049	21.840.532	22.449.314	30.511.989	42.929.196	41.901.510	45.972.844	46.575.238	51.041.627	47.284.513	53.932.712	57.269.426	53.735.676
RN	1.48.656	664.036	1.291.902	1.51.034	992.557	1.001.354	970.111	870.333	879.003	841.601	1.104.536	1.147.027	4.413.136
RO	1.302.864	1.076.043	1.745.361	1.781.627	1.803.978	1.724.349	1.640.206	1.660.582	1.642.338	1.110.595	2.010.026	2.222.441	1.962.236
RR	1.62.000	1.7.309	257.377	789.172	12.969	159.969	123.991	-184.810	-204.269	560.160	73.068	228.747	-479.333
RS	1.174.010	18.535.183	23.496.895	27.666.812	30.153.246	31.835.494	33.743.927	35.514.404	36.258.534	34.170.697	43.437.027	46.874.233	47.432.804
SC	6.918.359	5.686.547	8.511.284	8.551.064	9.324.484	8.019.612	8.030.910	7.677.817	8.065.324	8.712.345	6.298.331	5.337.060	6.307.813
SE	1.064.313	1.066.809	1.215.477	1.236.566	1.122.010	1.149.727	1.036.893	1.121.718	879.760	1.044.649	1.341.103	1.133.514	2.272.919
SP	6.1.347.303	70.308.906	91.816.864	110.310.919	111.916.998	110.355.919	110.461.936	12.920.928	13.298.983	15.127.942	157.420.440	160.578.123	16.942.218
TO	223.219	251.442	515.160	403.270	607.764	313.970	305.144	215.459	340.950	314.955	634.093	939.303	665.530
Total	184.556.637	112.254.938	271.275.952	296.678.444	315.835.750	321.387.505	333.848.345	335.486.027	364.848.999	351.270.418	421.058.435	439.871.184	435.690.919

Fonte: Relatório Físico Fornecido no SIS/TH em cumprimento à Portaria STH n.º 683/2011.

Relatório Físico disponibilizado na Internet ou encaminhado, pelos Estados.

n.d. - Informação não disponibilizada.

Obs: Os dados referentes a 30/04/2012 foram estatizados exclusivamente das Relações da Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012 homologadas e publicadas até 09/01/2013 no SIS/TH.

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	IBIRAPUITA	43	995	1	(225.398,52)	11.580.135,61	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	405.902,76	34.289.521,31	1,18
RS	ILÓPOLIS	43	1030	6	(1.528.380,01)	10.445.859,66	-
RS	IMIGRANTE	43	1036	3	(1.194.264,00)	12.584.856,43	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	(230.742,85)	13.801.387,99	-
RS	INHACORA	43	1041	3	442.476,63	8.453.822,25	5,23
RS	IPÊ	43	1043	9	868.332,45	14.273.329,18	6,07
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.263.837,88)	9.480.257,73	-
RS	IRAI	43	1050	4	353.720,79	11.822.132,85	2,98
RS	ITAARA	43	1053	8	-	10.765.421,70	-
RS	ITAPUCA	43	1057	9	(493.219,92)	7.786.791,02	-
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	77.506,67	10.438.088,03	0,74
RS	IVORA	43	1075	1	(2.179.358,74)	9.184.620,61	-
RS	IVOTI	43	1080	1	(8.105.635,29)	35.473.589,52	-
RS	JACUZINHO	43	1087	6	-	8.521.971,76	-
RS	JAGUARI	43	1110	6	(782.512,17)	17.720.702,28	-
RS	JARI	43	1113	0	(2.817.709,10)	10.371.005,92	-
RS	JOIA	43	1115	5	(1.375.628,88)	20.801.442,94	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	(879.583,13)	9.035.840,61	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(7.483.767,02)	42.678.098,66	-
RS	LAGOAO	43	1125	4	(1.056.864,49)	11.180.089,61	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	(94.568,94)	7.731.372,67	-
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(498.817,14)	16.792.787,04	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1169	1	(1.998.859,86)	12.356.264,89	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	(599.119,31)	11.085.120,12	-
RS	MACAMBARA	43	1171	8	507.526,64	14.798.451,82	3,43
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(5.033.982,09)	14.085.567,77	-
RS	MAMPIUTUBA	43	1173	4	(1.375.173,69)	9.662.971,29	-
RS	MANOEL VIANA	43	1175	9	(2.869,98)	14.486.053,99	-
RS	MAQUINE	43	1177	5	-	13.416.058,20	-
RS	MARATA	43	1179	1	(4.739.074,85)	9.499.252,18	-
RS	MARAU	43	1180	9	(5.407.010,63)	71.520.318,89	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.599.240,59)	11.248.759,00	-
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(1.359.969,92)	9.368.180,45	-
RS	MARQUES DE SOUZA	43	1205	4	(3.394.941,65)	11.740.225,53	-
RS	MATA	43	1210	4	824.679,26	11.527.962,70	5,42
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	235.114,99	9.926.227,71	2,37
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(864.065,72)	11.513.566,21	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(182.200,72)	7.833.162,88	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	2.204.794,89	943.547,40	233,67
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(669.602,95)	9.735.928,57	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(554.833,80)	10.303.302,09	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(787.249,37)	7.858.293,30	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(3.932.383,95)	11.218.910,58	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	6	527.514,05	13.056.302,89	4,81
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	(928.442,17)	26.400.971,27	-
RS	MUCUM	43	1260	9	172.431,53	11.974.556,28	1,44
RS	MUITOS CAPOES	43	1261	7	(767.333,45)	13.695.875,40	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	5	(1.848.105,50)	32.935.249,35	-
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(1.155.018,19)	7.858.187,65	-
RS	NONOAI	43	1270	8	3.067.714,75	20.284.274,76	15,12
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	233.200,58	11.388.085,17	2,05
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(2.739.487,45)	12.984.671,41	-
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(10.098.340,78)	22.830.867,51	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1295	5	269.750,46	9.260.986,21	2,91
RS	NOVA BRESCIA	43	1300	3	558.039,94	11.518.390,49	4,84
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(2.037.644,24)	10.900.700,94	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	484.859,68	10.158.787,70	4,77
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(1.467.843,32)	15.483.869,41	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(14.518.495,52)	38.657.606,83	-
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(8.094.207,58)	52.408.120,33	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	-	9.529.099,09	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	-	13.141.758,45	-
RS	NOVO CABRALIS	43	1339	1	-	10.427.647,25	-
RS	NOVO MACHADO	43	1342	5	(762.978,95)	10.525.944,86	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(1.115.874,94)	8.479.417,04	-

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 09/01/2013

UF	Relação DCL / RCL													
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/04/12	30/06/12
AC	1,04	0,81	0,71	0,68	0,62	0,55	0,52	0,41	0,28	0,37	0,34	0,50	0,44	0,47
AL	2,23	1,73	2,36	2,13	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,37	1,43
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,17	0,18	0,19	0,11	0,24	0,13	0,19	0,09	0,01
AP	0,05	0,05	0,28	0,28	0,21	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,80
BA	1,54	1,71	1,87	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,48	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24
DF	0,36	0,15	0,40	0,36	0,28	0,15	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,06	0,05
ES	0,98	0,81	1,16	1,07	0,93	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,12	0,14	0,08	0,11
GO	1,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93
MA	2,18	2,10	2,13	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31
MG	1,41	1,34	2,63	2,41	2,24	2,03	1,59	1,85	1,76	1,79	1,42	1,82	1,70	1,74
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,13	2,01	1,81	1,46	1,15	1,15	1,20	1,13	1,03	1,05
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,79	0,24
PR	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,17	0,10
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,03	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,26	0,25	0,20	0,18
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,31	0,35
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,49	0,47
PR	1,29	1,24	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,84	0,76	0,66	0,65
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,71	1,60	1,61	1,56	1,46	1,41	1,50
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,58	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	0,07
RO	1,11	1,05	1,45	1,31	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,54	0,56	0,42	0,44
RR	0,31	0,28	0,33	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	0,11	0,04	-0,10	-0,18	-0,08	-0,08
RS	2,86	2,51	2,79	2,50	2,83	2,98	2,53	2,54	2,34	2,19	2,14	2,10	2,15	
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,96	0,77	0,51	0,63	0,46	0,38	0,14
SE	0,86	0,76	0,73	0,68	0,65	0,45	0,51	0,43	0,22	0,27	0,31	0,13	0,45	0,43
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,62	1,50	1,53	1,46	1,44	1,43
TO	0,35	0,37	0,37	0,26	0,15	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,14	0,14	0,14
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,44	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	0,59

Relatório Físico homologado no SIS/IN em complemento à Portaria SIS/IN n.º 80/2011.

n.d. - Informação não disponível.

Os dados referentes a 30/06/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2012. Monetários e publicados até 09/01/2013 no SIS/IN.

OBS: Relatório Físico disponibilizado na Internet ou encaminhado pelos Estados.

ATA DA 12^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 14, de 22 de fevereiro de 2013)

RETIFICAÇÕES

À página nº 5125, no Sumário, primeira coluna, por erro gráfico de paginação, *onde se lê*:

2.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 9, de 2013, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, que *institui as sessões de debates temáticos no Senado Federal* 05468

Leia-se:

2.2.10 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 9, de 2013, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, que *institui as sessões de debates temáticos no Senado Federal* 05168

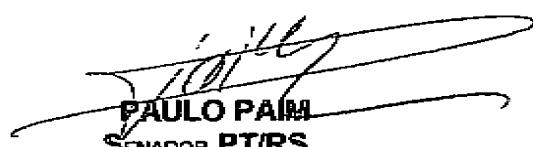
À página 5132, republique-se, por erro gráfico no ano da matéria, o Requerimento nº 80, de 2013:

REQUERIMENTO N° 80, DE 2013

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 199 do RISF, requeremos a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 22 de abril do corrente ano, destinada a homenagear os 70 anos da Consolidações das Leis Trabalhistas - CLT.

Sala das Sessões,

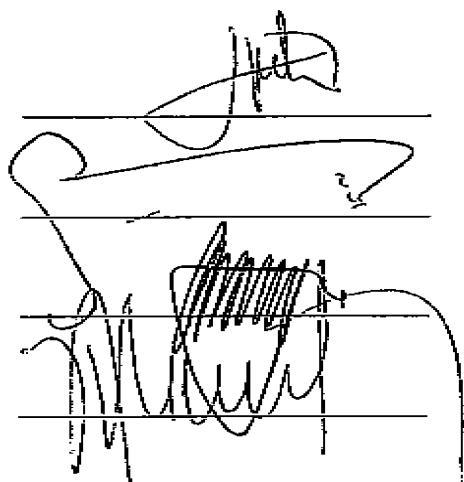


PAULO PAIM
SENADOR PT/RS



ANTÔNIO CARLOS VALADARES
SENADOR PSB/SE

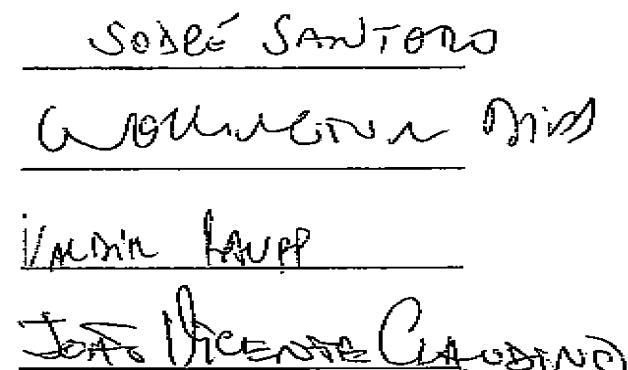
ASSINATURA



Handwritten signatures of several senators, including:

- Paulo Paim (top)
- Antônio Carlos Valadares (middle)
- Sólon Santos (bottom)
- Waldemar Mello (bottom)
- Valdir Raupp (bottom)
- João Vicente Guedes (bottom)

SENADOR



Handwritten signatures of several senators, including:

- Sólon Santos
- Waldemar Mello
- Valdir Raupp
- João Vicente Guedes

SENADO FEDERAL

ATA DA 16ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE FEVEREIRO DE 2013

(Publicado no **Diário do Senado Federal** nº 17, de 27 de fevereiro de 2013)

RETIFICAÇÃO

À página 5944, por omissão gráfica, *onde se lê*:

“O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Deputados referidos para comporem Comissões Mistas, conforme o **Ofício nº 178, de 2013**, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Na Comissão Mista estarão como titulares:

COMISSÃO MISTA	TITULARES	SUPLENTES
Comissão Mista - MPV nº 590, de 2012	Liliam Sá Sérgio Zveiter	Hélio Santos José Nunes
Comissão Mista - MPV nº 591, de 2012	César Halum Fernando Torres	Sérgio Zveiter Eliene Lima
Comissão Mista - MPV nº 592, de 2012	Heuler Cruvinel Sérgio Zveiter	Aroilde de Oliveira Dr. Luiz Fernando
Comissão Mista - MPV nº 593, de 2012	Hugo Napoleão Onofre Santo Agostini	Eliene Lima Geraldo Thadeu
Comissão Mista - MPV nº 594, de 2012	Guilherme Campos Júlio César	Fernando Torres Sérgio Brito
Comissão Mista - MPV nº 597, de 2012	Ademir Camilo Armando Vergílio	Guilherme Campos Walter Ihoshi
Comissão Mista - MPV nº 599, de 2012	César Halum Hugo Napoleão	Armando Vergílio Onofre Santo Agostini
Comissão Mista - MPV nº 600, de 2012	Armando Vergílio Heuler Cruvinel	Eliene Lima Irajá Abreu
Comissão Mista - MPV nº 601, de 2012	Eduardo Sciarra Ricardo Izar	Guilherme Campos Laércio Oliveira (PR-SE)
Comissão Mista - MPV nº 602, de 2012	Dr. Luiz Fernando	Carlos Souza

Comissão Mista - MPV nº 603, de 2013	Manoel Salviano Onofre Santo Agostini	Hélio Santos João Lyra
Comissão Mista - MPV nº 605, de 2013	César Halum Marcos Montes	Fernando Torres Guilherme Mussi

Leia-se:

“O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Deputados referidos para comporem Comissões Mistas, conforme o Ofício nº 178, de 2013, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.

Na Comissão Mista estarão como titulares:

COMISSÃO MISTA	TITULARES	SUPLENTES
Comissão Mista - MPV nº 590, de 2012	Liliam Sá Sérgio Zveiter	Hélio Santos José Nunes
Comissão Mista - MPV nº 591, de 2012	César Halum Fernando Torres	Sérgio Zveiter Eliene Lima
Comissão Mista - MPV nº 592, de 2012	Heuler Cruvinel Sérgio Zveiter	Arolde de Oliveira Dr. Luiz Fernando
Comissão Mista - MPV nº 593, de 2012	Hugo Napoleão Onofre Santo Agostini	Eliene Lima Geraldo Thadeu
Comissão Mista - MPV nº 594, de 2012	Guilherme Campos Júlio César	Fernando Torres Sérgio Brito
Comissão Mista - MPV nº 597, de 2012	Ademir Camilo Armando Vergílio	Guilherme Campos Walter Ihoshi
Comissão Mista - MPV nº 599, de 2012	César Halum Hugo Napoleão	Armando Vergílio Onofre Santo Agostini
Comissão Mista - MPV nº 600, de 2012	Armando Vergílio Heuler Cruvinel	Eliene Lima Irajá Abreu
Comissão Mista - MPV nº 601, de 2012	Eduardo Sciarra Ricardo Izar	Guilherme Campos Laércio Oliveira (PR-SE)
Comissão Mista - MPV nº 602, de 2012	Dr. Luiz Fernando Silas Câmara	Carlos Souza Raul Lima
Comissão Mista - MPV nº 603, de 2013	Manoel Salviano Onofre Santo Agostini	Hélio Santos João Lyra
Comissão Mista - MPV nº 605, de 2013	César Halum Marcos Montes	Fernando Torres Guilherme Mussi

Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13, 43, I e II do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RG	ANO	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
96 - M	2013	Jader Barbalho	13	De 12/03/2013 a 14/03/2013	Atividade Parlamentar
97 - M	2013	Mário Couto	13	De 19/03/2013 a 21/03/2013	Atividade Parlamentar
98 - M	2013	Garibaldi Alves	43, I	De 17/03/2013 a 28/03/2013	Licença Saúde
99 - M	2013	Jorge Viana	13	De 23/03/2013 a 28/03/2013	Atividade Parlamentar
100 - M	2013	Sodré Santoro	13	De 19/03/2013 a 21/03/2013	Atividade Parlamentar
101 - M	2013	Magno Malta	13	19/03/2013	Atividade Parlamentar
102 - M	2013	João Alberto Souza	13	19/03/2013	Atividade Parlamentar
103 - M	2013	Magno Malta	13	20/03/2013	Atividade Parlamentar
104 - M	2013	Lobão Filho	43, II	21/03/2013	Licença Particular
105 - M	2013	Sérgio Petecão	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
106 - M	2013	Casildo Maldaner	43, II	26/03/2013 e 27/03/2013	Licença Particular
107 - M	2013	Magno Malta	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
108 - M	2013	Clésio Andrade	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
109 - M	2013	José Sarney	43, I	De 12/03/2013 a 14/03/2013	Licença Saúde
110 - M	2013	Eduardo Lopes	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
111 - M	2013	Inácio Arruda	13	21/03/2013	Atividade Parlamentar
112 - M	2013	Epitácio Cafeteira	43, I	De 27/02/2013 a 19/03/2013	Licença Saúde

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
 Bloco-PSB - Lídice da Mata**
 Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
 Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
 Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
 Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
 Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
 Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
 Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
 Bloco-PTB - Armando Monteiro**
 Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
 Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
 Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
 Bloco-PSDB - Aécio Neves**
 Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
 Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
 Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
 Bloco-PR - Blairo Maggi**
 Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
 Bloco-PP - Ana Amélia**
 Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
 Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
 Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
 Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
 Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
 Bloco-PR - Magno Malta**
 Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
 Bloco-PP - Ciro Nogueira**
 Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
 Bloco-DEM - José Agripino**
 Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
 Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
 Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
 Bloco-PP - Benedito de Lira**
 Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
 Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
 Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
 Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
 Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
 Bloco-PMDB - Roberto Requião**
 Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
 Bloco-PT - Jorge Viana**
 Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
 Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
 Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
 Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
 Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
 Bloco-PP - Ivo Cassol**
 Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
 Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
 Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
 Bloco-PSB - João Capiberibe**
 Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
 Bloco-PT - Angela Portela**
 Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia.	PP/RS
Benedito de Lira.	PP/AL
Casildo Maldaner.	PMDB/SC
Ciro Nogueira.	PP/PI
Clésio Andrade.	PMDB/MG
Eduardo Braga.	PMDB/AM
Eunício Oliveira.	PMDB/CE
Francisco Dornelles.	PP/RJ
Garibaldi Alves.	PMDB/RN
Ivo Cassol.	PP/RO
Jader Barbalho.	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos.	PMDB/PE
João Alberto Souza.	PMDB/MA
José Sarney.	PMDB/AP
Kátia Abreu.	PSD/TO
Lobão Filho.	PMDB/MA
Luiz Henrique.	PMDB/SC
Paulo Davim.	PV/RN
Pedro Simon.	PMDB/RS
Renan Calheiros.	PMDB/AL
Ricardo Ferraço.	PMDB/ES
Roberto Requião.	PMDB/PR
Romero Jucá.	PMDB/RR
Sérgio Petecão.	PSD/AC
Sérgio Souza.	PMDB/PR
Valdir Raupp.	PMDB/RO
Vital do Rêgo.	PMDB/PB
Waldemir Moka.	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz.	PDT/RO
Ana Rita.	PT/ES
Angela Portela.	PT/RR
Aníbal Diniz.	PT/AC
Antonio Carlos Valadares.	PSB/SE
Cristovam Buarque.	PDT/DF
Delcídio do Amaral.	PT/MS
Eduardo Lopes.	PRB/RJ
Eduardo Suplicy.	PT/SP
Humberto Costa.	PT/PE
Inácio Arruda.	PC DO B/CE
João Capiberibe.	PSB/AP
João Durval.	PDT/BA
Jorge Viana.	PT/AC
José Pimentel.	PT/CE
Lídice da Mata.	PSB/BA
Lindbergh Farias.	PT/RJ
Paulo Paim.	PT/RS
Pedro Taques.	PDT/MT

Randolfe Rodrigues.	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg.	PSB/DF
Vanessa Grazziotin.	PC DO B/AM
Walter Pinheiro.	PT/BA
Wellington Dias.	PT/PI
Zeze Perrella.	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB/SP
Alvaro Dias.	PSDB/PR
Ataídes Oliveira.	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB/PB
Cícero Lucena.	PSDB/PB
Cyro Miranda.	PSDB/GO
Flexa Ribeiro.	PSDB/PA
Jayme Campos.	DEM/MT
José Agripino.	DEM/RN
Lúcia Vânia.	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves.	DEM/SE
Mário Couto.	PSDB/PA
Paulo Bauer.	PSDB/SC
Ruben Figueiró.	PSDB/MS
Wilder Moraes.	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento.	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues.	PR/SP
Armando Monteiro.	PTB/PE
Blairo Maggi.	PR/MT
Eduardo Amorim.	PSC/SE
Epitácio Cafeteira.	PTB/MA
Fernando Collor.	PTB/AL
Gim.	PTB/DF
João Costa.	PPL/TO
João Vicente Claudino.	PTB/PI
Magno Malta.	PR/ES
Sodré Santoro.	PTB/RR

Bloco Parlamentar da Maioria.	28
Bloco de Apoio ao Governo.	25
Bloco Parlamentar Minoria.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Aníbal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues*** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço*** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira*** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza*** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi*** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa*** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão*** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp*** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^º - Magno Malta - (PR-ES)

2^º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,69)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferraço (106)</p> <p>Romero Jucá (40,105)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <p>Ana Amélia (12,89)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (85,88)</p> <p>Vice-Líder do PSD</p> <p>Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p>João Costa (82,83)</p> <p>Blaíro Maggi (19,51)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,59,60)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Antônio Carlos Rodrigues (93)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p>Líder do PPL - 1</p> <p>João Costa (82,83)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,94)</p> <p>Rodrigo Rollemberg (68,100)</p> <p>Inácio Arruda (90,101)</p> <p>Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,26,96)</p> <p>Aníbal Diniz (27,97)</p> <p>Paulo Paim (98)</p> <p>Eduardo Suplicy (99)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,94)</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <p>Zeze Perrella (87)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (68,100)</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (90,101)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B</p> <p>Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,44,65,102)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,77)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,59,60)</p> <p>Benedito de Lira</p> <p>Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p>Jorge Viana</p> <p>Vital do Rêgo</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Wilder Moraes (103)</p> <p>Ataídes Oliveira (104)</p> <p>Cyro Miranda (33,95)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (75)</p> <p>Alvaro Dias (79)</p> <p>Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
--	---	---

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF n° 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. n° 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. n° 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem n° 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. n° 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB n° 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. n° 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO N° 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO N° 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO N° 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN N° 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) (2)	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) (2)
Sérgio Souza (PMDB-PR) (2)	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) (2)	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) (2)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Humberto Costa (PT-PE) (5)	1. Pedro Taques (PDT-MT) (5)
Paulo Paim (PT-RS) (5)	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (5)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. João Costa (PPL-TO) (4)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).

2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).

3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).

4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).

5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. Senador Luiz Henrique (PMDB)
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ^(6,10,11)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

**. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾	

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

- *. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
- **. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.
- ***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
- ****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
- *****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.
- *****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).
- *****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).
- *****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).
- *****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).
- *****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).
- *****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.
 1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).
 3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).
 4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).
 5. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
 6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
 7. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 9. Em 20.03.2013, vago em razão do Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO
Telefone(s): 33033492
Fax: 33031176
E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾	

Notas:

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

**10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE
À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL**

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) (2)	1. Senador Romero Jucá (PMDB) (2)
Senadora Ana Amélia (PP) (2)	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) (4)	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (4)	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (3)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) (1)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) (1)

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(69,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,62)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (58)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (34,35,46,47)	6. Cristovam Buarque (PDT) (8)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (63,66)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (63,67)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (61)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (61)
Sérgio Souza (PMDB) (61)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,61)
Jader Barbalho (PMDB) (36,37,49,50,61)	3. VAGO (61)
Roberto Requião (PMDB) (61,65)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (61,64)
Vital do Rêgo (PMDB) (61)	5. Waldemir Moka (PMDB) (61)
Romero Jucá (PMDB) (61,64)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,61)
Luiz Henrique (PMDB) (61)	7. Ana Amélia (PP) (61)
Ivo Cassol (PP) (61)	8. Ciro Nogueira (PP) (61)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,61)	9. Benedito de Lira (PP) (5,61)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,60,61)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Moraes (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) (68)	1. João Vicente Claudino (PTB) (68)
Gim (PTB) (68)	2. Eduardo Amorim (PSC) (48,68)
Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,68)	3. João Costa (PPL) (38,39,51,52,68)

Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,68)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,68)
PSD PSOL (24)	
	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (57)

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Maita Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.
- *****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."
- *****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.
1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
 9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
 11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 32/2012).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 089/2012-GLDB AG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (OF. N° 0012/2013-GLPSD).
58. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
60. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
59. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
61. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferreira, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
63. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
64. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
65. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
68. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
69. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
VAGO (5,6)	1. VAGO (3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
4. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. n° 089/2012 - GLDBAG).
5. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
6. Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. n° 014/2013 -CAE.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
VAGO ^(7,9,34,40)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Sodré Santoro (PTB) ^(31,38,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Costa (PPL) ^(28,29,32,39,41)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVAL V nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 24/03/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾		
Lindbergh Farias (PT)		1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)		2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾		
Waldemir Moka (PMDB)		1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)		2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
VAGO (2)		1. Maria do Carmo Alves (DEM) (1)

Notas:

1. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Lindbergh Farias e Wellington Dias como membros titulares, e Rodrigo Rollemberg e Lídice da Mata como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Waldemir Moka e Casildo Maldaner como titulares, e Ana Amélia e Eduardo Amorim como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Marisa Serrano como titular e Cyro Miranda como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾		
Humberto Costa (PT)		1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾		2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾		
VAGO ⁽⁴⁾		1. VAGO ⁽²⁾
Waldemir Moka (PMDB)		2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Lúcia Vânia (PSDB)		1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
2. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Humberto Costa e Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e João Durval e Wellington Dias como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Eduardo Amorim e Waldemir Moka como titulares, e Vital do Rêgo e Ana Amélia como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Lúcia Vânia como titular e Maria do Carmo Alves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. VAGO (6,7,8,9)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. VAGO (4)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) (3)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos n°s 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
7. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais.
8. Em 31.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 189/2012 - PRESIDÊNCIA/CAS).
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o OF. nº 11/2011 - PRES/CAS, designando os Senadores Paulo Paim e Lídice da Mata como membros titulares, e Vicentinho Alves e João Pedro como suplentes (pelo Bloco de Apoio ao Governo); Casildo Maldaner e Ricardo Ferraço como titulares, e Eduardo Amorim e Sérgio Petecão como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); Paulo Bauer como titular e Aécio Neves como suplente (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) (3,4)	2. Rodrigo Rolemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- *. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rolemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- **. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(83,23)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) (9)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Aníbal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antônio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (11,71)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Sodré Santoro (PTB) (62,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antônio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Alfredo Nascimento (PR) (47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antônio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. N° 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. N° 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. N° 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. N° 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. N° 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. N° 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)		
Pedro Taques (PDT)		1.
Lindbergh Farias (PT)		2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾		
Eduardo Braga (PMDB)		1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		1.
VAGO ⁽²⁾		2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾		
Armando Monteiro (PTB)		1.
PSOL		
Randolfe Rodrigues		1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. n° 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. n° 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (2,19,41,44,60)
Roberto Requião (PMDB) (26,27,28,38,41,60)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (6,12,25,41,60)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) (17,41,60)	5. VAGO (41,44)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (20,41,44)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (10,41)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (3,59)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (14,22,59)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,59)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (4,59)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (18,51,59)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (8,42,43,59,61,62)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
Sodré Santoro (PTB) (66)	2. João Vicente Claudino (PTB) (1,40,66,67)
VAGO (11,24,66)	3. VAGO (34,35,57,66)
VAGO (24,58,66)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 29/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDB AG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (Of. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes**Notas:**

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3303-4604**Fax:** 3303-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO ⁽⁶³⁾
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(55,4)	4. VAGO ^(14,55,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(25,26,27,32,6)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloisio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(7,50,53,5)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(22,46,59,65,1)	1. Gim (PTB) ^(56,59,65,2)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. João Costa (PPL) ^(39,59,65)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. ⁽⁶⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).

2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).

3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).

7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF. nº 143/11-GLPSDB).

8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 059/2011-GLDEM).

16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB).

18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).

23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDEM).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. n° 41/20113 - GLDBAG).

64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).

65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares, e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSD, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

1. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
4. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
5. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
10. Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) (1)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,11,27,28,29,40,58)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
VAGO ^(9,42,64,65)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cicero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude do Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude do Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude do Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caboibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caboibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
7. Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁴⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Moarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nº's 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nº's 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia(OF. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
7. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
10. Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
11. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
12. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
13. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Eunício Oliveira (PMDB) (25,54)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. Cyro Miranda (PSDB) (4,7,51)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
João Costa (PPL) (34,60)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. n° 088/2012-GLDB AG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude do Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 - GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude do Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude do Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)		
Walter Pinheiro (PT)		1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)		2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾		
Vital do Rêgo (PMDB)		1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)		2. VAGO (3,4,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Flexa Ribeiro (PSDB)		1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (OF. nº 002/2012-GLDBAG).
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
- *. Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(36,29)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
Sodré Santoro (PTB) (30,50)	2. VAGO (50)
João Costa (PPL) (50)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude da Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012-GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Moacirildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Moacirildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(65,15)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(7,10,22,23,57)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(38,47)	4. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁴⁾	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ⁽⁶²⁾	1. Romero Jucá (PMDB) ^(28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶²⁾	2. Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶²⁾
Casildo Maldaner (PMDB) ^(25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) ⁽⁶²⁾	4. Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶²⁾
Benedito de Lira (PP) ⁽⁶²⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(17,62)
Kátia Abreu (PSD) ^(31,59,61,62)	7. Garibaldis Alves (PMDB) ^(32,43,44,58,59,61,63)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁰⁾
Ruben Figueiró (PSDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO ^(5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,37)	
Gim (PTB) ^(1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(6,54)
VAGO ^(24,33,34,46,66)	2. Blairo Maggi (PR) ^(24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões

Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antônio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. N° 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB n° 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. N° 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento n° 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR n° 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. n° 68/2013-BLUFOR).

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Notas:**

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br**10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA
BRASILEIRA**

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Aníbal Diniz (PT) ⁽³³⁾
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO

PT

Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)

PSDB

Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO

PTB

Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
----------	-------------------------------

PP

Ciro Nogueira (PI)	1.
--------------------	----

PDT

Acir Gurgacz (RO)	1.
-------------------	----

PSB

Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
---------------------	----------------------------------

DEM

Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
-------------------	------------------------------

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO
-------------------------------	---------

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 14/03/2013

Notas:

* Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA DA MULHER*(Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)***PROCURADORA:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

Atualização: 06/03/2013**Notas:**

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255 **Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br**5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL***(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)***OUVIDORA-GERAL:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**1ª Designação:** 26/04/2011**2ª Designação:** 15/03/2013

Atualização: 15/03/2013**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Vanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

Sodré Santoro (RR)

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPBCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) (1)

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 14/03/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados⁸

COMPOSIÇÃO²

Presidente: Deputado Paulo Pimenta⁴
1º Vice-Presidente: Senador Cássio Cunha Lima⁴
2º Vice-Presidente: Deputado Reinaldo Azambuja⁴
3º Vice-Presidente: Senador Vicentinho Alves^{4, 16, 23 e 25}

Instalação: 27-3-2012

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares⁶

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá⁶

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty⁶

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC)	
Romero Jucá (PMDB/RR)	1. ^{10 e 18}
Benedito de Lira (PP/AL) ⁵	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) ^{10, 12 e 19}
Clésio Andrade (PMDB/MG)	3. ³
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{9 e 10}	4. ⁹
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
Wellington Dias (PT/PI)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)	2. Angela Portela (PT/RR) ^{11 e 13}
Paulo Paim (PT/RS)	3. Ana Rita (PT/ES) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	1.
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	2.
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. ¹²
PR	
João Costa (PPL/TO) ^{16, 17, 21 e 26}	1. Antonio Russo (PR/MS) ^{20 e 24}
PSD ¹	
Sérgio Petecão (PSD/AC)	1. ^{14, 15 e 22}

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 20-3-2012.

3- Em 26-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 042/2012, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Benedito de Lira.

4- Mesa eleita em 27-3-2012, conforme Of. Pres. nº 40/2012/CMO.

5- Designado o Senador Benedito de Lira, como membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, em 16-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 67, de 2012, da Liderança do PMDB.

6- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

7- Designada a Senadora Ana Rita, como membro suplente, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 84, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

9- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

- 10- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro titular, e o Senador Tomás Correia, como membro suplente, em 12-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 296, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 11- Designado o Senador José Pimentel, como membro suplente, em substituição à Senadora Angela Portela, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 115, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.
- 12- Designado o Senador Mozarildo Cavalcanti, como membro suplente, em vaga pertencente ao Bloco Parlamentar da Maioria, em 18-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme os Ofícios nºs 135, de 2012, da Liderança do PTB e 305, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 13- Designada a Senadora Angela Portela, como membro suplente, em substituição ao Senador José Pimentel, em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 116, de 2012, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.
- 14- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 15- Designado o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 57, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 17- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, em 30-10-2012 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 120, de 2012, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.
- 18- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 19- O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, no período de 12-12-2012 a 12-4-2013, conforme o Requerimento nº 1.085, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 11-12-2012.
- 20- Em 22-1-2013, o Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, por 180 dias, conforme RQS nº 1/2013.
- 21- Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30-1-2013.
- 22- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.
- 23- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).
- 24- Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30-1-2013.
- 25- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.
- 26- Designado o Senador João Costa, como membro titular, em 19-2-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 19, de 2013, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força, em vaga do PR no Senado Federal, conforme composição da CMO estabelecida em 20-3-2012.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
João Paulo Lima (PT/PE)	1. Cláudio Puty (PT/PA)
Josias Gomes (PT/BA)	2. Leonardo Monteiro (PT/MG)
Paulo Pimenta (PT/RS)	3. Assis Carvalho (PT/PI) ^{8 e 9}
Waldenor Pereira (PT/BA)	4. Vander Loubet (PT/MS)
Zeca Dirceu (PT/PR)	5. Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	
Aníbal Gomes (PMDB/CE)	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
Edio Lopes (PMDB/RR) ²	2. ²⁵
Eliseu Padilha (PMDB/RS)	3. Hugo Motta (PMDB/PB)
Leandro Vilela (PMDB/GO)	4. Osmar Serraglio (PMDB/PR) ⁷
Lucio Vieira Lima (PMDB/BA) ⁷	5. Luiz Pitiman (PMDB/DF) ²²
Mauro Lopes (PMDB/MG)	
PSDB	
Duarte Nogueira (PSDB/SP) ³	1. Carlos Alberto Lereia (PSDB/GO) ³
Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)	2. Marcus Pestana (PSDB/MG) ¹⁰
Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)	3. Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS) ¹³
PP	
João Leão (PP/BA) ⁴	1. Roberto Balestra (PP/GO)
Renato Molling (PP/RS)	2. Toninho Pinheiro (PP/MG)
Cida Borghetti (PP/PR)	3. Waldir Maranhão (PP/MA)
DEM	
Augusto Coutinho (DEM/PE) ⁶	1. Eli Correa Filho (DEM/SP) ⁶
Felipe Maia (DEM/RN)	2. Lira Maia (DEM/PA) ^{11 e 12}
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	3. Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PSD	
Eduardo Sciarra (PSD/PR) ^{16, 17, 21 e 23}	1. Átila Lins (PSD/AM) ^{16 e 17}
Irajá Abreu (PSD/TO) ^{16 e 17}	2. Jorge Boeira (PSD/SC) ^{16 e 17}
Paulo Magalhães (PSD/BA) ^{16 e 17}	3. Manoel Salviano (PSD/CE) ^{16 e 17}
PR	
João Maia (PR/RN)	1. Giacobo (PR/PR)
Luciano Castro (PR/RR)	2. Jaime Martins (PR/MG)
PSB	
Paulo Fóletto (PSB/ES)	1. Sandra Rosado (PSB/RN)
Márcio França (PSB/SP) ^{14, 15 e 24}	2. Antonio Balhmann (PSB/CE) ^{19 e 20}
PDT	
Giovanni Queiroz (PDT/PA)	1. Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)	2. Marcos Rogério (PDT/RO)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	1. Roberto De Lucena (PV/SP)
Paulo Wagner (PV/RN)	2. Stepan Nercessian (PPS/RJ)
PTB	
Arnon Bezerra (PTB/CE)	1. Antonio Brito (PTB/BA)
PSC	
Leonardo Gadelha (PSC/PB) ¹⁸	1. Professor Sérgio de Oliveira (PSC/PR) ¹⁸
PCdoB	
Osmar Júnior (PCdoB/PI)	1. Manuela D'Ávila (PCdoB/RS) ⁵
PMN¹	
²	²

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Vaga cedida pelo PMN ao PMDB, conforme Ofício nº 296/2012/SGM/P, de 13-3-2012.
- 3- Designado o Deputado Duarte Nogueira, em substituição ao Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro titular, e o Deputado Carlos Alberto Leréia, como membro suplente, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 311/2012, da Liderança do PSDB.
- 4- Designado o Deputado João Leão, em substituição ao Deputado Lázaro Botelho, como membro titular, em 21-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 144/2012, da Liderança do PP.
- 5- Designada a Deputada Manuela D'Ávila, como membro suplente, em 28-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 097/12, da Liderança do PCdoB.
- 6- Designado o Deputado Augusto Coutinho, como membro titular, em substituição ao Deputado Eli Correa Filho, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76-L-Democratas/12, da Liderança do DEM.
- 7- Designado o Deputado Lucio Vieira Lima, como membro titular, em substituição ao Deputado Osmar Serraglio, que passa a ser suplente, em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 323, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 8- Em 19-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 176/2012/PT, do Líder do PT na Câmara dos Deputados, solicitando a retirada do nome do Deputado Rubens Otoni da suplência na Comissão.
- 9- Designado o Deputado Assis Carvalho, como membro suplente, em 10-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 231, de 2012, da Liderança do PT.
- 10- Designado o Deputado Marcus Pestana, como membro suplente, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 561, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 11- Designado o Deputado Ronaldo Caiado, como membro suplente, em substituição ao Deputado Lira Maia, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155, de 2012, da Liderança do DEM.
- 12- Designado o Deputado Lira Maia, como membro suplente, em substituição ao Deputado Ronaldo Caiado, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 156, de 2012, da Liderança do DEM.
- 13- Designado o Deputado Nelson Marchezan Junior, como membro suplente, em 4-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 692, de 2012, da Liderança do PSDB.
- 14- Designado o Deputado Pastor Eurico, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 119, de 2012, da Liderança do PSB.
- 15- Designado o Deputado Laurez Moreira, como membro titular, em substituição ao Deputado Pastor Eurico, em 1º-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 121, de 2012, da Liderança do PSB.
- 16- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 17- Designados os Deputados Eduardo Sciarra, Irajá Abreu e Paulo Magalhães, como membros titulares, e os Deputados Átila Lins, Jorge Boeira e Manoel Salviano, como membros suplentes, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 815, de 2012, da Liderança do PSD.
- 18- Designados os Deputados Leonardo Gadelha e Professor Sérgio de Oliveira, como membros titular e suplente, em substituição, respectivamente, aos Deputados Ratinho Júnior e Leonardo Gadelha, em 18-9-2012, conforme Ofício nº 241, de 2012, da Liderança do PSC.
- 19- Designado o Deputado Givaldo Carimbão, como membro suplente, em substituição ao Deputado Antonio Balhmann, em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 186, de 2012, da Liderança do PSB.
- 20- Designado o Deputado Antonio Balhmann, como membro suplente, em substituição ao Deputado Givaldo Carimbão, em 24-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 187, de 2012, da Liderança do PSB.
- 21- Designado o Deputado Hugo Napoleão, em substituição ao Deputado Eduardo Sciarra, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 964, de 2012, da Liderança do PSD.
- 22- Designado o Deputado Luiz Pitiman, como membro suplente, em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 967, de 2012, da Liderança do PMDB.
- 23- Designado o Deputado Eduardo Sciarra, como membro titular, em substituição ao Deputado Hugo Napoleão, em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 1.019, de 2012, da Liderança do PSD.
- 24- Designado o Deputado Márcio França, como membro titular, em substituição ao Deputado Laurez Moreira, em 28-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 201, de 2012, da Liderança do PSB.
- 25- Vago em virtude da renúncia do Deputado Joaquim Beltrão ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2013: Senador Antonio Carlos Valadares ¹

Relator do PLOA / 2013: Senador Romero Jucá ¹

Relator da Receita: Deputado Cláudio Puty ¹

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2013

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Clésio Andrade (PMDB/MG)
II – Saúde	Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Senador Wellington Dias (PT/PI)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Deputado Waldenor Pereira (PT/BA)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Eliseu Padilha (PMDB/RS)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputada Cida Borghetti (PP/PR)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Augusto Coutinho (DEM/PE)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Deputado Luciano Castro (PR/RR)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Deputado Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

Notas:

1- Designados o Senador Romero Jucá para o cargo de Relator-Geral do PLOA/2013, o Senador Antonio Carlos Valadares para o cargo de Relator do PLDO/2013, e o Deputado Cláudio Puty para o cargo de Relator da Receita, em 17-4-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2012, da Presidência da CMO.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Senador Sérgio Souza (PMDB/PR)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Armando Monteiro (PTB/PE)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Sérgio Souza (PMDB/PR)
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Paulo Paim (PT/RS)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	João Paulo Lima (PT/PE)
PMDB	Celso Maldaner (PMDB/SC)
PSDB	Reinaldo Azambuja (PSDB/MS)
PDT	Paulo Rubem Santiago (PDT/PE)
PTB	Antonio Brito (PTB/BA)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Paulo Wagner (PV/RN)
PCdoB	Osmar Júnior (PCdoB/PI)
PSD	Átila Lins (PSD/AM) ¹

Notas:

1-Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Cláudio Puty (PT/PA)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Clésio Andrade (PMDB/MG)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
PSD	Sérgio Petecão (PSD/AC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Cláudio Puty (PT/PA)
PMDB	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
PSDB	Duarte Nogueira (PSDB/SP)
PP	Renato Molling (PP/RS)
DEM	Luiz Carlos Setim (DEM/PR)
PR	Giacobo (PR/PR)
PSB	Paulo Foleto (PSB/ES)
PSD	Irajá Abreu (PSD/TO) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Mauro Lopes (PMDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	Vicentinho Alves (PR/TO) ^{1, 3 e 4}
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Wellington Dias (PT/PI)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Josias Gomes (PT/BA)
PT	Vanderlei Siraque (PT/SP)
PMDB	Mauro Lopes (PMDB/MG)
PSDB	Wandenkolk Gonçalves (PSDB/PA)
DEM	Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)
PSB	⁵
PDT	Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)
PSD	Jorge Boeira (PSD/SC) ²

Notas:

1- Em 17.10.2012, lido o Ofício nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins.

2- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- O Senador Vicentinho Alves reassumiu o cargo de Senador, em 30.1.2013, após licença (Of. GSVALV nº 002/2013).

4- Em 4.2.2013, lido o Ofício nº 005/2013, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário de Estado para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional Extraordinário do Estado do Tocantins.

5- Vago em virtude da renúncia do Deputado Laurez Moreira ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)**Senado Federal**

Bloco / Partido	Membros
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PV)	Benedito de Lira (PP/AL)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PT	Leonardo Monteiro (PT/MG)
PMDB	Edio Lopes (PMDB/RR)
PSDB	Marcus Pestana (PSDB/MG)
PP	Roberto Balestra (PP/GO)
PR	João Maia (PR/RN)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	Arnaldo Jardim (PPS/SP)
PSC	Leonardo Gadelha (PSC/PB)
PSD	Manoel Salviano (PSD/CE) ¹

Notas:

1- Nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO
 (Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

COMPOSIÇÃO²

Presidente:

1º Vice-Presidente:

2º Vice-Presidente:

3º Vice-Presidente:

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	
Ivo Cassol (PP/RO)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Miguel Corrêa (PT/MG)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Weliton Prado (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4.
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5.
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1.
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2.
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3.
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1.
Severino Ninho (PSB/PE)	2.
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893
Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/mistas/cmo

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12} 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{6 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. Francisco Praciano (PT/AM) ²
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB ¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, da Liderança do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
 (Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 13.03.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰ ¹¹	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11} 3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR) ¹⁹	4. ⁶ 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16} 3. 4. 5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL ¹	
5	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 3- Cedida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.
- 5- Em 28-12-2011, vaga em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
- 6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.
- 7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.
- 8- Vaga em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.
- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra do Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
¹⁴ Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12} 2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1. 2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMB.

13- Vaga em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vaga em virtude da renúncia da Deputada Teresita Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁶	3. ^{6 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Galdo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional. Distrito Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro¹
Relator: Senador Romero Jucá¹

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sérgio Sveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²Vice-Presidente: FERNANDO CESAR MESQUITA²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSE CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258

ssccn@senado.gov.br

www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	

(Atualizada em 11.03.2013)

Edição de hoje: 256 páginas
(OS: 11080/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

